

BUROCRACIA E SOCIALISMO

Luciano Cavini Martorano

Orientador: Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas

Campinas
Fevereiro de 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



UNIDADE BC
 N.º CHAMADA: T/ UNICAMP
M 367 b
 V. Ex.
 TOMBO BC/ 44002
 PROC. 16-392109
 C ☐ D ☒
 PREÇO R\$ 92,00
 DATA 23/04/01
 N.º CPD _____

2

CM-00154641-2

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

M367b

M 867 b

Martorano, Luciano Cavini

Burocracia e Socialismo / Luciano Cavini Martorano.

-- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Burocracia. 2. Estado. 3. Socialismo. 4. Ditadura do
proletariado. 5. União Soviética. I. Saes, Décio Azevedo Marques
de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Luciano Cavini Martorano

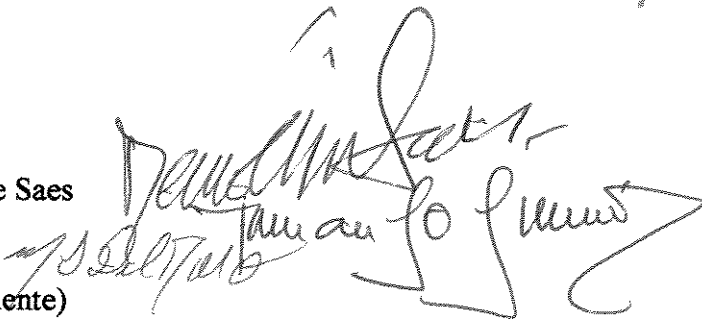
BUROCRACIA E SOCIALISMO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas,
sob orientação do Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes.

Este exemplar corresponde à redação final da tese
defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 07/02/2001

Banca:

Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes
Prof. Dr. Armando Boito Jr.
Prof. Dr. Marcos Tadeu del Royo
Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (suplente)



Fevereiro de 2001

Para o meu pai, Nicola. (In memoriam)

*Para a minha mãe, Iole, doutora em estratégia de vida,
e o meu irmão, Juliano, que garantiram a finalização
do trabalho. E para toda a minha família.*

Resumo

A partir da análise de Marx e de Lenin, o estudo sobre a burocracia no socialismo revela os desafios colocados para a construção da teoria do Estado socialista. O problema não apenas do controle da burocracia pelos trabalhadores, como sobretudo da transferência de suas atividades para eles, implica a análise sobre a transformação das relações de produção capitalistas, a concretização do caráter semi-estatal da ditadura do proletariado, a realização do pluralismo partidário socialista, a combinação do critério político com o da competência no processo de seleção e de promoção dos funcionários, e a função original do Estado operário da desestatização socialista. Análise apoiada no exame das experiências de instauração do Estado socialista no século vinte, principalmente a do Estado soviético.

Abstract

Beginning with the analysis of Marx and Engels, the study of the bureaucracy in the socialism reveals the challenge to develop a theory on the socialist state. The problem resides not only on the control of the bureaucracy by the workers, but especially on the transfer of its activities to them; which implies in a analysis of the transformation of the capitalist relations of production, the turning into real of a dictatorship of the proletariat as a semi-state, the realization of a socialist pluralism of the parties, the combination of the political criteria with the competence criteria in the procces of selection and promotion of state officials, and the original function of the proletarian state towards the end of itself. This analysis is based upon the experience of the stablishment of a socialist state in the twenty century, with a central focus on the soviet state.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Décio Saes, pelo incansável estímulo oferecido ao longo de toda a pesquisa, colocando pacientemente sempre novos e maiores desafios. O permanente exercício de leitura crítica dos textos e a rica convivência intelectual, compartilhados também nos grupos de estudo de 1992-1993 e de 1995-1997, foram indispensáveis para a realização desse trabalho. Por isso, agradeço também ao Sérgio Soares Braga pela constante atenção e apoio. E ao Sérgio, ao Celso e à Adriana.

Agradeço, ainda, ao Márcio Naves pelo constante interesse pela pesquisa, desde a Monografia de Graduação até o Exame de Qualificação e depois, com muitas indicações teóricas e bibliográficas importantes.

Ao CNPq pelo financiamento da parte inicial da pesquisa, e aos funcionários do IFCH.

Ao Antonio Carlos Giampietro pela inestimável ajuda humana nos momentos mais duros.

Índice

Apresentação	15
Capítulo 1-A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO	21
- Forças Produtivas, Relações de Produção e Superestrutura na Transição	23
- Divisão de Trabalho, Estatização e Socialização dos Meios de Produção	35
- Conclusão	53
Capítulo 2-O ESTADO SOCIALISTA	63
- O Novo Estado na Comuna de Paris	65
- A Ditadura do Proletariado é um semi-Estado	72
- A Democracia Socialista e o Novo Pluralismo Político	88
Capítulo 3-PROBLEMAS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO SOCIALISTA:	
O CASO SOVIÉTICO	99
- Lenin e a “Deformação Burocrática” do Estado Soviético	101
- Stalin e a Organização	119
- Trotsky, o Partido e as Forças Produtivas	136
- Política e Competência no Socialismo	154
Capítulo 4-FORTALECIMENTO DO ESTADO OU DESESTATIZAÇÃO	
SOCIALISTA?	163
CONCLUSÃO	179
BIBLIOGRAFIA	187

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

APRESENTAÇÃO

A partir da Comuna de Paris de 1871, o movimento operário e socialista alimentou a esperança de que pudesse, no socialismo, facilmente controlar a burocracia e iniciar um processo de esvaziamento contínuo de suas atividades que culminaria com o fim do Estado. A garantia de êxito nessa tarefa estava depositada na aplicação de medidas como a eleição e a revogabilidade dos funcionários de Estado, a adoção de um salário igual ao salário de operários para a sua remuneração, a criação de órgãos ao mesmo tempo legislativos e executivos, o armamento geral do povo. Mas, após as revoluções, rapidamente, porém, os líderes operários e socialistas começaram a perceber que a luta para controlar e suprimir a burocracia não era simples. Lenin admitiu a existência no Estado soviético de uma “úlceras burocrática”, classificando as crescentes práticas burocráticas como uma grave doença. Chegou a chamá-las também de erva daninha, que, como se sabe, não morre nunca e se reproduz numa velocidade cancerígena. Stalin igualmente classificou o burocratismo como uma doença contagiosa que contaminava trabalhadores e bolcheviques. Já Trotsky via na burocracia “socialista” uma “gritante *contradictio in objecto*”, uma “monstruosa excrescência social sempre crescente” na antiga URSS. Mais tarde, Jorge Dimitrov, líder comunista búlgaro, se referiu à burocracia como uma hidra de cem cabeças; e Josip Tito, líder iugoslavo, como um polvo de milhares de tentáculos. O otimismo inicial deu assim lugar à considerações atrozes e inquietantes.

O crescimento da burocracia e de suas práticas nas formações sociais que tinham realizado revoluções anti-capitalistas parecia confirmar as análises dos que afirmavam ser a sua atividade necessária e indispensável para qualquer sociedade moderna ou organização complexa, a exemplo de Eduard Bernstein mas principalmente de Max Weber. Assim, muitas vezes sem um estudo sobre as experiências concretas de instauração do Estado socialista, as análises de Marx, especialmente em *A Guerra Civil na França*, e de Lenin, em *O Estado e a Revolução*, além das de Engels, receberam o rótulo de simples utopia, de sonho irrealizável. Em seguida, com o fracasso histórico das tentativas de transição socialista, não só as teses marxistas foram consideradas, por muitos, como anacrônicas, como a própria pesquisa teórica e histórica sobre a ditadura do proletariado parece desprovida

de qualquer sentido. A reprodução do modo de produção capitalista e o funcionamento do Estado burguês apoiado em uma burocracia “racional” e “competente” são apresentados como limites intransponíveis também na atividade de pesquisa, para além dos quais qualquer análise está de antemão condenada.

O presente trabalho não pretende analisar os fatores que levaram ao colapso das primeiras tentativas de transição havidas no século XX. Tarefa de inegável importância mas que foge, e muito, ao âmbito do objeto aqui proposto que é o estudo da burocracia no socialismo. Isto é, que modificações estruturais envolvem o modo de organização e de funcionamento, interno e externo, da burocracia na transição socialista. Não se trata portanto de analisar o conjunto de questões relativas à uma teoria do Estado socialista, mas principalmente de um aspecto particular: a sua burocracia. Se, indiretamente, esse trabalho vier a dar alguma contribuição aos que se empenham na realização da tarefa acima mencionada, o esforço empreendido para a sua concretização já terá sido recompensado.

Trata-se de uma reflexão teórica, centrada no exame das teses de Marx, de Lenin e de outros marxistas sobre o objeto apresentado. Foi essa reflexão que orientou a escolha dos autores e, no interior de sua obra, de determinados textos; procurando sempre uma maior homologia entre as questões analisadas. O objetivo não é fazer uma apresentação do pensamento de cada autor, ou de uma corrente teórica, mas selecionar os aspectos mais relevantes que contribuam para a elaboração conceitual. Embora, porém, o esforço de construção teórica aqui apresente-se, às vezes, como uma história do pensamento marxista sobre o Estado e a transição socialistas. O objetivo principal não impediu, também, especialmente no capítulo sobre o Estado soviético, o recurso à pesquisa histórica, na medida em que contribuisse para a discussão das teses estudadas, e sem a pretensão de fornecer uma interpretação do processo histórico. Sem dúvida, o acesso à fontes historiográficas primárias teria colaborado ainda mais para o conjunto da pesquisa.

O roteiro da dissertação não obedece ao padrão usualmente utilizado nos trabalhos acadêmicos: apresentação dos pressupostos envolvidos na análise; definição do tema e do objeto e balanço bibliográfico; enunciação da(s) hipótese(s) de pesquisa e a posterior demonstração. Por isso, a ordem de apresentação dos itens da pesquisa se encontram alterados, ao longo da exposição e no interior dos capítulos. O primeiro capítulo é dedicado ao papel das relações de produção na transição socialista. À primeira vista pode parecer uma matéria deslocada em um trabalho sobre o Estado e a burocracia, mas a sua pertinência vai se estabelecendo ao longo de toda a análise. O segundo capítulo discute os elementos iniciais, fornecidos principalmente por Marx e por

Lenin, de uma teoria do Estado socialista, buscando apontar os seus limites e as suas lacunas; bem como a relação entre Estado e democracia no socialismo, especialmente na vigência de um pluralismo partidário socialista, para se poder analisar como o novo regime político cria dificuldades para o estabelecimento de um domínio da burocracia na formação social pós-revolucionária. O terceiro, a partir das análises de Lenin, Stalin e Trotsky sobre o Estado soviético, procura destacar os problemas que envolvem a construção do Estado socialista. A importância da experiência soviética, traduzida até na existência de um número bem maior de estudos sobre os mais variados temas, fornece um rico material para a análise da transição, cuja interpretação está longe de ter se esgotado. Assim, a partir da análise sobre o Estado soviético pode-se extrair elementos teóricos gerais. Por isso, a última parte desse capítulo debate o desafio que representa para o socialismo a combinação critério político com o critério da competência na seleção e na promoção dos funcionários. O quarto, e último capítulo, critica a concepção de Stalin sobre o fortalecimento do Estado no socialismo e apresenta a desestatização socialista como a função original do Estado proletário, de cuja realização necessariamente depende o fim do Estado. A conclusão, que pode ser entendida como a hipótese geral de toda a dissertação, sustenta que o socialismo é a transformação das relações de produção capitalistas, que não se esgota com a estatização dos meios de produção, e a desestatização socialista.

A complexidade que envolve a construção da teoria do Estado socialista é enorme, equivalente à sua importância para a superação da crise do marxismo. Longe de pretender responder a tal desafio, face às inúmeras dificuldades do autor, esse ensaio inicial procura sistematizar parte do problema visando contribuir para a sua discussão.

CAPÍTULO 1**A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO**

Forças Produtivas, Relações de Produção e Superestrutura na Transição

É bastante conhecida a formulação do “Prefácio” de *Contribuição à Crítica da Economia Política* de Marx: no processo social de produção, os homens¹ estabelecem relações de produção determinadas, correspondentes a um estágio de desenvolvimento das forças produtivas. As relações de produção formam a base da sociedade, sobre a qual se apoia a superestrutura jurídica e política com formas correspondentes de consciência social. As forças produtivas, em certa etapa de seu desenvolvimento, entram em contradição com as relações de produção, ou com sua forma jurídica, as relações de propriedade; ensejando uma revolução social. Com a mudança da base econômica, toda a superestrutura jurídica e política se transforma.

Trata-se, como o próprio Marx reconhece, de um modelo explicativo para se poder analisar “uma época de transformação”, ou seja, a transição de um modo de produção a outro modo de produção. Ainda que ele não distinga no texto os conceitos de modo de produção e o de “formação econômica da sociedade” ou “formação social”. Sendo apresentados os modos de produção asiático, feudal e burguês.

Salta à vista a completa ausência de qualquer referência ao papel da luta de classes no processo de transição. O que é ainda mais interessante se lembrarmos da clássica fórmula do *Manifesto do Partido Comunista*, anterior ao “Prefácio”: “A história de todas as sociedades até os nossos dias é a história da luta de classes.” Deixando completamente em aberto o importante problema, para uma teoria da transição, da relação entre o binômio forças produtivas-relações de produção e a luta de classes.

Mas não foi pela ausência inexplicável da luta de classes que o “Prefácio” foi classificado de *economicista*. O economicismo se manifesta na relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a

¹ Ao empregar a expressão “homens”, Marx arrisca-se a pensar em “homens concretos” e não naquilo que verdadeiramente são: portadores de força de trabalho ou representantes do capital, conforme análise de Etienne Balibar em *Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico* (1970:274-ss). Risco de conceber os “homens” como o *centro* da estrutura social total, e não como *portadores* e *suportes* de relações sociais presentes nas estruturas econômica e jurídico-política.

configuração das relações de produção, na relação entre a base econômica e a superestrutura jurídica e política e no papel da superestrutura na implantação de novas relações de produção.

As forças produtivas, no modelo explicativo de Marx, ocupam o lugar central. É o seu desenvolvimento que, num dado estágio, vai entrar em contradição com as relações de produção, ou com sua expressão jurídica, as relações de propriedade. As relações de produção têm, então, um papel inteiramente passivo. São meras “formas” das forças de produção, adaptáveis ao seu conteúdo, à sua contínua evolução e por elas determinadas. Caso se transformem em obstáculos, serão necessariamente removidos abrindo um novo ciclo histórico de desenvolvimento das forças produtivas. As relações de produção não desempenham qualquer ação sobre as forças produtivas, mesmo no processo de transição de um modo de produção à outro. Assim, o materialismo histórico – a teoria dos diferentes modos de produção e da passagem de um para outro, pode ser concebido como o desenvolvimento unilinear das forças produtivas.

Entre a base econômica, isto é, o conjunto forças produtivas-relações de produção, e a superestrutura jurídica e política, incluindo a ideologia, se estabelece uma relação de exterioridade, quase mecânica. Exclui-se assim a possibilidade da existência de laços recíprocos de interioridade, nos quais a ação de uma das partes penetrasse, provocando efeitos, no funcionamento da outra. A estrutura econômica determina *unívocamente* a superestrutura, que é seu mero reflexo, um epifenômeno que não altera em nada, mesmo na transição, a primeira. A superestrutura tem ainda uma conotação negativa: ela é secundária em relação às condições econômicas de produção e, frequentemente, se atrasa frente às suas mudanças.

A superestrutura não desempenha papel algum na implantação de novas relações de produção. Primeiro, estas se formam, unicamente pela ação das forças produtivas, e *depois* de formadas é que se transformam o Estado, o direito, a ideologia; “com maior ou menor rapidez”. A esfera jurídico-política é então acionada no final do processo, com o resultado já estabelecido, se adaptando a ele obrigatória e passivamente.² No caso, por exemplo, da transição do capitalismo para o socialismo, a aplicação do modelo marxiano negaria a primazia da política no processo de transformação social e a anulação do papel da ditadura do proletariado na instauração de relações de produção socialistas, bem como admitiria a possibilidade de que estas emergissem no interior do antigo modo de produção.

Bukharin, importante líder bolchevique, concorda com o modelo explicativo proposto por Marx. Mas essa concordância não deve ocultar um acento ainda maior dado pelo bolchevique à ação das forças produtivas, não apenas sobre as relações de produção, consideradas “o aspecto mais fixo, mais conservador” por expressarem “o domínio exclusivo de uma *classe*” (1970:293), como sobre a superestrutura: “a interdependência ao infinito entre as várias partes da sociedade não suprimem em absoluto a dependência fundamental, ativa “no fim das contas”, a mais profunda de todas, aquela que estabelece uma relação de efeito para causa entre todos os fenômenos e a evolução das forças produtivas; que a multiplicidade das causas que fazem sentir a sua ação na sociedade não contradiz em nada a existência *de uma lei única de evolução social*.” (Idem:271)

As forças produtivas, tomadas isoladamente, convertem-se em causa última para a explicação de todos os fenômenos sociais, seja em períodos de funcionamento reprodutivo de um modo de produção, seja na transição de um modo de produção à outro. Fenômenos sociais entendidos da maneira mais ampla possível, incluindo, por exemplo, manifestações culturais e artísticas. Assim Bukharin procura explicar o surgimento de novas tendências estéticas na música a partir da criação de novos instrumentos musicais, como consequência do desenvolvimento das forças produtivas. Evidentemente isso pode até acontecer, mas novas tendências estéticas culturais podem também surgir sem que tenha se observado nenhum avanço nas forças de produção. Estas não podem se constituir na *única* causa verdadeiramente ativa para se analisar os fenômenos sociais, e mesmo quando haja uma relação nem sempre será de causa e efeito podendo ser o contrário, exigindo em ambos os casos o recurso de complexas mediações.

Bukharin propõe um conceito de forças produtivas formado pela totalidade dos meios de produção e da força de trabalho; sendo os meios de produção integrados pelos meios (instrumentos) de trabalho e os objetos de trabalho (matérias-primas, etc) organicamente interrelacionados. Apesar de reconhecer, inúmeras vezes, que a força de trabalho é a principal força produtiva, ela se encontra determinada pelos meios de produção, especialmente por sua parte ativa: os instrumentos de trabalho. É a força de trabalho que tem que se adaptar continuamente à evolução dos instrumentos de trabalho para poder operá-los e transformar a matéria-prima. É importante assinalar que esse conceito pressupõe uma *relação* entre força de trabalho e meios de produção que

² A crítica ao economicismo do “Prefácio” aqui, sinteticamente, apresentada pode ser encontrada em Bernard Jobic, 1973; Décio Saes, 1994a e Riccardo Guastini, 1978a e 1978b.

não se esgota com a simples determinação dos segundos sobre a primeira e exige ulteriores desenvolvimentos analíticos.

Ao tratar do conflito entre as forças produtivas e as relações de produção, Bukharin afirma que “a revolução se produz quando o equilíbrio entre *as forças produtivas da sociedade e os traços fundamentais da sua estrutura econômica se rompe*”, ou pelo “conflito que estala entre as forças produtivas, seu crescimento, de um lado, e a estrutura econômica da sociedade, isto é, as relações de produção do outro.” (Idem:289) E, novamente, pela “contradição entre a evolução das forças produtivas e a base econômica da sociedade.” (Idem:291). Note-se que, explicitamente, Bukharin deslocou as forças produtivas *para fora* da base econômica do modo de produção, que limita-se agora a ser apenas o conjunto das relações de produção entravando o seu desenvolvimento; como fora sugerido por Marx no “Prefácio”. Há, portanto, a atribuição de um estatuto autônomo às forças produtivas, *separadas* das relações de produção. É a autonomia das forças produtivas que lhe conferem o papel de “motor” independente de toda a história, como a “*lei única de evolução social*”. A sucessão dos diferentes modos de produção seria explicada pelo avanço contínuo dessas forças, separadas e independentes das relações sociais e históricas no interior das quais surgem e funcionam; e, principalmente, pela criação de novos instrumentos de produção, que é uma das principais teses do economicismo.

A mesma análise se repete em relação à superestrutura. Embora Bukharin afirme que haja uma “influência de retorno” desta “sobre a base econômica e sobre as forças produtivas da sociedade”, apresentadas de novo separadas umas das outras, esta ação fica extremamente limitada senão anulada, já que elas “mesmas (as superestruturas) são engendradas pelas relações econômicas e pelas forças produtivas que determinam estas relações.” (Idem:269) Elas são a causa determinante última para o aparecimento e o desenvolvimento do Estado, do direito e da ideologia, ainda que mediadas pela ação das relações econômicas. Estabelecendo-se assim um processo de mão única da base para a superestrutura.

Entre Bukharin e o Marx do “Prefácio” existe, porém, uma diferença fundamental e decisiva. Para o primeiro, que se afasta aqui do economicismo, há uma premissa para a mudança das relações de produção na transição socialista: a revolução política, embora entendida apenas como a “expressão subjetiva de classe” do conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção, que destrua o Estado burguês e instaure a ditadura do proletariado. Sem essa premissa é impossível a emergência de novas relações de produção socialistas, pois estas não surgem no interior do modo de produção capitalista. A ditadura do proletariado, como

veremos, é condição indispensável para a transformação econômica ao criar as condições políticas e sociais necessárias para que os trabalhadores assumam a direção do processo de trabalho, de produção e de distribuição. Embora o Estado burguês possa realizar a estatização dos meios de produção, criando um capitalismo de Estado, ele jamais poderá favorecer qualquer processo que ameassem as relações capitalistas que são a base fundamental de sua existência. Bukharin se apoia assim na experiência da Revolução de Outubro e mesmo em outros textos de Marx, como veremos no capítulo 2.

Também em Trotsky, o centro da análise são as forças produtivas que são apresentadas desligadas das relações de produção e, portanto, concebidas autonomamente. Para ele, o próprio “marxismo procede do desenvolvimento da técnica, como motor principal do progresso, e constrói o programa comunista sobre a dinâmica das forças de produção.” (s/dtb:89) Assim o progresso técnico teria, por si só, engendrado o aparecimento de uma nova teoria como a marxista, sem referência à luta de classes e sem referência ao avanços interiores à própria história do conhecimento, como a economia política clássica inglesa, a filosofia alemã e a teoria política socialista francesa.

É o desenvolvimento autônomo das forças produtivas, sua dinâmica própria como “motor” da história, que vai garantir o êxito da transição socialista, tendo as demais questões econômicas (transformação das relações de produção), sociais (as classes e sua luta) e políticas (papel e configuração do Estado socialista) um papel absolutamente secundário e derivado. Tudo depende das forças produtivas, pois a “força e a estabilidade dos regimes definem-se em última análise pelo rendimento relativo do trabalho. Uma economia socializada que ultrapassasse o capitalismo, tecnicamente, teria realmente assegurado um desenvolvimento socialista de certo modo automático” (Idem:91).³

A autonomia das forças produtivas implica sua separação dos diferentes modos de produção específicos – o escravista, o feudal, o capitalista -, e a concepção de um movimento próprio à margem destes que, no entanto, passa a exercer a função de determinação sobre eles. Implica ainda a entrada em cena das noções de “grau” ou de “nível” de desenvolvimento das forças produtivas, como se houvesse uma escala universal, acima de todos os modos de produção, uma escala supramodal que pudesse medir o estágio alcançado por cada modo

³ Lenin e Stalin, por várias vezes, reafirmaram a tese de que o socialismo para vencer o capitalismo deveria assegurar uma produtividade superior a este. Mas não atribuíam à produtividade o estatuto de fonte única da “força” e da “estabilidade” do socialismo, que dependem das vitórias que o proletariado vai conquistando na luta de classes. Na verdade, o enfoque unilateral na produtividade impunha, às formações sociais que iniciavam a transição para o socialismo, a lógica perversa de ter de “alcançar e ultrapassar” economicamente as formações sociais capitalistas mais desenvolvidas e orientava toda sua política econômica em detrimento de objetivos sociais e políticos.

de produção em um momento dado. Desde que se conceba, em seu lugar, que cada modo de produção engendre suas próprias forças produtivas, no quadro de relações de produção determinadas, as noções de “grau” ou de “nível” perdem qualquer função analítica, conforme a crítica de A.D. Magaline em *Lutte de classes et dévalorisation du capital* (61-62).

Deixando de lado a tese de Marx, que será retomada mais adiante, de que “o segredo mais profundo, o fundamento oculto do edifício social” deve ser buscado nas relações de produção, Trotsky considera que “a raiz de uma organização social reside nas forças produtivas” (Idem:103) Não espanta, portanto, que chegue a afirmar que “a História não é mais do que o prosseguimento da economia do tempo de trabalho” (Idem:116), invertendo a concepção de Marx segundo a qual a economia, não a história, se reduz à diminuição do tempo de trabalho.

Mais do que isso, não há, na sua principal obra *A Revolução Traída*, que tem como objeto a formação social soviética da década de 30, análise sobre as relações de produção então vigentes. O que o leva a afirmar de forma insatisfatória que a URSS seria uma “sociedade intermediária” entre o capitalismo e o socialismo, negando a dominância de um tipo específico de relações de produção, ainda que coexistindo com outros tipos subordinados, que definisse a natureza de uma formação social. Quando as relações de produção são mencionadas surge a seguinte consideração: “Nas sociedades civilizadas, a lei fixa as relações de produção.” (Idem,s/dtb:247). Remetendo estas da base econômica para a superestrutura jurídica, apresentando-as independentes das relações existentes no processo de produção social. Ou seja, uma completa inversão dos termos onde o direito não apenas instaura a base econômica como regula sua reprodução, definindo ainda a sua natureza.

À Stalin, mais do que ao Marx de 1859, é atribuída a tese do primado das forças produtivas na história dos modos de produção. De fato, essa tese encontra-se formulada em seus trabalhos, principalmente em *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*, que exerceu enorme influência na formação teórica de inúmeras gerações de comunistas em todo o mundo. Nesse texto ele considera que em “primeiro lugar modificam-se e desenvolvem-se as forças produtivas da sociedade; a seguir, em função e em conformidade com estas modificações, modificam-se as relações de produção entre os homens, as suas relações econômicas.” (1979b:40) A mudança das relações produtivas é consequência necessária do progresso das forças de produção. Sendo estas não “apenas o elemento mais móvel e mais revolucionário da produção”, como também “o elemento

determinante” de seu desenvolvimento. E, por isso: “Tais são as forças produtivas, tais devem ser as relações de produção.” (Idem:41)

As relações de produção têm sempre um papel passivo, seja no funcionamento do modo de produção, seja na transição de um modo de produção à outro. Isso ocorre mesmo quando Stalin tenta atribuir um papel ativo às novas relações de produção que emergem no curso da transição, pois ainda que afirme que “as novas relações de produção são a força *principal* e decisiva que determina precisamente o desenvolvimento contínuo e poderoso das forças produtivas” (1985:58), esta é uma função derivada. Ou seja, é a necessidade da evolução ininterrupta das forças produtivas que, superando os obstáculos constituídos pelas velhas relações de produção, aciona as novas que permitem a sua continuidade. Por isso o verbo “determina” perde seu verdadeiro conteúdo estando subordinado às exigências de um processo que se impõe obrigatoriamente. Mesmo que as relações de produção agissem sobre as forças produtivas, seria apenas uma ação exterior de estímulo e não atingiriam a essência das forças produtivas com a criação de novos meios de produção.

Esse processo obrigatório é apresentado como uma *relação de dependência* entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, e principalmente dos instrumentos de produção; reiterando assim a tese economicista da primazia dos instrumentos de trabalho sobre a força de trabalho no interior das forças produtivas, que comentaremos mais adiante.

A tese do primado das forças produtivas não nega o papel da luta de classes no processo de transformação social, mas a relega à um plano secundário, subordinado; como evidencia essa passagem: “Quando as novas forças produtivas atingem a maturidade, as relações de produção existentes e as classes dominantes que as personificam, transformam-se numa barreira “intransponível”, que só pode ser afastada do caminho pela atividade consciente de novas classes, pela ação violenta destas classes, pela revolução.”(Idem,1979b:52) A própria luta de classes também se torna uma função das forças produtivas, sendo acionada por elas para desobstaculizar o seu avanço. Isso talvez ajude a entender porque Stalin, em 1936, proclamou o fim da luta de classes na URSS, pois não havendo, segundo o discurso oficial, nenhum obstáculo encarnado em classes sociais que impedissem o gigantesco desenvolvimento das forças produtivas nesse período, não haveria a necessidade destas acionarem a luta de classes. No limite, colocar as forças produtivas no lugar da luta de classes, ou relegá-la à um plano secundário, implica o ocultamento dos conflitos sociais inerentes à transição socialista, cujo sucesso passa a depender exclusivamente da realização de objetivos

econômicos ou técnicos supostamente neutros em detrimento de metas políticas e sociais. Ocultamento que favorece o surgimento, o desenvolvimento e a consolidação de uma nova classe dominante, a burguesia de Estado apoiada na propriedade estatal dos meios de produção.

De *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico para Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*, Stalin não muda, senão aparentemente, sua posição sobre a relação entre as forças produtivas e as relações de produção no socialismo. Na primeira obra, postula a existência de um “acordo perfeito”⁴ entre ambas, negando qualquer conflito ou contradição; acordo que seria posteriormente teorizado pelos soviéticos como a expressão realizada da lei da correspondência obrigatória entre o caráter das forças produtivas e a natureza das relações de produção, sem qualquer referência ao surgimento de forças produtivas especificamente socialistas, pressupondo sua neutralidade. Na segunda, reconhece que as relações de produção, que já seriam socialistas na URSS, possam se atrasar frente ao impetuoso avanço das forças de produção, mas esse fenômeno poderia ser sanado corretamente pela ação dos organismos dirigentes sem que se transforme em conflito. O que implica transformar as relações de produção, na opinião de Bernard Fabrègues (1977:45), em objeto aparente de gestão estatal, atribuindo ao Estado o poder de interferir no seu interior e transformar o seu conteúdo.

Stalin, ao contrário de Bukharin, é no mínimo pouco claro em relação à necessidade da tomada do poder pelo proletariado como condição prévia para a mudança das relações burguesas de produção. Chegando a afirmar “que as novas forças produtivas e as relações de produção que lhes correspondem não aparecem fora do antigo regime e depois do seu desaparecimento; aparecem no próprio seio do velho regime” (1979b:49), o que equivale a dizer que as relações socialistas de produção poderiam surgir no interior do modo de produção capitalista. Hipótese desprovida de qualquer sentido. E depois de citar passagens do *Manifesto do Partido Comunista* que apontariam para a tese explicitada por Bukharin, transcreve inteiramente o trecho do “Prefácio” de Marx, acima comentado, sem nenhuma consideração sobre essa diferença fundamental.

Como se viu, a concepção teórica dos principais líderes soviéticos, incluindo o próprio Lenin, estava profundamente influenciada pela problemática das forças produtivas. Essa concepção, aliada às dificuldades enfrentadas no início da transição soviética, foi decisiva no privilegiamento da economia em prejuízo da política ao longo de toda essa experiência, onde o fundamental era assegurar a qualquer custo a realização dos planos quinquenais com metas quase exclusivamente voltadas para a produção industrial e agrícola. Ela contribuiu

também, embora não exclusivamente, para o surgimento de um comportamento passivo dos trabalhadores que, superada a resistência inicial provocada pelo esvaziamento dos Conselhos de Fábrica e a introdução do sistema de diretor único nomeado pelo Estado, que veremos adiante, deixaram de lutar pela revolucionarização das relações de produção.

Mao Tse-tung oferece a possibilidade de uma nova leitura sobre o objeto da transição aqui examinado. Leitura centrada principalmente na defesa da necessidade de transformação das relações de produção, com a indicação inicial de seu conteúdo, como veremos no próximo item; no papel da superestrutura, especialmente da política, na modificação da base econômica; e na permanência das contradições no socialismo.

Sobre as relações de produção na transição, Mao destaca que é necessário “dapprima rovesciare l’antica sovrastruttura con la rivoluzione perché gli antichi rapporti di produzione possano essere aboliti. È dopo l’eliminazione di questi che si possono creare di nuovo rapporti di produzione, aprendo una strada allo sviluppo delle forze produttive della nuova società. È in seguito che si può provocare una grande rivoluzione tecnologica per sviluppare vigorosamente le forze produttive della società pur continuando la trasformazione dei rapporti di produzione e delle ideologie.” (1975:64)

A anterioridade da mudança na superestrutura já havia sido apresentada por Bukharin. A eliminação das relações capitalistas de produção como condição para a emergência das relações socialistas já havia sido sugerida por Lenin, como veremos. E o impulso dado às forças produtivas pelas novas relações de produção, que aparece nessa citação e é repetida várias vezes por Mao – precisando, porém, que só assim se garante um grande avanço das primeiras como uma “lei universal” -, fora também apresentado pelos dirigentes bolcheviques. Bukharin, por exemplo, ao apresentar as fases da revolução colocara a transformação da técnica como posterior à instauração das novas relações no processo produtivo; nas quais os trabalhadores livres das relações de exploração passariam não apenas a se interessar pelas mudanças tecnológicas, que deixariam de ser revertidas em benefício do capitalista e poderiam melhorar as suas condições de trabalho, como participariam diretamente na sua criação. As novas relações socialistas liberariam assim um enorme potencial produtivo e criativo dos trabalhadores, contido e sufocado pelas relações capitalistas. Mas o que há de novo é a proposição de um processo ininterrupto de transformação das relações de produção durante toda a transição socialista, mesmo após a revolução tecnológica. A contínua revolucionarização do processo de trabalho passa a ser condição para o

⁴ Esse “acordo perfeito” entre as forças produtivas e as relações de produção é *A Fonte Principal do Desenvolvimento da Sociedade*

surgimento de novas técnicas que elevem a produção, mas que, sobretudo, contribuam para a consolidação e o desenvolvimento das relações socialistas com o trabalhador dominando cada vez mais a cadeia produtiva. Longe da idéia de que as novas relações de produção são imediatamente instauradas com a estatização dos meios de produção e que se reproduziriam automaticamente a partir daí, embora Mao não esteja totalmente isento dessa perspectiva. A transição pode ser assim identificada com a contínua revolucionarização das relações de produção, determinante não apenas para o desenvolvimento das forças produtivas e consequente satisfação das necessidades sociais sempre em crescimento, como também para o seu êxito nas esferas política e ideológica.

A mudança nas relações de produção é tão importante para o líder chinês, que ele, ainda que sem distinguir teoricamente o conceito de tipos de relações de produção correspondentes à modos de produção diferentes, vê nela uma verdadeira revolução. E se poderia dizer, fazendo um parêntese, que é de fato uma verdadeira revolução social, que tem início com a revolução política. Na transição socialista, por exemplo, qualquer transformação substantiva da condição social dos trabalhadores é impensável caso permaneçam explorados e separados dos meios de produção. Esta exploração e esta separação os colocam em uma posição socialmente subalterna frente aos agentes que a realizam ou que dela se beneficiam. O seu fim, ao contrário, cria as condições para que os diferentes agentes sociais se transformem em iguais trabalhadores. Dando o exemplo da China, Mao classifica como revoluções a transformação da economia individual em economia coletiva, e a dessa em “economia do povo inteiro”, usando o termo empregado pelos soviéticos; e prevê outra revolução nas relações de produção para que o princípio socialista “a cada um segundo o próprio trabalho” possa ser substituído pelo princípio comunista “a cada um segundo as próprias necessidades (Idem:74).

Ainda que de forma imprecisa, Mao apresenta a noção de relações de produção socialistas “imperfeitas” (s/dt:471). Ela é, depois, retomada por diferentes autores ⁵ para caracterizar uma fase inicial da transição, na qual, após a estatização, os trabalhadores já dispõem da possibilidade de dirigir a *utilização dos meios de produção para determinados fins*, mas não da *capacidade de colocá-los em funcionamento*, sendo obrigados para isso a recorrerem ao trabalho de técnicos ou de especialistas, burgueses ou operários. As relações de produção, pode-se afirmar, seriam então apenas formalmente socialistas e não ainda substancialmente, o que dependeria da capacidade dos próprios trabalhadores enquanto tais gerirem inteiramente a produção, acumulando a condição de especialistas. Voltaremos a esse ponto na conclusão do presente capítulo.

Soviética conforme o título de texto de P. Ioudine (1950) do final da década de 40.

Mao ao comentar o livro de Stalin *Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.* é enfático: "Non parla né della sovrastruttura né delle relazioni tra questa e la base economica." (1975:30) E acrescenta mais adiante: "Dall'inizio alla fine del suo libro, in nessuna parte, Stalin parla de sovrastruttura." (Idem:35) Para ele, longe de tal ausência, a ação da superestrutura é condição indispensável para a transformação da base econômica. Novamente dando o exemplo da China, Mao destaca o papel dos órgãos estatais, inclusive através da lei, e da ideologia socialista na transformação da base econômica, principalmente na instauração e no funcionamento da organização socialista do trabalho. Assim, a superestrutura, ao invés de refletir passivamente o desenvolvimento de forças produtivas que sequer foram transformadas, age sobre as relações de produção estimulando sua revolucionarização, da qual passará a sofrer os efeitos.

Mas a superestrutura age principalmente através da política que permeia a economia e possibilita, através da ação dos trabalhadores, a sua transformação. A política não apenas penetra na economia como passa e a comandar o seu funcionamento, pois é a política que deve dirigir a produção e não o contrário. Daí o surgimento da expressão "a política no posto de comando", amplamente difundida na China durante um certo período. Sua aplicação se traduzia na subordinação da obtenção de resultados econômicos aos objetivos políticos, como condição não apenas para aumentar a produção através da maior intervenção política dos trabalhadores a partir das unidades de produção, mas principalmente para elevar a consciência política de todos os agentes sociais. Uma maior participação política das massas não apenas não era vista como um obstáculo à conquista de melhores resultados econômicos, como, ao contrário, ao traduzir elevada consciência sobre os desafios da transição socialista, era um pré-requisito para a concretização dos mesmos. A despolitização dos trabalhadores, porém, se traduziria em um desinteresse pela realização das metas econômicas e pela participação nos movimentos de inovação técnica, influenciando sobre o desenvolvimento das forças produtivas. Aponta-se assim para a possibilidade de uma ruptura real com a problemática das forças produtivas que subordinava a política à economia.

Para Mao, as contradições não apenas permanecem no socialismo como são a força motriz do seu desenvolvimento, devendo ser reconhecidas como tais para que sejam corretamente solucionadas. Sua ocultação só contribuiria para o seu agravamento.⁶ As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, e

⁵ Ver, por exemplo, Charles Bettelheim, 1979²: 123, 139, 148-149; e Bernard Fabrègues, 1975⁴: 60.

⁶ Stalin, pouco antes de anunciar o triunfo completo do socialismo na URSS, admite, em carta de novembro de 1930, a existência de contradições no socialismo: "Então, trata-se aqui da ligação entre a classe operária e as massas trabalhadoras e, antes de tudo, as massas

entre a base econômica e a superestrutura jurídico-política são as contradições fundamentais no socialismo, embora não sejam as únicas.

Mao descarta completamente a possibilidade de um “acordo perfeito” entre as forças produtivas e as relações de produção durante a transição. A contradição entre ambas se desenvolve de maneira ininterrupta e os momentos de “harmonia” são instáveis e passageiros, caso perdurassem implicariam a eliminação de um movimento interior indispensável ao socialismo. Ainda que preso à concepção de que as forças produtivas, tomadas isoladamente, seriam sempre mais dinâmicas e teriam um desenvolvimento sempre ininterrupto, a tese maoista ajuda a elucidar o caráter contraditório inerente à transição. Nesse caso, por exemplo, a emergência de relações proletárias de produção se daria inicialmente com a presença de forças capitalistas de produção, herdadas do antigo modo de produção e ainda não transformadas. A simples utilização desses antigos meios de produção pelos trabalhadores não é suficiente para a reorganização completa do processo de trabalho, já que reproduz as mesmas funções sob as quais foram concebidos e sob as quais se mantêm tanto a separação do produtor direto como a sua subordinação face a eles. Por isso as novas relações não podem se reproduzir em larga escala até que essa contradição seja eliminada, caso isso não aconteça a tendência é a volta da dominância das antigas relações. Mas, na ótica maoista, a eliminação dessa contradição não implicaria o fim das contradições, mas o surgimento de novas contradições exigindo novas soluções.

Além da contradição no interior da base econômica, o socialismo enfrenta a contradição entre essa base e a superestrutura. A superestrutura age sobre a base, como se viu, mas a própria transformação das relações de produção torna necessária uma contínua modificação no Estado, no direito e na ideologia, ainda que Mao não desenvolva teoricamente a natureza e o sentido dessa mudança. Pode-se pensar em um processo através do qual os trabalhadores ao assumirem funções dirigentes a partir das unidades de produção, passem também a desempenhá-las no aparelho de Estado e no conjunto da formação social proporcionando a sua transformação, como condição da reprodução das novas relações de produção e da consolidação do poder proletário. Evidentemente trata-se da transformação do próprio Estado socialista, que será analisada nos próximos capítulos.

A Revolução Cultural Chinesa representou, entre outras coisas, um grande movimento de crítica ao economicismo. Ela vai ainda lançar luz sobre uma nova questão sequer aventada pelos bolcheviques: a

camponesas. Então, trata-se das contradições *dentro da aliança*” de trabalhadores (STALIN, 1954b:20) Essas contradições seriam diferentes das contradições entre o proletariado e os kulaks, antecipando assim a análise de Mao sobre as contradições no seio do povo – de caráter não

necessidade da transformação pelos trabalhadores das máquinas herdadas do capitalismo e da sua participação na concepção e fabricação de novos equipamentos. Inúmeros movimentos são desenvolvidos para que os trabalhadores possam conhecer o funcionamento das máquinas que utilizam e consigam modificá-las para melhorar as condições de trabalho e aumentar a produção, abandonando o papel de seu mero apêndice. Mesmo em relação aos instrumentos de produção importados passa-se a aplicar a consigna: “utilização, crítica, transformação, criação”, abandonando-se a atitude passiva de empregá-los só para elevar a produção. Ao contrário dos bolcheviques que só assinalaram, unilateralmente, os benefícios da utilização da base material capitalista para o socialismo, a experiência chinesa indica a necessidade de transformação das próprias forças produtivas herdadas do capitalismo. Essa transformação só é possível com a revolucionarização das relações de produção, cujo fim comum é assegurar ao produtor direto o domínio sobre as condições de produção e seus resultados.⁷

Divisão de Trabalho, Estatização e Socialização dos Meios de Produção

A crítica ao economicismo, que unilateraliza o desenvolvimento das forças produtivas, exige ainda a análise do estatuto da divisão do trabalho e seu tipo na transição para o comunismo, bem como da diferença essencial entre a estatização e a socialização dos meios de produção. No primeiro caso, o economicismo oculta ou minimiza a discussão sobre a divisão do trabalho; e, no segundo, sob uma forma jurisdicista, a adoção de simples atos jurídicos seriam suficientes para modificar a relação entre o produtor direto e os meios de produção, transformando a base econômica.

Marx, em *Crítica ao Programa de Gotha*, divide a transição ao comunismo em duas fases. Na primeira fase, trata-se de uma sociedade que não se desenvolveu sobre uma base própria e que apresenta as “marcas” da

antagônico, e as existentes entre o povo e seus inimigos – de caráter antagônico. Mas Stalin não só não desenvolve esta tese como a abandona logo depois.

⁷ O início de uma análise sobre esta experiência pode ser levantado em Charles Bettelheim, 1979^a; Bernard Jobic, 1973; e Bernard Fabrègues, 1975^a e 1975c.

antiga em “todos seus aspectos”, no econômico, moral e intelectual. Esta “sociedade coletivista” está baseada na “propriedade comum dos meios de produção”, ou “propriedade coletiva dos próprios operários” das condições materiais de produção, sem maiores especificações.⁸

A passagem à fase superior da sociedade comunista está condicionada ao desenvolvimento de um processo único e simultâneo que envolve três aspectos essenciais:

- 1) o fim da “subordinación esclavizadora de los individuos a la división del trabajo, y con ella, la oposición entre el trabajo intelectual y el trabajo manual”. O que pressupõe que na primeira fase permanece a divisão entre o trabalho físico e o trabalho mental, característica essencial das relações capitalistas de produção, que reserva a direção e o controle do processo de produção social para dirigentes, especialistas e técnicos, e relega aos produtores diretos as tarefas de execução. Mas significa também que o avanço da própria transição e o seu êxito dependem da eliminação dessa divisão do trabalho. Voltaremos a esse ponto mais adiante.
- 2) Que “el trabajo no sea solamente un medio de vida, sino la primera necesidad vital”. Na primeira fase, todos devem trabalhar para assegurar a sobrevivência. Mas esse trabalho não é ainda a plena e livre realização das potencialidades físicas e mentais dos trabalhadores. Lenin elevou ao estatuto de princípio socialista a palavra-de-ordem “Quem não trabalha, não come”. Mas o trabalho como meio de vida não deixa de ser uma coerção.
- 3) Que “con el desarrollo de los individuos en todos sus aspectos, crezcan también las fuerzas productivas y corran a chorro lleno los manantiales de la riqueza colectiva” (MARX,s/dtc:335).

Como salientou Bernard Jobic: “Conviene destacar el orden en que Marx enuncia estas condiciones así como el acento puesto en la desaparición de la división del trabajo. Un alto nivel de desarrollo de las fuerzas productivas es en verdad esencial para la realización del comunismo, pero es correlativo a un “desarrollo de los individuos en todos sus aspectos” y no es posible, por lo tanto, reducirlo em forma mecanica exclusivamente al desarrollo de los instrumentos de producción y las técnicas productivas.” (1973:226-227)

⁸ Riccardo Guastini (1978a:84), em minucioso estudo sobre este texto marxiano vê apressadamente aí uma definição de relações de produção comunistas. Embora reconheça, contraditoriamente, que Marx não mencione a apropriação real pelos trabalhadores das condições de trabalho e de seus produtos.

A tese que apresenta os instrumentos de produção como a principal força produtiva é outra das principais teses do economicismo. Nessa perspectiva, a simples introdução de novos instrumentos de produção levaria à grandes transformações sociais independentemente da luta de classes, podendo levar até mesmo à substituição de um modo de produção por outro. A invenção de instrumentos de produção e as técnicas necessárias à sua utilização são apresentadas como *neutras*, isto é, como se fossem concebidos fora de relações de produção determinadas e não as materializassem. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

A primeira fase da sociedade comunista se depara, na análise de Marx, com duas grandes contradições: a entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, e a entre o desenvolvimento das forças produtivas e as crescentes necessidades da sociedade. Mas estas contradições não estão isoladas uma da outra, como possa parecer, ao contrário, estão intimamente imbricadas. A persistência da divisão entre o trabalho mental e o trabalho físico produz efeitos sobre as forças produtivas, especialmente no sentido de retardar o seu desenvolvimento e, portanto, de impedir o atendimento das necessidades sociais. Por outro lado, se o produtor direto não tem acesso à educação e à cultura não poderá ir assumindo funções de direção no processo de produção social, permanecendo como simples executor das tarefas produtivas determinadas por outros agentes.

A passagem para a segunda fase da sociedade comunista pressupõe uma luta consciente contra a antiga divisão do trabalho, caso contrário ela não se realizará. Especialmente contra a sua característica especialização parcelar das tarefas no processo produtivo. Essa especialização impede que o produtor direto venha a ter uma visão de conjunto do processo de trabalho e de produção, que é condição necessária e indispensável para que, coletivamente e não individualmente, exerça o seu domínio sobre tal processo. Além disso, outra implicação dessa luta, é o esforço para evitar o surgimento de novas divisões parcelares no interior das profissões já existentes. Caso isso aconteça, se ampliaria a parcelização do trabalho inviabilizando o processo de sua concentração e fusão.

Evidentemente, o dia seguinte à revolução não permite a eliminação do papel do especialista que dirige a produção, mas possibilita o estabelecimento de um controle efetivo sobre o seu trabalho. Esse controle, exercido pelos trabalhadores, quebra a subordinação hierárquica no interior da unidade de produção e permite que os últimos deixem de realizar apenas as funções de execução, passando a discutir e a decidir sobre a própria utilização do meios de produção e a finalidade dos produtos. Um exemplo histórico desse controle pode ser

encontrado na experiência da Revolução Cultural Chinesa na ação dos Grupos de Tripla União. Eles foram constituídos por operários, técnicos e especialistas além dos quadros políticos para cuidar das transformações técnicas das fábricas. Mas o controle é apenas uma *forma inicial transitória* que impede que a produção seja interrompida e, sobretudo, permite a crescente absorção pelos trabalhadores dos conhecimentos e da prática necessários para que dirijam o processo de trabalho. Caso essa forma seja perpetuada se reproduziria, novamente, a antiga divisão de trabalho.

Não se pode dizer que Lenin, o principal líder bolchevique, tenha dedicado especial atenção ao problema da divisão do trabalho e das relações de produção na transição socialista. Mas os elementos sobre a questão que se encontram em seus trabalhos permitem uma conclusão: ele nem sempre considera a simples estatização dos meios de produção, ou seja a expropriação jurídica das fábricas dos capitalistas e da terra dos proprietários fundiários, como sinônimo da instauração de novas relações de produção de caráter socialista. Retomando a distinção fundamental proposta por Engels já no *Anti-Dühring*, e não por acaso esquecida, entre a “tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade”, que remete à estatização, e a “tomada de posse do conjunto dos meios de produção pela sociedade”, que remete à socialização (1975:242-243). E mais ainda, a permanência de relações capitalistas na estrutura econômica após à tomada do poder pelo proletariado e, sobretudo, após a estatização, representa para Lenin, em rara e fragmentada abordagem explícita do tema, a possibilidade de restauração do capitalismo. Por isso é necessário que o proletariado “sepa hacer de modo que esas relaciones se disuelvan completamente” (Apud BUJARIN, 1974:167). Caso contrário, sua reprodução e seus efeitos sobre as relações políticas, sociais e ideológicas impedirão a consolidação do poder proletário.

Mas a “dissolução” das relações de produção capitalistas apresenta questões para as quais Lenin não tem respostas. Pode-se falar de um *limite histórico* na análise leniniana sobre o processo de eliminação das antigas relações de produção, já que Lenin e os bolcheviques se encontravam à frente da primeira experiência histórica de transição para o socialismo, tendo que enfrentar pioneiramente as tarefas de uma nova organização da produção social. À Comuna de Paris de 1871, que durou algumas dezenas de dias, nem sequer se colocou este desafio. Este limite é abertamente reconhecido por Lenin:

“A única coisa que sabíamos, a única coisa que nos tinham indicado com exactidão os melhores conhecedores da sociedade capitalista, os maiores cérebros que previram o desenvolvimento dessa sociedade, é

que a transformação devia seguir, de modo historicamente inevitável, uma certa grande linha, que a propriedade privada dos meios de produção estava condenada pela história, que rebentaria, que os exploradores seriam expropriados sem remédio. Tudo isso foi estabelecido com exactidão científica.” (1981:101)

Lenin concebia, assim, a expropriação dos expropriadores, através da estatização ou da nacionalização, como o primeiro passo para a “reorganização socialista” da produção. Passo que deveria necessariamente ser acompanhado de outros, que não eram percebidos com igual clareza. Quanto às “formas da transformação” e a “rapidez do desenvolvimento da reorganização concreta”, Lenin admite que: “Só a experiência colectiva, só a experiência de milhões de pessoas pode dar neste sentido indicações decisivas.” (Idem) Sem dúvida não se tratava apenas das *formas* e do *ritmo* do processo de transformação das relações de produção, mas do seu próprio conteúdo: que elementos constitutivos das relações de produção capitalistas (divisão entre trabalho manual e intelectual, trabalho de direcção e de execução), deveriam ser enfrentados e como, paulatinamente, seriam suprimidos. Na verdade, o *limite histórico* apresenta-se também como *limite teórico*, na ausência para os bolcheviques de uma teoria da transição socialista que tivesse como objeto a revolucionarização socialista das relações de produção. Ainda que constituída inicialmente pela crítica das antigas relações e de seus efeitos. Isto é, por aquilo que as novas relações, pela negativa, não poderiam ser.

A discussão de Lenin sobre as relações de produção socialistas aparecem sob designações diferentes ao longo de seus trabalhos: na distinção, já mencionada, entre nacionalização/estatização e socialização da produção; na nova disciplina necessária à construção do socialismo; na apresentação do “trabalho comunista” ou “trabalho socialista”; e na contabilidade e controle da produção e da distribuição.

No folheto “Acerca del infantilismo “izquierdista” y del espíritu pequeñoburgues”, Lenin destaca que pode-se “ser decidido o indeciso en el problema de la nacionalización, de la confiscación. Pero la clave está que la mayor decisión del mundo es insuficiente para pasar de la nacionalización y de la confiscación a la socialización. ... La clave del momento actual consistía ayer en nacionalizar, confiscar con mayor decisión, en golpear y rematar a la burguesía, en acabar con el sabotaje. Hoy, sólo los ciegos podrán no ver que hemos nacionalizado, confiscado, golpeado y acabado *más de lo que hemos sabido contar*. Y la socialización se

distingue precisamente de la simple confiscación en que se puede confiscar com la sola “decisión”, sin saber contar y distribuir acertadamente, *pero es imposible socializar sin saber hacer eso.*” (s/dta:11)⁹

No importante texto “As Tarefas Imediatas do Poder Soviético”, ao tratar das “novas relações de organização” na produção e na distribuição, Lenin afirma a necessidade de “*socializar de facto a produção*”, passando “da tarefa muito simples de prosseguir a expropriação dos capitalistas para a tarefa muito mais complexa e difícil de criar condições nas quais não possa nem existir nem surgir de novo a burguesia. É claro que esta é uma tarefa incomparavelmente mais elevada e enquanto não estiver resolvida não haverá ainda socialismo.” (1980:564). Para isso, o primeiro passo deveria ser o controle operário da produção, seguido da “regulação operária da produção”, ou seja, a passagem do controle sobre os técnicos e especialistas pelos trabalhadores para a realização das tarefas de direção pelos próprios trabalhadores.

E em *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, Lenin não deixa nenhuma dúvida sobre a natureza e o limite jurídico da estatização/nacionalização dos meios de produção, afirmando que “não se pode suprimir os exploradores de um só golpe”, pois “a expropriação por si só, como acto jurídico ou político, está muito longe de resolver o problema, porque é necessário *desalojar de facto* os latifundiários e os capitalistas, *substituir de facto* a sua administração das fábricas e das propriedades agrícolas por outra administração operária.” (1979^a:39) Naturalmente a administração capitalista não é realizada apenas pela pessoa do seu proprietário jurídico, mas muito mais por seus representantes na função de administradores, engenheiros e técnicos. Quanto à administração operária se, em seu início, pode ser realizada pelos representantes dos trabalhadores e sob seu estrito controle, ela só se realiza plenamente quando for executada diretamente pelos próprios trabalhadores.

O socialismo, segundo o líder bolchevique, exige uma nova disciplina no trabalho, diferente da “disciplina burguesa” classificada como “a disciplina da fome” e “da escravidão capitalista”. Disciplina capitalista que submete o trabalhador à “contratação livre” como condição de sua sobrevivência e, em seguida, ao despotismo fabril realizado sob comando dos capitalistas ou de seus representantes. É uma disciplina imposta de fora, exteriormente, embora não tenha o caráter de coação extra-econômica como no feudalismo. A disciplina socialista, ao contrário, seria elaborada pelos próprios trabalhadores como expressão de suas “relações de

⁹ Porém neste mesmo texto Lenin contraditoriamente, ao enumerar os diferentes “elementos” presentes na economia russa elenca, ao lado da economia camponesa patriarcal, da pequena produção mercantil, do capitalismo privado e do capitalismo de Estado, o próprio socialismo. Mas a existência do socialismo só poderia estar presente nas fábricas recém-estatizadas e ainda não socializadas, como o próprio Lenin reconhece. Fábricas nas quais ainda dominavam as relações capitalistas de produção e não as socialistas.

camaradas” (1981:105) no processo de produção. Por isso mesmo, não imposta exteriormente, seria uma disciplina livre e consciente. É evidente que Lenin aqui retoma as mesmas expressões que emprega recorrentemente para designar as relações internas que deveriam prevalecer entre os militantes do Partido Bolchevique, apoiadas na livre aceitação de seu programa político e seu estatuto e na concordância em participar em uma de suas organizações submetendo-se ao centralismo democrático. Embora, como vimos, o trabalho no socialismo continua sendo um meio de vida e não uma opção voluntária. Restando para os trabalhadores a possibilidade de lutar por uma nova disciplina de trabalho.¹⁰

A contabilidade e o controle da produção e da distribuição, termos igualmente recorrente nos trabalhos de Lenin, só podem contribuir com a transição para o socialismo se forem “obra das massas”, devendo ter um “carácter geral e universal”. Sua realização pelo próprio povo “é o *único* caminho para a vitória do socialismo, a garantia de sua vitória” (Idem:91-92). Já a sua realização apenas pelos especialistas não se identifica com o que chama de “métodos *soviéticos*”, próprios do socialismo, mas como um desvio destes, que deveriam ser realizados “a partir de baixo” submetendo os técnicos, engenheiros e administradores (1980:566-567). Aparentemente a idéia da contabilidade e da distribuição remeteria à simples administração das fábricas, através de operações de registro de matérias-primas, gastos com salários, estabelecimento de preços para os produtos, etc; mas ao incluir o controle da produção, Lenin deixa claro que refere-se também à direção do processo social de produção e sua realização ou pelos trabalhadores, ou sómente pelos especialistas, ou ainda, como forma transitória e inicial, pelos últimos sob controle dos primeiros.

A organização do trabalho “comunista”, corrigido para trabalho “socialista” correspondente à primeira fase do novo regime social, só se coloca depois da conquista do poder pelo proletariado e, mais ainda, depois da expropriação dos latifundiários e dos capitalistas, através da estatização/nacionalização dos meios de produção. Lenin entende que a estatização é apenas a medida inicial, indispensável, mas que não se identifica com a emergência do trabalho “socialista”. Embora deva-se reconhecer que sua caracterização desse trabalho seja bastante insatisfatória: seria o trabalho voluntário, sem remuneração, realizado para a sociedade. Ou seja, é a finalidade exterior do resultado do trabalho que lhe conferiria um conteúdo novo e não a sua organização interna.

¹⁰ A.D. Magaline, em *Lutte de classes et dévalorisation du capital*, observa corretamente que as novas relações de produção não podem surgir como produto do desenvolvimento das forças produtivas, e acrescenta que elas estão “potentiellement contenus dans la théorie et la pratique du parti marxiste-léniniste, dans la mesure où celui-ci concentre les expériences de la lutte de la classe opprimée au sein de l’ancien mode de production.”(179) No entanto, mais do que no partido revolucionário, a possibilidade das novas relações socialistas de produção se apoia, materialmente, na socialização do trabalho realizada pelo capitalismo.

Por isso é que Lenin vai identificar o trabalho “comunista” com a realização de iniciativas como os “sábados comunistas”, generalizadas a partir da ação voluntária empreendida pelos trabalhadores ferroviários da linha Moscou-Kazan em maio de 1919 para reparar ou construir meios de comunicação *fora* do expediente normal de trabalho. Mesmo Charles Betelheim que analisa os “sábados comunistas”, em seu livro *A Luta de Classes na União Soviética – Primeiro Período 1917-1923*, na Seção dedicada à “emergência de novas relações de produção socialistas e comunistas”, é obrigado a reconhecer que “o trabalho comunista assume um caráter “marginal”, pois surge essencialmente fora do processo de produção industrial” (1979b:185).

Porém mais estranha ainda é a identificação feita por Lenin dos exércitos de trabalho e do trabalho obrigatório como formas de trabalho “socialista”. Tanto a primeira como a segunda medidas foram tomadas no período conhecido como “comunismo de guerra” e impunham a mobilização *militar* da força de trabalho na Rússia arruinada economicamente. Longe de ser voluntário e um direito do trabalhador, o trabalho tornara-se uma obrigação, um dever militar para com o Estado, que podia deslocá-lo para o lugar que julga-se necessário, e seu abandono era considerado uma traição ao Estado.

Mas esta exposição ficaria incompleta e parcial se não apontar outros elementos presentes nos textos de Lenin que vão na direção do fortalecimento das relações capitalistas de produção no interior da economia soviética. É o que pode ser encontrado nas posições que ele defendeu nas célebres discussões sobre o emprego dos especialistas e sobre a adoção do sistema de diretor único nas empresas estatizadas. Sendo necessário aqui abrir-se um breve parêntese histórico para melhor se compreender tanto a concepção teórica de Lenin, como as dificuldades e os conflitos que surgem no processo de transição envolvendo as relações de produção e a divisão de trabalho.

Lenin reconhece que os especialistas, na Rússia do final da primeira década do século XX, são noventa e nove por cento capitalistas e “inevitavelmente burgueses”. Reconhece também que o pagamento de altos salários para eles é um “desvio dos princípios da Comuna”, “*um passo atrás* do nosso poder de Estado socialista”, lembrando precisamente que “o capital não é uma simples soma de dinheiro, mas uma determinada relação social” (1980:566-567); admitindo que os especialistas são portadores de relações capitalistas e que seu trabalho contribuiria para a reprodução dessas relações. Por outro lado, exige que “cada especialista que trabalha conscienciosamente” seja tratado como as “meninas dos olhos” do Partido Comunista, do Poder Soviético e dos

sindicatos, que devem atender todas as suas necessidades e, mais ainda, “defender e proteger os seus interesses” (1981:130-131).

A sua expectativa é de que se possa controlar a atividade dos especialistas no processo de trabalho. Embora aparente admitir que o emprego dos especialistas signifique a entrega da direção do processo de produção aos capitalistas, Lenin acredita inicialmente que os operários vigiarão seus passos, podendo ainda, através do Poder Soviético, destituí-los. E assegura que eles só desempenharão as funções executivas fixadas pelo Poder Soviético, e que, nessa medida, deixariam de ser capitalistas limitando-se à condição de meros técnicos ou organizadores. O que não deixa de ser uma contradição, pressupondo uma separação impossível entre agentes portadores de funções e o seu exercício, além de admitir uma técnica neutra acima das relações sociais. Mas depois, Lenin pergunta se o Estado proletário será capaz de “controlar esses senhores capitalistas” (Apud VINCENT-VIDAL, 1980:104). O que revela que sua expectativa inicial não se confirmara.

A implantação do diretor único de fábrica estava prevista apenas, e temporariamente, para determinados processos de trabalho, como sublinha Lenin em “As Tarefas Imediatas do Poder Soviético”.¹¹ Mas logo viu sua aplicação estendida, medida que foi defendida pelo próprio Lenin. Graças à isso, já em novembro de 1920, a antiga administração colegiada permanecia em apenas 12% das empresas nacionalizadas.

Lenin defende o diretor único apoiando-se na concepção de que a grande indústria mecanizada – “a fonte e a base material, produtiva, do socialismo” -, exigiria “uma *unidade de vontade* absoluta e rigorosíssima” como expressão de uma necessidade histórica e econômica. Essa “unidade de vontade”, novamente empregando termos que utilizara para caracterizar a necessária unidade política dos bolcheviques na realização das tarefas partidárias, só poderia, diferentemente do partido, ser atingida com a “subordinação da vontade de milhares à vontade de um só”. Daí a defesa da “*subordinação sem reservas*”, da “*obediência sem reservas* das massas à *vontade única* dos dirigentes do processo de trabalho” (1980:581), com uma ênfase, que mescla política e

¹¹ Leôncio Martins Rodrigues, em “Lenin e o problema da burocracia na URSS” (1990), apoiado principalmente em uma leitura extremamente seletiva e unilateral desse texto leniniano, pretende resumir todo o leninismo em uma “teoria do poder intelectual”, ignorando toda a reflexão aqui mencionada que indica a necessidade de uma nova organização do trabalho para consolidar o poder proletário. E como se na Revolução de Outubro de 1917 a participação de operários e camponeses tenha se reduzido à de meros instrumentos nas mãos dos líderes bolcheviques, para poderem estabelecer seu domínio enquanto intelectuais.

economia, desconhecida nos próprios teóricos do capitalismo, e como se as próprias relações capitalistas já não implicassem subordinação e obediência.¹²

Além disso, os diretores de fábrica, explicitamente apresentados como “ditadores investidos de poderes ilimitados”, passariam a ser nomeados pelo Estado soviético e não mais eleitos pelos trabalhadores. Diante das muitas reações operárias à nomeação do diretor único, Lenin chega a afirmar que “*não existe absolutamente nenhuma contradição de princípio entre o democratismo soviético (isto é, socialista) e a aplicação do poder ditatorial de indivíduos*” (Idem). Como se a democracia operária pudesse dispensar a livre escolha dos seus representantes na gestão das fábricas e a possibilidade de, a qualquer momento, destituí-los. Na verdade, essas decisões atingiram duramente os Conselhos de Fábrica que, até mesmo antes da Revolução de Outubro, assumiram a gestão de numerosas empresas e eram os embriões do controle operário da produção. Além disso, com a formação do Conselho Superior de Economia Nacional, órgão estatal de direção econômica, os Conselhos de Fábrica a ele foram subordinados, perdendo completamente a sua autonomia com a exigência de que 2/3 dos seus membros fossem indicados ou pelo Soviet Regional ou pelo Conselho Superior de Economia, e de que o 1/3 restante fosse escolhido apenas pelos trabalhadores sindicalizados.

Estas medidas foram tomadas em um momento em que a desorganização econômica, a fome, a miséria em parte causadas pela guerra civil no país, ameaçavam a própria sobrevivência do Poder Soviético. Alguns dados bastam para ilustrar a situação do período: a produtividade do operário na grande indústria era, em 1920, o equivalente à 39% da cifra de 1913, em grande parte devido ao desabastecimento industrial, já que em 1919 a indústria só recebia 10% de suas necessidades em petróleo; a produção de ferro e de ferro fundido caiu, em 1920, para o equivalente a 1,6% e a 2,4% das cifras de 1914; já a do carvão correspondia a 27%. Com isso, a ração alimentar que os trabalhadores recebiam nas cidades representava apenas 30% ou 50% da quantidade mínima necessária à sobrevivência, durante quase todo o ano de 1920 e início de 1921. Mas a pergunta feita muitos pesquisadores é por que, superada essa difícil conjuntura, as medidas antes excepcionais e transitórias foram mantidas?

A própria superação da divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, considerada por Lenin em *O Estado e a Revolução* como “uma das principais fontes da desigualdade social contemporânea” (1983:118), é

¹² Charles Bettelheim, na sua fase de leninista, deixa curiosamente no ar a resposta das perguntas sobre se a adoção dessas medidas não limitariam as iniciativas da classe operária, diminuindo sua confiança e estimulando sua passividade, dizendo simplesmente que “somos incapazes de respondê-las” (1979b:165).

remetida posteriormente, em “Uma Grande Iniciativa”, para um futuro longínquo. Não é vista como um desafio a ser enfrentado desde o início da transição ou, pelo menos, tão logo fosse superada a específica conjuntura da Rússia soviética. E sua realização, da qual depende a eliminação das classes sociais, estaria subordinada unicamente ao desenvolvimento das forças produtivas.

Já Bukharin considera que o processo de mudança de um tipo de relações para outro, das capitalistas para as socialistas, seria “largo y cruel” e que só o surgimento das novas relações colocariam “los cimientos de la sociedad socialista” (1974:43). Mas ao longo de sua análise essa importante sugestão, que remete à necessária luta dos trabalhadores contra a divisão capitalista do trabalho e seus agentes antigos ou porventura novos, não é desenvolvida. E isso por uma razão básica que é a identificação das relações capitalistas com a forma jurídica da propriedade privada capitalista, como reconhece o próprio dirigente bolchevique ao analisar o socialismo:

“Aquí se modifica radicalmente el *tipo* de relaciones de producción, queda abolido el poder supremo del capital en la producción, porque cambia el fundamento de todos los fundamentos del orden capitalista, las relaciones de propiedad.” (Idem:75)

A noção de relações de propriedade expressa nessa passagem refere-se exclusivamente à sua forma jurídica, ou seja à mera titularidade dos meios de produção. Tal titularidade jurídica, por importante que seja, não é o fundamento do modo de produção capitalista, das suas relações específicas. O elemento definidor último da produção capitalista é a separação existente entre o produtor direto e os meios de produção, expressa na sua relação com estes. É esta separação que transforma o trabalhador em mero apêndice da máquina, que é concebida e colocada em funcionamento pelos especialistas que dirigem, em nome do capital, o processo de produção. A própria exploração capitalista da força de trabalho só se tornou possível depois dessa separação, com a expropriação das terras dos camponeses e a criação de novos instrumentos de produção que substituíam os utilizados pelos antigos artesãos. É reduzindo as relações de produção à sua forma jurídica que Bukharin pode completar: “El sistema de la dictadura del proletariado hace absolutamente impensable cualquier explotación, pues transforma la propiedad capitalista colectiva en su forma capitalista privada, en propiedad *proletaria* colectiva.” (Idem)

A propriedade coletiva proletária é simplesmente a propriedade estatal, sob a qual estaria eliminada de antemão a possibilidade de exploração da força de trabalho. Mas, como revelou a experiência soviética, a simples estatização não elimina as relações de exploração se não for acompanhada da luta pela efetiva apropriação

pelos trabalhadores das condições de produção, pela eliminação da sua separação com os meios de produção. Separação que se dá em dois níveis, o *jurídico*, já que não possuem nenhuma titularidade sobre eles, mas principalmente o nível propriamente *produtivo*, impossibilitados que estão de participarem da criação e da direção sobre o uso dos meios de produção. Assim, para Bukharin, a medida inicial, indispensável mas insuficiente para assegurar a eliminação das antigas relações, da estatização jurídica dos meios de produção converte-se em medida exclusiva e final. Por isso assinala que a expropriação dos expropriadores constitui “el contenido del proceso em curso de socialización” (Idem:76), identificando a estatização/nacionalização com a socialização e apagando a diferenciação proposta por Lenin.

Nos textos de Bukharin aqui analisados, há uma visível lacuna em páginas e páginas dedicadas às relações capitalistas: a de qualquer referência à separação entre trabalho intelectual e trabalho manual. Esse silêncio só pode ser o sintoma de sua concepção sobre a propriedade privada capitalista.

Trotsky, por sua vez, admite que as “próprias formas jurídicas têm um conteúdo social que varia profundamente” (s/dt:100), e que a simples declaração de “propriedade coletiva” pode se reduzir à mera “mudança jurídica da propriedade” (Idem:240), sem implicar qualquer modificação nas condições de trabalho e de apropriação social. Mas não consegue extrair maiores consequências dessas afirmações isoladas, pois remete a adequação das formas de propriedade estatais ou nacionalizadas à um conteúdo socialista ao “nível” de desenvolvimento das forças de produção. Não há portanto uma investigação sobre a relação entre formas de propriedade e relações de produção, como sublinhou Pierre Chaulieu, que acrescenta: “O que confere ou não um carácter socialista à propriedade “nacionalizada” é a estrutura das *relações de produção*.” (s/dt:35)

Ao analisar os termos propriedade estatal, nacional e socialista, Trotsky reconhece que podem ser “a origem de erros de palmatória e de mentiras grosseiras”, pois a “propriedade privada, para se tornar social, tem que passar inelutavelmente pela estatização, tal como a larva, para se tornar borboleta, tem de passar por crisálida. Mas a crisálida não é uma borboleta. Miríades de crisálidas morrem sem chegarem a ser borboletas. ... a propriedade do Estado torna-se socialista à medida que vai deixando de ser propriedade de Estado.” (s/dt:239) Retomando a distinção entre estatização/nacionalização e socialização, Trotsky reitera que a primeira é apenas o início do processo de transformação, e vai além, pois a “propriedade socialista” só surgiria deixando de ser estatal, não se confundindo com esta. A “propriedade socialista” seria, pode-se deduzir, a propriedade de coletivos de trabalhadores sobre uma ou várias unidades de produção, dirigidas sem a intervenção do Estado

embora submetidas à um único plano geral da economia; como forma intermediária entre a propriedade estatal e a *apropriação diretamente social* pelos produtores diretos no comunismo.

A opinião de Stalin de que no “regime socialista que, até este momento [1938], só está estabelecido na U.R.S.S., é a propriedade social dos meios de produção que forma a base das relações de produção” (1979b:47), é citada por inúmeros autores ¹³ como a expressão maior de uma concepção que converte a forma jurídica de propriedade como base das relações de produção, atribuindo à um elemento da superestrutura (o direito) um papel que cabe à base econômica. No entanto, é preciso assinalar que Stalin usa ao longo de *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*, de onde foi tirada essa citação, o termo “propriedade” não só na estrita acepção jurídica mas também como sinônimo de “posse” dos meios de produção, que assegura sua “disposição” por determinados agentes, grupos ou classes (Idem:41). Refere-se então à relação de propriedade não para designar a sua dimensão jurídica formal, mas para assinalar a utilização efetiva dos meios de produção. Embora Stalin, ao referir-se especificamente à URSS, bascule já que ora “a propriedade social dos meios de produção” corresponderia ao “caráter social do processo de produção” (Idem), dele dependendo , ora “o caráter social do processo de produção está alicerçado na propriedade social dos meios de produção” (Idem:47), invertendo-se a relação de determinação.

Além disso, afirmações como: na comuna primitiva, “o trabalho em comum conduziu à propriedade comum dos meios de produção e dos produtos” ; no escravagismo, “predomina o trabalho forçado dos escravos, explorados por patrões ociosos. É por isso que já não há propriedade comum dos meios de produção, nem dos produtos. Foi substituída pela propriedade privada.” (Idem:43-44) Remetem claramente à uma determinação das formas de propriedade pelo caráter do trabalho, isto é, pela estrutura das relações de produção. No caso do socialismo, o aparecimento da forma socialista de propriedade depende da natureza dominante das relações no processo de trabalho e de produção social e não o contrário.

Mas a diferença acima mencionada, entre forma jurídica e relação econômica de propriedade, é apenas esboçada e ocupa no discurso staliniano uma função absolutamente secundária e marginal. O que predomina é a concepção segundo a qual, imediatamente após a Revolução de Outubro de 1917, as velhas relações capitalistas teriam sido instantaneamente suprimidas pelas novas relações socialistas. A simples medida jurídica da estatização dos meios de produção teria sido suficiente para instaurá-las, descartando-se qualquer processo de

¹³ Para ficar apenas em alguns: BETTELHEIM, 1979b:32; FABRÈGUES, 1977:45 e NAVES, 1996:179-180.

transformação das relações capitalistas, que foram subitamente eliminadas por um ato jurídico. O direito seria o grande responsável pela mudança da base econômica.

Ainda em *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*, Stalin não faz qualquer referência à divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, trabalho de direção e trabalho de execução, revelando mais uma vez a pouca importância que os bolcheviques atribuíram à essa discussão. Já em *Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*, a única menção à essa questão é para afirmar que “em nosso atual regime socialista esta oposição desapareceu efetivamente. Agora os homens dedicados ao trabalho manual e o pessoal dirigente não são inimigos, mas camaradas e amigos, ... De sua velha inimizade não restam sequer vestígios.” (1985:23-24) Consideração duplamente problemática: primeiro, por admitir a permanência da divisão capitalista do trabalho entre tarefa manual e intelectual, de execução e de direção em uma formação social que já teria realizado o socialismo desde 1936, e que só poderia estar ingressando no comunismo; segundo, por reconhecer essa divisão de trabalho eliminando o fato de ser fonte de desigualdades e de conflitos sociais entre seus agentes, e não de harmonia.

Stalin, a exemplo de Marx em *Crítica ao Programa de Gotha*, apresenta três condições necessárias para se atingir o comunismo: 1) “o incremento constante de toda a produção social, e preferivelmente o da produção de meios de produção” ; 2) a elevação da “propriedade kolkhosiana ao nível de propriedade de todo o povo” ¹⁴, junto com a substituição da “circulação mercantil por um sistema de intercâmbio de produtos” ; e 3) “um ascenso cultural da sociedade” para que ninguém permaneça atado “por toda a vida, devido à divisão do trabalho existente, à uma só profissão.” (1985:63-65) Evidentemente a ordem expositiva, como em Marx, tem sua importância mostrando que as forças produtivas passam a ocupar o primeiro lugar, e a divisão de trabalho o último. Isso porque são as forças produtivas que preparam a base material indispensável para a realização das demais condições, principalmente tratores e equipamentos agrícolas para a formação da fazenda estatal e para o aumento da oferta de produtos, mas também para o progresso cultural, com o aumento da produtividade do trabalho e a possível redução de sua jornada.

Mao Tse-tung, ao comentar as três condições de Stalin para a passagem ao comunismo, aprova-as mas sublinha que falta exatamente uma *condição político-ideológica*. Essa condição, ainda que genericamente

¹⁴ Trotsky observou corretamente que a propriedade estatal só poderia se tornar “de todo o povo” com o fim das diferenças sociais e do próprio Estado (s/dib:239), dando lugar mais precisamente à apropriação social pelo conjunto dos produtores. A propriedade “de todo o povo” é uma forma ideológica que oculta a propriedade estatal e, principalmente, na existência desta, a possibilidade da direção do processo de produção ser exercida por agentes não submetidos ao controle dos trabalhadores, mas controlando-os.

formulada, é plena de significado pois destaca que sem um movimento comunista dos trabalhadores no interior do socialismo não se atinge o comunismo. Movimento que se traduziria em uma “revolução socialista total” simultaneamente desenvolvida nas frentes política, econômica e ideológica. A revolução não se encerra então com a conquista do poder pelo proletariado e a estatização dos meios de produção, mas se desenvolve ininterruptamente durante toda a transição transformando contínua e simultaneamente todo o conjunto da formação social.

Este movimento comunista, no interior do socialismo, tem como agente o povo, verdadeiro criador da história, e não os planejadores ou dirigentes. Sem essa participação decisiva a transição pode estagnar e consequentemente retroceder com o afastamento dos quadros do meio do povo e a formação de grupos sociais distintos dotados de interesses próprios, que passarão a lutar para preservá-los a partir de posições ocupadas no aparelhos estatal e econômico, possibilitando o surgimento de uma nova classe social antagônica aos trabalhadores. Mao reitera então, sucessivas vezes, sua crítica à palavra-de-ordem, defendida por Stalin, de que “os quadros decidem tudo”, como expressão da negação do papel das massas na construção do socialismo. Apresentando, pela crítica, os elementos iniciais do que viria a ser conhecido depois como “a linha de massas”.

Mao, como foi dito antes, dá uma indicação inicial sobre o sentido da transformação das relações de produção, até então apenas genericamente formulado. Trata-se, sobretudo, da *luta*, é o termo que emprega, para superar a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual; que é tirada do obscurecimento e reconduzida ao estatuto de contradição do próprio socialismo, de cuja solução passa a depender seu avanço. Como contradição que implica luta, está afastada a possibilidade de que “una collaborazione creativa tra i lavoratori ed i quadri dirigenti delle imprese si instituisca da se stessa, nascendo spontaneamente” (1975:98), tal como imaginavam os soviéticos. Conclui-se assim que é ilusório acreditar que os técnicos, os especialistas e os administradores aceitem voluntariamente a medida inicial de controle dos trabalhadores sobre o seu trabalho, pois tenderão sempre a preservarem sua atividade fora desse controle. Além do mais, sabem que, em perspectiva, a eliminação da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual implica a sua própria supressão enquanto grupo social distinto dos trabalhadores. Por isso, mesmo no socialismo e ainda que tenham uma origem operária, instintivamente trabalharão e agirão para preservar suas posições no processo produtivo, fonte de sua autoridade e de seu prestígio social. Posições que são a base para a formação de interesses específicos distintos dos produtores diretos.

Históricamente, a medida concreta que foi adotada na China, como uma das formas para desenvolver essa luta, foi a da participação dos quadros dirigentes no trabalho manual e dos operários na gestão das empresas, com o objetivo, de um lado, de fazer com que os quadros conhecessem de perto os problemas concretos da produção ajudando a solucioná-los, além de se inteirar das dificuldades dos trabalhadores na realização de suas tarefas, visando ainda eliminar o preconceito com relação à elas e contribuir com sua formação política; e de outro, para permitir que os operários fossem ampliando seus conhecimentos e suas práticas na direção do processo de trabalho e de produção abandonando a mera condição de apêndices das máquinas.

Concebendo a realização desse processo como a luta entre interesses diversos, Mao critica as formulações do *Manual de Economia Política da URSS*, que se assemelham às já citadas de Stalin, que falam de “relações de cooperação e de mútua assistência em um espírito de camaradagem” na produção e no trabalho. Formulações que, deve-se acrescentar, ao ocultar as dificuldades e os conflitos inevitáveis que emergem no processo de eliminação da antiga divisão do trabalho, contribuem para a sua preservação, o que implica a real subordinação do produtor direto ao domínio dos especialistas e a ausência de qualquer tipo de relações de igualdade.

Abrindo um novo parêntese histórico, a reorganização do processo de trabalho contida na concepção de Mao foi codificada na sua Carta de Anchan, de março de 1960; redigida com base na experiência do Complexo Siderúrgico dessa cidade, a maior empresa do país na época. Ela indica cinco princípios para uma nova gestão nas fábricas: por a política no posto de comando; reforçar a direção do Partido Comunista; desencadear com energia movimentos de massa; assegurar a participação dos quadros no trabalho manual e a dos operários na gestão, reformar os regulamentos irracionais que tendiam a manter relações capitalistas, garantir a cooperação entre quadros políticos, trabalhadores e técnicos; e promover inovações técnicas.¹⁵

Mas estes princípios não foram imediatamente adotados em todo o país. Dados do início de 1960 relativos a 53 empresas mostram que apenas 11% delas tinham adotado resolutamente a participação dos trabalhadores na gestão, e que só 5% enviavam seus quadros para o trabalho diretamente produtivo. Indicadores seguros das dificuldades do processo de eliminação da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual, e

¹⁵ Comentários sobre a Carta de Anchan podem ser encontrados em Bernard Jobic, 1973; Charles Bettelheim, 1979^a; Marco Macciò, 1971 e Serge Vincent-Vidal, 1980.

das resistências que inevitavelmente suscita nos dirigentes, técnicos e especialistas. Os princípios da Carta de Anchan só tiveram sua aplicação estendida com a Revolução Cultural, iniciada em 1966.

A fase superior da sociedade comunista não é objeto de análise desse trabalho, mas pode-se perguntar: é possível pensar uma sociedade onde não haja nenhuma divisão do trabalho? Onde todos os indivíduos sejam dotados de múltiplas competências permitindo o desempenho de qualquer profissão, como desenvolvimento da idílica imagem de *A Ideologia Alemã* onde se caça de manhã, se pesca à tarde e à noite se desenvolve a crítica, sem ser exclusivamente caçador, pescador ou crítico? Parece difícil que tal ideal se concretize, pois é improvável que se atinja a equivalência das diferentes profissões e a sua completa fusão. E havendo diferentes profissões, há divisão de trabalho. Assim, o fim da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual não eliminaria toda divisão de trabalho.¹⁶ A preocupação de Marx parece estar voltada mais para uma divisão de trabalho que subordina o “indivíduo” à uma ocupação fixa como destino, sem chance de mudança ao longo da vida; analisando a possibilidade de se ter acesso à um treinamento para desenvolver a aptidão individual e de gozar de oportunidades de mudança nas opções já realizadas, conforme assinala Alex Callinicos (1992:140-141).

Além do mais, a pressuposição de que todos os indivíduos realizem as diversas atividades criaria uma uniformização excessiva ferindo a singularidade individual. Pode-se imaginar, por exemplo, que alguém se realize apenas na execução de certas atividades profissionais e não em outras; o que deve ser considerado por uma sociedade onde, segundo o *Manifesto do Partido Comunista*, o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos. Devendo ainda ser resolvido o problema da distribuição dos indivíduos entre os diversos trabalhos, alguns dos quais apenas poderão criar recursos para a realização de outros trabalhos. A realização humana pode mesmo estar na concentração em determinado talento específico e não na sua dispersão em diferentes atividades, implicando necessariamente especialização. Questões que colocam a pergunta: é possível a auto-realização de todos no comunismo? Algo que poderia facilitar a auto-realização é a escolha livre pelos agentes sociais de duas ou três possibilidades de trabalho diferentes, na impossibilidade de realizar a primeira optaria pela segunda ou pela terceira.

Subsistindo a divisão do trabalho, com a existência de diferentes profissões, no comunismo, pode-se especular sobre a emergência de grupos sociais distintos no interior de cada formação social. Esses grupos

¹⁶ A permanência da divisão do trabalho no interior da sociedade não implicaria, porém, a existência do Estado no comunismo; caso se queira lembrar da análise em *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*, que remete uma maior divisão do trabalho no Estado à uma maior divisão de trabalho na sociedade, podendo sugerir a hipótese de que enquanto houver divisão do trabalho haverá necessariamente Estado.

sociais se formariam com os agentes alocados em diferentes trabalhos, como o de cientista por exemplo. As relações entre os agentes também seriam mediatizadas pelas relações intergrupais, podendo estar apoiadas em interesses específicos não necessariamente harmônicos; o que constituiria uma base objetiva para a emergência de conflitos sociais não antagônicos. Essas relações intergrupais não abarcariam a totalidade das relações sociais comunistas, pois nem toda atividade social estaria voltada para o trabalho sobrando um vasto campo para as relações interindividuais. É evidente que, na transição, o avanço para o comunismo depende do fato da classe operária assumi-lo ou não enquanto um projeto seu, mas uma vez atingido subsistiriam apenas indivíduos e grupos sociais diferentes, já que as classes sociais teriam desaparecido.

Só no comunismo, voltando a Marx, é que a sociedade poderá se libertar do direito burguês e aplicar o princípio: “De cada um, segundo sua capacidade; a cada um segundo suas necessidades.”¹⁷ Naturalmente pode-se pensar, como faz Alex Callinicos (1992:137-138), em diferentes tipos de necessidades a serem satisfeitas no comunismo: as necessidades fundamentais que incluiriam alimentação, roupa, moradia, saúde, educação, transporte e cultura, e poderiam ser atendidas desde o início; e as necessidades não fundamentais surgidas com o desenvolvimento da sociedade e as expectativas crescentes dos indivíduos, podendo-se pensar em um acesso não ilimitado às inovações tecnológicas. O que contrasta com uma visão utópica de uma abundância ilimitada de produtos no comunismo. Além disso, está completamente descartada a idéia de que o comunismo seja a sociedade do pleno consumo, “a ênfase na *auto-realização* do indivíduo exclui qualquer concepção do bem viver como uma vida de consumo passivo, por mais agradável que possa ser. A sua [de Marx] era uma concepção aristotélica do bem viver, uma vida em que os homens tornam realidade suas “potencialidades de espécie”, isto é, seu potencial criativo.” (ELSTER,1989:215) O consumo é mero instrumento da auto-realização humana, entendida como o mais pleno e livre desenvolvimento e concretização das capacidades físicas e mentais de cada indivíduo, e sua determinação é plenamente conhecida pelos próprios agentes.

¹⁷ Trotsky observa que as “duas proposições estão indissoluvelmente ligadas”, a fórmula é “bipartida mas indivisível” (s/dtb:256). O trabalho segundo sua capacidade deixou de ser uma obrigação, não exige coação, é trabalho livre. Por isso critica Stalin que transfere o trabalho segundo sua capacidade já para a primeira fase, onde o trabalho ainda é meio de vida. Trabalhar segundo sua capacidade é, para Trotsky, trabalhar “o que quiser e puder” (Idem:90).

Conclusão

No “Prefácio” Marx admite a possibilidade de uma *estrutura interior contraditória* no modo de produção, ao falar das relações capitalistas. Ora, levada às últimas consequências, a existência dessa contradição impediria o próprio funcionamento e portanto a reprodução do modo de produção. Impõe-se assim a necessidade de separar dois processos distintos: o do funcionamento reprodutivo de um modo de produção que se dá entre limites que não colocam em causa sua estrutura, e o da transição de um modo de produção a outro que tem por objeto a transformação da estrutura.

Étienne Balibar, em *Acerca de los Conceptos Fundamentales del Materialismo Histórico*, tomando como exemplo o modo capitalista de produção, mostra que sua estrutura de produção produz as condições necessárias para a sua permanente reprodução, isto é para a “eternização” das relações sociais capitalistas. O movimento gerado pelo funcionamento da estrutura, como a lei da acumulação capitalista, só pode ser mantido com a condição de que a estrutura não seja transformada. Caso produzisse efeitos diretamente antagônicos estes impediriam sua reprodução, levando à uma concepção na qual o modo de produção por si só engendraria sua inevitável dissolução.

Nessa linha de análise, no funcionamento de um modo de produção não há contradição entre as forças produtivas e a relações de produção, e nem contradição ou *defasagem* entre a base econômica e a superestrutura jurídico-política. As forças produtivas, correspondentes à natureza do modo de produção, se desenvolvem tendo como condição a existência de relações de produção igualmente especificadas. Entre elas se estabelece uma relação de *implicação recíproca* através da qual uma passa a ser condição de existência da outra, uma relação de interioridade cujo possibilidade de reprodução está dada pela existência de uma mesma natureza que é comum a ambas. Especificando, o modo de produção capitalista dá origem às forças produtivas capitalistas que são a expressão de relações de produção próprias caracterizadas pela separação entre o produtor direto e o meio de produção, pela divisão trabalho manual e trabalho intelectual, e trabalho de direção e de execução. Essas

características estão materialmente inscritas nos meios de produção, por isso sua utilização pressupõem a permanência das relações capitalistas. Estas relações podem no máximo impor limites ao desenvolvimento das forças produtivas mas nunca transformá-las, normalmente elas apenas organizam a distribuição dos meios de produção e da força de trabalho no processo social de produção.

Sendo assim, a contradição não pode estar presente na estrutura do modo de produção, o seu estatuto não é, para usar as expressões de Balibar, *originário* mas *derivado*. Ou seja, “si los efectos interiores a la estructura de la producción no constituyen por sí mismos ninguna puesta en cuestión de los límites, por ejemplo de la crisis ... , pueden ser *una de las condiciones* (la “base material”) de *otro resultado* exterior a la estructura de la producción; es este otro resultado el que Marx indica al término de su exposición mostrando que el movimiento de la producción produce, por la concentración de la producción y el aumento del proletariado, una de las condiciones de la forma particular que reviste la lucha de clases en la sociedad capitalista.” (1970:318)

O desenvolvimento das forças produtivas é o *ponto inicial da cadeia de causalidades*, conforme expressão de Décio Saes (1994^a:56), do processo de transição de um modo de produção à outro, já que produz os efeitos que podem levar à emergência da contradição, mantida até então em estado latente e não manifesto, paralisando através da luta de classes o seu funcionamento. Mas apenas os seus efeitos *cumulativos* e *derivados* é que dão início à este processo, não se tratando do restabelecimento do primado das forças produtivas sobre as relações de produção. Tal primado, caso fosse restabelecido, implicaria no estabelecimento de limites exteriores à transformação das relações de produção postergando sua realização. Precisamente na transição é que as novas relações de produção dão origem à um poderoso impulso às forças produtivas, modificando as características da força de trabalho e criando novos meios de produção. Como revelam a experiência soviética, a chinesa e também outras, a simples estatização já foi suficiente para a liberação de energias criativas dos trabalhadores que passaram, em alguns casos, a empregar máquinas e instrumentos de forma mais produtiva. Caso esse processo inicial fosse desenvolvido e não bloqueado, se assistiria à efetiva emancipação da força de trabalho que desenvolvendo sua capacidade criadora daria origem à novos instrumentos de trabalho ainda mais produtivos. As relações socialistas de produção estabelecem assim uma redefinição da organização do processo de trabalho e de produção, determinando uma mudança estrutural no papel dos agentes envolvidos e a possibilidade real de transformação dos meios de produção. Na transição estabelece-se a primazia das relações

de produção sobre as forças produtivas, até que seja restaurada a implicação recíproca com a reprodução ampliada do novo modo de produção.

Porém, o reconhecimento dos efeitos suscitados pelo desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista – concentração dos meios de produção, socialização do trabalho, crescimento do proletariado-, é tanto mais importante porque eles são a base das futuras relações de produção, sem a qual essas não podem ser implantadas. Como reconhece Marx no “Prefácio” , “novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade.” (1978:130) ¹⁸

A partir da conceitualização de Lenin de classes sociais, em “Uma Grande Iniciativa” , como grupos sociais diferenciados pelo lugar ocupado em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações com os meios de produção, pelo papel na organização do trabalho e pelo modo e parte da riqueza social apropriada, deduz-se claramente que as relações de produção podem ser, ao mesmo tempo, relações de classe. Apenas podem já que essa determinação econômica não é suficiente para a constituição das classes, que envolve ainda condições políticas e ideológicas, como o próprio Lenin reconhece em vários trabalhos. Limitada à base econômica se teria uma concepção economicista das classes, na qual a luta política e a luta ideológica seriam apenas a manifestação camuflada de interesses econômicos previamente constituídos e sem especificidade alguma. Sabe-se ainda, como veremos no capítulo dois, que a transição socialista é um prolongado processo de luta de classes que só se interrompe com o fim das classes no comunismo. Mas estes elementos teóricos, ainda que importantes, não são suficientes para elucidar a relação entre os efeitos provocados pelo desenvolvimento das forças produtivas, ponto de partida, e a revolução política, manifestação maior da luta de classes e condição para a tomada do poder pelo proletariado. Entre um e outro estabelece-se uma cadeia de causalidades composta por um complexo processo de causa e efeito sucessivos envolvendo economia, política e ideologia, incluindo não só a formação do proletariado mas principalmente sua transformação do que foi chamado *de classe em si* em *classe para si* ; cuja análise não foi ainda realizada. Enquanto esta análise não se desenvolver haverá a tendência ou bem de se acentuar a autonomia das forças produtivas negando-se ou ocultando-se a luta de classes, ou bem de destacar a luta de classes, que estaria sempre presente no processo de produção, rejeitando-

¹⁸ Especialmente em algumas análises sobre a Revolução Cultural na China surgiu a tendência à minimizar a importância das forças produtivas no estabelecimento das novas relações de produção, substituída pela exaltação da ideologia. Assim Bernard Fabrigues (1975^a:66) aponta como “motor essencial” da produção socialista a consciência política dos trabalhadores, como se o trabalho já tivesse deixado de ser meio de vida; e A.D. Magaline (1975:41) transforma o pensamento Mao Tse-tung em força produtiva.

se a dimensão cumulativa das forças produtivas que cria a base material para as novas relações de produção. Em ambos os casos, as forças produtivas e a luta de classes não estabelecem entre si nenhuma relação, estando separadas uma da outra, quebrando-se o processo que as articula.

Como vimos, a transformação das relações de produção é precedida pela instauração da ditadura do proletariado. É este novo Estado, através da estatização/nacionalização, que transfere a titularidade jurídica dos meios de produção: de privada para estatal. Medida, é sempre importante destacar, que tem apenas uma dimensão puramente jurídica, limitada à esfera do direito.¹⁹ Esta relação *jurídica* de propriedade é apenas um aspecto do problema, e não é o mais importante. O segundo aspecto é a relação de propriedade que se manifesta no processo de produção social, na sua dimensão econômica. É a relação que define a “utilização”, o “uso” dos meios de produção para determinados fins garantindo a coordenação e a direção do processo de trabalho para alguns agentes e não para outros, conforme os conceitos utilizados por Charles Bettelheim (1972) e por Étienne Balibar (1970); função que na maioria das vezes é realizada pelos representantes dos titulares jurídicos dos meios de produção e não por estes mesmos. Esta só é alterada com a mudança dos agentes que dirigem o processo produtivo, dos especialistas e técnicos burgueses ou operários para os próprios trabalhadores. Sendo o controle operário apenas a forma inicial desse processo. A relação *econômica* de propriedade é ainda uma ação *exterior* sobre os meios de produção.

Pode-se agora tentar estabelecer de maneira mais precisa a diferença entre a forma e o conteúdo das relações de produção. No processo de transição para o socialismo primeiro muda a forma das relações de produção e só depois o seu conteúdo. Mas a forma não está dissociada do seu conteúdo, não é um envoltório vazio que pode ser preenchido com qualquer conteúdo. Não se pode conceber uma forma de relações socialistas em presença da separação entre o produtor direto e o meio de produção. A mudança da relação *jurídica* de propriedade não ocasiona nenhuma mudança na forma das relações de produção, pois o simples surgimento da propriedade estatal não altera em nada, por si só, o processo de organização do trabalho social. Se lembrarmos que, para Marx, a forma é sempre uma relação, esta só pode se estabelecer na transição com a alteração interna do processo de produção. Vale dizer, a forma socialista só se instaura com a mudança da relação *econômica* de propriedade nos termos acima apontados, isto é quando os próprios trabalhadores passem a dirigir a utilização

¹⁹ O que já fora assinalado pelo próprio Marx na sua polémica com Proudhon: “À pergunta, quais eram estas relações, só se poderia responder com uma análise crítica da economia política que abarcasse o conjunto destas relações de propriedade, não na sua expressão jurídica de relações de vontade, mas na sua forma real de relações de produção material... Proudhon subordina o conjunto destas relações econômicas à noção jurídica da propriedade” (Apud CHAULIEU, s/dt:11).

dos meios de produção. Até esse momento tem-se, em alguma medida, a permanência da divisão capitalista de trabalho, não sendo suficiente agregar à propriedade estatal o adjetivo socialista para que essa divisão seja eliminada.

Mas o núcleo das relações de produção é constituído pela capacidade dos agentes sociais de por em funcionamento os meios de produção, conforme a definição de “relação de apropriação real” de Balibar ou de “posse” de Bettelheim. É a ação que envolve o *interior* dos meios de produção. É essa capacidade possuída no modo de produção capitalista apenas por determinados agentes, os especialistas, que passa a ser objeto de assimilação pelo conjunto dos trabalhadores desde o início da transição. É ela que dá o novo conteúdo às relações de produção socialistas e constitui sua dimensão mais importante e decisiva. A capacidade de fazer funcionar os meios de produção tem um sentido amplo, implicando não apenas a transformação dos antigos meios de produção mas principalmente a concepção e a criação de novos instrumentos de trabalho pelo produtor direto. É evidente que enquanto ele não puder fazer isso, esses instrumentos serão criados por outros agentes reiterando-se a separação típica do capitalismo e restando-lhe a função de mero executor de tarefas.

A transformação e a criação de meios de produção pelos trabalhadores é a expressão do surgimento de forças produtivas socialistas que materializam as novas relações de produção. Enquanto elas não aparecerem o conteúdo das relações de produção não está modificado. Isso não implica nenhum exercício idealista pela invenção de “máquinas socialistas” à margem das relações sociais dominantes, acreditando que elas por si só instaurem novas relações, mas a reorganização do próprio processo social de produção com a dominação dos produtores diretos sobre as condições e os produtos de seu trabalho. As forças produtivas socialistas implicam a unidade entre o produtor direto e os novos meios de produção e, portanto, o desenvolvimento multilateral da força de trabalho para que possa concebê-los e acioná-los, com a formação educacional e cultural dos trabalhadores. A transição socialista não pode então ser realizada apoiada apenas no desenvolvimento unilateral das forças produtivas, pois pressupõe a transformação radical das relações de produção para a emergência de novas forças produtivas. A transformação das relações de produção é a condição prévia da transformação das forças produtivas, evidenciando mais uma vez a primazia das primeiras sobre as segundas.

Evidentemente, o Estado socialista está interessado no desenvolvimento das forças produtivas e não vai adotar uma política niilista e utópica de rejeição à esse processo, do qual depende a satisfação das necessidades sociais sempre crescentes. Mas ao buscar esse desenvolvimento, o novo Estado não pode se orientar pela idéia de

ter de alcançar e superar as formações sociais capitalistas mais desenvolvidas. Mais do que isso, para se romper com o economicismo, o novo Estado subordina o desenvolvimento das forças produtivas à transformação das relações de produção; critério que foi traduzido durante certo período da experiência chinesa pela fórmula “fazer a revolução, promover a produção”, colocando-se em primeiro lugar o objetivo da transformação revolucionária da formação social e, como consequência, seu desenvolvimento econômico. Na verdade, como se viu, ao transformar o caráter das forças produtivas, as relações socialistas de produção são as que asseguram o seu mais amplo crescimento; havendo entre elas uma relação de interioridade na qual a transformação das últimas é condição para a transformação e o desenvolvimento das primeiras, e esta, por sua vez, é condição para que as novas relações se estabeleçam.

O Estado socialista não está interessado em impedir o desenvolvimento das forças produtivas, embora a revolução ocasione a perda de muita força produtiva, como assinalou inúmeras vezes Bukharin, com a destruição de fábricas e a perda de parte da força de trabalho. Nessas condições, a retomada da produção torna-se necessária e urgente, mas essa tarefa não se traduz necessariamente em uma política de apoio ao desenvolvimento unilateral das forças produtivas. Salvo em conjunturas de extrema gravidade, como a enfrentada pelo povo soviético durante a guerra civil, esse desenvolvimento se subordina ao critério acima exposto.

A transformação das relações de produção é para a ditadura do proletariado uma necessidade, além de econômica, política, da qual depende sua própria existência. É nas relações de produção, citando novamente Marx, que se encontra o “segredo mais profundo, o fundamento oculto do edifício social”, e também “a base da forma específica que o Estado assume num período dado”. Essa análise inaugurou uma nova problemática teórica dos tipos de Estado correspondentes aos tipos de relações de produção. Tornando-se assim impensável que a ditadura do proletariado possa coexistir com a dominância de relações capitalistas de produção, que são a base do Estado burguês. Sua permanência, ao manter a subordinação econômica do proletariado, implica a preservação ou o surgimento de relações políticas e ideológicas igualmente capitalistas que colocarão em causa o domínio político recém-estabelecido.

A ditadura do proletariado se instaura na ausência de relações de produção socialistas e não pode implantá-las. O novo Estado não é um Estado “demiurgo”, criador de relações sociais, ele surge no curso do desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes. Mas pode adotar uma política estatal que favoreça a

transformação das antigas relações de produção, o que só pode ser alcançado com a ação dos produtores diretos e não dos especialistas, pois ela implica o seu fim como grupo social distinto. É mais lógico supor que se os especialistas tiverem poder na base econômica, ao dirigir a produção, acabarão por transformá-lo em recurso político. Como medidas iniciais dessa política de Estado estão a expropriação da burguesia e dos latifundiários, o controle operário nas fábricas, a participação dos quadros na produção e a dos operários na gestão – sabendo-se que só essa rotação é insuficiente para o fim da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual -, e as medidas salariais para reduzir as suas diferenças.

O Estado socialista pode ajudar a criar as condições políticas que favoreçam o desenvolvimento das novas relações de produção, estimulando uma intervenção sempre crescente dos trabalhadores na definição dos objetivos da produção e no controle da sua realização. Condições políticas, como a liberdade de discussão e de manifestação dos trabalhadores nas unidades de produção e os recursos materiais para sua realização, incluindo a eleição e a revogabilidade de seus diretores, para o desenvolvimento da luta de classes na produção que, ao longo da transição, envolve os portadores das novas relações sociais e os das antigas. Além de se empenhar na adoção de medidas educacionais necessárias para que os trabalhadores possam assumir a direção da produção, e de práticas científicas que favorecem a experimentação científica em escala social, quebrando o monopólio do saber e permitindo a descoberta de novas técnicas e novos produtos além da transformação dos antigos.

Lenin vê na diferença entre a primeira e a segunda fase uma “distinção científica” entre o socialismo e o comunismo, precisando a análise de Marx. A partir daí, o período de transição que vai do capitalismo ao comunismo é entendido como socialismo, fase imperfeita ou inferior do comunismo. A transição só se encerra quando o comunismo for atingido; embora muitos autores, inclusive Lenin, refiram-se à uma “transição para o socialismo” para caracterizar processos de transformação revolucionária em formações sociais concretas, o que pode ser entendido como uma fase da transição mais geral, determinada seja pela correlação de forças políticas, seja pelo desenvolvimento econômico.

Marx e Lenin nunca teorizaram o socialismo como um modo de produção específico, que tivesse uma estrutura econômica própria com relações socialistas de produção funcionando de forma combinada com uma determinada superestrutura jurídico-política, ambas se reproduzindo em um processo de implicação recíproca. Marx, em *Crítica ao Programa de Gotha* por exemplo, apresenta a primeira fase como *parte* da sociedade comunista e não emprega para caracterizá-la nem o conceito de formação econômico-social, nem o de modo de

produção; o que vale, de resto, para o próprio comunismo. Sabe-se ainda que a reflexão sobre o modo de produção socialista se viu bloqueada, em parte, pela instrumentalização feita por Stalin para apresentar a formação social soviética como socialismo já realizado, a partir dos anos 30.

No entanto, as tentativas de transição socialista do século XX, ainda que limitadas, pois se deram em formações sociais economicamente menos desenvolvidas do ponto de vista capitalista e que, não necessariamente por isso, fracassaram, indicam as dificuldades de se conceber a transição como um período breve, que deve imediatamente ser substituído para dar lugar ao comunismo; como já havia revelado a prática do “comunismo de guerra” na Rússia entre 1918 e 1921. Mesmo em formações sociais mais avançadas nada indica que a transformação revolucionária da sociedade, que *apenas se inicia com a tomada do poder pelo proletariado*, possa ser realizada rapidamente. Assim, a *temporalidade* da transição parece implicar, inicialmente, um longo período histórico, principalmente para se assegurar a mudança da concepção de mundo dos agentes sociais. A *temporalidade* envolve o *ritmo* da transição, cuja causalidade está ainda para ser estudada mas que seguramente envolve a eficácia na transformação das relações de produção e do Estado em cada formação social concreta.

Não se pode, assim, descartar a legitimidade teórica da proposição de um modo de produção socialista para o período de transição até o comunismo. Esse modo de produção seria a combinação original de uma base econômica socialista se reproduzindo articuladamente com uma superestrutura igualmente socialista, com a particularidade de que essa reprodução prepararia as condições para a sua própria supressão, e não para sua “eternização”. Assim, por exemplo, o desenvolvimento das relações socialistas de produção em luta contra a antiga divisão do trabalho, ao contribuir para a eliminação da diferença entre trabalho intelectual e trabalho manual, trabalho de direção e trabalho de execução seria um dos fatores que contribuiria para a generalização da condição operária como condição para o posterior desaparecimento das classes. Nesse sentido, o modo de produção socialista não só não interromperia o processo de transição para o comunismo, como seria a condição para a sua realização. Sem se constituir, porém, em um *modo de produção de transição*, que é uma contradição de termos.

Caso se aceite a tese de que ao longo da transição coexistem diferentes tipos de relações de produção, por exemplo, capitalistas, socialistas e outras, sem que haja dominância de um tipo sobre os outros; a vigência da

dominância das relações socialistas ensejaria a reprodução ampliada do novo modo de produção e o fim da transição. Restanto por ser resolvida a questão de sua complexa relação com o modo de produção comunista.

As dificuldades e as lacunas do marxismo na análise do processo de superação das relações capitalistas de produção e de instauração das relações socialistas indicam a pertinência de uma teoria da transição do modo de produção capitalista para o novo modo de produção. Essa teoria desenvolveria e integraria os elementos ainda embrionários e fragmentados, presentes sobretudo nas obras de Marx, Engels, Lenin e Mao Tse-tung, relativos às forças produtivas, relações de produção, divisão de trabalho, formas mercantis no socialismo – por exemplo, a permanência inicial da força de trabalho como mercadoria -, as classes e a luta de classes na transição em sua relação com o Estado, o direito e a ideologia. Elementos que fazem parte do imenso acervo teórico do marxismo e que, junto com a análise da rica experiência, ainda que não vitoriosa, das tentativas de transição socialista desse século, constituem as bases iniciais para a realização desse projeto.

CAPÍTULO 2

O ESTADO SOCIALISTA

O Novo Estado na Comuna de Paris

É escassa a utilização do conceito de ditadura do proletariado em toda a obra de Marx e também de Engels; o primeiro o emprega apenas nove vezes ao longo de seus trabalhos, sendo uma vez em colaboração com Engels, que a utiliza só em outras seis ocasiões.²⁰ Esse fato curioso não deixou de ser explorado por autores que não aceitavam esse conceito. Kautsky, por exemplo chegou a falar de uma “única palavra de Marx” sobre a ditadura do proletariado (1979:29). Mais recentemente, Riccardo Guastini já admite “le quattro parole di Marx sulla dittatura del proletariato” (1978b:81); e propõe, a partir da leitura da *Crítica ao Programa de Gotha*, uma terceira fase na transição para o comunismo, anterior à fase inferior socialista e à fase superior comunista, que corresponderia a um *brevissimo período* de ditadura do proletariado, que já desapareceria no início do socialismo (1978a:80, 1978b:85-88). Embora Marx relacione claramente, na obra citada, o período de transformação revolucionária da sociedade capitalista em sociedade comunista – período da primeira fase –, à um *correspondente* período político de transição, cujo Estado só pode ser a ditadura do proletariado. A leitura de Guastini é compartilhada, no entanto, por Jon Elster (1989:184), e sua crítica será desenvolvida ao longo desse capítulo.

Mesmo sem levar em conta as inúmeras ocasiões em que o conceito não se encontra explicitamente presente, embora o esteja implicitamente, as poucas menções à ditadura do proletariado no texto marxiano e engelsiano não correspondem à importância do seu estatuto para a inteligibilidade de sua análise sobre a transição para o comunismo. Importância que foi reconhecida pelo próprio Marx na conhecida carta à Joseph Weydemeyer, onde ele faz um balanço provisório de sua contribuição teórica: “Por lo que a mí se refiere, no me cabe el mérito de haber descubierto la existencia de las clases en la sociedad moderna ni la lucha entre ellas. ... Lo que yo he aportado de nuevo ha sido demostrar: 1) que *la existencia de las clases* sólo va unida a

²⁰ Bruno Bongiovanni (1989), em minucioso trabalho assim as catalogou: em Marx, três vezes em *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*, uma vez em *Erklärung* publicada na “Neue Deutsche Zeitung”, em 25 de junho de 1850, na Carta a Joseph Weydemeyer, de 5 de março de 1852; em “Banquet speech at the 7th Anniversary Celebration of the International”; em “A indiferença em matéria política”; em *Crítica ao Programa de Gotha*; e em *Société universelle des communistes révolutionnaires*, com Engels; já este, duas vezes em *A Questão da Habitação*, uma vez em *Flüchtlingsliteratur*; na Carta a Conrad Schmidt, de 27 de outubro de 1890; na Introdução de 1891 de *A Guerra Civil na França*; e em *Zur Kritik des sozialdemokratischen Programmentwurfs 1891*.

determinadas fases históricas de desarrollo de la producción; 2) que la lucha de clases conduce, necesariamente, a la dictadura del proletariado; 3) que esta misma dictadura no es de por sí más que el tránsito hacia la abolición de todas las clases y hacia una sociedad sin clases.” (s/dtd:703-704)

Sem a ditadura do proletariado torna-se impossível pensar a transição para o comunismo que tem como objetivo central, embora não exclusivo, o fim de todas as classes sociais e portanto do próprio proletariado. Essa transição se inicia com a revolução política dos trabalhadores, e tem na expropriação econômica dos expropriadores uma medida inicial indispensável para o processo de transformação social, que visa eliminar a exploração capitalista e permitir a emancipação de operários e camponeses. Os operários estabelecerão seu próprio domínio de classe como uma necessidade transitória para a supressão de todas as diferenças de classe e das próprias classes. A ditadura do proletariado é portanto provisória, o que não quer dizer que seja necessariamente breve, já que a sua vigência vai até a sociedade sem classes, isto é, até o comunismo e não até o socialismo onde elas ainda subsistem. E, como vimos, a temporalidade da transição não pode ser definida de antemão, pois envolve um conjunto de fatores interrelacionados como a luta de classes no plano nacional e internacional, os êxitos ou insucessos obtidos na transformação política, econômica e ideológica. Afirmar de antemão que ela será breve é pressupor como definido um processo ainda indeterminado. Além do que a análise histórica indica o contrário, pelo menos para as formações sociais que enfrentam pioneiramente o desafio da transição.

É preciso ainda lembrar que Marx, em *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*, tirando consequência da identificação do caráter de classe do aparelho de Estado no capitalismo, voltado para a defesa dos interesses da burguesia e dos latifundiários, já enunciara a tese da necessidade que a revolução tem de “destróçar” essa “máquina” (s/dta:276), caso queira atingir os seus objetivos. E, em carta de 1871, Marx reitera que a “demolição” do Estado burguês é “la condición previa de toda verdadera revolución popular ” (s/dte:704), embora se referisse aqui apenas à Europa. Depois de tudo o que foi escrito e discutido sobre a impossibilidade do Estado burguês se empenhar na construção do socialismo, e depois do que revelou a história do século XX, com o surgimento e a formação de novas burguesias de Estado nas formações sociais pós-revolucionárias, buscando não só a consolidação de seu domínio econômico mas a necessária restauração do Estado burguês, ainda que sob um disfarce socialista, é desnecessário alongar-se nesse ponto.

Mas o que é a ditadura do proletariado para Marx ?

Sua primeira concepção é essencialmente negativa e surge como simples oposição à ditadura da burguesia; e ela pode ser encontrada em *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. Embora Marx afirme aí que a ditadura do proletariado é “um ponto necessário de transição para a supressão das diferenças de classe em geral, para a supressão de todas as relações de produção em que repousam tais diferenças, para a supressão de todas as relações sociais que correspondem a estas relações de produção, para a subversão de todas as idéias que resultam destas relações sociais” (s/dt:182), ele não se refere ainda especificamente ao Estado.

A ditadura do proletariado é mais propriamente uma estratégia revolucionária do proletariado e não uma nova estrutura estatal surgida da revolução. Como assinalou Étienne Balibar (1985:324-325), essa estratégia envolve *os meios políticos transitórios*, entendidos como medidas práticas, que o proletariado emprega para resolver uma situação de crise revolucionária. Incluindo, por exemplo, a aliança do campesinato e da pequena-burguesia com o proletariado.

Só com a Comuna de Paris de 1871 é que a antiga exigência da “demolição” do aparelho de Estado burguês adquire um conteúdo preciso. Nesse sentido, a Comuna trazia consigo um grande elemento de positividade já que a tarefa da revolução não se limitava à destruição do Estado burguês, combinando dialéticamente destruição com criação, onde o primeiro aspecto é apenas condição do segundo, que é o mais importante. Ele implica a construção de um novo tipo de estrutura estatal pela ação independente das massas operárias, que estavam excluídas da participação na administração do Estado. Uma nova estrutura que vai reclamar a constante intervenção política dos operários nos assuntos estatais como condição de sua própria revolucionarização. É essa grande novidade histórica, que elucidava questões decisivas sobre o Estado na transição, que interromperá o silêncio de Marx de quase vinte anos durante o qual não menciona sequer uma vez o conceito de ditadura do proletariado – da Carta à Weydemayer de 5 de março de 1852 até o discurso no 7º Aniversário da Internacional de 25 de setembro de 1871.

Para se poder melhor avaliar a novidade e a radicalidade dessa nova estrutura estatal é necessário se apoiar no conceito de burocratismo fornecido por Nicos Poulantzas em seu livro *Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista* (1972:446-459). Resumidamente, o burocratismo é um elemento definidor do Estado burguês apoiado em duas grandes regras: a) o recrutamento dos funcionários de Estado é formalmente aberto a todas as classes sociais, não existindo interdição de acesso por origem social - o que vai lhe permitir apresentar-se como representante geral do povo-nação, ocultando seu caráter de classe -; b) o recrutamento e a

promoção desses funcionários seguem o critério da competência individual, formal e aparente, dando origem à uma hierarquia burocrática de competências, apoiada no suposto domínio do saber e na sua auferição através da realização de concursos internos e externos. É o burocratismo que impõe *limites* às práticas da burocracia, a camada dos funcionários de Estado independente de sua origem social,²¹ conferindo-lhe unidade de ação e, ao mesmo tempo, criando interesses políticos próprios ainda que não necessariamente homogêneos. Ele explica as dificuldades de uma estratégia política de transição para o socialismo apoiada principalmente na origem popular dos funcionários como base para uma transformação a partir do interior do Estado, como a apresentada por Santiago Carrillo em *"Eurocomunismo" e Estado*, que minimiza os efeitos do burocratismo sobre eles, tornando-os avessos a qualquer processo que possa colocar, pública e abertamente, a sua atividade em questão. Mais do que os interesses de sua origem pregressa, os funcionários passam a defender os seus interesses políticos e sociais atuais enquanto camada específica separada do povo. Além disso, eles sabem que a sua ascensão profissional está condicionada à reprodução dos princípios do burocratismo.

Marx, estudando a Comuna, vai exatamente propor a liquidação desses dois princípios básicos do burocratismo, incompatíveis com um processo de transformação revolucionária da sociedade, e que caso sejam mantidos representam grandes obstáculos para a sua realização. De que forma se dá essa liquidação? Primeiro, a Comuna interdita o acesso ao aparelho de Estado às classes exploradoras, impedindo o recrutamento universal dos funcionários. Na verdade, o recrutamento universal não impede que os principais postos da administração sejam ocupados por membros das classes dominante, que têm acesso tanto à experiência de seus antecessores, mesmo os familiares, como à formação educacional e profissional exigida para seu ingresso na carreira burocrática. Caso algum funcionário de origem popular venha a atingir, excepcionalmente, esses postos, ele estabelecerá, a partir de suas novas condições de vida e de trabalho, relações de identificação social e política com a classe dominante, passando a agir como um seu novo membro; além de servir como objeto de propaganda como suposto exemplo da possibilidade de ascensão social e da neutralidade do Estado burguês.

Na Comuna, a interdição de acesso às classes exploradoras é considerado um aspecto positivo porque evidencia o seu caráter de classe, tão zelosamente oculto no Estado burguês. No entanto, Marx salienta que mesmo agentes sociais de origem burguesa podem participar da Comuna, desde que sejam reconhecidos pelos

²¹ Acrescente-se que na transição, a partir da estatização dos meios de produção, ocorre uma ampliação da composição da burocracia, pois o conjunto de funcionários das unidades de produção estatizadas passam a ser também funcionários do Estado, embora com grandes diferenças internas. Pode-se assim, grosso modo, falar da burocracia do aparelho de Estado e da burocracia do aparelho econômico.

trabalhadores como seus representantes. Não há portanto nenhuma discriminação fixada de antemão mas a análise da posição dos candidatos frente aos interesses e a luta dos trabalhadores, embora se saiba que a grande maioria da antiga classe dominante era francamente hostil à Comuna.

Em segundo lugar, há uma mudança de critério no recrutamento e na promoção dos funcionários: abandona-se a idéia da competência pela da representação política de classe. Representação política medida pela adesão ao programa da Comuna e pela ação prática para a sua realização, e não ao programa de um grupo ou partido. Não há, na Comuna, a defesa do monopólio de um partido ou de uma corrente política como representante exclusivo dos interesses dos trabalhadores, mas o reconhecimento de que estes podem estar representados por várias organizações políticas que disputariam entre si as posições no aparelho de Estado. Basta lembrar que a composição política majoritária da Comuna era de blanquistas e de prodhounistas, correntes adversárias do marxismo.²² Com o novo critério da representação política de classe o mito da competência burocrática, baseado na especialização técnica, é substituído.

Por isso, o burocratismo, como padrão de organização interna do aparelho de Estado, é incompatível com o Estado proletário. É ele que garante à burocracia de Estado o monopólio do processo de implementação da política de Estado, e mesmo a decisão sobre sua aplicação ou não. De um lado, a interdição de acesso à burocracia para as classes exploradoras permite que os trabalhadores, ou seus representantes, passem a realizar as funções estatais como condição necessária para a instauração de seu domínio de classe; adquirindo uma experiência que não dispõem no início da transição e que lhe será indispensável. Ela impede a participação no aparelho de Estado dos exploradores para que esta seja assegurada aos trabalhadores. De outro lado, a eliminação do critério exclusivo da competência, verdadeiro cordão de isolamento da burocracia frente ao povo, pelo da representação política contribui para subordinar a atividade dos funcionários ao movimento político dos trabalhadores pela transformação revolucionária da formação social. Assim, quando, em uma transição concreta se manifeste a presença dos princípios do burocratismo, com as consequências políticas e sociais que acarreta, pode-se afirmar que se está necessariamente frente a um Estado de tipo burguês, que obstaculizará toda a tentativa independente dos trabalhadores de submeter a burocracia aos seus interesses.

²² Oskar Anweiler (1972:12) oferece os seguintes dados sobre a composição social e política da Comuna eleita em 26 de Março de 1871: 25 operários, 7 “empregados”, 30 “intelectuais” – médicos, advogados e jornalistas, e os demais membros são comerciantes e artesãos. Dos 25 operários, só 13 – todos prodhounistas – pertencem à 1ª Internacional Comunista.

Uma outra diferença fundamental em relação ao Estado burguês é o controle, estabelecido pela Comuna, das massas trabalhadoras sobre a burocracia, impedindo-a de se afastar delas para se colocar a serviço da antiga classe dominante e das classes exploradoras. Controle indispensável ao longo de toda a transição socialista mesmo após o desaparecimento dessas antigas classes; pois, como mostrou o século vinte, é no interior da burocracia, nas condições da propriedade estatal, que pode se formar uma nova classe dominante, a partir de posições ocupadas no novo aparelho de Estado e no aparelho econômico. Esse controle vai se concretizar de três maneiras básicas:

- 1) A eleição dos funcionários por sufrágio universal das classes trabalhadoras em escala global, isto é, ao nível nacional e não apenas local.²³ Medida que submete o processo de seleção e de promoção dos funcionários à decisão livre e aberta dos trabalhadores.
- 2) A criação de um novo tipo de responsabilidade funcional para os funcionários: responsabilidade não mais perante o superior hierárquico como no Estado burguês, mas frente aos trabalhadores que os elegeram e aos quais deve prestar contas. Daí a existência do mandato imperativo que obriga o funcionário a executar as decisões tomadas pelos trabalhadores. Quebrando o despotismo burocrático que subordina os trabalhadores ao mais simples funcionário, e este ao seu superior. Despotismo estatal correlato ao despotismo fabril, como acentuou Marx ao analisar o Estado francês, “um poder estatal cuja tarefa está dividida e centralizada como em uma fábrica.” (s/dta:276). E expresso na existência de uma estrutural hierárquica verticalizada do vértice à base, com o domínio completo do primeiro sobre a segunda.
- 3) A aplicação do princípio da revogabilidade para os funcionários que perdem a confiança do povo, ou seja, que deixam de representá-lo e de cumprir as suas decisões.²⁴ Principal e decisiva garantia de controle sobre a burocracia, que por sua presença nos órgãos do Estado, qualquer que seja ele, forma interesses políticos e sociais próprios e age em sua defesa buscando preservá-los e ampliá-

²³ Note-se, de passagem, que o decreto sobre as eleições da Comuna, citado por Oskar Anweiler (1972:13), menciona apenas a escolha dos representantes na Assembléia Municipal e não a de todos os funcionários.

²⁴ Engels é claro quanto a importância dessa medida: “para no perder de nuevo su dominación recién conquistada, la clase obrera tenía, de una parte, que barrer toda la vieja máquina represiva utilizada hasta entonces contra ella, y, de otra parte, precaverse contra sus propios diputados y funcionarios, declarándolos a todos, sin excepción, revocables en cualquier momento.” (s/dt:265) Precaução contra os representantes dos trabalhadores que podem, a qualquer momento, deixar de representá-los, escapando ao seu controle. Dessa forma, a representação não implica mais a substituição dos representados pelos representantes, que, com a possibilidade de serem revogados, estão impedidos de subtrair o poder dos primeiros.

los. Essa medida interdita a possibilidade real e sempre presente da burocracia se separar do povo no processo de decisão e de implementação da política de Estado.

Além disso, a Comuna toma mais três medidas visando destruir o antigo aparelho de Estado: no lugar do exército profissional, baseado no princípio da competência, a criação de milícias populares com o armamento do próprio povo impedindo, que as armas que deveriam defendê-lo se voltem contra ele; quebrando um dos pilares fundamentais da dominação burguesa. Também a polícia passava a ser responsável perante a Comuna e revogável a qualquer momento. No lugar da pretensa separação dos três poderes – executivo, legislativo e judiciário que oculta o domínio comum da burocracia não eleita pelo voto popular -, a sua fusão em um só organismo que se responsabilizasse, ao mesmo tempo, pela elaboração e pela execução das leis, apenas assim podendo controlar os seus resultados. E o fim dos privilégios dos funcionários com o estabelecimento de um salário de operário, procurando eliminar a caça aos cargos e o carreirismo, além de evitar o surgimento de uma nova camada de privilegiados colocada acima e sobre os trabalhadores, beneficiando-se do seu trabalho.

Todas essas medidas, que não puderam ser inteiramente aplicadas e desenvolvidas devido à curta duração da Comuna, tinham como objetivo fundamental facilitar a realização das tarefas estatais pelos trabalhadores para que pudessem realmente implantar sua dominação. É evidente que enquanto os próprios trabalhadores não ocupem o aparelho de Estado, enquanto permaneçam fora desse aparelho, não se pode falar de um "governo dos trabalhadores". É nisso que, segundo Marx, reside o seu segredo, pois "era, esencialmente, un Gobierno de la clase obrera, fruto de la lucha de la clase productora contra la clase apropiadora, la forma política al fin descubierta para llevar a cabo dentro de ella la emancipación económica del trabajo." (s/dib:301)²⁵ Ou seja, a direção política do proletariado no aparelho de Estado deve estar voltada prioritariamente para a conquista de sua emancipação econômica, sem a qual ela não pode se desenvolver e se consolidar como nova classe dominante. A ditadura do proletariado antecede a transformação da base econômica, que só pode ser realizada na sua presença e através de sua atividade. Marx repete aqui, à exemplo da passagem citada acima de *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*, a tese da necessidade da transformação anterior da superestrutura, com a substituição de classe no poder de Estado, como condição da mudança na base econômica; tese contrária à do "Prefácio" de 1859. O novo Estado é apresentado como uma "alavanca" voltada para a

²⁵ Note-se que Marx, em nenhuma passagem de *La Guerra Civil em Francia*, menciona a ditadura do proletariado.

supressão das raízes econômicas da divisão de classes e, portanto, da própria dominação de classes; já que não poderá haver domínio de classe onde essas não existam.

A análise sobre a Comuna de Paris é fundamental para a compreensão da obra de Marx e de Engels, e reconhecida pelos próprios autores quando propõem a única retificação de seu trabalho: a da passagem do *Manifesto do Partido Comunista*, ao final do capítulo II, onde ao se enunciar a elevação do proletariado à condição de classe dominante, não se apresenta a necessidade da destruição do Estado burguês, sugerindo a possibilidade de sua utilização positiva na transição; conforme o prefácio escrito por ambos para a edição alemã de 1872 do *Manifesto*.

A Ditadura do Proletariado é um semi-Estado

Encontra-se em *O Estado e a Revolução* de Lenin duas grandes teses teóricas: a da necessidade de destruição do Estado burguês pela revolução proletária para se poder iniciar a passagem para o comunismo, e a da ditadura do proletariado se configurando como um semi-Estado. Quanto à primeira tese, já enunciada por Marx, o ressurgimento de práticas políticas e de padrões de funcionamento próprios do Estado burguês nas formações sociais que realizaram revoluções anticapitalistas ao longo do século vinte, bloqueando a transformação política e social, reforça sua inteira pertinência, como já assinalamos. É a segunda tese que revela o caráter revolucionário e criador do pensamento de Lenin, e do próprio marxismo, enquanto uma teoria política que não se limita à crítica da separação entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, mas que busca a sua superação com o fim do Estado.

Lenin, ao analisar o novo Estado socialista, destaca que o proletariado “só tem necessidade de um Estado em definimento, isto é, constituído de tal forma que comece sem demora a definhar e que não possa deixar de definhar” (1983:31). Acrescentando a seguir que “esse Estado proletário começará a definhar logo em seguida à sua vitória” (Idem:36). Não se trata, então, de dois momentos separados, sendo o primeiro a instauração e a consolidação do novo Estado, para só depois se pensar na sua superação; mas de um *processo único* no qual a própria instauração dá início à superação, através da qual se dá a sua consolidação. A ruptura

desse processo único com a defesa do fortalecimento prévio da ditadura do proletariado, separado das medidas para a sua superação, trouxe sérias consequências para o marxismo e para o movimento operário, como veremos.

O próprio Lenin recorda que essa tese se encontra em Marx na sua análise sobre a Comuna de Paris. Mas se encontra, deve se acrescentar, de forma implícita e não explícita como em *O Estado e a Revolução*. Ao acentuar que a ditadura do proletariado é um Estado “constituído de tal forma que comece sem demora a definir”, Lenin situa o problema na sua exata dimensão: é a própria estrutura do Estado socialista que contém os elementos que possibilitem dialéticamente o início imediato de sua negação, enquanto organização especializada na realização de funções estatais separadas das demais funções econômicas e sociais. Organização que exige o trabalho de funcionários voltados exclusivamente para a realização de suas tarefas administrativas. A nova estrutura possibilita, desde o início, a participação da maioria trabalhadora no aparelho estatal para que realize suas funções no lugar da antiga burocracia separada do povo.

O exemplo mais evidente dado por Lenin é o que se refere aos aparelhos repressivos de Estado, mostrando que quando a própria maioria do povo assumir a função de repressão sobre a antiga minoria exploradora, já não haverá a necessidade de uma força separada voltada para a sua realização. O próprio povo armado poderá vigiar e punir os antigos opressores e se defender dos ataques de futuros inimigos, prescindindo de um exército profissional e de uma polícia permanentes, formados e atuando sem nenhum controle popular. O povo armado é a primeira manifestação de que a maioria da população pode realizar as funções do Estado, é a expressão do apoio e da influência que o novo Estado tem no povo e o início de sua superação. As dificuldades que a União Soviética, assim como outros países, enfrentaram na realização dessa tarefa mostra que ela só é possível nas condições de um Estado proletário comprometido com o processo de transição socialista, e que a restauração de um exército profissional separado do povo é um sintoma da restauração do Estado burguês.

A participação da maioria na gestão estatal exige a democratização do acesso ao aparelho de Estado, que se dá com o fim da hierarquia específica do burocratismo no Estado burguês e com a simplificação das tarefas administrativas. A verticalização de cargos apoiada no critério exclusivo da competência inibe a iniciativa dos trabalhadores e dificulta seu acesso ao aparelho de Estado, além de subordiná-los ao superior hierárquico, portador de suposta competência e chamado a dar a última palavra sobre a viabilidade ou não da adoção de medidas estatais. A simplificação das tarefas estatais é, para Lenin, não apenas necessária como possível; está voltada contra o caráter de funções especiais que só poderiam ser realizadas por funcionários especiais, e não

pelos próprios trabalhadores. Lenin retoma assim as expressões “fiscalização e controle”, que já empregara ao analisar as relações de produção, para designar o processo de simplificação das tarefas, que no começo poderão ser realizadas pela maioria da população, e em seguida por toda ela. Esclarece, em *Se sustentarão os bolcheviques no poder ?*, que uma cozinheira não está capacitada de imediato para dirigir o Estado, mas que a aprendizagem da administração estatal pode ser imediatamente iniciada. Aprendizagem que se daria indissoluvelmente ligada à realização prática da administração estatal, embora não se limitasse a isso. É evidente, deve-se notar já que Lenin não o faz, que tanto uma medida como a outra se chocará com os interesses da burocracia, contrária à democratização de acesso aos cargos e zelosa em apresentar a hierarquia vertical de funções e a sua complexidade como indispensáveis a um Estado moderno.

A ditadura do proletariado para realizar sua dimensão anti-estatal exige a “participação de *todos* no controle e na fiscalização, de forma que todos sejam temporariamente “funcionários”, mas que *ninguém* possa tornar-se “burocrata” .” (Idem:138) Ou seja, exige um processo de rotatividade contínua na implementação das tarefas estatais, através do qual o trabalho de funcionário é apenas uma parte de sua atividade geral enquanto trabalhador, impedindo a cristalização da condição social de burocrata, dedicado exclusivamente ao trabalho estatal. Rotatividade que impedirá, além disso, o surgimento da rotina burocrática, caracterizada por um estilo de trabalho lento e protelatório tão presente na atividade da burocracia. Inversamente, pode-se concluir, a não realização dessa premissa provoca a restauração, ou a formação, de uma burocracia separada do povo.

A participação de todos na execução de funções estatais está facilitada, segundo Lenin, por condições criadas pelo próprio capitalismo, como a instrução universal e a “educação e a disciplina” dos trabalhadores realizada nos correios, estradas de ferro, grandes fábricas, etc. Embora seja muito questionável, como mostrou o próprio Lenin, que a disciplina típica do capitalismo possa contribuir para a construção do socialismo. A instrução universal não é tudo o que se exige para garantir o efetivo exercício das funções de Estado pelos trabalhadores, já que esses conhecimentos deverão ser completados e comprovados na prática. Além disso, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo proporciona a base material para o Estado proletário. Isto é, uma base material que pode ser utilizada para a realização das funções do novo Estado. Embora, é necessário acrescentar, pressupõe-se uma utilização crítica e submetida à um processo contínuo de transformação, para que não se reproduza a divisão capitalista do trabalho mas a elimine. Atualmente, o grande desenvolvimento da tecnologia, dos meios de comunicação e de transporte permitem a simplificação da atividade administrativa

estatal, facilitando a sua realização pelo trabalhadores. Quando a Internet e o uso de computadores se tornam uma simples brincadeira de crianças, pode-se concluir que o Estado socialista é tecnologicamente possível. É a burocracia que impede a simplificação das tarefas estatais, apresentando-as como necessariamente complexas e inacessáveis ao povo. Por isso, é ilusório acreditar que essa simplificação possa ser efetuada nos marcos do Estado burguês.

Trotsky não só compartilha a tese de Lenin sobre a ditadura do proletariado como um semi-Estado, como, libertando-se momentaneamente de sua concepção de uma transição apoiada exclusivamente no desenvolvimento das forças produtivas, vê na sua concretização o critério principal para se auferir o êxito da passagem para o socialismo. Em rápida e isolada menção à ela, da qual não extrae as consequências, ele destaca que o "deperecimento do Estado começa, segundo Lenine, no dia seguinte ao da expropriação dos expropriadores, isto é, antes que o novo regime tenha podido abordar as suas tarefas económicas e culturais. Cada êxito no cumprimento destas tarefas significa uma nova etapa da reabsorção do Estado na sociedade socialista. O grau desta reabsorção é o melhor índice da profundidade e da eficácia da edificação socialista." (s/dtb:139)

Sabe-se, porém, que esse critério essencialmente político para a análise da transição foi abandonado, pelos líderes soviéticos, pelo critério exclusivamente económico do desenvolvimento das forças produtivas. No próprio *O Estado e a Revolução* esse desenvolvimento é a principal condição para a "extinção" completa do Estado, especialmente no capítulo que tem o sugestivo título "Condições Económicas do Definhamento do Estado". Pode-se perguntar se Lenin não poderia ter dedicado um capítulo às *condições políticas* necessárias para o fim do Estado.²⁶ Privilegiar o desenvolvimento das forças produtivas na realização das próprias tarefas políticas da transição é, mais uma vez, subordinar a política à economia e atribuir um estatuto autónomo às forças produtivas.

É interessante notar que Stalin, até 1926, também concebia a ditadura do proletariado como a transição para o fim do Estado. Depois de apresentar dois aspectos constitutivos do novo Estado – o trabalho para eliminar os exploradores e organizar a defesa do país, além do trabalho para garantir a participação das massas na construção socialista –, ele acrescenta um terceiro, que é a "Utilización del Poder del proletariado para

²⁶ Lucio Colletti se equivoca, portanto, ao afirmar que para Lenin: "O grau de desenvolvimento do socialismo é aqui medido – como se vê – pelo nível de desenvolvimento da democracia. Quanto mais avançado o processo de extinção do Estado, quanto mais estendido o auto-governo das massas, tanto mais progrediu a passagem e o desenvolvimento do socialismo." (1992:12) Repetindo o critério acima apresentado por Trotsky, e que não se encontra em *O Estado e a Revolução*.

organizar el socialismo, para suprimir las clases, para pasar a la sociedad sin clases, a la sociedad sin Estado.” (1941^a:144) Sendo que nenhum desses aspectos pode ser tomado isoladamente e que basta a ausência de um deles para que deixe de existir a ditadura do proletariado. Ou seja, sem a luta pelo fim do Estado não existe ditadura do proletariado. Veremos como depois Stalin abandona essa tese.

Resgatar o caráter semi-estatal do Estado proletário é reconhecer também que ele predomina sobre a sua dimensão propriamente estatal. O começo do longo processo que levará ao fim do Estado *dirige* todo o seu funcionamento e sua organização interna, como destaca Étienne Balibar em *Sobre la Dictadura del Proletariado* (1987:115). Mais do que se reproduzir, preservando suas funções e ampliando seu aparelho, a ditadura do proletariado tem que garantir que os próprios trabalhadores realizem as funções estatais e, assim, reduzam o seu aparelho. É o não-Estado que domina o Estado, seja na sua estrutura, seja nas suas funções. Caso contrário, o processo de absorção das tarefas estatais pelos trabalhadores estará bloqueado, e, simultaneamente aumentarão o aparelho e a burocracia.

O caráter semi-estatal do Estado socialista é ainda *essencial* para a teoria marxista do Estado, para utilizar o adjetivo de Valentino Gerratana (1975^a:10); pois, acrescentamos, evidencia a inteira dimensão de uma análise do Estado como organização do domínio de classe, necessário para impedir que uma formação social cindida em classes sociais pereça sob o impacto de seus antagonismos, e desnecessário em uma formação social sem classes, a comunista. A própria teoria marxista do Estado só ganha completa intelegibilidade se estiver ligada ao estudo do surgimento do Estado com o fim da comuna primitiva e a formação das classes sociais, e à investigação prospectiva do seu fim no comunismo. Caso contrário ela fica parcial e incompleta, podendo ser confundida com um simples projeto de instauração e preservação de uma nova dominação política de classe, e não como a crítica radical de toda a dominação, inclusive a do proletariado.

Antes de analisar as outras teses leninianas sobre a ditadura do proletariado, é possível se fazer um parêntese para iniciar a discussão sobre como se concretiza o aspecto não-estatal desse Estado. O predomínio do aspecto não-estatal sobre o estatal, que reproduz o funcionamento normal de qualquer tipo histórico de Estado como organização do domínio de classe e unificação de seus interesses comuns, se daria em dois planos organicamente relacionados: o primeiro, com a participação crescente dos trabalhadores na realização das tarefas estatais; o segundo, com o aumento da organização independente dos trabalhadores frente ao Estado.

O objetivo político principal do socialismo é a realização do “governo dos trabalhadores”, isto é, não de um governo que apenas represente os trabalhadores e atue em seu nome, substituindo-os na prática; e menos ainda de um governo sobre os trabalhadores, oprimindo-os; mas de um governo que além de garantir a satisfação de seus interesses imediatos e futuros, e como condição para isso, seja exercido diretamente pelos próprios trabalhadores. Para que isso ocorra o novo Estado socialista assegura o aprendizado das massas para o exercício do poder, que, como assinalou Lenin, pode ter início imediatamente após sua instauração. Através do aprendizado prático, os trabalhadores enquanto tais, isto é, sem abandonar seu trabalho produtivo, realizam, ainda que parcialmente, o exercício da administração estatal para que possam dirigi-la integralmente. Sem a efetiva direção do proletariado nenhum Estado pode se considerar proletário. A aprendizagem dos trabalhadores pode contar com a colaboração dos funcionários existentes; naturalmente daqueles dispostos a contribuir com o novo Estado e a se submeterem às novas relações políticas e sociais, mesmo que sejam uma minoria.

A participação dos trabalhadores na gestão estatal se traduz ainda em um controle efetivo da burocracia, com a integral aplicação das medidas reveladas pela Comuna de Paris. Principalmente com a eleição e a revogabilidade de *todos* os funcionários do aparelho de Estado, e não apenas com a escolha dos representantes para os órgãos coletivos como as assembléias populares, que depois se responsabilizariam pela formação dos organismos administrativos, acabando por recrutar os seus futuros membros sem o conhecimento dessas. Seguramente a eleição de *todos* os funcionários seria direta apenas nas instâncias inferiores da administração estatal – bairros, distritos e municípios menores, pois nas instâncias intermediárias e superiores seria realizada pelas assembléias representativas do mesmo nível até a assembléia popular nacional. Também a revogação de funcionários ou de representantes eleitos seria realizada pela instância que os elegeram. Outras medidas podem ser adotadas para facilitar o controle dos trabalhadores sobre a burocracia, como a unificação das tarefas estatais em lugar da minuciosa compartimentalização da função pública, que dá origem à multiplicação de cargos e ao decorrente crescimento do número de funcionários; o que facilitaria uma visão de conjunto sobre o funcionamento do aparelho. E a prestação regular de contas aos coletivos dos trabalhadores não apenas dos representantes e dos funcionários locais, como os das instâncias representativas e administrativas intermediárias e superiores.

Como foi dito, o exemplo mais evidente de concretização da dimensão semi-estatal do Estado socialista é o desempenho direto das tarefas militares e de segurança pública pelo povo em armas, que é a principal

garantia de sua defesa. A concretização desse objetivo fundamental pressupõe, de início, formas transitórias combinadas onde o Exército regular atuasse conjuntamente com as milícias populares. Mas a profissionalização do Exército estaria subordinada ao efetivo controle popular, que determinaria também sua estrutura interna. Além disso, as milícias populares paulatinamente iriam absorvendo as tarefas militares do Exército, cujos oficiais estariam integrados na realização de tarefas econômicas e políticas. Um exemplo de organização de milícia popular pode ser encontrado na China durante da década de sessenta e setenta, como uma organização de massas armada atuando nos bairros e nas fábricas sem que seus membros se afastassem do trabalho produtivo, e estruturada organizada segundo os mesmos princípios do Exército Popular, com a tarefa de realizar o treinamento militar de toda a população.

A participação popular se traduz também por uma intervenção direta na elaboração e na definição do plano de desenvolvimento da formação social que busca realizar a transição socialista. A planificação subordina-se aos objetivos da construção do socialismo, envolvendo metas não apenas econômicas e sociais como as políticas. Ela não pode se converter em um instrumento de domínio burocrático ou tecnocrático dos planejadores sobre os trabalhadores. Ela serve à transformação das relações de produção, ao facilitar o domínio do produtor direto sobre o conjunto da produção social, e também à revolucionarização do Estado ao permitir a sua elaboração e o controle de sua execução pelas massas. Para que isso ocorra uma condição indispensável é que a palavra final do plano relativo às unidades de produção, com as metas de produção, de emprego de matéria-prima, de mão-de-obra, de equipamentos e de investimentos, seja do produtor direto. Na China, durante o período de criação das comunas populares, a partir de 1958, a última palavra sobre o plano recaía sobre a equipe de produção, que era a instância inferior no interior da comuna, que organizava depois a discussão com as outras instâncias, a saber: a brigada, a comuna e, por fim, o distrito. Essa experiência representou o fim da planificação imperativa realizada através de diretivas centrais dos organismos de planificação, sem a consulta e a participação dos trabalhadores. Naturalmente a decisão da unidade inferior é submetida à discussão com o coletivo geral de trabalhadores, através das outras instâncias, para se evitar a autonomização de cada unidade e a desarticulação do plano geral.

O Estado socialista pode aplicar uma política de descentralização do planejamento com a transferência contínua de atribuições para as instâncias regionais e locais, que estão mais próximas dos trabalhadores e permitem uma maior participação no controle de sua atividade. Essas instâncias fixam metas contendo o mínimo

e o máximo de investimentos e de produção, pois conhecem a demanda local, e as remetem aos órgãos centrais para a compatibilização com os objetivos nacionais; estabelecendo-se uma estreita colaboração entre os diferentes órgãos. Isso ainda nem sequer toca na importante questão de como é possível assegurar a participação dos trabalhadores no planejamento global, e de como estes controlam os planejadores centrais. Embora se possa atribuir à assembléia popular nacional a aprovação do plano geral e a eleição dos planejadores dos órgãos centrais, trata-se, no melhor dos casos, de uma participação indireta dos trabalhadores e não de uma intervenção direta. Além disso, mesmo a realização de um plebiscito popular para a aprovação do plano, não sendo acompanhado de uma verdadeira e livre discussão e da possibilidade de mudanças de conteúdo, pode se constituir em mera formalidade, um ato de simples ratificação de decisões já tomadas.

Em relação ao aparelho judiciário há exemplos históricos de início de formação de uma justiça não profissional com a participação de trabalhadores no papel de juízes. Na China, pelo menos até 1978, toda pessoa com mais de 23 anos podia ser juiz, com exceção daquelas privadas de seus direitos civis. A escolha se dava apoiada principalmente em um critério político: o futuro juiz deveria estudar o marxismo-leninismo, conhecer a vida da classe operária e ter ligação com as massas. A maioria dos juízes, nesse período e mesmo antes, era de filhos de operários e camponeses; além de antigos participantes da guerra revolucionária e dos militantes mais ativos dos movimentos revolucionários. Alguns provinham das faculdades de direito, mas caso não tivesse formação jurídica recebia uma formação especial com duração de 6, 12 ou 24 meses; e começavam a atuar no tribunal popular de base. Todos os juízes trabalhavam na produção pelo menos um mês por ano para poder ter contato com os trabalhadores. Além desses juízes, a justiça contava com o trabalho de assessores populares para o tribunal de primeira instância, que funcionava com um juiz e dois assessores populares com iguais poderes, mas cuja decisão devia ser ratificada pelo presidente da instância superior. Nenhum assessor popular recebia pelo seu trabalho já que ele não se afastava da produção onde estava empregado, a não ser nos dias em que devia realizar seu trabalho de assessor quando continuava a receber pela sua unidade de trabalho; conforme o relato de uma equipe de magistrados franceses em *La justice em Chine*, composta por Michel Miaille e outros membros.

Em Cuba, no início da década de setenta, os juízes dos tribunais populares de primeira instância eram trabalhadores que cumpriam suas funções depois do trabalho na unidade de produção. Todos eram eleitos pelo povo em votação secreta, precedida pela indicação de organizações como a Federação de Mulheres e os Comites de Defesa da Revolução, além do partido, com a garantia de que todos os nomes indicados faziam parte da lista

de votação. O único requisito para ser juiz era ter o sexto ano primário e não poder ter sido incriminado pela execução de nenhum delito. Depois de eleito, o juiz fazia cursos especializados para a realização de suas funções. Esses tribunais, que contavam com a participação de três juizes, julgavam delitos cujas pena máxima não passavam de 30 dias, podendo excepcionalmente chegar até seis meses; segundo o livro de Marta Harnecker *Cuba: Dictadura o Democracia?* (1977:81-91). Ambos os exemplos apontam para a concretização de formas de transição para uma justiça não profissional, onde os juizes de formação profissional realizam o trabalho nos órgãos supremos em colaboração com os trabalhadores nas instâncias inferiores.

Entretanto, apenas a participação dos trabalhadores no aparelho estatal com o seu desligamento do trabalho produtivos, já sabemos, levaria à sua burocratização, convertendo-os em novos funcionários. Além disso, a política não se esgota nos limites do Estado e o socialismo pressupõe um alto grau de organização independente dos trabalhadores e *fora* do aparelho estatal. Essas organizações são meios da luta política dos trabalhadores pela construção do socialismo e instrumentos de controle da burocracia, por isso necessitam ter completa independência política e inteira autonomia organizativa e financeira frente ao Estado, apoiando-se na adesão ativa e voluntária de seus membros. A esse respeito vale a pena lembrar a advertência de Lenin, feita por ocasião do célebre debate sobre o papel dos sindicatos soviéticos e sua relação com o Estado, de que os operários deviam se defender frente ao seu *próprio* Estado, organizando-se para a defesa de seus interesses. Enquanto um Estado dos trabalhadores, a ditadura do proletariado não apenas não impede a organização autônoma e independente desses como as estimula, como mais uma das formas de realizar seu caráter semi-estatal. A tentativa de submeter a ação política dos trabalhadores aos "interesses de Estado", sob o argumento de que entre o novo Estado e as organizações independentes não haverá conflitos, contribui para reduzir a sua intervenção autônoma, ocultando o anseio da burocracia em conservar sua posição social e política. A proposta de estatização das organizações dos trabalhadores é a expressão dessa tendência.

A unidade básica da auto-organização dos trabalhadores é a que se estabelece nas unidades de produção, através do controle operário independente do Estado e dos sindicatos. Eleito e revogável a qualquer momento pelos operários, ele, no início, controla a utilização dos meios de produção, a realização de investimentos, a contratação de mão-de-obra e a destinação do produto, para depois dirigir todo o processo social de produção e de distribuição. Colabora ativamente com os órgãos de planificação e demais organismos econômicos sem estar à eles subordinados. O mesmo processo se estabelece nas unidades de produção agrícolas e pecuárias. As

experiências dos Conselhos de Fábricas na URSS e dos Comitês Revolucionários na Revolução Cultural Chinesa, antes de seu esvaziamento, mostram as imensas potencialidades políticas e econômicas dessas organizações.

Nos bairros, a organização dos moradores pode definir a prioridade dos investimentos a serem realizados – se em escolas, creches, iluminação ou pavimentação –; organizar e fiscalizar os serviços sociais e de consumo para a satisfação de suas necessidades; além de realizar a eleição dos funcionários encarregados desses serviços. Toda essa atividade se daria através das assembléias de moradores, que serviriam ainda como local para a prestação de contas dos funcionários eleitos.²⁷

Muitas outras organizações independentes podem surgir como a de jovens, de mulheres, de defensores da ecologia, de escritores e artistas, etc. A proliferação dessas organizações, ainda que inicialmente voltadas à defesa de interesses específicos, podem contribuir para uma maior participação política de seus membros na medida em que passem a discutir aspectos integrantes da política estatal e a influir na sua própria definição e implementação. Podem não apenas ajudar a controlar a burocracia, como assumir a execução direta da política estatal na sua área de atuação sem estarem subordinadas ao Estado.

Voltando à Lenin, seus trabalhos apresentam mais três teses sobre a ditadura do proletariado, além desta tese principal: a ditadura do proletariado é a continuação da luta de classes; a ditadura do proletariado é o poder exclusivo do proletariado; e, a ditadura do proletariado não é principalmente a violência mas a construção de uma nova sociedade. Em relação à primeira tese, o líder bolchevique assinala:

“La dictadura del proletariado no es la terminación de la lucha de clases, sino la continuación de ésta bajo nuevas formas. La dictadura del proletariado es la lucha de clases del proletariado que há triunfado y que há tomado en sus manos el Poder político contra la burguesia vencida, pero no aniquilada, no desaparecida, que no ha dejado de oponer resistencia, contra la burguesia cuya resistencia se ha reforzado.” (Apud STALIN, 1941⁸:140-141)

A luta de classes continua em primeiro lugar contra os exploradores, os latifundiários e os capitalistas que perderam o poder de Estado com a revolução, mas que continuam a gozar de grandes “vantagens” reais: uma base internacional de apoio constituída pelo capital internacional; alguns meios de produção e dinheiro; vínculos

²⁷ Um interessante relato sobre o início do processo de auto-organização de moradores de um bairro pode ser encontrado no livro de Marta Hamecker, *Cuba: Dictadura o Democracia?*, pp.118-ss., através de *assembléias de serviços*, organizadas para a discussão dos serviços comunitários e as medidas necessárias para sua melhoria na periferia de Havana, em 1974. Na China, atuavam os Comitês de Habitantes, que

e relações sociais, além de hábitos; o conhecimento dos “segredos” da administração, do comando do Exército e da direção da economia; formação escolar mais elevada e relações com os especialistas. E principalmente, pode-se acrescentar, a permanência de relações capitalistas de produção que não foram transformadas, que subordinam os trabalhadores no processo de trabalho e são a base das antigas relações políticas e ideológicas. É por isso que referindo-se ao período imediatamente posterior à conquista do poder pelo proletariado, Lenin, na sua polêmica com Kautsky em *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, defende a necessidade da ditadura mesmo quando se tem o apoio da maioria, pois as antigas classes dominantes gozam ainda de uma efetiva superioridade econômica e ideológica, e de uma importância bem maior que sua expressão numérica no conjunto da população. Vencer politicamente a burguesia e os latifundiários, derrotá-los militarmente até o seu desaparecimento como classe, são os termos essencialmente descritivos, que Lenin utiliza para designar a primeira grande função do Estado socialista, que é apresentada como uma simples tarefa política.²⁸

Segundo Lenin, o proletariado vitorioso usará sua supremacia política para, em um longo processo, desenvolver sua capacidade de direção político-estatal e econômica, capacidade que a burguesia acumulou em séculos de experiência de dominação. Se não for capaz de afirmar sua dominação, que não se traduz apenas na repressão de seus inimigos de classes mas na realização de um novo projeto histórico-social que tenha o apoio da maioria dos trabalhadores, ainda que essa maioria seja conquistada no curso da transição e não necessariamente no seu início, o proletariado perderá o poder político, já que não se trata apenas de vencer a revolução ou mesmo uma guerra civil. Se o proletariado, através do novo Estado, passa a dispor de melhores condições para continuar a luta de classes, o que é indiscutível, passa também a ter de enfrentar desafios maiores como a própria intensificação da luta de classes no período pós-revolucionário e mesmo depois.

Mas se a ditadura do proletariado se volta principalmente contra a burguesia e os latifundiários, ela se depara com o difícil problema da relação com o campesinato e a pequena-burguesia durante toda a transição. Eles encontram-se em uma situação particular no início da transição, “intermedia: por un lado, representan una masa de trabajadores, bastante considerable (...), unida por el interés, común a los trabajadores, de emanciparse

era considerado uma organização administrativa de massas, sem ser um órgão estatal, e que tinha entre suas tarefas a mobilização dos moradores para organizar o trabalho de segurança social.

²⁸ O trabalho teórico de formulação das funções do Estado socialista ainda está por ser feito, não podendo se limitar a esses elementos embrionários. Esse trabalho poderia partir da negação da dupla função desempenhada pelo Estado burguês: individualizar os produtores diretos e os proprietários de meios de produção, convertendo-os em sujeitos jurídicos e neutralizar a tendência da classe operária para a ação coletiva, conforme a análise de Nicos Poulantzas em *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. A função atomizadora do Estado burguês seria substituída pela função unificadora do conjunto dos trabalhadores, não apenas do proletariado, pelo Estado socialista na construção do socialismo. O novo Estado não apenas organizaria o domínio comum de classe dos proletários, como contribuiria para a organização política autônoma e independente dos trabalhadores para impedir a sua atomização política.

del terrateniente y del capitalista; y por otro lado, son pequeños patronos aislados, pequeños propietarios y comerciantes.” (s/dtc:13) Para Lenin, essa situação econômica é a base para um comportamento político oscilante, podendo ora se inclinar para o proletariado, quando esse dispõe de força política e de capacidade para satisfazer seus interesses econômicos imediatos, ora para a burguesia, quando vêm na restauração de seu domínio maior garantia para conquistar suas aspirações. O Estado socialista então busca realizar uma política estatal para “neutralizar” essa oscilação e atrair os camponeses e a pequena-burguesia para a construção do socialismo, sob a direção do proletariado.

A ditadura do proletariado, pode-se deduzir, é o meio político e econômico para preparar a desapareição das classes, que quando atingida permitirá o seu próprio fim. Mas as classes e a luta de classes permanecem durante todo o socialismo, ainda que sob formas e condições transformadas, como destaca Lenin.²⁹ Sem falar que no curso desse processo novas classes podem surgir e se desenvolver a partir de posições ocupadas no processo de produção, especificamente os especialistas de origem burguesa e mesmo proletária, ou a partir de postos no aparelho de Estado, particularmente a burocracia voltada para o trabalho econômico e de planificação, com o objetivo de interromper a transição e restaurar completamente o capitalismo. A derrota das tentativas de transição para o socialismo na antiga União Soviética e em outras formações sociais, com o surgimento e a ascensão ao poder de uma nova burguesia de Estado que depois restauraria o capitalismo privado, é a principal demonstração dessa tese.

Lenin apresenta também uma definição inicial de ditadura como o poder que não reconhece “ningún otro poder, ninguna ley, ninguna norma, proviniera de quién provienere. Un poder ilimitado, al margen de toda ley, que se apoya en la fuerza en el sentido más directo de esa palabra” (Apud BALIBAR, 1987:266). Poder apoiado diretamente na força do povo armado, acima de qualquer restrição legal. O que não exclue evidentemente a vigência, sob o Estado proletário, de uma Constituição, de leis e de prerrogativas jurídicas. Mas esse arcabouço jurídico, por importante que seja, é descartado como fonte de seu poder, que só pode ser a força do proletariado na luta de classes durante toda a transição e o seu exercício através da violência, sempre que

²⁹ Historicamente, o abandono dessa tese leninista já revelou suas consequências: na URSS da década de 30, a negação por Stalin dos antagonismos de classe, às vezes substituída pela afirmação de um agravamento da luta de classes para fins políticos conjunturais como por ocasião dos Processos de Moscou, serviu para ocultar a gênese de uma nova burguesia de Estado. Sobre a concepção de Stalin e a luta de classes no socialismo pode-se consultar o artigo de Bernard Fabrègues “Staline, la lutte de classes, l’Etat.”, que consta na bibliografia. Mais tarde, em 1952, Stalin, depois de admitir que na formação social soviética de então haveriam apenas a classe dos operários e a classe dos camponeses kolkhosianos, destaca contraditariamente que no socialismo, supostamente realizado, “não existem classes destinadas a desaparecer, classes que possam organizar uma resistência” (1985:48) Negando novamente a luta de classes na URSS., e mesmo a eventual resistência de operários e camponeses à sua desapareição como classe, pois sua adesão ao comunismo não está de antemão assegurada.

necessária. Porém, convém destacar algo que Lenin não menciona, sendo o Estado socialista a *representação estatal* dos trabalhadores e não o exercício *direto* de sua dominação de classe, surge aqui a importante questão de se saber exatamente quem determina a necessidade e a oportunidade do uso da violência e contra quais inimigos concretos. Ainda que se reconheça a ditadura do proletariado como a concretização da democracia dos trabalhadores e da repressão sobre as antigas classes exploradoras; ditadura e democracia possuindo sempre um conteúdo de classe.³⁰

O recurso à violência, materializada na própria existência do novo Estado, pode se dar durante toda a transição socialista, mas sua intensidade e sua extensão depende das condições concretas da luta de classes na formação social em que se realiza. Tentando formular as principais condições que influem sobre o uso da violência, Lenin explicita três: o “grau de desenvolvimento da classe revolucionária dada”, “a herança de uma guerra longa e reaccionária” e as “formas de resistência da burguesia e da pequena burguesia” (1980:581). Mas, para o líder bolchevique, o exercício da coação deve ser sempre acompanhado pelo trabalho de persuasão, para que os trabalhadores compreendam a sua necessidade e possam ser seus próprios agentes. Sem o convencimento dos trabalhadores, os resultados da violência são bem menores e passa a ser realizada principalmente pelo Estado, através de órgãos especializados.³¹

Trotsky, sobre esse tema, chega a formular um “teorema sociológico”: “a coacção exercida pelas massas no Estado operário é directamente proporcional às forças que tendem para a exploração ou para a restauração capitalista e inversamente proporcional à solidariedade social e ao devotamento comum ao novo regime” (s/dtb:139). Embora haja uma diferença entre a violência exercida directamente pelos trabalhadores e a realizada pelo Estado em seu nome, essa formulação novamente remete o uso e a dimensão da violência às condições criadas pela luta de classes.

É importante acentuar que embora a violência possa se manifestar com toda a sua força durante a tomada do poder pelo proletariado, e mesmo ainda intensificada no período imediatamente posterior contra a resistência redobrada da burguesia, ela pode ressurgir sob forma bastante aguda mesmo depois, com a emergência e a atividade de novas camadas sociais ou classes que busquem a restauração capitalista, ou como a resposta do proletariado à essa tentativa. É o que mostrou a Revolução Cultural na China desencadeada contra

³⁰ Nos termos de Mao Tse-tung, trata-se de empregar o método ditatorial para resolver as contradições antagônicas entre o povo e o seu inimigo, e o método democrático para resolver as contradições não-antagônicas no seio do povo.

³¹ Mao Tse-tung afirmava que na China as próprias massas e não Estado é que deviam cuidar da eliminação dos contra-revolucionários.

dirigentes, quadros e militantes políticos comprometidos com a chamada “via capitalista” ³², que foi uma nova revolução desencadeada no interior da revolução originária, e na qual a violência esteve fortemente presente.

Para Lenin, o Estado socialista é o poder *exclusivo* do proletariado, que só pode ser realizado na medida em que ele tenha consciência de suas tarefas. Isso subentende que o poder é exercido sem partilha. É a ditadura de uma só classe, pois o poder de Estado implica a indicação da classe social que o detém. É o poder que organiza a dominação política do proletariado para que possa desenvolver sua hegemonia, dirigindo os camponeses e a pequena-burguesia. O poder exclusivo do proletariado é a essência de toda e qualquer forma histórica do Estado socialista. ³³ Sabendo-se que o poder político é indivisível da classe dominante como um todo e que divisíveis são os interesses de fração, presentes no seio do proletariado, uma determinada fração operária pode exercer o poder estatal em nome do conjunto da classe.

Os motivos que conferem ao proletariado a condição de postular o papel de classe dirigente e dominante no socialismo são sobejamente conhecidos nas análises de Marx, Engels e Lenin: desprovido dos meios de produção e só contando com sua força de trabalho, ele é a própria negação das diferenças de classe; único interessado na desapareição dessas diferenças e preparado, pela produção capitalista, a dirigir o processo com esse objetivo. Nem o campesinato, nem a pequena-burguesia reúnem essas condições.

Mas Lenin, ao defender a exclusividade de classe do Estado socialista, afasta-se completamente de uma concepção obreirista ao apresentar o seu outro aspecto orgânico: a ditadura do proletariado é uma forma particular de aliança de classes entre o proletariado com os camponeses e a pequena-burguesia, “uma aliança entre classes econômica, política, social e psicologicamente diferentes.” (1979b:10) A capacidade do proletariado, através da política de Estado, em realizar essa aliança é decisiva para os destinos do socialismo. Sózinho, tendo que enfrentar a burguesia, aliada aos camponeses e à pequena-burguesia, fatalmente é derrotado e a transição termina. Assim, o poder exclusivo do proletariado é também a sua capacidade de realizar e desenvolver a aliança com o campesinato e a pequena-burguesia.

É essa definição que esclarece a polêmica de Lenin com Bukharin, no início da década de vinte, sobre o caráter do Estado soviético. Lenin corrige uma sua formulação anterior de que esse seria um Estado operário e

³² Trata-se de uma caracterização insuficiente para um grupo social que de fato representava uma nova burguesia, pois está centrada nas opções políticas de seus agentes e não no estudo das relações de produção vigentes, como observou Fabrègues (1977:47-48)

³³ Lenin acrescentava que esse “concepto sólo tiene sentido cuando una clase sabe que es ella sola la que toma en sus manos el Poder político y ni se engaña a sí misma ni engaña a los demás con palabrerías acerca del Poder “de todo el pueblo” “(Apud STALIN, 1941:141). Como se sabe, “Estado de todo o povo” foi a expressão usada pelos sucessores de Stalin para caracterizar o Estado soviético, que há tempos deixara de ser uma ditadura proletária.

camponês, dando razão à Bukharin que a rejeitara. Mas sublinha: “nós temos um Estado operário, ..., com a particularidade de que não é a população operária mas a população camponesa que predomina no país” (1986:215). Sabe-se que o problema da aliança entre as duas classes tinha enorme importância na Rússia do período e também depois. Mas, mesmo frente à esta realidade, o líder bolchevique reitera o caráter exclusivamente proletário do Estado soviético.

A última tese leniniana sobre a ditadura do proletariado enuncia essencialmente suas tarefas construtivas, assinalando que o novo Estado “no es sólo el ejercicio de la violencia sobre los explotadores, ni siquiera es principalmente violencia.” (s/dte:25) Ele deve enfrentar “otra tarea más esencial: la edificación comunista positiva, la creación de las nuevas relaciones económicas, de la nueva sociedad” (Idem:24), como o meio político necessário ao proletariado para dirigir todos os trabalhadores e explorados, o campesinato e a pequena-burguesia no processo de sua realização. A violência tem unicamente o papel de remover os obstáculos ao processo de construção da nova sociedade, e não é um fim em si mesmo. A desestruturação que ela implica já traz em si o germe da nova estruturação, pois esse processo não se dá e nem conduz à um vazio, mas pode ensejar a instauração de novas relações políticas, econômicas e ideológicas.

Embora Lenin não especifique o conteúdo das novas relações econômicas a serem instauradas no processo de trabalho, nem explicita a necessidade de transformação das relações de produção capitalistas. Como se viu, a revolucionarização das relações capitalistas de produção é indispensável para o novo Estado, já que é impossível um Estado proletário coexistir duradouramente apoiado nas antigas relações, que lhe são antagônicas. Como já reconheceu Marx na sua obra sobre a Comuna de Paris, a “dominación política de los productores es incompatible con la perpetuación de su esclavitud social.” (s/dib:301) Não pode haver uma classe que seja ao mesmo tempo politicamente dominante e economicamente explorada. Esclareça-se porém, mais uma vez, que não é o Estado socialista o agente dessa transformação, que só pode ser obra dos trabalhadores. Ao Estado incumbe apoiar material e politicamente esse processo nas suas mais variadas dimensões.

Frente ao Estado proletário se põe o enorme desafio que representa a construção do socialismo.³⁴ Seja na economia – mudança das relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas -, seja na política – organização e representação dos trabalhadores -, seja na cultura – difusão da educação, da ciência e da cultura -,

³⁴ O que não quer dizer que é o Estado que constrói o socialismo, como afirmava o teórico soviético P. Loudine no final da década de quarenta: “L’Etat soviétique est la principale force, le principal instrument d’édification du socialisme et de construction de la société communiste.” (1950:16) A principal força na construção socialista só pode ser a ação dos trabalhadores e não o Estado.

seja na ideologia – transformação da visão de mundo, de hábitos e de costumes. É esse trabalho positivo o aspecto principal da ditadura do proletariado, do qual depende o êxito da transição para o comunismo. Trabalho positivo já germinalmente presente na destruição do Estado burguês e na luta pela superação das relações capitalistas de produção, mas que só pode se desenvolver plenamente com a remoção desses obstáculos. A construção do socialismo é, para Lenin, a segunda grande função do Estado proletário; ainda que também formulada de forma descritiva e reclamando novos desenvolvimentos teóricos.

Por tudo o que se viu até aqui, é incompreensível a inusitada assertiva de Lenin de que o direito burguês no socialismo pressupõe um Estado burguês: “Segue-se que, durante um certo tempo, não só o direito burguês, mais ainda o Estado burguês, sem burguesia, subsistem em regime comunista!” (1983:122) Ora, nem por sua estrutura, nem por suas funções – ainda que ambas não estejam teóricamente desenvolvidas, e organicamente relacionadas -, a ditadura do proletariado pode ser comparada à um Estado burguês sem burguesia. A permanência do direito burguês apenas na retribuição ao trabalho durante o socialismo, não implica a existência de uma estrutura e de funções constitutivas do Estado burguês. Por outro lado, a presença do burocratismo e da função atomizadora dos trabalhadores é indício de que se trata de um Estado burguês, independentemente de qualquer discurso sobre seu caráter de classe.

Para concluir, a exemplo de Marx, Lenin não dedica especial atenção à análise do direito na transição socialista, limitando-se a breves comentários, dedicados principalmente para a provisória permanência do direito burguês.³⁵ Também não estuda, e portanto não conceitua, as diferentes formas institucionais que pode apresentar o Estado proletário. Na sua conferência “Acerca del Estado”, de 1919 e na qual previa novas conferências sobre esse tema, Lenin desenvolve um pouco mais a análise sobre as formas de Estado possíveis sob o Estado escravagista, o feudal e o capitalista. Apenas admite que as formas institucionais do Estado proletário podem ser variadas, sendo os Sovietes uma delas. Sobre isso, há muito trabalho de análise a ser feito, e que pode ser realizado com o material histórico oferecido por formas particulares como os Conselhos e os Comitês Revolucionários criados em diferentes experiências revolucionárias, que nem Marx e nem Lenin puderam conhecer.

³⁵ Sobre a complexa discussão do direito no socialismo, pode-se consultar o recente trabalho de Márcio Bilharinho Naves *Marxismo e direito. Um estudo sobre Pachukanis*, Editora Boitempo 2000, dedicado à análise da obra de um dos mais importantes teóricos marxistas sobre o tema.

Seja pela análise de sua estrutura, de suas funções, do papel do direito no socialismo, e ainda de suas formas institucionais, a teoria do Estado socialista ainda está por ser desenvolvida. Também aqui, a exemplo da teoria da transição para o comunismo, o ponto de partida são os elementos iniciais formulados por Marx, Engels, Lenin e outros teóricos e líderes revolucionários, junto com a análise histórica da construção de um novo Estado ao longo do século vinte. A resposta à esse desafio poderá ajudar no exame crítico sobre as causas da derrota dessas experiências, além de permitir novos desenvolvimentos prospectivos da teoria, que não pode se limitar a registrar fatos pregressos.

A Democracia Socialista e o Novo Pluralismo Político

Pode-se agora analisar a relação entre o novo tipo de Estado e o regime político socialista. Isto é, a relação entre a organização do domínio de classe do proletariado, que já implica a participação da maioria dos trabalhadores no aparelho de Estado, e o conjunto de condições sob as quais a nova classe dominante desenvolve a sua ação política e partidária, para junto com a burocracia implementar a política estatal. Procurando entender como a democracia socialista pode contribuir para impedir que a burocracia se autonomize e passe a dar a última palavra sobre a política estatal.

Inicialmente é preciso assinalar que há no pensamento de Lenin uma contradição sobre a relação entre a democracia burguesa e a democracia socialista. Ao contrário de sua análise sobre o Estado burguês, onde o líder bolchevique é claro e enfático na defesa de sua destruição como condição para se iniciar a passagem ao socialismo, o mesmo não ocorre em suas formulações sobre a posição da revolução proletária frente à democracia burguesa.

De um lado, formula as críticas à democracia burguesa. Reconhece que ela representou um grande avanço histórico em relação à democracia feudal ao ensejar a entrada na cena política de um novo personagem, os trabalhadores; mas ela continua, porém, a ser uma democracia de classe como todas as anteriores. Isto é, a democracia burguesa é a democracia para a minoria exploradora, enquanto para a maioria explorada é uma ditadura, que mantém as condições políticas necessárias para a preservação da exploração da força de trabalho

pelo capital. Em *Como Iludir o Povo*, Lenin apresenta uma das formas sob as quais esse processo se realiza ao assinalar que os grandes edifícios não estão à disposição dos trabalhadores, para que pudessem se organizar na luta pelos seus direitos; nem tampouco, pode-se acrescentar, as gráficas, o rádio, a televisão, etc... Essa desigualdade de acesso aos recursos materiais necessários para o exercício das liberdades democráticas, presente na mais avançada das democracias no capitalismo, representa uma restrição real ao seu usufruto pelos trabalhadores. As condições para uma verdadeira decisão da maioria exigiriam ainda uma efetiva igualdade de formação cultural e educacional, impossível de ser realizada sob o capitalismo. Assim é evidente que quem possui edifícios equipados, tempo suficiente e melhor formação educacional e cultural fará melhor proveito dos mesmos direitos democráticos. Dessa forma, há uma desigual distribuição de recursos políticos (dinheiro, meios de comunicação, educação), que é determinada pela própria desigualdade sócio-econômica estrutural do capitalismo. A liberdade política, por importante que seja, é o reconhecimento formal da igualdade política para todos, mas o seu usufruto é desigual. Esse é um *limite estrutural* da democracia no capitalismo que afasta os trabalhadores da participação nas principais decisões políticas.

Esses limites materiais e políticos da democracia burguesa condenam, segundo Lenin, uma estratégia “exigindo apenas a *sua* ampliação, a *sua* realização até ao fim.” (1979^a:72) A passagem dessa democracia estreita e limitada, que marginaliza os trabalhadores do processo de decisão política, para uma democracia mais ampla que solicite a efetiva participação da maioria social só pode se dar com a ditadura do proletariado, ou seja, com a *ruptura* com o regime político anterior. O fim da democracia burguesa é condição necessária para o fim da dominação política da burguesia e o surgimento da democracia operária que lhe é antagônica, pois exclui os antigos exploradores do processo de decisão política podendo até privá-los do simples direito ao voto.

Por outro lado, encontram-se em *O Estado e a Revolução* formulações opostas à essa análise, como: “a certa altura do seu desenvolvimento, a democracia levanta, logo de início [sic] , a classe revolucionária do proletariado e lhe fornece os meios de quebrar, de reduzir a migalhas, de aniquilar a máquina burguesa do Estado, ... Aqui, “a quantidade se transforma em qualidade”: chegada a *esse grau*, a democracia burguesa sai dos quadros da sociedade burguesa e começa a evoluir para o socialismo.” (1983:124) E ao comentar a análise de Engels sobre as medidas da Comuna de Paris, acrescenta: “Engels aborda aqui o ponto interessante em que a democracia conseqüente, por um lado, *se transforma* em socialismo em, por outro, *reclama* o socialismo.” (Idem:96) Cabendo à estratégia revolucionária a tarefa de “Desenvolver a democracia *até o fim*, promover as

formas desse desenvolvimento" (Idem). E repete: "É esse, justamente, um caso de "transformação de quantidade em qualidade": a democracia, realizada tão plenamente e tão metodicamente quanto é possível sonhar-se, tornou-se proletária, de burguesa que era" (Idem:52).³⁶ Nessa perspectiva, a democracia burguesa ao invés de excluir os trabalhadores do processo político decisório e atomizá-los como cidadãos no conjunto da formação social, atribuindo-lhes igualdade política formal, meramente jurídica, desempenharia a função de organizá-los politicamente na luta contra o Estado burguês. Ou seja, o Estado burguês coexistiria com um regime político que ameaça a sua própria existência, deixando de lhe ser funcional. O próprio desenvolvimento da democracia burguesa, e não mais a sua superação, a sua ruptura, levaria necessariamente à democracia socialista.

Em um rascunho de 1919, base de um texto que pretendia escrever sobre a ditadura do proletariado, Lenin apresenta dúvidas sobre a natureza da relação entre a democracia burguesa e a democracia socialista, não extraindo as consequências de nenhuma de suas análises anteriores, a que aponta para a ruptura e a que indica a continuidade entre elas: "Tournant historique de la démocratie bourgeoise à la démocratie prolétarienne. "Transformation", "intégration" ou démolition de la première et naissance de la seconde? = Révolution ou sans révolution?" (1964:97)

Seguramente a tese da democracia burguesa como "passarela" para o socialismo não passou despercebida para alguns autores. Umberto Cerroni, por exemplo, vê nela "o ponto mais alto que Lenine atinge acerca do problema do Estado moderno e da democracia", com a revelação da "bivalência" dessa democracia: de um lado, "liberal, garantista, representativa, proprietária, elitista", de outro, "revolucionária, populista e plebeia" (1976:137 e 135). Análise que abstrai os limites estruturais à participação política dos trabalhadores e que leva à abdicação da própria destruição do Estado burguês e à postulação de "um socialismo baseado no consenso" (Idem:141), que nega a luta de classes.

Como afirmava Lenin, a democracia é uma forma de Estado, o que pressupõe o funcionamento regular de um organismo de representação política, como o parlamento, onde a classe dominante tenha o predomínio e possa participar junto com a burocracia estatal do processo de definição da política de Estado. Isso significa que enquanto houver Estado haverá democracia para alguns e sua restrição ou supressão para outros.³⁷ No caso da

³⁶ Umberto Cerroni (1976:53) afirma que Lenin emprega o termo "passarela", do russo *mosticok*, para caracterizar esse processo. Na edição consultada o termo não aparece, mas idéia esta presente pressupondo a *continuidade* no desenvolvimento do regime político burguês, que levado às suas últimas consequências possibilitaria, *sem ruptura*, a passagem ao novo regime socialista.

³⁷ Por isso, não pode haver uma "democracia para todos", como definiu Stalin o regime político soviético no discurso sobre o Projeto de Constituição da URSS de 1936 (1979:449). Uma verdadeira democracia para todos pressupõe o fim das classes, do Estado e, portanto, da própria democracia.

democracia socialista, deve-se acrescentar, ela expressa a própria estrutura do Estado proletário, já que se apoia no controle efetivo dos trabalhadores sobre a burocracia e em um novo princípio de representação política da nova classe dominante, o proletariado, com o direito à revogação dos representantes e a aplicação do mandato imperativo, o que impede que eles deixem de aplicar os compromissos assumidos com os representados. A democracia operária é essencial ao novo Estado, porque cria as condições políticas e materiais para a livre ação dos trabalhadores na defesa e na realização de seus interesses através da política estatal e da sua organização independente. Ela é indispensável para que a nova classe dominante desenvolva o seu poder político. O Estado socialista, diferentemente de outros tipos históricos de Estado onde a classe dominante nem sempre dispunha de um órgão de representação essencialmente político, só pode funcionar nas condições de uma democracia operária e não de uma ditadura sobre os próprios trabalhadores, impedidos de atuarem politicamente inclusive através da representação. Caso eles sejam afastados da participação política e do processo decisório estatal, não usufruam de efetiva liberdade política e dos recursos materiais para sua concretização, e não possam se organizar autonomamente a democracia e o Estado proletários deixam de existir. A ditadura do proletariado só pode se organizar nas condições de uma democracia para os trabalhadores, submetendo a burocracia.

Mas a democracia socialista é uma democracia de classe, que exclui a possibilidade da burguesia e os demais exploradores postularem o direito de influírem sobre o processo decisório estatal e de participarem do aparelho de Estado. Ela proíbe a existência de partidos que representem os interesses da antiga classe dominante, voltados para a destruição do Estado operário como condição para a restauração do capitalismo. Isso se explica pela continuidade da luta de classes ao longo de toda a transição socialista, e pela necessidade que os trabalhadores têm de desenvolver o aprendizado para dirigir o Estado, já que os resultados econômicos e sociais de sua política nem sempre serão imediatos. Permitir a livre ação de partidos burgueses seria abrir espaço para a sua influência mesmo sobre as camadas populares que ainda não estão efetivamente envolvidas com a construção do socialismo, preocupadas que estão com a satisfação de seus interesses de curto prazo. Ela é incompatível com a perspectiva de Rosa Luxemburgo “de la más ilimitada y amplia democracia”, “libertad de prensa y de reunión ilimitada, lucha libre de opinión en toda institución pública” para todas as classes (1973:63). Caso ela fosse realizada, implicaria necessariamente no favorecimento à atuação política da burguesia que, especialmente no início da transição, dispõe ainda, como se viu, de inúmeras condições vantajosas para buscar a restauração de seu domínio.

As teses de Lenin sobre a democracia socialista, por importante que sejam, são ainda insuficientes para uma caracterização completa do novo regime político. E o déficit de democracia apresentado pelas primeiras experiências históricas de transição para o socialismo, evidencia mais ainda a pertinência teórica e a atualidade política da realização de tal tarefa. O seu enfrentamento começa pela análise de qual é o sistema partidário que mais favorece o aumento da intervenção política dos trabalhadores para submeter a burocracia aos seus interesses e, portanto, a própria construção do socialismo.

Sabe-se que Marx, em *A Guerra Civil na França*, não faz nenhuma referência ao papel do partido na experiência da Comuna de Paris e nenhuma análise sobre um eventual sistema partidário sob o Estado operário. Lenin também não chegou a analisar, teóricamente e de forma orgânica, o papel do partido no regime político socialista, mas em uma passagem geralmente esquecida de *O Estado e a Revolução*, e plena de implicações, ele afirma: “Educando o partido operário, o marxismo forma a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e de conduzir *todo o povo* ao socialismo, capaz de dirigir e de organizar um novo regime” (1983:33). Lenin aqui antecipa o papel histórico do Partido bolchevique na Revolução de Outubro de 1917, que de fato tomou o poder de Estado ao dirigir a insurreição popular, se antecipando ao próprio Congresso dos Sovietes, que se viu diante de um fato consumado. Além disso, pode-se deduzir apoiando-se em Lenin, que havendo um *único* partido verdadeiramente operário e revolucionário, à ele caberia não só a direção exclusiva da luta pelo socialismo, como a sua própria construção, não havendo espaço nem para outros partidos que se reivindicuem operários, e nem sobretudo para a ação política independente dos trabalhadores.

Em quase todas as formações sociais que iniciaram a transição para o socialismo foi implantado o sistema oficial do partido único, ao qual estava assegurado constitucionalmente não só a direção do Estado mas a de toda a atividade política, econômica e até cultural.³⁸ Stalin, em um longo capítulo de seu livro *En Torno a los Problemas del Leninismo*, tentou teorizar sobre o sistema oficial de partido único se apresentando como adversário da idéia de que a ditadura do proletariado fosse a ditadura do partido; mas acaba reforçando-a. Partindo da definição leniniana da ditadura do proletariado como poder exclusivo de classe, que não faz menção alguma ao partido, Stalin agrega por conta própria que ela implica que “el dirigente del Estado, el dirigente en el Sistema de la dictadura del proletariado, sea *un solo* partido, el Partido del proletariado, el Partido Comunista, que *no comparte ni puede compartir* la dirección con los demás partidos.” (1941^a:141) Esquecendo-se do papel

da classe operária e dos demais trabalhadores na construção do socialismo, Stalin acentua ainda que é o partido que realiza a ditadura do proletariado e que “*gobierna el país*” (152).³⁹ E acrescenta, o “Partido es el núcleo central del Poder. Pero no es el poder de Estado ni se le puede identificar con él.” (Idem) Ora, se é o partido único que realiza a ditadura do proletariado, se é ele que de fato governa, e se ele é o núcleo do poder que dirige o Estado como evitar o fenômeno da fusão entre o partido e o Estado, sobre o qual falaremos no próximo capítulo? Torna-se impossível.

Como sublinhou Décio Saes: “Caso um único partido político seja reconhecido pelo Estado pós-revolucionário como representante político das classes trabalhadoras, processar-se-á inevitavelmente uma fusão entre três aparelhos: o aparelho partidário, o aparelho estatal e o aparelho econômico controlado pelo Estado.” (1998:34) Essa fusão provocou historicamente não apenas a limitação da ação política independente dos trabalhadores, que deveriam estar obrigatoriamente representados por um único partido qualquer que fosse a sua prática e impedidos de criarem novas organizações políticas caso julgassem necessário, como impossibilitou que eles exercessem um controle efetivo sobre a burocracia, já que os dirigentes do partido eram também os dirigentes do Estado, perdendo a organização partidária qualquer autonomia face a este, como veremos. O partido ao invés de estimular a ação dos trabalhadores para controlar a burocracia, servia como instrumento dela para subordiná-los política e ideologicamente, reservando-lhes a simples tarefa de execução das decisões tomadas.

A necessidade de se evitar a fusão entre o partido e o Estado e todas as suas consequências impõe a substituição do sistema oficial de partido único pelo pluralismo partidário socialista. Esse novo sistema partidário, conforme análise de Décio Saes em “Socialismo e Democracia” (1994b:188), exclui a possibilidade de partidos representantes das frações da antiga classe dominante (capital industrial, capital comercial, capital financeiro e propriedade fundiária) e da pequena-burguesia (campesinato, pequeno comércio) postularem o acesso ao aparelho de Estado, restando-lhes a condição de *partidos subalternos*. Na verdade, é discutível o próprio direito à organização partidária para os representantes dos interesses da antiga classe dominante, que

³⁸ A partir do precedente jurídico criado pelo artigo 126 da Constituição da URSS, de 1936, que definia o Partido Comunista da União Soviética como “il nucleo direttivo di tutte le organizzazioni dei lavoratori, sia sociali che statali.” (Apud RUFFIA e REGHIZZI, 1979:477)

³⁹ Aproximando-se assim da tese de Kautsky, que negava a ditadura do proletariado com o argumento de que “não podemos falar de ditadura de uma classe, pois uma classe, ..., pode apenas dominar, mas não governar. ..., deve-se falar então de ditadura de um só ou de uma só organização, isto é, que não se fale do proletariado, mas de um partido proletário.” (1979:31) O partido revolucionário, segundo Kautsky, deixa de ser um instrumento dos trabalhadores para assegurar a sua direção na luta política para substituí-los na direção do Estado. Deixando em aberto a questão de como uma classe pode ser dominante se não é capaz de dirigir a atividade estatal; como pode ser dominante sem governar, ainda que atribua a execução das tarefas estatais à burocracia.

estão objetivamente empenhados em frustrar a transição socialista e restaurar integralmente o seu domínio político e econômico. Já na frente socialista, representada pelos partidos efetivamente comprometidos com a construção do socialismo, poderia emergir um *partido dominante*, que se mantivesse por mais tempo à frente do aparelho do Estado graças ao apoio político recebido da maioria dos trabalhadores.

O próprio Lenin, às vésperas da Revolução de Outubro, admitia um sistema partidário na democracia soviética que funcionasse apoiado na “eleição pacífica dos deputados pelo povo”, na “luta pacífica dos partidos no seio dos soviets”, na “verificação prática do programa dos diversos partidos” e no “trânsito pacífico do poder de um partido para outro” (Apud SALVADORI, 1975:52). E, efetivamente, de outubro de 1917 até 1921, a nova democracia reconhecia a livre atividade política não só dos bolcheviques que estavam à frente do Estado como dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários, além de outras organizações, que não apenas disputavam as eleições para os Soviotes como ocupavam postos no aparelho de Estado. Estranhamente com o fim da Guerra Civil, que representou uma grande vitória sobre as forças francamente hostis ao Estado soviético, essa experiência histórica de um pluralismo socialista não só não foi desenvolvida e institucionalizada, como foi suprimida dando origem ao sistema de partido único.

O pluralismo partidário socialista reserva o direito de participar do processo de decisão e de implementação da política de Estado unicamente aos partidos comprometidos, através da sua prática, com a defesa da ditadura do proletariado e a construção do socialismo rumo à sociedade sem classes, como programa mínimo comum da frente socialista. A prática, como destacou Charles Bettelheim (1971:80-81), é o critério fundamental para a análise sobre a verdadeira natureza de classe de um partido que se diz revolucionário e proletário. Longe de sua “auto-proclamação” como organização operária e comunista e de sua suposta e prévia “fidelidade ao socialismo”, impõe-se a análise de sua prática, nas relações com os trabalhadores, nas relações internas entre militantes e dirigentes e nas relações com o aparelho econômico e o estatal, para, acrescentamos, transformar as relações de produção e o Estado. Sem uma prática revolucionária, o programa socialista torna-se letra morta.

Pode-se tentar avançar na análise teórica colocando-se a seguinte questão: na existência de três ou mais partidos que defendam o programa mínimo socialista, como se daria o processo de decisão e de implementação da política estatal, sabendo-se que pode haver diferentes opções sobre a direção da construção do socialismo e o ritmo de sua execução?

A realização de eleições periódicas é indispensável, com a necessidade de debates livres sobre as alternativas apresentadas envolvendo a política econômica – industrial e agrícola –, a política energética e ambiental, a política de saúde, educacional, cultural, etc. Com os partidos apresentando livremente seus programas e podendo organizar as mais diferentes atividades, como reuniões e comícios, para sua discussão com os trabalhadores, e todos dispondo de um mínimo de recursos materiais oferecido pelo Estado para a sua propaganda. Estando proibido a censura aos partidos da frente socialista e qualquer proibição às suas atividades. Obtendo-se assim a valorização do sufrágio e da representação política, que se realizaria submetida à um novo princípio com o direito de revogação à qualquer momento do representante pelos representados e a aplicação do mandato imperativo.

A exemplo da experiência inicial dos Soviéticos, a decisão final sobre a ação política e administrativa de cada instância da administração estatal – bairro, município, região, estado – é adotada pelos respectivos órgãos de representação política, que gozam de completa autonomia no âmbito de sua jurisdição e aos quais se subordinam os organismos administrativos, através de assembleias ou de congressos. Paulatinamente, os organismos administrativos vão se fundindo com os órgãos de representação política para evitar a típica separação do Estado burguês entre o legislativo e o executivo. A decisão majoritária de cada instância é obrigatória para todos os partidos; assim, embora o representante se subordine ao mandato imperativo, respeitando o compromisso assumido com seus eleitores, caso sua posição não prevalessa ele aplica a decisão adotada. O órgão supremo de representação nacional aprova o plano geral da construção do socialismo, antes submetido e aprovado pelas unidades locais, com a direção para o conjunto da atividade estatal.

A relação política entre representantes e representados é aprofundada com o debate sobre os resultados imediatos da política implementada e, em caso de erros ou de resultados insatisfatórios, há sempre a possibilidade de ser substituída; o que representa um estímulo à maior participação política dos trabalhadores, que não seriam chamados a opinarem apenas nas eleições e diante do fato consumado, fruto da política anterior. O suposto atraso na adoção e na implementação da política de Estado, com a realização das eleições e do debate sobre seu conteúdo, representa na verdade um enorme ganho político com o exame pelos próprios trabalhadores das diferentes alternativas na política de construção do socialismo e suas múltiplas consequências. Assim mesmo com um partido hegemonizando o aparelho de Estado, graças ao êxito de sua política auferido pelo apoio popular, o pluralismo político estaria garantido. E mesmo nessa circunstância, se evita a fusão do partido com o

Estado já que pode haver real alternância no poder de Estado, como expressão da vontade da maioria dos trabalhadores e diante da impossibilidade de um único partido ocupar todos os postos da administração estatal. Além de criar melhores condições políticas para o controle dos trabalhadores sobre os funcionários, submetidos à constante consulta popular sobre sua atividade, não só no momento de sua eleição e no exame permanente dos efeitos da política que implementa, como sobretudo na existência de políticas alternativas que podem ser colocadas em prática a qualquer momento, o novo sistema partidário propicia o estabelecimento de um efetivo controle mútuo entre os diversos partidos, envolvendo não apenas os integrantes da frente socialista como os partidos subalternos.

O pluralismo partidário socialista ao estimular a participação política dos trabalhadores pode, enquanto sistema partidário, ser o melhor meio para se enfrentar o fenômeno da apatia política, que se traduz em um comportamento marcado pelo desinteresse geral pela política, vista como um assunto de especialistas ou de profissionais. Comportamento que limita os interesses dos trabalhadores às questões econômicas imediatas como o salário e a garantia de emprego, que aparecem dissociadas das opções políticas globais, e que reduz sua intervenção política ao simples ato de votar periodicamente, às vezes de forma obrigatória.

As formações sociais que iniciaram a transição para o socialismo apresentaram um padrão de comportamento político muito próximo, senão igual, ao da apatia política. Que é um fenômeno permanente da democracia burguesa, estruturalmente determinado pelo usufruto desigual das liberdades políticas, pelo conflito entre o parlamento e a burocracia de Estado no processo de definição e de execução da política de Estado, pela contradição entre a titularidade e o exercício da soberania popular, e pela concorrência política limitada aos grandes partidos de frações da classe dominante. Sua emergência nestas formações sociais é indício da presença de alguns desses elementos estruturais da democracia burguesa, que afastam os trabalhadores da participação política. Além disso, o sistema oficial do partido único, ao impedir a livre discussão sobre alternativas possíveis de construção do socialismo, agravou sobremaneira o problema, sobretudo quando a menor divergência em relação à política do partido era considerada um ato de traição ao Estado.

A revolução popular, ao atacar não apenas as bases econômicas da desigualdade política como ao adotar as medidas da Comuna de Paris para o controle da burocracia e dos demais representantes políticos, possibilita uma luta contra a indiferença política, que não é imediatamente eliminada. Sabe-se ainda que o comportamento político dos trabalhadores não é uniforme, pois nas situações de crise revolucionária é maior

com a intervenção direta, inclusive armada, na luta pela vitória da revolução, mas depois tende a decrescer. Porém, o socialismo só pode se desenvolver com a sua crescente e contínua participação política e estatal, caso contrário não avança para a realização do objetivo final do auto-governo dos produtores diretos. A apatia política perpetua a separação entre representantes e representados, dirigentes e dirigidos, governantes e governados.

As condições políticas necessárias para a vigência do novo pluralismo socialista, como a liberdade efetiva para os partidos da frente socialista, o mínimo de acesso igual aos recursos materiais para a atividade política, a realização de eleições e de outras formas de consulta como plebiscitos e referendos, a ativação dos núcleos de base como fábricas, fazendas e locais de moradia para fazer com que os trabalhadores decidam a política a ser implementada, controlem a sua aplicação e possam também executá-la diretamente junto com os funcionários, contribuem para elevar e manter o interesse pela política. Interesse que não depende de uma abstrata formação educacional e cultural, mas da percepção e da comprovação de que a opinião e a decisão de cada trabalhador tem real importância para a solução dos problemas coletivos.

Naturalmente trata-se aqui da análise de qual é o modelo institucional que mais favorece a concretização de uma democracia operária. Esse modelo entretanto não pode oferecer nenhuma garantia prévia contra o surgimento do corporativismo no interior do regime político socialista, como a tentativa de frações do proletariado ou de determinadas categorias profissionais mais fortes dos trabalhadores de consolidar seus interesses específicos sobre as outras. O corporativismo pode se constituir em uma ameaça à unidade dos trabalhadores na luta pelo fim das classes sociais, mas o seu enfrentamento passa não depende da discussão sobre o sistema partidário, e sim da luta pela afirmação da ideologia socialista e pela realização do programa dos partidos comprometidos com a transição para o comunismo; depende essencialmente de sua ação entre os trabalhadores.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

CAPÍTULO 3

PROBLEMAS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO SOCIALISTA: O CASO SOVIÉTICO

O Estado soviético representou a principal experiência de construção de um Estado socialista. A Revolução de Outubro de 1917 colocou um fim ao poder estatal da burguesia russa, com a perda de seu domínio nos antigos aparelhos políticos e administrativos que foram destruídos, total ou parcialmente, e substituídos, em parte ou inteiramente, por aparelhos e organizações, em especial os Sovietes, ligadas aos trabalhadores e dirigidas pelo proletariado e pelo Partido bolchevique. A Revolução de Outubro conseguiu sobretudo destruir o aparelho repressivo do antigo Estado burguês e czarista, desmantelando o exército, a polícia e a organização judiciária, com a passagem de suas atividades para os tribunais revolucionários. Por isso, e com as primeiras medidas adotadas pelo novo Estado, entre elas a transferência da propriedade dos meios de produção dos capitalistas e dos proprietários rurais para o Estado, estreitamente ligado aos Conselhos de Fábrica, esse processo conduziu à instauração da ditadura do proletariado. Mas isso não significa que, imediata e automaticamente, o proletariado possa exercer plenamente o seu domínio de classe, mesmo no terreno do Estado. Desde o início, o novo Estado soviético enfrentou enormes obstáculos para o desenvolvimento e a consolidação de seu caráter proletário de classe, envolvendo sobretudo a sua burocracia. As análises de Lenin, de Stalin e de Trotsky mostram como os principais líderes soviéticos já indicavam os riscos de uma usurpação do poder dos trabalhadores pela burocracia no interior da formação social pós-revolucionária, e fornecem elementos para a elaboração da teoria do Estado socialista.

Lenin e a “deformação burocrática” do Estado Soviético

A “deformação burocrática” do Estado soviético, para Lenin, pode designar fenômenos diferentes, embora correlatos e simultâneos: a tendência da burocracia de se colocar “acima” das massas, considerando-se política e socialmente superior; o aumento da burocracia com o crescimento do aparelho de Estado; ou ainda uma má organização do trabalho administrativo, caracterizado pela lentidão na solução e no encaminhamento

dos problemas e resultante de hábitos e de um estilo de trabalho arraigados nos funcionários, e designado inúmeras vezes pelo termo “papelada”.

A análise de Lenin sobre a burocracia decorre da pergunta que apresenta já em *O Estado e a Revolução*, escrito antes da Revolução de Outubro: “O ponto essencial é este: que é que os coloca [os funcionários] *acima* da sociedade?” (1983:16) Mais precisamente, ele quer saber porque os burocratas do aparelho de Estado burguês “se elevam *acima* do povo” (Idem:38), já que estão ligados à burguesia através da “corrupção pura e simples” e da “aliança entre o Governo e a Bolsa”, segundo as palavras de Engels repetidas por Lenin; ajudando na manutenção e no exercício da exploração capitalista e não possuindo um poder político próprio, mas derivado do poder da classe dominante de cuja existência depende a sua sobrevivência como camada social específica e a satisfação de seus interesses. Esta é “a *essência* do burocratismo”, que transforma os funcionários do Estado “em burocratas, isto é, em privilegiados destacados das massas”, colocados “*acima* delas” (Idem:145). Como se vê Lenin emprega indistintamente os termos *burocracia* e *burocratismo*, ora designando a categoria social dos funcionários de Estado, ora as suas práticas administrativas ou políticas .

Ainda que não desenvolva essa análise, Lenin extrai a importante conclusão de que esse “corpo de funcionários, inseparável da burguesia, seria inteiramente incapaz de executar as decisões do Estado proletário” (Idem:72). Ou seja, a burocracia, embora possua interesses políticos e sociais específicos, não tem um projeto de dominação próprio diferente do projeto da classe dominante, à qual ela se subordina. Embora entre ambas possam surgir conflitos localizados na busca pela satisfação de cada interesse momentâneo, elas estão unidas na defesa do interesse geral e permanente da preservação do Estado burguês e da reprodução das relações capitalistas. A burocracia do Estado burguês, habituada, de um lado, a manter relações de subserviência com a burguesia e com os grandes proprietários de terra, e, de outro, relações de superioridade com os trabalhadores e o povo, resiste a qualquer processo de transformação que ameace a sua posição social e política especial. Ainda que uma parte sua, localizada nos escalões inferiores, possa se mostrar simpática à revolução social, enxergando nela também a possibilidade de sua ascensão profissional. Por isso, as medidas adotadas pela Comuna de Paris ajudam não apenas a quebrar os laços entre a burocracia e a burguesia, mas a promover uma nova burocracia composta pelos representantes dos trabalhadores.

A análise de Lenin é, desde o início, *política*. Ele não está interessado em uma suposta racionalidade burocrática, configurada como uma melhor organização técnica do trabalho administrativo, supostamente *acima*

das classes e *independente* da política. E esta análise se mantém após a Revolução de 1917, quando ele assume o papel de principal líder do Estado soviético, ainda que em alguns momentos pareça se afastar dela. Caso se perca esse fio condutor fundamental chega-se à conclusões erradas.

Para o principal líder bolchevique, o socialismo deve preparar a “supressão completa da burocracia” (Idem:148), o seu fim como grupo social separado e distinto dos trabalhadores. E dá início a esse processo com a destruição do Estado burguês e a adoção integral das medidas da Comuna de Paris, ensejando assim “o “definhamento” progressivo de todo o funcionalismo” (Idem:62). Ele considera, quando escreve *O Estado e a Revolução*, completamente utópico qualquer projeto de fim imediato e total da burocracia que negue a sua necessidade no socialismo, ainda que submetida à um processo de supressão gradual e contínuo. Trata-se aqui do “definhamento” da burocracia do Estado socialista, e não da antiga burocracia que já teria sido substituída pelos trabalhadores; é a nova burocracia que deve sofrer imediatamente um processo de esvaziamento de suas funções. Iato é, deve-se destacar, o processo que conduzirá ao desaparecimento da burocracia comanda, desde o início, a própria promoção dos novos funcionários e o funcionamento de suas atividades. Ele serve de critério de seleção para sse auferir o compromisso político efetivo dos candidatos aos postos nos aparelhos estatal e econômico, além de dirigir todo o seu trabalho posterior.

O Estado operário, segundo Lenin, não pode ser um “Estado dos funcionários” : um Estado que funcione apoiado em uma burocracia sobre a qual os trabalhadores não possam exercer o seu controle, e onde ela estabeleça sobre eles a sua supremacia política na definição da política estatal e no processo de sua implementação. Para isso, tem que se impedir que os próprios trabalhadores que passem a fazer parte do aparelho se tornem novos burocratas separados do povo. E o único caminho é a participação de todos os trabalhadores e de todos os empregados na decisão sobre as tarefas estatais e na sua execução, “de forma que todos sejam temporariamente “funcionários” , mas que *ninguém* possa tornar-se “burocrata”” (Idem:138) Ou seja, a presença contínua dos trabalhadores separados da produção no funcionamento do aparelho de Estado provoca necessariamente sua burocratização, com a tendência tanto de escapar do controle do povo, separando-se dele, como a de estabelecer relações de superioridade, exigindo o cumprimento de decisões tomadas sem a sua participação. Esboça-se aqui a necessidade de um sistema permanente de rotação no aparelho de Estado, para que todos os trabalhadores participem temporariamente de seu funcionamento sem se afastar do trabalho produtivo. Sistema que pode apenas ser introduzido, conclui-se, gradualmente, envolvendo ramo após ramo

todas as instâncias da administração estatal, começando pelas inferiores. É só quando essa participação estiver realizada plenamente que se obterá como resultado o fim do Estado, substituído pelo auto-governo dos produtores diretos no comunismo. O socialismo pode iniciar esse processo porque, além de adotar as medidas da Comuna de Paris, permite a redução da jornada de trabalho, aumentando o tempo necessário para as atividades políticas e estatais dos trabalhadores, e lhes cria melhores condições de vida e de estudo para o desenvolvimento de suas potencialidades. Nota-se, novamente, que a preocupação de Lenin é política: trata-se de garantir a participação de todos no aparelho estatal para eliminar não só a possibilidade de surgimento, no socialismo, de uma nova camada social privilegiada e separada dos trabalhadores, como também de eliminar toda a divisão entre governantes e governados.

Mas o fim da burocracia só se dá no comunismo, com o fim do próprio Estado. O socialismo convive com a burocracia controlada pelos trabalhadores e, desde o princípio, submetida à um processo contínuo de transformação política e ideológica tendente à sua supressão completa.⁴⁰ Impedir que a nova burocracia, ainda que constituída por trabalhadores e graças à sua permanência nos postos administrativos, se separe do povo e substitua-o na tarefa da decisão política sobre os rumos da construção socialista, passa a ser um dos principais desafios do socialismo, do qual depende o seu êxito. Essa tarefa ganha maior importância ainda, se lembrarmos que a transição tem início sem que as relações de produção capitalistas tenham sido transformadas, e que cabe à nova burocracia a administração da propriedade apenas estatizada, que pode servir de base para o surgimento de uma nova classe dominante, a burguesia de Estado.

Voltando ao caso soviético, Lenin, nos meses que se seguiram à Revolução de Outubro, revela uma subestimação da força da antiga burocracia e de sua capacidade de resistência às transformações políticas e sociais em curso⁴¹, e chega até a afirmar: “na Rússia quebramos completamente o aparelho burocrático, não deixamos dele pedra sobre pedra” (1979^a:34). Como se o antigo aparelho de Estado tivesse sido completamente destruído de alto a baixo e a velha burocracia tivesse sido inteiramente substituída pelos trabalhadores. Entretanto, rapidamente se dá conta da forte presença da burocracia, ou do burocratismo, no novo Estado soviético, e, depois, admite abertamente: “Tomad el problema de la burocracia ... Medio año después de la

⁴⁰ Esta é também a leitura de Vania Bambirra: “Ele [Lenin] sabia que a burocracia somente poderia ser superada pela superação das classes sociais, de seu instrumento de dominação que é o Estado, e quando as massas fossem capazes, elas mesmas, de administrar a sua vida social. Tal etapa de desenvolvimento inauguraria a história propriamente dita do homem, o comunismo.” (1993:103)

⁴¹ Ainda que seja discutível a dimensão da natureza capitalista da antiga burocracia czarista, de qualquer forma, a experiência soviética confirma a análise de Max Weber: “Quando se estabelece plenamente, a burocracia está entre as estruturas sociais mais difíceis de destruir.” (s/dt:264)

Revolución de Octubre, ..., aún no sentíamos esta plaga” (1977b:89) ; ainda que se referisse às raízes econômicas da burocracia, e repetisse que os bolcheviques haviam “destroçado” o antigo “armatoste burocrático”. A afirmação anterior expressava muito mais a vontade política de um dirigente partidário e de um chefe de Estado interessado na completa instauração e na consolidação do Estado socialista, do que uma análise real sobre as condições que deram origem ao novo Estado soviético.

A sua análise sobre a “deformação burocrática” do Estado soviético está constituída por um conjunto fragmentado de intervenções, na sua maior parte de caráter imediatamente político, e é voltada principalmente para o entendimento de suas causas imediatas e de sua causa mediata, como condição prévia e necessária para o desencadeamento da luta contra ela. O caráter fragmentário de sua análise não diminui porém a importância cada vez maior que o líder bolchevique dedicou ao tema, principalmente nos momentos finais de sua atividade à frente do Estado soviético. Importância que se revela aliás no próprio processo analítico que perseguiu, não se limitando à mera denúncia dos fenômenos mais evidentes do burocratismo.

Três são as causas imediatas da persistência de manifestações burocráticas no interior do novo Estado: a “sobrevivência” do antigo aparelho estatal burguês e czarista; a permanência, mesmo após a Revolução, dos velhos burocratas nos seus postos; e a herança da Guerra Civil, encerrada em 1921.

Em um de seus últimos textos , Lenin reconhece abertamente: “não nego que o problema do nosso aparelho estatal e do seu aperfeiçoamento é um problema muito difícil, que está muito longe de ser solucionado e é, simultaneamente, uma questão extraordinariamente importante.” E acrescenta: “O nosso aparelho estatal, excepto o Commissariado dos Negócios Estrangeiros, representa no máximo grau uma sobrevivência do aparelho antigo, que sofreu mudanças mais ou menos sérias no menor grau. Apenas foi ligeiramente retocado à superfície, mas em todos os outros aspectos representa o mais tipicamente velho do nosso aparelho estatal.” (1981:161) No seu famoso Testamento Político reitera que é preciso “mejorar nuestro aparato, que es pésimo. En el fondo lo hemos heredado del viejo régimen”, e repete afirmando que “en esencia, hemos tomado el viejo aparato del zar y de la burguesia” (s/dtd:6-7) sem terem podido transformá-lo profundamente, como consequência da Guerra Civil e da fome causada pela ruína econômica da Rússia. É nessa linha de análise que chega às seguintes fórmulas extremamente expressivas: o novo aparelho é, na realidade, o “aparelho czarista caído de vermelho” (Apud BETTELHEIM,1979b:303), ou é “uma salada burguesa e czarista” (Apud MARTINS RODRIGUES,1990:82). E às afirmações de que o aparelho estatal não trabalhava para os bolcheviques, mas

contra eles. Assim, é o próprio Lenin quem aponta para os limites da Revolução de Outubro na realização da imprescindível tarefa de destruição do Estado burguês, como condição prévia para se iniciar a transição socialista; embora sem especificar em que e como exatamente se dava a "sobrevivência" do antigo aparelho: se na manutenção de sua estrutura específica, se na preservação do direito burguês, se na persistência do burocratismo, se na realização de suas velhas funções, se na reprodução de relações políticas e ideológicas típicas do regime anterior, ou se na combinação simultânea de vários desses elementos.⁴²

Diante da permanência do antigo aparelho, apenas superficialmente retocado e funcionando sob o rótulo dos Sovietes, pode-se supor a reprodução das práticas do burocratismo, entendido não apenas como a tendência dos funcionários se separarem das massas e do seu controle, como a aplicação do critério da competência no recrutamento dos novos membros do aparelho estatal, além da formação de uma estrutura hierarquizada vertical rígida, reguladora de toda a atividade burocrática. Assim a entrada de trabalhadores e de camponeses, comunistas ou não, nesse aparelho leva-os, ao separá-los inteiramente da produção, a se burocratizarem, a se afastarem das massas, passando a olhá-las com superioridade e a habituarem-se ao modo de vida de uma camada política e socialmente privilegiada. É esse processo que leva Lenin a alertar para os riscos que corria o Partido bolchevique, estando à frente do Estado soviético, com o ingresso de antigos burocratas ou mesmo de trabalhadores que viam na militância a condição necessária para o acesso à carreira burocrática; e a classificar o burocrata comunista como o pior inimigo interno, por gozar de prestígio entre os trabalhadores e não lutar contra o burocratismo, mas contribuir com a sua reprodução. É por isso também que no seu Testamento Político, ao recomendar o ingresso de operários no Comitê Central do partido para reforçar o seu trabalho e a sua unidade, exclui previamente os antigos operários que já se encontravam em atividade no Estado soviético por terem se burocratizado. Confirmava-se assim a sua própria análise de *O Estado e a Revolução*, de que o afastamento do trabalho produtivo e a presença contínua em um novo aparelho de Estado, não submetido, acrescente-se, à um processo de revolucionarização contínua e permanente, levaria à transformação dos

⁴² Não encontramos ao longo da pesquisa nenhum trabalho histórico ou teórico que analisasse essa importante questão. Teoricamente a instauração e o funcionamento plenos da ditadura do proletariado só são possíveis com a eliminação definitiva da estrutura e das funções típicas do Estado burguês, mas mesmo isso não implica o imediato desaparecimento das práticas políticas ligadas à esse Estado, que permanecerão, ainda que subordinadas, durante um longo período coexistindo com as práticas proletárias, como expressão das antigas relações ideológicas por ele engendradas, como a que destaca a competência da burocracia na realização do bem comum; ambas ainda apoiadas nas velhas relações de produção. E a destruição do Estado burguês, através da revolução, depende da capacidade do proletariado implantar e desenvolver o seu novo poder estatal, como a condição necessária mais ainda prévia para o efetivo exercício de sua dominação política e ideológica de classe.

trabalhadores em burocratas; com a importante e agravante diferença de que ainda se estava diante da "sobrevivência" do antigo aparelho burguês e czarista.

A Revolução de Outubro também não afastou todos os antigos burocratas de seus cargos e muitos continuaram com as suas atividades sob o novo regime.⁴³ A diferença é que alguns deles apresentavam como novidade sua condição recém-adquirida de membros do Partido bolchevique. A exemplo do que ocorreu com os especialistas nas fábricas, a utilização do trabalho desses antigos burocratas foi apresentada como uma necessidade inevitável para a consolidação do novo poder soviético, já que eles possuíam o mínimo de conhecimento indispensável para que os Soviotes pudessem realizar a sua atividade administrativa estatal, pois os trabalhadores apenas tinham iniciado essa aprendizagem. Mas era inevitável que os antigos burocratas procurassem manter suas velhas práticas que preservavam sua atividade fora de qualquer controle popular e reconheciam apenas a autoridade do superior hierárquico, exigindo a incondicional subordinação dos que estavam abaixo ou fora da estrutura burocrática, procurando não submeterem-se às eleições dos trabalhadores nem ao recurso da revogabilidade. Por isso, a presença dos antigos burocratas agrava a burocratização do novo Estado soviético, acelerando o processo de sua autonomização frente ao controle dos trabalhadores. Para se ter uma idéia das dificuldades enfrentadas diante dessa situação, pode-se mencionar o resultado de uma pesquisa, realizada em 1922, entre os funcionários diplomados em engenharia, que mostra que só 9% dos antigos funcionários declararam-se favoráveis ao novo regime. Ou o exemplo da cidade de Vyatka, onde, no final de 1918, de 4766 funcionários exatos 4467 haviam ocupado os mesmos postos sob a administração czarista. Embora possam ser os exemplos mais eloquentes da presença da velha burocracia no aparelho soviético, estavam longe de ser uma exceção; principalmente nas instâncias superiores da administração que recorreram aos antigos especialistas.⁴⁴

Lenin vê esses funcionários como os representantes do poder da burguesia, que subsistem sob a ditadura do proletariado e que devem ir sendo substituídos pelos trabalhadores. Reconhecendo que a afirmação do novo

⁴³ E.H. Carr na sua monumental obra *Historia de la Rusa Soviética* testemunha: "Es indiscutible que el burócrata soviético de esos primeros años era, como regla general, un antiguo miembro de la intelectualidad burguesa o de la clase de los funcionarios, y llevo con él muchas de las tradiciones de la vieja burocracia rusa" (1974:200). E repete: "Los funcionarios que prestaban servicios rudimentarios, pero esenciales, al nuevo régimen eran muchas veces los mismos que lo habían hecho para el antiguo; la revolución no había arrancado todo de cuajo." (1983:306-307)

⁴⁴ Nicos Poulantzas em nota de rodapé de seu livro *Poder político y clases sociales en el estado capitalista* (1972:457), no entanto, ao analisar os textos de Lenin desse período pondera que o líder bolchevique consideraria a possibilidade da existência de um "burocratismo", porém, sem relação com a existência de uma "burocracia" como categoria social específica, ainda que não diferenciasse os dois termos. Ora, não só havia burocracia, a nova e a antiga, como o seu contínuo crescimento. Alguns cálculos, por exemplo, mostram que no primeiro semestre de 1919 o número de funcionários em todo o território soviético era de 529.851, chegando no final de 1920 à cifra de 5.880.000, sobretudo em função do desemprego e da fome causados pela Guerra Civil.

Estado proletário passaria por uma luta de classes no interior do próprio aparelho de Estado, primeiro com a subordinação desses funcionários às novas relações políticas, e depois com a sua substituição na medida em que não fossem mais necessários. Admitindo que a atividade desses funcionários pode se tornar “uma forma mais de luta da burguesia contra o proletariado, ... uma luta que ainda não terminou e nem sequer nas instituições centrais de Moscovo” (1981:143).

É difícil imaginar, e aqui generalizamos a análise, que a revolução socialista consiga afastar imediatamente todos os antigos funcionários do Estado burguês, substituindo-os por novos, oriundos dos trabalhadores ou comprometidos com eles. Além da possibilidade de que parte, ainda que pequena, da burocracia anterior, por diferentes razões, se engaje, se mostre simpática ou, em um primeiro momento, indiferente ao processo revolucionário; o novo Estado não poderá dispensar a atividade de funcionários que, ainda que provisoriamente, lhe sejam indispensáveis, caso se queira evitar a paralisia de parte de seu funcionamento. Por isso, o problema da relação com eles é tão importante. Mas se, como destaca Lenin, trata-se da luta de classes no interior do novo aparelho, impõe-se a aplicação incondicional da eleição e da revogabilidade para todos os antigos funcionários para mantê-los sob permanente controle.

A Guerra Civil, iniciada logo após a vitória bolchevique e que continuou até o início de 1921, também provocou sua influência sobre a composição da burocracia soviética e sua prática. Em primeiro lugar ao exigir a concentração de todas as forças do novo Estado para garantir a sua vitória, já que dela dependia sua própria sobrevivência. Assim a burocracia se aproveitou da enorme tensão exigida dos trabalhadores politicamente mais conscientes no trabalho militar, bem como dos custos humanos ocasionados pela Guerra.⁴⁵ Lenin, no X. Congresso do Partido bolchevique realizado, em março de 1921, admite o enfraquecimento do Estado soviético em razão da falta de quadros políticos para assumirem as tarefas estatais, exatamente quando a luta contra o burocratismo mais o exigia. Embora já tivesse reconhecido antes a dificuldade que os próprios bolcheviques tinham em promover para este trabalho os operários e camponeses que demonstravam capacidade administrativa e de organização, pois eles se fechavam “num círculo estreito de governantes, temendo ou não sabendo incorporar na obra trabalhadores sem partido em número suficiente.” (1981:119) O que pode ser considerado

⁴⁵ O que provocou a “desintegração do proletariado”, conforme a expressão de Bukharin. De fato, dos 3.024.000 operários industriais da Rússia de 1917 sobraram apenas 1.243.000 entre 1921 e 1922, para uma população de 136 milhões de habitantes. Em Petrogrado, a capital da Revolução, a redução foi ainda mais drástica: de 400.000 operários em outubro de 1917, para 71.575 operários empregados em abril de 1918.

como mais um dos efeitos da fusão do partido com o Estado, ao engendrar entre militantes e dirigentes partidários reservas ou mesmo desconfiança para com os não militantes.

Além da redução do número de trabalhadores que poderiam participar da construção do novo Estado, a Guerra Civil provocou entre os vitoriosos sobreviventes a formação de um estilo militar de trabalho, acostumados que estavam a executar as ordens militares recebidas do comando, e que exigiam a subordinação incondicional dos comandados. Ao entrarem nos Soviotes, os ex-soldados e ex-comandantes reproduzem essa prática militar de mando e de obediência no trabalho político e estatal, impedindo que relações democráticas se desenvolvam e se consolidem e sufocando a nascente democracia operária.⁴⁶ Contribuindo assim, conclue-se, para o fortalecimento ou o restabelecimento da estrutura vertical hierarquizada rígida do Estado burguês, que submete a base ao topo da burocracia.

Esse conjunto de causas interagindo simultaneamente vai provocar o esvaziamento dos Soviotes e um processo de concentração do poder na cúpula da estrutura estatal; além, lembre-se, da ausência de transformação das relações de produção capitalistas no processo de trabalho, e do emprego dos especialistas burgueses e da instauração do diretor único na fábrica, o que bloqueava a iniciativa dos operários no interior mesmo das unidades de produção, provocando efeitos no seu comportamento político ao estimular a passividade na atividade produtiva. Os Soviotes⁴⁷, que deveriam garantir a participação dos trabalhadores na administração estatal, vão deixando de funcionar como um autêntico órgão da democracia operária. Seus congressos vão sendo menos freqüentes e as decisões passam a ser tomadas pelos Comites Executivos, eleitos pelos Soviotes mas que vão concentrando paulatinamente todas as decisões. Mais do que isso, ao lado dos Comites Executivos forma-se um completo aparelho administrativo cujos funcionários não são eleitos e sobre os quais os Soviotes não têm qualquer controle.⁴⁸

⁴⁶ Ao analisar o período imediatamente posterior à Guerra Civil, Isaac Deutscher avança uma hipótese histórico-sociológica para se entender o fenômeno da burocratização soviética: "Al principio de los años 20, todas las clases de la sociedad rusa, obreros, campesinos, burguesia, terratenientes, aristocracia, estaban destruidas o política, moral e intelectualmente exhaustas"(1978:44), o que caracterizaria uma interrupção da luta de classes, permitindo que a burocracia estabeleça-se sua "supremacia". Lenin, porém, ao analisar esse mesmo período é peremptório: "Hay ahora lucha entre las clases en nuestro país? De lo más rabiosa!"(1977a:33)

⁴⁷ Oskar Anweiler no seu clássico *Les Soviets en Russie, 1905-1921*, mostra como o atraso político russo do início do século vinte, com ausência de tradição parlamentar, sindical ou partidária, curiosamente provocou o nascimento de uma forma política historicamente avançada: "Exclu [os operários] de toute participation à la vie publique, ignorant les règles du système parlementaire - ... -, il ne lui restait plus d'autre moyen d'expression démocratique que le soviét."(1972:63) Ou seja, um embrião de democracia operária surge na ausência da democracia burguesa.

⁴⁸ Essas tendências apareceram bem cedo na história soviética. Já por ocasião da Revolução de Fevereiro de 1917, que derrubou o Czar, em Petrogrado, então a capital do país e verdadeiro berço dos Soviotes, "les décisions essentielles furent prises dans la stricte intimité du Comité exécutif: c'est lui qui, les 1er et 2 mars, se prononça par 13 voix contre 8 pour le refus de participation au Gouvernement provisoire." (ANWEILER, 1972:129) O Soviote de Petrogrado contava à época com "centaines d'employés, des secrétaires la plupart du temps, s'activaient dans ses services. ... Mais ce qu'il gagnait ainsi en matière de bon fonctionnement, il le perdait sur le plan du contact direct avec une partie considérable des masses."(Idem:134)

O mesmo processo se observa na esfera central do Estado soviético. O Congresso dos Sovietes que deveria ser o órgão supremo de decisão, reunindo os representantes eleitos de todos os Sovietes, vai cedendo lugar ao seu Comitê Executivo Central, e no interior desse para um Presidium ainda mais restrito. Além disso, o Conselho dos Comissários do Povo que deveria ser controlado pelo Congresso, ou pelo seu Comitê Executivo Central, torna-se o verdadeiro responsável pela administração estatal dispondo de um imenso aparelho de funcionários. Tendendo assim, desde o início, a reproduzir a típica separação entre organismos legislativos e executivos que o Estado socialista tem que eliminar para facilitar o controle dos trabalhadores sobre as decisões tomadas e sobre a sua aplicação.

De cima à baixo assiste-se à autonomização do aparelho estatal e à concentração do poder nas suas instâncias superiores. Os Sovietes locais perdem, pouco a pouco, suas atribuições seja para um aparelho administrativo que não controla, seja para o Soviete superior, gerando um processo que contribue para estimular não a participação política dos trabalhadores mas a sua indiferença, tanto em relação às suas eleições como ao seu funcionamento. Lenin, ainda que não tenha condições de apresentar uma análise completa dessa tendência e de extrair todas as suas consequências, a presente já em março de 1919, quando afirma que “los Soviets, siendo por su programa órganos de administración ejercida por los trabajadores, sean en la práctica órganos de administración para los trabajadores” (1978a:171). Deixavam, então, de ser os órgãos de representação e da administração dos trabalhadores, para substituí-los, ainda que realizassem as suas atividades em seu nome.

Para Lenin, a causa mediata para explicar o crescimento da burocracia soviética é uma só: o atraso econômico e cultural da Rússia. E é ao analisá-la que ele se afasta, ainda que não totalmente, de sua análise política sobre esse fenômeno. Ele considera que os operários estão empenhados na luta pela construção do socialismo e que desejam criar um novo aparelho de Estado, “mas não sabem como fazê-lo. Não podem fazê-lo. Até agora não alcançaram o desenvolvimento, a cultura indispensável para isso. E para isso faz falta precisamente cultura.” (1981:168) No último Congresso do Partido bolchevique em que participa, o XIo. de Março de 1922, apresenta a conhecida tese segundo a qual um povo pode conquistar um outro povo e tornar-se vencedor, mas se a sua cultura é inferior à do povo conquistado, este acaba por impô-la ao povo conquistador, perguntando se não era exatamente isso o que acontecera na Rússia. A cultura surge assim, como lembrou Serge Vincent-Vidal (1980:106), como um verdadeiro *mito castrador*, substituindo a própria *capacidade política* do proletariado em destruir o Estado burguês e iniciar a construção do Estado socialista, que é o elemento principal

e decisivo até então predominante nos trabalhos de Lenin. A falta de cultura, tomada isoladamente, pode ser entendida como a ausência de competência administrativa dos trabalhadores para dirigir o Estado; sem a discussão sobre a verdadeira natureza da competência, que surge como uma técnica neutra necessária à qualquer organização burocrática.

Mas, Lenin ao destacar a necessidade do desenvolvimento cultural dos trabalhadores, incluindo os comunistas, para combater o aumento da burocracia não postula, porém, uma racionalidade burocrática eficiente, no sentido weberiano. Sua fórmula é outra: “Uma (boa) burocracia a serviço da política, e não uma política a serviço de uma (boa) burocracia” (Apud BAMBIRRA, 1993:113). A burocracia é avaliada pela política que executa e que deve estar a serviço da construção do socialismo, e não por um critério abstrato de eficiência onde as atividades administrativas estão desprovidas de suas determinações sociais e políticas. É a política que deve comandar todo o funcionamento do aparelho burocrático fixando os seus objetivos.⁴⁹ Embora não se possa confundir a concepção defendida por Lenin e a prática real dos funcionários soviéticos, cujo conhecimento exige toda uma pesquisa histórica.

Economicamente, a burocracia soviética está vinculada à pequena produção mercantil, que tem um grande peso na economia russa do período, sobretudo no campo. Suas raízes econômicas são, segundo Lenin, “el fraccionamento, la dispersión del pequeño productor, su miseria, su incultura, la falta de comunicaciones, el analfabetismo, la falta de *intercambio* entre la agricultura y la industria, la falta de enlace e interacción entre ellas.” (1977b:90). Extraindo dessa análise a seguinte equação: quanto mais fracionado for o campesinato, maior será a burocracia. Já em *O Estado e a Revolução*, o líder bolchevique destacara a tendência da pequena-burguesia em buscar empregos estáveis no Estado burguês, eventualmente em troca de apoio político. Essa pressão se manifestava agora sobre o Estado soviético, agravada pelas dificuldades econômicas anteriores à introdução da Nova Política Econômica, a NEP. Além disso, a influência ideológica da pequena-burguesia se fazia sentir diretamente no trabalho dos Sovietes, no sentido de converter os seus membros em “parlamentares” ou em burocratas, representantes de uma classe social atomizada e dispersa e sem vocação política para a ação coletiva em defesa de seus interesses específicos. A burocracia surgia assim como o representante natural de milhões e milhões de pequenos camponeses e pequenos comerciantes. Essa análise ainda que se refira às condições específicas da formação social soviética, e ao lugar e ao papel do Estado no seu interior, chama a

atenção para os problemas que o Estado proletário terá de enfrentar com a pequena-burguesia em qualquer formação social. Já que a procura por emprego seguro e a percepção da burocracia como seu representante, sem a postulação de qualquer controle sobre ela, aparecem no comportamento geral da pequena-burguesia.

Essa análise de Lenin, se também tomada isoladamente, pode ser interpretada em um sentido economicista: a coletivização da agricultura, a criação dos kolkhozes e dos sovkhozes, o restabelecimento da indústria e da troca entre a cidade e o campo, por si só provocariam o fim da burocracia, ou pelo menos o fim da “deformação burocrática” do Estado soviético. O desenvolvimento posterior da União Soviética mostrou que tal hipótese não se realizou, embora tenha se conseguido a transformação de suas premissas econômicas com o fim da pequena produção mercantil. Revelando que embora a burocracia tenha, em cada formação social concreta bases econômicas e sociais determinadas e não necessariamente homogêneas, que influem sobre a sua composição e o seu funcionamento, sua existência está diretamente ligada à presença no aparelho de Estado, e portanto à sua estrutura e às funções próprias que desempenha no conjunto da formação social. A condição atual de funcionário e as suas relações e práticas políticas e ideológicas têm, repita-se, primazia sobre a sua condição social anterior.

É importante e necessário assinalar que Lenin não vê nenhuma relação entre, de um lado, a fusão do Partido bolchevique com o Estado soviético, e, de outro lado, a aplicação do princípio partidário do centralismo democrático no Estado com o crescimento da burocracia e a reprodução do burocratismo. No já citado Xº Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia, ele reconhece que “todos sabíamos que, como partido governante, no podíamos menos de fundir las “altas esferas” del partido con las de los Soviets – están fundidas y lo seguirán estando” (1977a:12). Mesmo antes, as estatísticas sobre a composição do partido em outubro de 1919 já indicavam esse processo: embora apresentassem 52% de seus membros como “operários”, classificação que indicava apenas a sua origem profissional e não sua atividade atual envolvendo mesmo aqueles que apenas temporariamente trabalharam em alguma fábrica, muitas vezes para ter facilitado seu acesso à condição de militante, e 15% de “camponeses” , incluindo todos os membros que residiam no campo inclusive os oriundos da *intelligentsia* rural; na verdade quando se analisa a repartição efetiva de empregos constata-se que mais de 53% dos seus membros são funcionários do governo, 8% são funcionários do partido e dos sindicatos, e que dos 11% empregados nas indústrias um grande número trabalha em tarefas administrativas ou

⁴⁹ Leôncio Martins Rodrigues, no entanto, entende que Lenin deseja exatamente uma “administração eficiente, ..., no sentido weberiano da

de direção. Essa tendência continuou a evoluir e cerca de três anos mais tarde 2/3 dos membros do partido ocupavam funções chamadas de “responsabilidade”, o que lhes garantia não só uma certa autoridade como o benefício de algumas vantagens materiais; seguramente a grande maioria fazia parte da burocracia.

O motivo para a defesa feita por Lenin da fusão do partido com o Estado é apresentado no seu último artigo “Mais Vale Pouco Mas Bom”, e pela sua importância citamos quase toda a passagem:

“Como se podem fundir as instituições do partido com as dos Sovietes? Não há aqui algo inadmissível?

..., porque não fundir umas com as outras, se os interesses da obra o reclamam? Acaso alguém não advertiu que num Commissariado do Povo como o dos Negócios Estrangeiros semelhante fusão traz extraordinária utilidade e é praticada desde o seu nascimento? Acaso não se discutem no Bureau Político, do ponto de vista de nossas “manobras”, em resposta às “manobras” das potências estrangeiras, para evitar, por assim dizer, os seus estrategemas, para não empregar uma expressão menos decente? Não é acaso esta flexível união do soviético com o do partido uma fonte de extraordinária força na nossa política? Creio que o que se justificou, o que se consolidou na nossa política externa e entrou já nos costumes de tal modo que não há lugar a dúvidas neste campo, será adequado pelo menos na mesma medida (e creio que será muito mais adequado) em relação a todo o nosso aparelho estatal.” (1981:176)⁵⁰

Sem dúvida, a fusão do partido dirigente com o Estado pode contribuir para simplificar e acelerar o processo de tomada das decisões políticas, evitando a repetição da discussão e do debate em dois órgãos – o partidário e o estatal –, que ou tenham na sua maioria os mesmos membros, ou entre os quais o segundo se subordine obrigatoriamente ao primeiro. Pode ainda colaborar para a conquista de uma unidade política fora das fileiras do partido em torno da política de Estado a ser seguida, na ausência de outra organização partidária que lhe faça oposição propondo um caminho alternativo, e parece que é nesse sentido que Lenin avalia a sua “força”. Entretanto não pode evitar, como a análise histórica mostrou, um empobrecimento ou o completo impedimento do necessário debate sobre as alternativas possíveis sobre a construção do socialismo, não só entre os membros de um único partido como entre diferentes partidos, e entre militantes revolucionários e trabalhadores sem filiação partidária. A livre discussão sobre as alternativas para a construção do socialismo não é um fim em si

burocracia” (1990:99-100); ignorando novamente toda a análise de Lenin que aponta em sentido contrário.

⁵⁰ E.H.Carr, na sua obra já citada, informa que no Commissariado do Povo dos Negócios Estrangeiros, que era considerado o que realizava o melhor trabalho e o que funcionava mais eficazmente, não se admitiu como funcionário nenhum ex-burocrata czarista (1974b:264); e que, além disso, se garantiu a estabilidade no trabalho de seus principais funcionários, evitando as contínuas substituições que poderiam prejudicar a realização de suas tarefas (CARR,1983:316). Naturalmente é difícil avaliar o significado exato dessas medidas no desempenho desse Commissariado, bem como sua relação com o argumento de Lenin.

mesmo, mas expressa a existência real de diferentes correntes políticas envolvidas com esse projeto nas condições da democracia socialista. Supor que possa haver um único e exclusivo caminho para se construir o socialismo, traduzido na política estatal decidida pelo partido dirigente, é simplificar o imenso e complexo desafio que representa a sua realização. Além disso, a unidade política obtida sob o sistema oficial do partido único mostrou-se na maioria das vezes apenas aparente senão fictícia, ocultando a existência de uma oposição interna silenciosa mas ativa, ou a indiferença política dos trabalhadores.

Nas condições de existência de um único partido é, como se viu, inevitável a sua fusão com o Estado. Nas condições soviéticas, a fusão do Partido bolchevique com o Estado soviético já se iniciara mesmo quando ainda estavam em atividade os mencheviques, os socialistas-revolucionários e outras organizações políticas, mas sem dúvida esse processo só se completou quando esses partidos foram impedidos de atuar.⁵¹ Como consequência da fusão, sendo os dirigentes do partido os mesmos do Estado, é difícil imaginar que estabelecessem um controle sobre si próprios, ou que favorecessem o exercício de um controle dos trabalhadores sobre a sua própria atividade estatal que pudesse prejudicar sua posição de prestígio no partido, fonte de sua autoridade. Além disso era inevitável que procurassem favorecer, com a distribuição dos melhores postos no aparelho de Estado, outros membros ou candidatos ao partido em troca de sua fidelidade política para consolidar sua posição e almejar sua ascensão na hierarquia partidária. O partido, como veremos, perdia assim sua autonomia política, necessária para que junto com os trabalhadores pudesse realizar o controle sobre a burocracia do aparelho estatal e do aparelho econômico. Como constatou Oskar Anweiler, "en raison notamment de l'absence de véritable opposition politique, ... les possibilités de contrôler la bureaucratie s'amenuisaient" (1972:307).

A fusão dos aparelhos partidário, estatal e econômico só contribuiu para o aumento da burocracia, dificultando a luta pela redução do número de funcionários e contra o burocratismo. Seus efeitos imediatos puderam ser sentidos pelo próprio Lenin, quando ele analisa os resultados do censo realizado em Outubro de 1922, que revelava que o número de funcionários em todo o aparelho estatal de Moscou era de 243.000 empregados, maior do que os 231.000 funcionários de Agosto de 1918, e após inúmeras tentativas para a sua redução, e conclue "que o nosso aparelho, que padece de muitos defeitos, que comporta muito mais do dobro e

⁵¹ É o que conclui a análise de E.H.Carr: "Por algún tiempo las líneas de desarrollo del partido y del estado transcurrieron paralelamente; más tarde, por un inevitable proceso, empezaron a converger y finalmente coincidieron. Este proceso había quedado virtualmente completo antes de la muerte de Lenin." (1973:231)

com frequência não trabalha para nós, mas contra nós” (1981:152). Evidentemente, a sua redução atingiria os interesses não só de militantes do partido, como de dirigentes que perderiam prestígio e influência.

O princípio do centralismo democrático foi aplicado pelo Partido bolchevique para garantir a sua unidade de ação política depois de tomada uma decisão, implicando a aceitação da minoria à posição majoritária e a subordinação dos organismos inferiores aos superiores. Se corretamente aplicado mostrou-se necessário à atividade do partido, sua extensão ao aparelho de Estado revelou-se porém problemática. Lenin a defende com o argumento de que seria “imprescindível onde é preciso saber tomar em consideração a inevitabilidade, realmente existente, de diferenças” políticas, sociais e econômicas, e para se respeitar “as peculiaridades locais” (Idem:148) Mas o centralismo democrático representou uma recurso rápido e eficaz contra divergências surgidas na definição e na aplicação de medidas administrativas e políticas no aparelho estatal. Conferindo ao Soviete superior e inclusive ao seu Comitê Executivo, o direito de suspender a decisão de um Soviete inferior, e até mesmo o poder de dissolvê-lo, feria-se a autonomia e a soberania das instâncias inferiores, aumentando a concentração do poder. Concentração de poder que esvazia as atribuições dos organismos intermediários e locais, e é diferente da necessária centralização do conjunto da atividade estatal na aplicação de uma mesma política no âmbito de um mesmo território. Ele contribue para que, paulatinamente, se crie uma estrutura vertical hierarquizada que leva os Sovietes locais e os intermediários a prestarem contas mais às autoridades superiores que aos seus eleitores, principalmente porque na prática deixara de ser exercido o direito à revogabilidade dos eleitos, ainda que reconhecido constitucionalmente, provavelmente devido ao aumento da apatia política. A delimitação de funções entre os diferentes órgãos estatais e a uniformidade no exercício da administração são indispensáveis para se eliminar os conflitos desnecessários e se garantir a autonomia e a soberania das diferentes instâncias, mas elas podem ser garantidas através da Constituição, de leis e de decretos ordinários sem o centralismo democrático.⁵²

Lenin, coerente com a análise que fizera, concebeu a luta contra as manifestações burocráticas no Estado soviético como uma questão política, e não meramente organizativa ou administrativa. Ele destaca que a “luta contra a deturpação burocrática da organização soviética é assegurada pela solidez dos laços dos Sovietes com o “povo”, no sentido de trabalhadores e explorados, pela flexibilidade e elasticidade desses laços.” E

⁵² O princípio do centralismo democrático na estrutura dos Sovietes e dos Conselhos dos Comissários do Povo aparece nas diferentes constituições soviéticas: artigo 62 da Constituição de 1918; artigos 20, 31 e 32 da Constituição de 1924; e artigos 49, 69, 82 e 101 da Constituição de 1936.

acrescenta que é “precisamente esta proximidade dos Sovietes do “povo” dos trabalhadores que cria formas especiais de revogação e de outro controle a partir de baixo que devem ser desenvolvidas com particular zelo.” (1980:585) Considera assim que a aplicação das medidas da Comuna de Paris e de novas formas de controle popular a serem desenvolvidas é o melhor meio de combater o burocratismo; embora não mencione a eleição dos funcionários soviéticos. A tendência à autonomização do aparelho estatal expressa então a ausência de um efetivo controle dos trabalhadores sobre os Sovietes, além da falta do exercício do direito de revogar os seus representantes, que perdem sua ligação com o povo. É essa ligação essencialmente política que vai garantir o êxito da luta pelo controle da burocracia, através do desenvolvimento da democracia operária sem nenhuma rigidez institucional ou jurídica, pois são os próprios trabalhadores que devem estabelecer o prazo e a forma das eleições para os Sovietes.⁵³

Lenin defende então a necessidade de revitalizar os Sovietes através da participação de cada membro seu na administração estatal, mas sobretudo o de toda a população na definição e na realização de suas atividades. Sem a participação de toda a população na administração estatal é impossível se ter êxito na luta não apenas contra a “deformação burocrática”, mas pelo fim da própria burocracia; reafirmando como chefe de Estado essa importante tese que apresentara enquanto líder teórico revolucionário em *O Estado e a Revolução*.

Concebendo politicamente a luta dos trabalhadores para controlar o Estado soviético, é que Lenin, na já mencionada polêmica sobre os sindicatos em 1920-1921, sustenta que os sindicatos operários devem ajudar os trabalhadores a se defenderem frente ao *seu* Estado; descartando a tentativa de se estabelecer uma identificação direta entre a classe operária e o Estado socialista, que apresentava esse como a concretização imediata de seus interesses e negava a possibilidade do surgimento de contradições entre ambos. Ele reconhece a necessidade da autonomia e da atividade política independente dos trabalhadores frente ao Estado socialista para impedir a sua autonomização. Naturalmente, um Estado socialista que esteja sob o controle permanente dos trabalhadores não pode ser considerado um Estado separado deles, já que a separação é a manifestação da falta de qualquer controle; embora não deixe de ser uma organização especial que possui uma tendência própria a se auto-reproduzir, mantendo o exercício de suas funções nas mãos de funcionários dedicados exclusivamente à essa atividade, separados da produção ainda que submetidos ao controle popular. Como organização de funcionários

⁵³ Alexandra Kollontaj, líder bolchevique da Oposição Operária, também considera a perda do poder dos trabalhadores para os funcionários dos Sovietes como a fonte do burocratismo: “apparaît une division très nocive: nous, - c'est-à-dire les travailleurs; et eux, - c'est-à-dire les fonctionnaires des soviets de qui tout dépend. Le mal n'a pas d'autre origine.” (Apud ANWEILER, 1972:309-310)

especializada na realização de funções estatais, o Estado socialista pode ser considerado apenas *espacialmente* separado dos trabalhadores, já que *politicamente* está sob o seu controle. É por isso que apenas o controle da atividade dos funcionários não basta para a realização do caráter semi-estatal da ditadura do proletariado, que só pode prevalecer sobre o estatal através da contínua transferência das atividades administrativas e estatais da burocracia para os trabalhadores.

Lenin apresenta uma série de propostas para o aparelho estatal como parte da luta anti-burocrática. A “obreirização” do Estado, com o aumento do número de operários e de camponeses nos seus órgãos e a transferência dos comunistas dos Soviotes para as fábricas, para reforçar sua ligação com os trabalhadores; a ativização dos sem-partido no trabalho dos Soviotes e nas atividades para o seu controle; a prestação periódica de contas dos representantes nos Soviotes para os seus eleitores; a rotatividade de funções na administração estatal, objetivando impedir a rotina no trabalho e buscando fazer com que cada funcionário tenha uma visão ampla sobre o conjunto da ação do Estado, incorporando ainda novos trabalhadores na sua realização; a redução do número de funcionários; e a criação da Inspeção Operária e Camponesa com o status de um Comissariado do Povo para permitir a uma maior participação popular no controle de todo o aparelho de Estado.

Essas medidas, no entanto, apresentam um limite muito claro: todas se dão no âmbito do aparelho de Estado ou do Partido bolchevique. A mobilização dos sem-partido, por exemplo, ainda que importante, é apenas para tentar controlar os funcionários, e não para que fossem assumindo diretamente a própria execução das tarefas estatais. Lenin deposita grandes esperanças de que o próprio partido possa controlar o Estado de maneira mais eficaz do que qualquer outro tipo de organização ou iniciativa autônoma dos trabalhadores, como revela no seu Testamento Político. Mas o partido já perdera a autonomia necessária para que pudesse realizar essa tarefa, fundido que estava com o Estado. Além disso, a simples incorporação de trabalhadores no interior do aparelho estatal não garante o seu controle sobre ele. Pode representar, como alertara o mesmo Lenin e como de fato aconteceu, a formação de novos burocratas afastados do povo. Quanto à Inspeção Operária e Camponesa acabou se transformando em outra organização burocratizada e ineficaz, levando Lenin a propor a sua reorganização; mas através de sua fusão com a Comissão Central de Controle do Partido bolchevique – órgão interno do partido que fora concebida para ajudar os militantes a lutar pela unidade de ação contra o fracionismo e a se defender dos abusos dos dirigentes, e que se transformara, no entanto, em instrumento de fiscalização da direção sobre os próprios militantes, retirando-lhes liberdade e autonomia. Não há portanto em Lenin a indicação sobre as

formas práticas do processo de desestatização socialista, como concretização e desenvolvimento do caráter semi-estatal da ditadura do proletariado, para além dos Sovietes que eram parte integrante do aparelho.⁵⁴

Mas há porém uma medida que não se limita ao interior do aparelho estatal ou partidário: Lenin postula o desencadeamento de uma verdadeira revolução cultural na formação social soviética envolvendo todos os trabalhadores. Sua primeira tarefa seria erradicar o analfabetismo, que criava enormes dificuldades para uma maior participação de operários e de camponeses na vida política, principalmente na realização das tarefas estatais. A participação política não depende necessariamente, como se viu, de formação educacional ou cultural, mas o desempenho de funções administrativas pressupõe um mínimo de conhecimento, incluindo o domínio da leitura e da escrita; conhecimento que vai se desenvolvendo na proporção da complexidade das tarefas a serem realizadas, e que pode ser obtido junto com sua execução prática. Além disso, a revolução cultural permitiria não só o acesso ao acúmulo de conhecimentos de toda a humanidade, incluindo o conhecimento sobre a administração, mas principalmente sua apropriação crítica. E sobretudo, de um lado, para transformar a cultura em prática para a gestão da economia através da ligação entre política e economia, facilitando a intervenção dos trabalhadores para que pudessem dirigir a produção, e, de outro, para permitir a efetivação de um controle de massas sobre o aparelho estatal; conforme sublinha Jean Robelin (1985:135). Entretanto, Lenin não apenas não pode desenvolver uma concepção mais definida sobre a revolução cultural socialista, como se viu impedido de participar diretamente do seu desencadeamento e de sua realização, com a sua morte em 1924.

Por último, Lenin esboça, de forma embrionária, a substituição do critério exclusivo da competência no processo de recrutamento e de promoção dos funcionários do Estado soviético. O acesso ao aparelho de Estado e ao aparelho econômico privilegiaria os trabalhadores, ou os seus representantes, que combinem “a fidelidade ao socialismo” (1980:577) com “a comprovação pormenorizada, polifacetada e prática dos êxitos de sua aprendizagem em matéria de administração.” (1981:127) Isto é, em primeiro lugar o critério político de classe, pois trata-se de um Estado que, junto com os trabalhadores, enfrenta o desafio da construção do socialismo e que deve subordinar toda a sua organização interna e todo o seu modo de funcionamento à esse objetivo; mas junto com o da competência administrativa, em segundo lugar. Novamente é a política que tem prioridade sobre a administração, ajudando na sua realização.

⁵⁴ É por não ultrapassar esse limite que há “um ponto vazio na teoria leninista do Estado proletário e da democracia socialista”, como apontou Décio Saes: “que grupo social – conduz o deslocamento progressivo das tarefas administrativas para as massas trabalhadoras?” (1994b:194) Ou seja, em outras palavras, não havendo a concepção de um processo de desestatização socialista não pode haver a determinação sobre o agente social que irá realizá-lo.

Com a mudança do critério definidor do burocratismo do Estado burguês, Lenin pretende garantir as condições que permitam aos trabalhadores, ou aos seus representantes, o acesso aos postos que antes estavam, na prática, reservados aos supostos detentores da competência para dirigir e administrar o Estado. O Estado socialista só pode se tornar uma realidade com os trabalhadores assumindo a realização prática de sua gestão, dirigindo suas atividades, pois sem isso não poderão estabelecer o seu domínio político. Lenin, ainda que embrionariamente, tem consciência dessa diferença de critérios quando assinala em seu último artigo que o Estado soviético não pode adotar “as exigências que se impõe a Europa Ocidental burguesa, mas aquelas que são dignas e convenientes para um país que se propõe desenvolver para ser um país socialista.” (1981:169)

O critério político da “fidelidade ao socialismo” não implica, aqui, a exigência de lealdade para com o partido ou com sua direção como viria a ocorrer depois, mas do compromisso político com os trabalhadores e a sua luta pela construção socialista. Nem tampouco deveria ser auferido pela simples posse da carteira de militante do Partido bolchevique, mas pela prática na realização do programa socialista, que poderia ser também desenvolvida por trabalhadores sem filiação partidária.

Estado operário com “deformação burocrática” é o resultado da análise leniniana sobre o Estado soviético, que revela os problemas para a construção de um Estado socialista. Ainda que a expressão “deformação” seja discutível, pois remete à uma noção mais próxima da biologia que da ciência política, ela designa não apenas o crescimento quantitativo da burocracia e do burocratismo, mas sobretudo o qualitativo, isto é, a influência crescente dos funcionários dos órgãos estatais e econômicos sobre a direção do Estado e da economia em detrimento do poder dos trabalhadores. E como consequência de sua análise, Lenin reconhece abertamente que não eram os bolcheviques que conduziam a burocracia, mas era a burocracia que conduzia os bolcheviques.

Stalin e a Organização

Não há nos trabalhos de Stalin nenhuma análise sobre a “deformação burocrática” do Estado soviético, ele nem sequer menciona a conhecida expressão de Lenin. São várias as razões que explicam essa lacuna e que,

indiretamente, contribuem para o entendimento de seu papel à frente do Partido bolchevique e do Estado soviético, principalmente após a morte de Lenin, especialmente na década de trinta; papel esse que não é o objeto em análise. Mas essa ausência se relaciona fundamentalmente com a concepção staliniana sobre o partido e o Estado no socialismo e, como decorrência, com a sua análise própria sobre o Estado soviético; embora ambas apareçam amalgamadas. Quando necessário, faremos referências à conjuntura política soviética para esclarecer as suas formulações.

A tese principal de Stalin sobre o Estado soviético é a de que ele corresponde, desde o início, integralmente à um Estado socialista, seja por seu caráter de classe, seja por sua estrutura e seu funcionamento internos, seja pelas tarefas que realiza. Ao fazer o balanço dos resultados da Revolução de Outubro em relação ao Estado, ele garante que foi necessário “demoler totalmente la máquina estatal de la burguesía, su viejo ejército, su burocracia, su policía, y colocar en su lugar un nuevo sistema estatal proletario, el nuevo Estado socialista. Como es sabido, fué precisamente así como procedieron los bolcheviques” (1941e:714) Assim, em todos os terrenos da administração estatal, a revolução eliminara completamente e com só golpe o antigo Estado burguês-czarista, não admitindo-se a sua “sobrevivência” sob o novo Estado, conforme a análise de Lenin. E toda essa obra teria sido o resultado da ação exclusiva dos bolcheviques sem o reconhecimento do papel dos trabalhadores e das massas populares no processo revolucionário russo, como se a ditadura do proletariado pudesse surgir apenas pela atividade de um partido ainda que proletário e revolucionário.

Sendo o Estado soviético a realização integral e imediata da ditadura do proletariado como novo tipo histórico de Estado - se eliminando a concepção de um complexo processo de construção e de desenvolvimento do Estado socialista, à ser realizado essencialmente após a sua instauração com a vitória da revolução -, como explicar então as suas manifestações burocráticas, que eram objeto constante de preocupação, de discussão e de protesto não apenas entre os bolcheviques mas entre os trabalhadores, e que seriam, ao menos teóricamente, incompatíveis com um Estado socialista devendo já ter sido ser eliminadas? Em 1923, no XIIo. Congresso do Partido bolchevique ⁵⁵, Stalin desenvolve sua tese acrescentando que a “política é justa, o motorista é muito bom

⁵⁵ Congresso no qual Lenin não participou, mas procurou intervir através de dois importantes artigos: “Como temos de reorganizar a Inspeção Operária e Camponesa” e “Mais Vale Pouco Mas Bom”, dedicados à luta contra o crescimento da burocracia. Stalin havia deixado de ser o Comissário da Inspeção Operária e Camponesa em maio de 1922, mas o assunto lhe dizia diretamente respeito, pois além disso estava à frente do trabalho de organização do partido. Trotsky ao relatar sua última conversa com Lenin, lembra-se das palavras do principal líder bolchevique: “Eu digo, pois, que é preciso combater o burocratismo e vós propoñdes estender esta luta também ao Bureau de Organização do Comitê Central?” (1979:58) O que revela como já estava adiantado o processo de fusão do partido com o Estado, e como essa fusão tornara-se uma fonte para o aumento da burocracia e de suas práticas, ao invés de contribuir para a luta contra ele. Ainda segundo Trotsky, a maioria do Politburo do partido, seu principal órgão, nas pessoas de Stalin, Molotov, Kuibishev, Rikov, Kalinin e Bukharin, era contra a publicação do segundo artigo de Lenin. Kuibishev, que mais tarde seria o Comissário da Inspeção Operária e Camponesa, chegou a

e o próprio tipo de carro é bom, porque é soviético, mas várias peças da máquina estatal, quer dizer alguns funcionários do aparelho estatal, são ruins, não são nossos. Por isso a máquina claudica e nós temos assim um desvio da linha política. Temos, então, não a aplicação da linha política, mas sua distorção. Assim repito, o tipo de aparelho estatal é bom, mas várias peças suas ainda são estranhas, burocráticas, meio a meio burguesas e czaristas.” (1954^a:201) ⁵⁶

A figura do carro é uma menção à imagem que fora utilizada por Lenin exatamente para mostrar que o aparelho soviético não ia na direção desejada e que os bolcheviques eram conduzidos pela burocracia. Naturalmente o motorista é o partido bolchevique, principalmente seus organismos superiores, que em nome da classe operária deveria assegurar a direção da atividade estatal, não só tomando as decisões sobre a política de Estado como controlando sua correta execução. Stalin reduz assim a discussão sobre o conjunto do aparelho estatal, à simples presença no seu interior de algumas “peças estranhas”, entre elas vários antigos funcionários, capazes porém de prejudicar todo o seu funcionamento. A análise de Lenin era substituída pela crítica de alguns funcionários burocratizados, que cometiam abusos administrativos e que freqüentemente passariam a ser responsabilizados pelos insucessos da política oficial.

A referência às “peças estranhas” do Estado soviético vai ser o tema constante dos discursos de Stalin durante mais de uma década. Em dezembro de 1927, depois de perguntar “Onde está a fraqueza de nosso aparelho estatal?”, responde simplesmente que estaria na “existência de elementos burocráticos no seu seio, que estragam e deturpam o seu trabalho.” (1953^a:311) Em maio de 1928 ⁵⁷, considera que a luta contra “os desvios burocráticos” acabaria por atingir “alguns camaradas nossos, que tiveram méritos no passado, mas que agora sofrem da doença [sic] do burocratismo” (1953b:73), identificando esse fenômeno a um desvio pessoal de conduta que “contaminava” vários militantes, e não como a manifestação de uma estrutura estatal com tendência à autonomização. Opinião que repete em junho do mesmo ano: “é o *burocratismo* dos nossos aparelhos. Trata-se

sugerir a edição de um número falso do Pravda, órgão oficial do partido, só para entregá-lo à Lenin que, enfermo, cobrava a sua publicação. Embora o artigo fosse de 6 de fevereiro de 1923, acabou sendo publicado em 4 de março do mesmo ano com a data trocada para 2 de março para ocultar a resistência de parte do Politburo, conforme informa E.H.Carr (1974b:266-267).

⁵⁶ A tradução das edições das obras de Stalin em albanês são nossas.

⁵⁷ Nesse discurso, Stalin afirma que já não se trata mais dos antigos burocratas, mas dos novos que simpatizam com o Estado soviético, incluindo os burocratas comunistas, classificados como o tipo mais perigoso de burocrata, como já fizera Lenin. Entretanto E.H.Carr apresenta os seguintes dados sobre a presença de antigos funcionários no Estado soviético: “En 1929, el 37% del personal del Narkomfin [Comissariado do Povo para as Finanças] lo constituían todavía antiguos funcionarios zaristas; en el Narkomtrud [Comissariado do Povo para o Trabalho] eran el 27%, y en el Narkomtorg [Comissariado do Povo para o Comércio], el 26%. En las oficinas oficiales de Leningrado, el 52% del personal lo formaban antiguos empleados zaristas. Y esta proporción era sin duda más elevada en las capitales de provincia y en regiones apartadas.” (1974c:126) Passados mais de dez anos da Revolução de Outubro, era grande a presença dos velhos burocratas reproduzindo antigas práticas que arraigavam-se no funcionamento do aparelho estatal, principalmente na relação com os trabalhadores. Mostrando as dificuldades em se substituir a antiga burocracia, que praticamente já se integrara ao novo Estado.

da existência de elementos burocratizados no interior das nossas organizações de partido, de Estado, sindicais, cooperativistas e outras organizações. Trata-se de elementos burocratizados, que vivem das nossas debilidades e dos nossos erros” (1953c:130). Em junho-julho de 1930, pondera que o objetivo é ir “afastando e isolando os elementos oportunistas, trade-unionistas e burocráticos; em expelir desse trabalho os elementos estranhos e degenerados, buscando novos elementos na base.” (1980^a:84) E, por último, em janeiro de 1934, recomenda a mobilização dos militantes bolcheviques para depurar o Partido e as organizações econômicas dos “elementos inseguros, inestables y degenerados”, “algunos burócratas y oficinistas incorregibles” (1941d:570-571). Reduzindo as manifestações burocráticas à simples presença de alguns funcionários burocratizados na atividade estatal, e transformando o burocratismo em desvio de comportamento no momento da aplicação da política definida, a luta anti-burocrática se resumia à identificação desses funcionários e à sua imediata remoção, através de procedimentos administrativos; seu êxito portanto pareceria próximo. Embora a reiteração, no discurso de Stalin ao longo dos anos, do permanente surgimento de novos burocratas, substituindo os que já haviam sido afastados, pudesse indicar a existência de um estranho fenômeno reprodutivo no interior do Estado soviético, cuja causa não era identificada, sendo usualmente atribuída à uma suposta propensão para a burocratização por parte de indivíduos isolados.

Diante da persistência do burocratismo e de seu crescimento, dos seus inevitáveis efeitos sobre o partido e sobre o Estado, e principalmente das reações que provocava nos trabalhadores, Stalin chega a admitir episódicamente que alguns aparelhos de Estado “agem à moda antiga” (1952^a:10), sem precisar no entanto a sua afirmação, e que é necessário a sua correção, cujo sentido permanece igualmente indefinido. E evoca, igualmente de forma episódica, a exigência de se enfrentar a questão do desenvolvimento cultural dos trabalhadores e de reduzir e simplificar o aparelho estatal.⁵⁸

Stalin não analisa também o papel dos Sovietes no regime político e no Estado soviéticos, que deveriam ser a forma institucional que garantisse a democracia operária e facilitasse a participação dos trabalhadores na definição e na realização das tarefas estatais; o que indica que ele tinha como pressuposto que os Sovietes cumpriam esses objetivos. Essa lacuna é evidenciada pelas raras menções feitas aos Sovietes ao longo de seus trabalhos. Em uma delas, Stalin, excepcionalmente, retoma a análise leniniana reconhecendo que a força do

⁵⁸ Como mais uma tentativa fracassada de redução do número de funcionários soviéticos pode ser mencionado o seguinte exemplo: “En el presupuesto para 1926-1927 se preveía una reducción de 8.683 empleados en los órganos de la Unión, pero se vio pronto desbordada por un aumento de más de 58.000, de los cuales unos 37.000 se debían a la expansión de los órganos existentes y 20.000 a la adquisición de nuevas

aparelho estatal soviético depende de suas ligações com os trabalhadores, e que essas ligações seriam realizadas pelos Sovietes, como uma escola de administração estatal, a ponto de "fundir" o próprio aparelho com as massas. Mas ele não apenas não extrai consequências dessa análise, como a abandona em seguida, como se as dificuldades no trabalho dos Sovietes para incorporar os trabalhadores na atividade política e estatal tivessem sido superadas.

Abrindo um novo parêntese histórico, esse discurso de Stalin, de 1927, fazia parte de uma campanha para revitalizar os Sovietes, que foi realizada em meados da década de vinte para tentar reverter a tendência de uma crescente indiferença dos trabalhadores em relação às atividades desses organismos; tendência que não era senão o efeito do esvaziamento político dos Sovietes, ocasionado pela contínua concentração do poder nas instâncias superiores e pela fusão do partido com o Estado. Dados sobre o comparecimento eleitoral na U.R.S.S. mostram que em 1923, em 68 províncias, votaram 14 milhões de eleitores de um universo de 37,6 milhões de votantes, ou seja apenas 37%; e em 1924, em 49 províncias, 8,4 milhões de eleitores de um total de 29,2 milhões, ou seja apenas 28,9%; e um informe do próprio partido reconhecia que, nas eleições totais de 1924, só 15% a 20% dos eleitores haviam votado. E enquanto diminuía a participação dos trabalhadores nas eleições, aumentava consideravelmente a proporção dos comunistas eleitos, que literalmente substituíam os primeiros. Essa situação obrigou o Comitê Executivo Central do Congresso dos Sovietes a editar um decreto, pelo qual seria cancelada toda eleição que não atingisse o mínimo de 35% de eleitores. Esta e outras medidas da campanha de revitalização contribuíram para que, em 1927, se atingisse a cifra de quase 60% de votantes nos Sovietes urbanos e de quase 50% nos Sovietes rurais, o que foi considerado uma grande vitória. Mas já nesse período, e também nos anos seguintes, o direito dos eleitores destituírem os seus representantes tinha caído em desuso, embora fosse reconhecido constitucionalmente e fizesse parte da propaganda oficial para despertar o interesse político dos trabalhadores. Tanto as eleições, como os próprios Congressos dos Sovietes eram objeto de críticas pois foram se transformando em mera formalidade para efeito de propaganda política, já que o partido ou impunha os candidatos a serem eleitos, ou tomava previamente as decisões que deveriam ser apenas referendadas pelos congressos. O próprio Congresso dos Sovietes, constitucionalmente definido como o órgão supremo do poder na URSS, que deveria se reunir anualmente passou, a partir de 1927, a prever sua reunião para cada dois anos. Mas nem isso se cumpriu: entre 1931 e 1935, não foi realizado nenhum Congresso dos

Soviets.⁵⁹ Assim, a nova democracia soviética via ressurgir a apatia política típica da democracia burguesa, que afastava os trabalhadores da política e colocava em cheque a sua verdadeira natureza.

A consequência da análise de Stalin é a passagem da concepção leniniana da burocracia como sendo um problema essencialmente político - exigindo a superação da "sobrevivência" do antigo aparelho no novo, o desenvolvimento da luta de classes no interior do próprio Estado para realizar a política proletária e a luta contra a influência da pequena-burguesia nos Soviets, como forma dos trabalhadores controlarem a burocracia -, para o terreno meramente organizativo e administrativo. Com isso, o centro deixa de ser o desenvolvimento e a consolidação da democracia operária, para se buscar o crescente aumento da participação política dos trabalhadores, não só nas eleições para os Soviets como em todas as suas atividades, mas a política de quadros do Partido. Eles são os militantes com alguma responsabilidade política ou administrativa, certa experiência na sua frente de trabalho e que revelem possibilidades de ascensão na estrutura partidária; e sua nomeação é feita pelo alto, através dos organismos dirigentes do partido que controlam vertical e centralizadamente a aplicação de suas decisões.

Em lugar dos Soviets é o Partido bolchevique que passa a assumir a responsabilidade de controlar a burocracia soviética e de dirigir a sua atividade. Para Stalin, "o partido que construiu o Estado, deve também melhorá-lo" (1954^a:203). Omitindo assim completamente a ação independente dos trabalhadores na criação dos Soviets desde 1905, e sua contribuição decisiva durante a Revolução de Outubro de 1917; e revelando uma concepção de socialismo que iria se explicitar com a "revolução pelo alto" no final da década de vinte, onde o partido, e não os trabalhadores, surge como o grande agente de sua construção. É o partido que passa a ter "a missão de submeter o aparelho estatal", "a missão de socializá-lo" (1952^a:10) substituindo os trabalhadores e levando às últimas consequências a fusão do partido com o Estado, com a falsa expectativa de que pudesse controlá-lo.

A importância atribuída aos quadros, decorrente do novo papel atribuído ao partido, está ligada à uma idéia chave que orientava o trabalho organizativo interno do Partido bolchevique e que foi estendida ao aparelho estatal e econômico: uma vez definida a política, a questão decisiva passa a ser sua correta aplicação pelos

proletário, o Estado soviético ia abservendo sempre novas funções, provocando o aumento da burocracia.

⁵⁹ Apesar de todas essas dificuldades, E.H.Carr relata que apenas na República da Rússia, "durante los diez primeros años de la Revolución, y en uno u outro momento, 8.700.000 personas habían desempeñado el cargo de delegados en los soviets de aldea y 800.000 en los urbanos; nueve millones habían resultado elegidos para congresos provinciales (o regionales) de soviets, y 700.000 para congresos ejecutivos de los mismos. De todos ellos, más de un 60% habían desempeñado el cargo sólo durante un mandato, dando esta rápida rotación oportunidad de compartir la experiencia al máximo de personas posible." (1983:299)

quadros. Sendo a política justa, seu êxito passa a depender sobretudo da ação dos quadros sobre os demais militantes e sobre o conjunto de trabalhadores para convencê-los de sua necessidade e oportunidade; levando, no funcionamento do partido, à unilateralização do trabalho dos quadros e à subestimação da contribuição política dos demais militantes e especialmente dos trabalhadores, já que ambos passam a ser o objeto passivo da atividade dos quadros e são reduzidos ao papel de mero executores de diretivas políticas, não participando de sua elaboração. Aplicada ao aparelho estatal, essa idéia se traduzia no aumento da autoridade dos funcionários sobre os trabalhadores pois, para Stalin, “los cuadros del Partido son los mandos del Partido, y, ya que nuestro Partido se halla en el Poder, son también los mandos de los órganos dirigentes del Estado.” (1941e:703) A autoridade dos quadros não dependia mais de sua relação com os trabalhadores e de um mandato que esses lhes outorgassem, mas da sua posição na hierarquia partidária, e conseqüentemente na estrutura estatal; quanto mais alta sua posição maior deveria ser a sua autoridade, reforçando a estrutura hierárquica e vertical já estabelecida no Estado soviético. A exemplo da aplicação do princípio do centralismo democrático no aparelho estatal, também essa extensão revelou-se problemática.

Stalin desenvolve ainda mais sua concepção sobre o trabalho dos quadros quando defende a fórmula “os quadros decidem tudo”, apresentada porém como a expressão da necessidade de se valorizar corretamente cada trabalhador disposto a contribuir na construção econômica, para permitir sua formação como dirigente da economia. Essa fórmula, muito propagada e aplicada na URSS, representou uma maior concentração de poder nas mãos dos quadros, que decidiam sem consultar os trabalhadores, que deviam se subordinar à sua atividade e não mais controlá-la. Contribuiu também para o surgimento de um verdadeiro fetichismo envolvendo a ação dos quadros, apresentados como infalíveis. E como a grande maioria dos quadros era da burocracia estatal, econômica ou partidária, esta se empenhou na sua própria fetichização, preservando-se da crítica dos trabalhadores, que se viam mais uma vez reprimidos em suas iniciativas e desestimulados em sua ação independente. Se o partido é o construtor do socialismo, os seus quadros não só podem como devem decidir tudo sobre a sua construção.

Devido à sua concepção, historicamente Stalin sempre se apresentou como o principal defensor dos quadros; que, observe-se, são indispensáveis para o movimento revolucionário e para a construção do socialismo, mas o são precisamente quando conseguem traduzir em sua atividade os interesses dos trabalhadores, mantendo relações políticas democráticas, permanentes e orgânicas, e submetendo-se à sua

crítica, e não afastando-se deles. Já na polêmica travada com Trotsky, após a morte de Lenin, Stalin nega que estaria havendo a “degenerescência” dos quadros, entendida como a sua burocratização e o seu distanciamento dos trabalhadores: “Nós todos procuramos e continuamos a procurar fatos que provem a degenerescência dos quadros. Mas tais fatos não nos são dados, e nem podem, porque esses fatos não existem.” (1952b:231) Mais tarde, diante do movimento de crítica e de auto-crítica desenvolvido pelos próprios trabalhadores, ele pergunta: “É difícil entender que precisamos da auto-crítica não para perseguir os quadros da economia, mas para melhorá-los e fortalecê-los?” (1953c:136) Assim, a sua política de quadros e a sua constante defesa contribuíram tanto para aumentar numericamente a burocracia, cuja composição não estava submetida à escolha dos trabalhadores, mas à decisão dos quadros, como para elevar o seu poder sobre os trabalhadores. A luta pelo controle da burocracia tornava-se ainda mais difícil, já que os quadros da burocracia tinham, reconhecidamente, o poder de tudo decidir.

A concepção que Stalin tinha do papel dos quadros e de sua relação com as massas se revela também na política que preconizava para se promover a sua seleção para o aparelho estatal e partidário. Primeiro, era preciso valorizar e respeitar os quadros; segundo, conhecê-los através do estudo minucioso de suas qualidades e suas debilidades para designar as tarefas que correspondessem às suas habilidades; terceiro, contribuir permanentemente com sua formação elevando suas responsabilidades; quarto, promover ousadamente os novos quadros não permitindo que se acomodassem na realização de tarefas já aprendidas; e quinto, distribuir os quadros para que cada um estivesse efetivamente convencido de que o posto ocupado era o que melhor lhe correspondia, podendo render o máximo de sua capacidade. Como se vê, não há uma só menção ao papel que os trabalhadores podem desempenhar no processo de promoção dos quadros, através do conhecimento que têm da sua prática real e de seu convívio com eles; nem sequer a referência à uma mera consulta de sua opinião. Isso contribuiu para que todo o processo de seleção dos quadros na URSS fosse realizado unicamente pela Comissão de Quadros do Comitê Central do Partido bolchevique, órgão ligado à Secretaria Geral presidida por Stalin. É esse organismo, com seções espalhadas por toda a URSS em suas diferentes instâncias, que se encarrega da indicação dos ocupantes dos principais cargos do aparelho estatal, cuja lista é chamada de *nomenclatura*, através de um arquivo central com os dossiês pessoais com informações biográficas e políticas dos membros do partido.

É nessa Comissão de Quadros que Stalin acredita estar “o meio mais real para manter nas mãos do partido os freios da economia e do aparelho soviético” (1954^a:229) Mas a Comissão, funcionando na escolha dos principais funcionários estatais e econômicos sem o conhecimento dos militantes bolcheviques e muito menos dos trabalhadores, além de substituir os Sovietes, para os quais não prestavam contas, tornou-se mais um organismo burocrático fundido com o aparelho estatal, que determinava a sua estrutura organizativa e o seu modo de funcionamento. A sua importância política na promoção dos quadros, subordinada aos principais dirigentes partidários, era proporcional à sua ineficácia no controle da economia e do aparelho estatal, esse funcionando cada vez mais autonomamente.

A Comissão de Quadros do partido opera sempre através da nomeação dos funcionários, abandonando a prática da eleição pelos Sovietes para sua escolha. O recurso à nomeação tivera início quando Lenin ainda estava em atividade à frente do Estado soviético, já com o fim da Guerra Civil e a desmobilização das fileiras militares a Comissão de Quadros ampliou suas atividades e em menos de um ano, até março de 1921, tinha realizado cerca de 42.000 nomeações de membros do partido.⁶⁰ Apesar da resistência inicial essa prática se consolidou cada vez mais. Stalin, no seu Informe ao XVIIIo. Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da URSS, destaca o êxito obtido na promoção de mais de 500.000 bolcheviques entre 1934 e 1939. Já que a lista de cargos a serem preenchidos pela Comissão de Quadros aumentava sempre, envolvendo todas as instâncias do Estado soviético; e para cuja nomeação se exigia ainda a ratificação da Comissão partidária imediatamente superior.⁶¹

A preocupação central de Stalin é a de melhorar o funcionamento organizativo e administrativo do Estado soviético na execução de suas tarefas políticas e econômicas; quanto mais organizado e eficiente for os seus aparelhos, maior contribuição poderá dar para a construção do socialismo, independente de suas relações políticas com os trabalhadores. Além da política de quadros, o outro aspecto da luta concebida por Stalin para

⁶⁰ A prática das nomeações gerou fortes reações no Partido bolchevique e fora dele, pois era a negação de uma das medidas mais importantes da Comuna de Paris. Kosior, um conhecido militante bolchevique, alertava, ainda em 1923, sobre os efeitos dessa prática: “Docenas de nuestros camaradas quedan marginados de esas funciones [do partido e dos Sovietes] , no porque sean malos comunistas, sino tan sólo porque en diferentes ocasiones y por diversos motivos han sido miembros de un grupo u otro o han tomado parte en discusiones contra la línea oficial que seguía el comité central.” (Apud CARR, 1974b:277) Em outras palavras, o critério da representação política de classe na promoção de trabalhadores ao aparelho de Estado era substituído pelo da lealdade política com a direção do partido, de quem essa promoção dependia. Os que defendiam as nomeações partiam porém do pressuposto da existência de uma completa identidade de interesses unindo os trabalhadores, o partido e o Estado. Smilga, outro militante bolchevique, argumentava que: “Dans um État socialiste, le gouvernement subsiste par la volonté du prolétariat (...). Il va donc de soi que les travailleurs, vu la confiance qu’ils font au gouvernement, lui accordent aussi le droit de nommer des fonctionnaires et autres responsables.” (Apud ANWEILER, 1972:289) O que era a negação da análise tanto de Engels como de Lenin, de que os trabalhadores precisam se organizar para defender seus interesses frente ao seu próprio Estado.

⁶¹ Sem dúvida a fusão do partido com o Estado soviético e a prática das nomeações iriam provocar mudanças significativas na composição interna do Partido bolchevique. Dois exemplos são ilustrativos: o censo de janeiro de 1927 mostra 60.1% de “empregados e outros” entre os efetivos do partido, designação que incluía sobretudo a burocracia do aparelho estatal e econômico, além de trabalhadores do comércio e intelectuais; 30% de operários da indústria e dos transportes, 8,4% de camponeses; e 1,5% de operários agrícolas. No seu XVIo. Congresso,

melhorar a atividade do Estado soviético é o controle rigoroso da aplicação das decisões tomadas. Durante o já mencionado movimento de crítica e de auto-crítica desencadeado pelos trabalhadores, ele admitiu a possibilidade de um controle de base sobre os quadros e os dirigentes. Mas essa posição é abandonada logo a seguir. Depois de afirmar, perante um congresso do partido, que “las nueve décimas partes de nuestras fallas y errores se explican por la falta de un control bien organizado del cumplimiento” das diretivas políticas e estatais, ele defende apenas “el control del cumplimiento de las decisiones del centro”, com a criação de uma nova organização dedicada exclusivamente à “comprobación del cumplimiento de las instituciones centrales del Poder Soviético.” (1941d:574) Ou seja, trata-se de um controle hierarquizado e vertical onde o centro do aparelho deve controlar o resto, e não de um controle da base sobre as instâncias superiores. Reconhecendo mais uma vez o insucesso da atividade da Inspeção Operária e Camponesa na tentativa de controlar os funcionários e administradores, Stalin propõe uma Comissão de Controle Soviético a ser nomeada pelo Congresso do partido; cujo nome lembra o do organismo criado em 1918, chamado Controle do Estado, e que também fracassara. Um novo órgão burocrático voltado não mais para o controle da burocracia pelos trabalhadores, mas como um instrumento dela para garantir a aplicação de suas decisões. Acrescentando mais um capítulo na história das tentativas fracassadas do Partido bolchevique controlar o Estado soviético.

O efeito das concepções de Stalin e de sua análise sobre o Estado soviético é a redução da luta contra as manifestações burocráticas na URSS, o abandono das tentativas de controle da burocracia pelos trabalhadores. Essa redução da luta anti-burocrática aparece explicitamente no próprio discurso de Stalin. Em um informe sobre o XIIIo. Congresso do Partido, recém realizado, depois de fazer a surpreendente afirmação de que “o nosso aparelho de Estado está cheio de debilidades, que é muito volumoso e caro, que em 9/10 é burocratizado”, Stalin, que apresentara o Informe de Organização do Comitê Central nesse congresso sem dar destaque à burocracia, contraditoriamente pondera que o “Congresso dedicou pouco tempo à questão do aparelho de Estado. O informe da Comissão Central de Controle sobre a luta contra as debilidades do aparelho de Estado foi aprovado sem discussão. Também a resolução “Sobre o trabalho da Comissão de Controle” foi aprovado sem discussão. Segundo penso, isso aconteceu por falta de tempo e em razão das muitas questões apresentadas ao congresso.” (1952c:259-258) Dessa forma, um aparelho estatal reconhecido como burocratizado na sua quase totalidade, que conta com mais funcionários do que necessita, e que é uma fonte permanente de gastos em condições

de 1930, só 13,6% dos delegados eram operários trabalhando nas fábricas e 1,3% de camponeses diretamente envolvidos na produção

econômicas difíceis deixa de ser objeto de análise por parte do Partido bolchevique, que renuncia na prática ao esforço de tentar controlá-lo como vinha fazendo até então.

Stalin porém vai ainda mais longe. Primeiro, chega a justificar a “deformação burocrática” do Estado soviético com o argumento de que enquanto houver Estado haverá burocratismo; isto é, a ditadura do proletariado não pode eliminá-lo, sendo obrigada a conviver com esse fenômeno até o seu fim como Estado. O socialismo apenas assistiria à emergência de novos funcionários no aparelho de Estado colocados acima dos trabalhadores, que não poderiam controlá-los, e esses burocratas trabalhariam sob uma estrutura hierárquica vertical rígida, devendo unicamente obrigações para o seu superior. De fenômeno cuja eliminação não só é possível como necessária à ditadura do proletariado, para concretizar seu caráter semi-estatal e desenvolver seu conteúdo de classe, o burocratismo torna-se inevitável. Por isso, Stalin ainda que reconheça que sobre “o burocratismo se fala tanto”, pondera que “não há necessidade de nos alongarmos” sobre o assunto. Depois, em tom de advertência proclama: “Mas, seja como for, não se deve ultrapassar a fronteira. Levar a luta contra o burocratismo no aparelho estatal até o aniquilamento do aparelho estatal, até os esforços para quebrá-lo, isto quer dizer caminhar contra o leninismo, quer dizer esquecer que o nosso aparelho é soviético” (1953^a:310-311). A luta para controlar a burocracia, de essencial à consolidação de um Estado operário passa assim a representar uma ameaça ao funcionamento de um aparelho burocratizado cada vez mais autônomo e independente.

Com isso, as diferentes manifestações de burocratismo crescem no Estado soviético provocando o aumento das reações dos trabalhadores e também dos militantes bolcheviques. O que explica a realização, em abril de 1929, da XVIa. Conferência do Partido que discute o projeto de resolução do Comitê Central “Sobre os êxitos e as próximas tarefas da luta contra o burocratismo”; que é a primeira resolução específica de uma importante instância do partido dedicada à burocracia. A sua resolução final, retomando a análise de Lenin, destaca que: “*A luta do partido e dos Sovietes contra a perversão [sic] burocrática do aparelho do Estado, que esconde freqüentemente das grandes massas trabalhadoras a natureza efetiva do Estado proletário, constitui uma das formas mais importantes da luta de classes.*” (Apud BETTELHEIM, 1983:410) O partido admitia que o crescimento e a autonomização da burocracia poderia levar à mudança da natureza de classe do Estado soviético. Mas as resoluções da Conferência não foram suficientes para dar origem à novos movimentos políticos dos

trabalhadores na luta contra a burocracia, nem mereceram especial empenho dos bolcheviques para a sua aplicação.

Também no final da década de vinte, com o processo de industrialização acelerada, a coletivização da agricultura e a elaboração do Primeiro Plano Quinquenal há uma proliferação de organismos econômicos, tendo à frente o Gosplan – a Comissão Estatal de Planificação, criada ainda sob a direção de Lenin; que contava em 1925 com cerca de 45 economistas e estatísticos, e logo no início de 1926, só o Gosplan da República Russa, empregava 950 funcionários. Sem a participação efetiva das massas na elaboração dos planos, a planificação soviética contribuiu para o aumento da burocracia.⁶²

Ainda em 1928, após o famoso caso Chakhty – envolvendo especialistas de origem burguesa com cargos de direção nas minas de carvão da Ucrânia acusados de sabotagem -, Stalin, considerando que os bolcheviques não poderiam dirigir a economia e o Estado sem possuir os conhecimentos necessários, lança o desafio para eles se tornarem “vermelhos e especialistas”. Isto é, de um lado, possuir o conhecimento da linha política do partido e a capacidade de aplicá-la corretamente, e, de outro, demonstrar competência na solução dos problemas econômicos e administrativos.

Aparentemente tratava-se da combinação do critério político com o da competência com a dominância do primeiro, seguindo a análise de Lenin. Mas na verdade, provocou-se o deslocamento da primazia do critério político de acesso e de promoção no aparelho econômico e estatal para o da competência, entendido como o “domínio” da ciência e da técnica.⁶³ Deslocamento da política para a economia que se revela na assertiva de Stalin, de fevereiro de 1931, de que “a técnica decide tudo”, que apresenta a técnica como neutra, desprovida de suas determinações sociais e políticas. Expressão de uma concepção economicista da construção do socialismo, que tem como objetivo exclusivo o desenvolvimento unilateral das forças produtivas, subordinando a política e a ideologia à sua realização. O tecnicismo vai influenciar no funcionamento dos aparelhos estatal e econômico,

⁶² Robert Mcneal considera que a “transformação mais radical na história do Partido Comunista depois da tomada do poder em 1917 ocorreu por volta do início dos anos 30. A mudança se resumia no *slogan* imposto naquele período: “Apontar para a produção”. ... o Partido Comunista não apenas assumiu a autoridade suprema no que se refere às decisões econômicas, mas tomou-se também a maior força de mobilização em favor das campanhas dirigidas no sentido de aplicar aquelas decisões.” (1986:241-242) Isso levou à reforma organizativa do próprio partido, em 1934, com a criação de seções da indústria, transporte, agricultura, planificação-finanças e comércio, reproduzindo a estrutura ministerial e aprofundando a sua fusão com o Estado. Processo que aliado à reprodução das práticas burocráticas típicas do aparelho estatal pelos militantes-funcionários, caracteriza uma verdadeira estatização do Partido bolchevique, e não a partidarização do Estado. Pois a aplicação de princípios e práticas do partido no aparelho de Estado - centralismo democrático e política de quadros -, não representou qualquer aumento do controle do primeiro sobre o segundo, mas o fortalecimento de uma estrutura vertical própria e de um modo de funcionamento já estabelecidos.

⁶³ Silvio Pons em dois minuciosos ensaios mostra que a reforma do Partido bolchevique em 1934 levou a um esforço de especialização extrema dos quadros, de natureza econômica e administrativa em detrimento da política (1985:699), ocasionando um fortalecimento da centralização burocrática (1984:512). A redução do trabalho do partido às tarefas econômicas logo provocou a reação dos quadros políticos,

obstaculizando qualquer tentativa mais séria dos trabalhadores de influir nas decisões econômicas e estatais, e dificultando ainda mais sua participação na execução direta das atividades administrativas, reservadas exclusivamente aos portadores da técnica necessária. É a burocracia, sobretudo os quadros do aparelho econômico, que aparece como o agente tecnicamente competente na definição e na execução da política de Estado. É por isso que a palavra-de-ordem “os quadros decidem tudo” nada mais é do que a decorrência natural da assertiva de 1931.

Por outro lado, os acontecimentos de 1928 provocaram uma politização do discurso de Stalin sobre o burocratismo, sem substituir no entanto a tendência principal já apontada. O burocratismo não é mais apenas um estilo de trabalho caracterizado pela rotina e pela protelação no encaminhamento de problemas que exigem solução, mas torna-se também a manifestação da influência burguesa nas organizações soviéticas. E converte-se depois em ato de “sabotagem exercida contra as medidas do poder soviético por elementos burocráticos da administração pública, - agentes do inimigo de classe destacados entre nós” (1980^a:77-78). Mas essa politização já revela os elementos iniciais de uma concepção, que iria se desenvolver depois, que reduz a luta de classes na formação social soviética à mera atividade de sabotadores e espiões enviados e/ou em ligação com os países estrangeiros inimigos. Além de novamente limitar o burocratismo à ação de alguns funcionários.

A política de promoção dos “vermelhos e especialistas” é responsável por uma verdadeira renovação na composição do aparelho econômico e estatal soviéticos ao longo da década de trinta. Entre 1928 e 1933, 140.638 operários da produção são promovidos, sendo que mais da metade não são militantes do Partido bolchevique. Sem falar da promoção de numerosos trabalhadores manuais, que são deslocados para o trabalho administrativo. Entre 1930 e 1933, 660.000 operários comunistas deixam a fábrica tanto para se tornarem funcionários como para realizar seus estudos. E um número ainda maior de operários que não são membros do partido também são promovidos. No total, os promovidos para as tarefas administrativas e que continuam estudando para se tornar técnicos, engenheiros e diretores totalizam, entre 1930 e 1933, cerca de um milhão e meio de trabalhadores.⁶⁴

O modo de promoção desses trabalhadores, centralizado pelo partido através de nomeações, condiciona o comportamento dos promovidos que “tend à être étroitement subordonnée à la direction du parti à laquelle elle

que viam seu poder reduzido para os técnicos e os administradores, levando à reintrodução em 1937 da ênfase na “assimilação do bolchevismo” na política de formação dos quadros.

⁶⁴ Charles Bettelheim, que fornece esses dados, cita dois exemplos entre os promovidos nesse período: Nikita Krushev e Leonid Brejnev, que ocupariam depois a direção do Partido bolchevique e a chefia do Estado na URSS (s/dt:86), e seriam acusados por correntes do movimento operário e socialista de “revisionismo”, por abandonarem a construção do socialismo e permitirem a instauração do capitalismo de Estado.

doit d'occuper la place qui est la sienne: elle se veut donc, avant tout, une exécutante fidèle des ordres reçus, elle les discute le moins possible, même lorsqu'elle les juge peu réalistes", sendo "imprégnée du respect de la hiérarchie, d'un esprit bureaucratique et militaire." (BETTELHEIM, s/dt:85) Nessas condições, a presença de trabalhadores no aparelho estatal e econômico longe de lhe conferir um caráter proletário, significa sua separação das massas, sua transformação em novos burocratas e dirigentes colocados acima dessas. Além disso, esse modo de promoção, sem eleições e sem a consulta aos trabalhadores, converte, na prática, o critério político da "fidelidade ao socialismo" na fidelidade para com a direção do partido que realizava as nomeações, como assinalamos.

Em 1934, no XVIIo. Congresso do Partido bolchevique, ao abordar as dificuldades na atividade do aparelho estatal e econômico que impediam a melhoria de seu funcionamento administrativo, Stalin apresenta um elenco de quatorze medidas que haviam sido tomadas para superá-las, e que constitui a maior plataforma de medidas apresentadas por um líder bolchevique voltadas para o Estado soviético. Ainda que inseridas na perspectiva do trabalho de organização, principalmente no trabalho de seleção de quadros e no controle da aplicação das decisões contra a ação dos persistentes e renovados "elementos burocratizados", e apresentadas como já tendo sido realizadas com sucesso, elas revelam problemas reais do aparelho soviético e a extensão das práticas burocráticas que o discurso oficial insistia em não reconhecer. Seu conhecimento é portando necessário. São elas:

- 1) O desenvolvimento da autocrítica de quadros e de militantes como forma de revelar as dificuldades da atividade econômica e administrativa. Que surgira como um movimento espontâneo dos trabalhadores ainda na tentativa de criticar os funcionários de certa responsabilidade, mas que se institucionalizara cada vez mais como uma prática política de Stalin e seus seguidores na luta contra possíveis adversários políticos, supostamente ligados principalmente à Trotsky e à Bukharin, através da qual o suspeito admitia ou confessava os erros que lhe eram atribuídos.
- 2) A mobilização das organizações do Partido, dos Sovietes, da economia, dos sindicatos e da Juventude Comunista para lutar contra as dificuldades administrativas e organizativas. Sem especificar como teria se realizado essa mobilização e quais foram seus objetivos precisos.
- 3) A mobilização de operários e de camponeses para aplicar as diretivas e as decisões do Partido e do Estado.

- 4) A realização da emulação e do “trabalho de choque” entre os trabalhadores *para cumprir e ultrapassar* as metas estabelecidas nos planos.
- 5) A criação de seções políticas nas Estações de Máquinas e Tratores e nos sovkhozes, e a melhoria do trabalho do Partido e dos Sovietes no campo. Novamente sem a especificação de qual era a direção que devia ser atingida.
- 6) A descentralização dos Comissariados do Povo, das direções e dos “trustes” econômicos e uma relação mais direta entre os conselhos de administração e as empresas. Aparentemente o objetivo dessa medida foi o de permitir um maior controle central sobre o trabalho das empresas na realização das metas estabelecidas no plano econômico, que era mais difícil de ser obtido com a superposição de órgãos econômicos entre as empresas e os Comissariados. Nessa hipótese, trata-se de uma medida de centralização e não de descentralização.
- 7) A eliminação da irresponsabilidade no trabalho e a liquidação do igualitarismo no sistema de salários. Stalin desencadeou uma campanha contra o igualitarismo no sistema salarial, com o argumento de que desestimulava a qualificação dos trabalhadores e reduzia a produção, classificando-o de um “absurdo reacionário pequeno-burguês”; o que contribuiu para aumentar as diferenças salariais e sociais na URSS.⁶⁵
- 8) A supressão do espírito de rotina, o fortalecimento da responsabilidade pessoal e a diretiva para a liquidação do sistema de direção coletiva. Aumentando a responsabilidade pessoal, em lugar de desenvolver formas de gestão democráticas que estimulassem a participação de funcionários e de trabalhadores, acreditava-se poder obter um melhor resultado no trabalho administrativo e econômico. Reforçando-se assim o sistema do diretor único de empresa que havia sido adotado transitória e extraordinariamente, e concentrando sempre mais poderes nas suas mãos desestimulando a participação dos trabalhadores.
- 9) O aumento do controle sobre o *cumprimento das decisões* com a já citada reorganização da Inspeção Operária e Camponesa na Comissão de Controle.

⁶⁵ Hélène Carrère D'Encausse observa que o outro resultado da campanha de Stalin foi que a luta pela redução das diferenças salariais e sociais foi substituída pelos critérios de utilidade e de competência econômicas (1981:171). Contribuindo ainda mais para a subordinação da política e da ideologia ao objetivo econômico de aumento da produção.

- 10) O deslocamento de trabalhadores qualificados dos escritórios para a produção, medida que era acompanhada da mencionada promoção de trabalhadores e sobre a qual não se fornece nenhum dado, assim como para as medidas seguintes.
- 11) A "descoberta" e o afastamento dos aparelhos administrativos dos burocratas que não se dispusessem a mudar o seu estilo de trabalho considerado burocrático.
- 12) A destituição dos que haviam violado as decisões do partido e do Estado com a imediata promoção de substitutos, visando a melhoria do trabalho e o fortalecimento da disciplina tanto no partido como nos Sovietes.
- 13) A redução do aparelho das organizações soviéticas e econômicas, objetivo tantas vezes proclamado e sobre o qual não se conhece nem resultado prático significativo na história soviética.
- 14) Por último, a depuração do partido com o afastamento de militantes e de quadros que eram considerados adversários políticos, ou que não demonstravam suficiente confiança e empenho na realização de suas tarefas políticas.

Não foi possível analisar os efeitos causados pela possível aplicação desse conjunto de medidas, nem mesmo avaliar a sua extensão. Mas é importante notar que a única menção feita ao papel das massas operárias e camponesas é para que elas apliquem as decisões do partido e do Estado, no item 3; e não para que participem na sua elaboração influenciando sobre o seu conteúdo. Além dos itens 4 e 9, que repetem a exigência de se cumprir as metas dos planos e as decisões já tomadas pela burocracia partidária e estatal. Ela própria, isto é, os seus integrantes, submetidos à permanente ameaça de sofrer a acusação de ter se burocratizado ou violado decisões do partido e do Estado, levando à sua destituição; como indicam os itens 11, 12 e 14. Além disso, a execução de todas as outras medidas está reservada aos organismos centrais do partido – a Comissão Central de Controle e a Comissão de Quadros -, e do Estado – a nova Comissão de Controle Soviético -; o que, com a completa supressão de qualquer forma de direção coletiva que ainda restasse, reforça a concentração de poderes no vértice da pirâmide. Por isso, elas configuram um projeto de melhoria do aparelho visando maior “eficiência” técnica e administrativa, a ser realizada por uma burocracia com autoridade, e não a sua transformação para submetê-lo ao controle dos trabalhadores.⁶⁶

⁶⁶ No seu Informe à esse Congresso, Stalin afirma que: “Los hechos dicen que hemos construido ya las bases de la sociedad socialista en la URSS y no nos resta más que coronarlas de las varias superestructuras, obra indudablemente mucho más fácil que la construcción de las bases de la sociedad socialista.”(1941d:539) Além da problemática consideração de que a base socialista já existiria e de que fora “construída” pela ação dos bolcheviques, essa passagem remete à análise do “Prefácio” de 1859 de Marx onde a superestrutura jurídico-

Mas os problemas no Estado soviético não apenas continuam como aumentam, mesmo diante da resolução do Congresso de destituir todos os funcionários de Estado, militantes do partido ou não, que violassem a disciplina *do partido*, que foi mais uma tentativa empreendido pelo partido para dirigir os aparelhos econômico e estatal, procurando submete-los inteiramente às suas regras de disciplina interna. O que se revelou logo como mais uma iniciativa destinada ao fracasso, em consequência da fusão do partido único com o Estado. Pois, como acentuou Gábor Tamás Rittersporn, sendo “dans la plupart des cas membres ou fonctionnaires du Parti, les cadres de l'appareil d'État pouvaient être soumis à ses enquêtes et à ses sanctions disciplinaires. Mais ce sont eux qui, entant que membres ou fonctionnaires du Parti, décidèrent de ces mesures. Il était plus que douteux qu'ils puissent parvenir à supprimer leurs propres pratiques.” (1979:853)

A despeito de todos os problemas reais que iam se acumulando no aparelho de Estado – burocratismo, falência dos Soviéticos, práticas arbitrárias dos funcionários, conflitos entre os quadros políticos com os técnicos e os especialistas, malversação de fundos –; Stalin anuncia triunfalmente, em 1939, que a URSS possuía, a partir de então, um Estado inteiramente novo e socialista; contradizendo sua própria análise de que o Estado soviético tinha sido desde o início a completa realização de um Estado operário.⁶⁷ Nesse novo Estado desapareceria a função de repressão⁶⁸, que é uma das funções constitutivas de qualquer tipo histórico de Estado, como repetia Lenin, embora ele continuasse, contraditóriamente, a realizar a tarefa de salvaguardar a propriedade estatal, a de defender militarmente a URSS contra ataques externos, além da atividade de sanção sobre os espiões vindos de fora e de contraespionagem.

O anúncio do novo Estado socialista é mais uma manifestação de um verdadeiro fetichismo do Estado, de uma “Estadolatria”, na expressão de Moshe Lewin (1976:52); que apresenta também o Estado, supostamente dirigido pelo partido, ou seja, a sua burocracia e os seus quadros, como o grande agente da construção do socialismo no lugar das massas. Essa fetichização, que impedia qualquer crítica séria à burocracia e qualquer tentativa efetiva de controlá-la, encontrou em Andrei Vischinsky, ex-menchevique e Procurador Geral da URSS

política é um simples epifenômeno da base econômica, conforme vimos no primeiro capítulo. O que, além do mais, dificulta a explicação sobre o porque da necessidade de tantas medidas na superestrutura, cuja construção seria muito mais fácil.

⁶⁷ No seu discurso sobre o Projeto de Constituição da URSS, de 1936, Stalin já apresentara a tese de que o Estado soviético deixara de ser uma ditadura do proletariado e se tornara uma “ditadura da nova classe operária”, pois o primeiro não detém os meios de produção, enquanto a segunda as possuiria através da propriedade estatal. Etienne Bálibar viu aí o abandono da ditadura do proletariado (1985:330 e 1987:20), embora Stalin defendia claramente “un rafforzamento della dittatura della classe operaia” (Apud RUFFIA e REGHIZZI, 1979:447). Portanto, pelo menos no discurso, Stalin não abandona a tese da ditadura do proletariado. De qualquer forma seja a ditadura do proletariado, seja a ditadura da classe operária ambas são sinônimos de um Estado socialista, que ainda existiria na formação social soviética, segundo Stalin.

⁶⁸ Hipótese aparentemente lógica se lembrarmos que, entre 1936 e 1939 durante a realização dos Processos de Moscou, 850 mil militantes e dirigentes bolcheviques foram excluídos do partido e 1.200.000 presos, sendo muitos assassinados. Embora desconhecendo que a existência das prisões e do aparelho judiciário, não expressassem a exata materialização da função repressiva do Estado.

entre 1935 e 1939, um dos melhores interpretes. Para ele, o Estado soviético é “*le facteur le plus puissant et le plus décisif de l’édification socialiste*”. E como a transição para o comunismo exige um grande desenvolvimento das forças produtivas, é o Estado soviético que “*assure entièrement*” esse desenvolvimento, tornando-se “*une machine hautement perfectionnée, qui a laissé loin derrière la machine de l’époque de la première locomotive*” (Apud FABRÈGUES, 1976:28 e 31). Transformando o próprio Estado em uma potente força produtiva, cujo desenvolvimento se identifica com a construção do socialismo. Daí a defesa do “reforçamento máximo do Estado”, que examinaremos no próximo capítulo.

Por tudo o que se viu, Stalin abandona a tese leniniana da ditadura do proletariado como um semi-Estado, que prepara desde o início as condições para o seu desaparecimento. Para ele, o socialismo pressupõe não um semi-Estado submetido a um processo contínuo de esvaziamento de suas funções, mas um Estado forte com base numa burocracia bem organizada – lembre-se da palavra de ordem comum na URSS durante os anos vinte e trinta: “uma má organização produz burocratas” -, e administrativamente eficiente; e não uma burocracia controlada pelos trabalhadores, eleita e revogável e à serviço da política socialista. É essa concepção mais geral do que seria um Estado socialista e a sobre o partido, aliada à sua análise do Estado soviético, que o impede de conceber uma verdadeira luta política contra a “deformação burocrática” e a própria burocracia na URSS. Além do fato, nada desprezível, de que a burocracia soviética foi a sua principal base de apoio político. A análise crítica de Lenin sobre o burocratismo, como um obstáculo para a construção de um Estado operário, é substituída pela negação ou minimização das dificuldades para a consolidação desse novo Estado. O que contribui para ocultar o desenvolvimento de práticas e da estrutura típicas do Estado burguês, sob o verniz soviético.

Trotsky, o Partido e as Forças Produtivas

A análise de Trotsky sobre a burocracia soviética destaca, em primeiro lugar, os efeitos da fusão do Partido bolchevique com o Estado sobre o aparelho partidário e as suas consequências para o aparelho estatal. Ele considera que o “partido bolchevique tinha preparado e obtido a vitória de Outubro. Tinha construído o Estado soviético dando-lhe uma firme ossatura. A degenerescência do partido foi a causa e a consequência da

burocratização do Estado.” (s/dtb:131) ⁶⁹ Deixando de lado a idéia de que foi o Partido bolchevique que construiu o Estado soviético, que, como a de Stalin, elimina o papel das massas na criação e no desenvolvimento dos Soviotes, e o emprego do termo “degenerescência” de pertinência analítica duvidosa – pois, assim como a expressão “deformação”, é mais apropriada à biologia que à teoria política, ambas causadas por uma anomalia excepcional surgida no interior de uma organismo que deveria ser são, e não como a possibilidade natural do desenvolvimento de práticas burocráticas que não são controladas e combatidas –, Trotsky coloca no centro de sua análise a natureza das relações entre o partido chamado à dirigir a atividade estatal e o seu aparelho. Com o risco de unilateralizar a explicação sobre o fenômeno burocrático soviético, reduzido às transformações sofridas pelo Partido bolchevique, na ausência de outras determinações políticas, econômicas e sociais que contribuíram para o seu surgimento; algumas das quais, como veremos, haviam sido enunciadas pelo próprio Trotsky. Trata-se, mais uma vez dos problemas que a fusão do partido único coloca para a sua construção.

Embora Trotsky atribua à Stalin a responsabilidade de ter realizado a fusão do partido com o Estado, e de tal forma que o primeiro acabou sendo subordinado pelo segundo, reconhece que desde o início do Estado soviético “a estreita conexão e, por vezes, a fusão dos órgãos do partido e do Estado” (s/dtb:132) já começara a produzir determinados efeitos sobre a vida interna do partido, principalmente ao limitar a sua democracia interna, que passava a depender inteiramente do interesse prioritário da realização das tarefas estatais. Ou seja, a fusão de ambos os aparelhos foi um processo objetivo e inevitável na existência de um partido único e não o resultado da ação deliberada de Stalin, embora suas concepções contribuissem para agravar essa tendência, que teria se desenvolvido porém mesma na sua ausência. Mas Trotsky deixa ainda em aberto a possibilidade de que a fusão entre o partido e o Estado pudesse ou possa ser realizada com o resultado contrário, isto é, com a subordinação do Estado ao partido. Hipótese improvável seja pela função que o Estado desempenha no conjunto da formação social, mais ampla que as tarefas do partido e envolvendo diretamente os interesses e a vida

⁶⁹ Quanto à sua avaliação sobre a participação do partido na Revolução de Outubro, as palavras de Trotsky, exatamente à 26 de Outubro, anunciando ao Ito... Congresso Panrusso dos Soviotes a derrubada do governo provisório são esclarecedoras: “Enquanto partido, consideramos que nossa tarefa é oferecer ao Congresso dos Soviotes uma possibilidade real de tomar o poder ... Precisava haver um partido... que arrebatasse o poder dos contra-revolucionários e pudesse dizervos: Eis aqui o poder! E, agora sois obrigados a assumi-lo.” (Apud BETTELHEIM, 1979b:100) De um lado, é a manifestação de um acontecimento histórico em que o partido se antecipou aos Soviotes no momento da tomada do poder e colocou o Congresso diante de um fato consumado, consagrando sua primazia sobre os Soviotes desde o instauração do poder soviético. De outro lado, é já a expressão de uma concepção de que a insurreição que garantiu a tomada do poder foi obra exclusiva do partido e não também de trabalhadores e soldados, ainda que sob a direção de bolcheviques; concepção que depois iria se desenvolver consolidando a substituição do papel dos trabalhadores pelo do partido na construção do socialismo. Além da excêntrica idéia de que o poder seja um simples objeto que passa de umas mãos para as outras garantindo a realização de seus interesses; e não uma relação de forças política, econômica e ideológica que garante a imposição da vontade de uma classe sobre outra.

quotidiana dos seus habitantes, seja por sua estrutura e seu aparelho, não só numericamente superior e mais forte, em organismos, funcionários e recursos materiais, como sobretudo pelo modo de funcionamento interno que lhe é próprio. Mesmo um Estado operário que tivesse eliminado o burocratismo e aplicasse a eleição e a revogabilidade no processo de seleção e de promoção de seus funcionários, acabaria com a fusão por se impor sobre um partido revolucionário único, dificultando e limitando a sua ação política voltada para a organização independente dos trabalhadores fora do aparelho estatal com o objetivo de concretizar sua dimensão semi-estatal e esvaziar as suas atividades, e mesmo o seu trabalho dirigido para a transformação das relações de produção. Seja porque, como a análise histórica mostrou, o partido único se veria inteiramente absorvido pelas atividades estatais, e, na ausência de outros partidos revolucionários disputando a influência política sobre os trabalhadores e o espaço no aparelho, usasse prioritária ou exclusivamente de suas posições já ocupadas nesse aparelho para garantir a sua liderança sobre as massas, em prejuízo de sua ação fora dele; seja porque a própria condição de funcionário é a base para a formação de um natural instinto de sobrevivência, interessado na reprodução do aparelho. No pluralismo partidário socialista, a luta pela concretização do caráter semi-estatal da ditadura do proletariado não é uma “propriedade” exclusiva de um único partido, o que os levará, para garantir maior influência sobre os trabalhadores empenhados nela, a buscarem desenvolver tanto a sua compreensão sobre o tema, como inclusive sobre quais medidas práticas são necessárias à ela.

Além disso, Trotsky, ainda analisando os primeiros anos do Estado soviético, considera não apenas que “o partido servia de contrapeso à burocracia”, como enquanto ela “administrava o Estado, o partido controlava-a” (Idem:273). Revelando assim, primeiro, uma concepção na qual é exclusivamente o partido que deve controlar a burocracia, sem dividir com os trabalhadores, organizados nos Soviotes e também fora deles, essa tarefa; e, segundo, uma imagem falsa de que os bolcheviques dirigiam a burocracia soviética, que, à exemplo de Stalin, era contrária à análise de Lenin, segundo a qual eram eles os dirigidos. Concepção essa que Trotsky iria desenvolver ainda mais na maneira como conceberá a luta contra a burocracia.

Trotsky, ainda em 1923, apresentava uma posição singular e original sobre as relações entre o partido e o Estado. O Estado soviético já seria a realização da ditadura do proletariado e o Partido bolchevique, como a vanguarda dos trabalhadores, desempenharia o papel de dirigente da atividade estatal; análise bem próxima da de Stalin e de outros bolcheviques. Mas o grande desafio seria garantir a realização dessa sua tarefa, da qual dependia a consolidação do poder soviético, sem fundir a sua atividade e a sua organização ao aparelho de

Estado. Caso isso acontecesse o partido se abriria à um processo de “degenerescência burocrática”. Sem dúvida, como se viu, o partido já estava nesse período fundido com o aparelho estatal, e isso tanto criava enormes dificuldades para que pudesse realizar a direção do Estado, que na prática se limitava à tomada das principais decisões sobre a política estatal, mas muitas vezes sem o controle de sua execução e o modo de sua implementação. Contrariando a expectativa de Trotsky de que a presença e o trabalho de células partidárias nos organismos soviéticos garantiriam a sua direção. De qualquer forma, ao contrário de Lenin, Trotsky chama a atenção para as consequências negativas do processo de fusão, tentando evitá-las.

De início, Trotsky observa que a conquista do poder de Estado atraiu para o partido não apenas trabalhadores ainda pouco conscientes política e ideologicamente, mas também funcionários e carreiristas interessados em tornarem-se militantes para terem acesso aos cargos estatais e a garantia de promoção na carreira burocrática. Fenômeno, podemos deduzir, que todo o partido operário que dirija uma revolução vitoriosa está sujeito a passar, principalmente se a crise revolucionária for seguida por uma grave crise econômica geradora de desemprego elevado, e sobretudo se esse partido ocupar desde o início e de forma exclusiva os principais postos do aparelho de Estado; e contra o qual o partido pode adotar medidas permanentes de controle sobre o ingresso de militantes, como por exemplo a necessidade da consulta ao coletivo de trabalhadores ao qual pertença o candidato a membro, com base na avaliação de sua prática política corrente na execução de suas tarefas. O que colocaria o controle do ingresso de novos membros sob a responsabilidade dos próprios trabalhadores, intensificando suas relações com o partido. E a sua realização poderia se dar mesmo com a existência de vários partidos comprometidos com a construção do socialismo, pois essa consulta envolveria, na pior das hipóteses, aqueles trabalhadores influenciados politicamente pelo partido em questão, e no melhor dos casos, o coletivo de trabalhadores poderia participar indistintamente do processo de seleção dos militantes de diferentes partidos.

Mas, para Trotsky, a pressão do aparelho de Estado sobre o partido não para por aí, ela penetra em todo o seu interior pois com “uma das mãos, absorve os elementos mais ativos do partido e ensina aos mais capazes o método de administrar homens e coisas, em lugar de liderar politicamente as massas. Com a outra mão, ocupa largamente e em primeiro lugar a atenção do aparelho do partido sobre o qual exerce influência através de seus métodos administrativos.” (1981:143) Para buscar concretizar a direção do Estado, e para garantir que ele esteja voltado para a realização das tarefas socialistas, o partido revolucionário é obrigado a deslocar os seus melhores

quadros e militantes para ocupar cargos na burocracia estatal, o que lhes impõe um conjunto enorme de atividades administrativas em detrimento de seu anterior trabalho essencialmente ou exclusivamente político. Como a continuidade e o êxito da transição socialista passa a depender da correta direção s do Estado, que torna-se o principal meio de atuação dos militantes partidários, a discussão sobre a política estatal e o modo de sua aplicação passa a dominar todo o debate interno do partido. E, sobretudo, é o Estado que acaba impondo ao partido os seus métodos de funcionamento interno, substituindo a prática da discussão livre e da decisão coletiva dos militantes pela obrigação de realizar tarefas definidas pelo superior hierárquico. Assim, o aparelho de Estado “envolve” o partido e o burocratiza. Além disso, o partido, para realizar as suas tarefas estatais, acaba desenvolvendo ainda mais o seu próprio aparelho organizativo, quase inteiramente absorvido pelo trabalho cotidiano da administração estatal.⁷⁰

Históricamente, todo esse processo leva à burocratização do próprio aparelho partidário⁷¹, dando origem ao surgimento de fenômenos, levantados por Trotsky, como “*isolement de la masse, suffisance bureaucratique, dedain complet de l'état d'esprit, des pensées et des besoins du parti.*” (s/dta:33) A exemplo do que ocorre no aparelho de Estado, também no partido assiste-se à concentração do poder: das assembleias, das Conferências e dos Congressos para os organismos eleitos; das células e dos organismos inferiores para os organismos superiores; dos comitês eleitos para os seus buros e os seus secretariados; e, finalmente, destes para o aparelho administrativo composto pelos funcionários de partido, que atua de forma coordenada com alguns dirigentes principais, mas escapa completamente ao controle dos militantes. O resultado é que o aparelho partidário, que deveria contribuir para a aplicação da política definida pelos militantes, se autonomiza e passa a decidir independentemente por todo o partido.⁷²

⁷⁰ Um observador, em janeiro de 1925, ofereceu a seguinte imagem sobre o processo que se desenvolvia na URSS: “En general, en las aldeas, el aparato del soviet devora al aparato del partido” (Apud CARR, 1975:314). O que revela as enormes dificuldades ocasionadas pela fusão do partido com o Estado, especialmente na ausência de uma maior participação dos trabalhadores nas atividades dos Soviotes e com a concentração de muitas tarefas estatais em um número reduzido e insuficiente de militantes preparados para a sua realização. E isso estava longe de ocorrer apenas no campo.

⁷¹ A resolução do Xio. Congresso do Partido bolchevique, em 1922, já apontava essa tendência: “As organizações do partido começaram a ser sistematicamente envolvidas por um enorme aparelho que presta um desserviço a essas organizações. Tal aparelho desenvolve-se gradualmente e começa ele próprio a se burocratizar e a absorver uma parte excessiva das forças do partido.” (Apud BETTELHEIM, 1979b:275) Referindo-se não ao aparelho estatal mas ao aparelho organizativo do partido, composto majoritariamente por funcionários não eleitos pelos militantes e que se desenvolvia na tentativa de dirigir os funcionários estatais, acabando por influir cada vez mais na vida interna do partido e limitando a sua democracia..

⁷² Sobre a importância que vai adquirindo o aparelho administrativo do partido na sua vida interna, Charles Bettelheim destaca que o “aparelho administrativo – sobretudo seu núcleo central – torna-se um *segundo centro de direção do partido*: um centro formalmente “administrativo” (naturalmente, na realidade, é também um centro político) que pode exercer influência sobre a direção política do partido, e mesmo orientar suas decisões e a maneira como estas são aplicadas.” (1979b:274) Levando à “concentração de um número crescente de decisões (as que modelam a vida interna do partido e sua composição) nas mãos não somente dos dirigentes dos aparelhos administrativos centrais mas, por intermédio destes, de um corpo de funcionários do partido. Na verdade, tal concentração de poder tem como resultado o fato de que numerosas decisões essenciais escaparem tanto ao controle da base quanto ao do Comitê Central e do Politburo.” (Idem:276-277)

Uma nova resolução do partido, de dezembro de 1923, alertava para “la burocratización que se observa en los organismos del partido y que puede conducirle a um divorcio de las masas.” (Apud CARR, 1974b:305) A burocratização do partido levaria à sua separação dos trabalhadores e à diminuição de sua capacidade de mobilização política no processo de construção do socialismo. Separado do povo, o aparelho partidário poderia se desenvolver de maneira mais independente mas estaria, porém, cada vez mais subordinado ao aparelho estatal e às suas regras de funcionamento. Assim o processo de autonomização do aparelho do partido, que deixara de estar submetido ao controle de seus próprios militantes, não se deteve.

E à exemplo da prática desenvolvida no aparelho de Estado, as nomeações vão substituindo as eleições para os postos de direção partidária, que deveriam originalmente ser realizadas pelas assembléias, pelas conferências e pelos Congressos do partido; já que para os funcionários do seu aparelho organizativo e administrativo sequer se cogitou de sua escolha através de eleições, o que transformou muitos militantes de ativistas políticos em burocratas mais preocupados em atender os interesses do dirigente superior responsável por sua nomeação que as necessidades dos demais membros. O informe apresentado ao XIIo. Congresso dos bolcheviques, realizado em 1923, revela por exemplo que 37 secretários de Comitês Regionais ou Provinciais haviam sido transferidos ou destituídos no ano anterior por decisão do organismo partidário superior, sendo substituídos por novos secretários nomeados; o que correspondia a mais de 1/3 do total de comitês dessa importante instância. Trotsky assinala na ocasião que as nomeações para os postos de partido são “diez veces más frecuentes que en los peores días de la guerra civil” (Apud CARR, 1975:214), e que a prática da nomeação dos secretários de Comitês Provinciais havia se tornado uma regra. Apesar desse e de outros protestos, a prática da nomeação também se consolidou no partido esvaziando seus organismos e suas instâncias coletivos. O próprio Estatuto do partido, revisado pelo Congresso de dezembro de 1925, incluiu uma cláusula de confirmação das nomeações, oficializando então a sua prática. Como consequência, nos anos seguintes, era “ya una causa perdida la elección de los cuadros de las organizaciones locales mas importantes del partido”, segundo E.H.Carr (1983:132). Um dos resultados desse processo por ser comprovado pela composição dos delegados presentes no mesmo Congresso de 1925: 66% dos votantes eram funcionários do partido, ainda que 71,3% do total de delegados fossem de origem operária. O que explica a institucionalização estatutária da prática da nomeação adotada pelo Congresso.

Trotsky não questiona, porém, em nenhum momento a existência do partido único no socialismo e nem considera como inevitável a tendência de sua fusão com os órgãos do Estado, pois admite como necessário que ela seja evitada, mas sem a apresentação de medidas eficazes nessa direção. Medidas que, de qualquer forma, ao não questionarem o partido único seriam sempre insuficientes para eliminar um processo objetivo que independe da vontade consciente dos partidos políticos e dos agentes sociais. Ao contrário, para ele “le parti communiste est obligé de monopoliser la direction de la vie politique” (s/dta:42); sem especificar em que concretamente se traduziria esse “monopólio” e sem levantar nenhum argumento que sustente essa posição. Sabe-se que Trotsky defendeu na história da URSS a criação de um novo partido operário, mas só a partir de sua constatação de que o Partido bolchevique não mais representava os interesses dos operários e nem estava mais comprometido com o socialismo. À esse novo partido caberia o papel exclusivo de representação política dos trabalhadores na luta pela retomada do caminho socialista, em oposição ao Partido bolchevique que não poderia senão desenvolver a resistência à esse processo, não podendo haver uma coexistência duradoura entre ambos já que a consolidação do domínio de um levaria à eliminação do outro. Como se viu, na vigência de um pluralismo partidário socialista, um dos partidos da frente socialista, empenhada na aplicação de um programa de construção do socialismo, pode emergir como *partido dominante*, permanecendo por mais tempo à frente do Estado. Mas nesse caso, não há a determinação prévia nem de que um partido venha necessariamente a desempenhar esse papel, nem de qual partido seria o escolhido, pois a concretização dessa possibilidade depende da manifestação livre dos trabalhadores em apoio a um partido. Não estando excluída a possibilidade, ao longo da transição socialista, de mais de um partido poder desempenhar o papel de *partido dominante*.

O partido único, para Trotsky, é o “instrumento histórico mais importante” para a luta contra o burocratismo (1981:144). É por isso que, na passagem acima citada, a “degenerescência” do Partido bolchevique é simultaneamente a “causa”, fundamentalmente exterior ao aparelho estatal, e a “consequência” da burocratização do Estado soviético. Ou seja, na ótica de Trotsky e sem a necessária demonstração, um partido revolucionário desburocratizado poderia preservar sua autonomia política e organizativa e controlar a burocracia, impedindo a “degenerescência” burocrática do Estado. Sem se referir ao papel dos trabalhadores e ao papel dos Soviotes, unicamente ao partido caberia a tarefa de deter o processo de autonomização do aparelho estatal e econômico. Tarefa, como já afirmamos, irrealizável pois são os seus membros os que ocupam os cargos na administração e não podem realizar um controle efetivo sobre si mesmos.

Nas condições da URSS, conclui-se, que agora o círculo se fecha: com a burocratização do partido, o aparelho de Estado, cada vez mais burocratizado, elimina assim a última possibilidade do desencadeamento de uma ação política organizada voltada para o controle da burocracia. Tendo em vista a influência política que os bolcheviques ainda gozavam entre os trabalhadores, o seu completo domínio sobre organizações como os sindicatos, as de juventude e outras, o esvaziamento quase total das funções originais dos Soviotes e a proibição de criação de novos partidos políticos. A burocratização do Estado e a do partido se realimentam mutuamente em uma espiral ascendente que foge completamente do controle popular; geralmente a criação de novos órgãos estatais dá origem à novos organismos partidários, que deveriam dirigir os primeiros mas que já nascem burocratizados e reproduzem a mesma composição de membros. O partido se converte em um estágio necessário para todos os que pretendem atingir um posto na administração econômica e estatal, e embora detenha o poder de designação, através de nomeações, dos ocupantes desses postos, não consegue desenvolver um controle efetivo sobre a estrutura da administração e o seu funcionamento.

Trotsky apresenta uma nova definição de burocratismo que não se limita a designar os hábitos dos funcionários – a lentidão, a protelação, a demora no trabalho administrativo, e nem o aumento de seu número. O burocratismo “é um fenômeno social que se define como um sistema de administração de homens e coisas.” (1981:143) Ainda que insuficiente e imprecisa, essa definição ajuda a compreender como o burocratismo limita a prática dos funcionários, isolando-a na dimensão puramente administrativa e procurando esvaziá-la de qualquer conteúdo político. É um modo de administração presente no interior do aparelho estatal e econômico e que determina todo o seu funcionamento, embora não se limite a isso pois influencia também o modo de implementação das atividades administrativas voltadas para fora do Estado. O burocratismo condiciona o comportamento dos dirigentes face aos dirigidos, gerando uma separação pela qual os primeiros tratam os segundos como subordinados hierárquicos não se vendo mais na obrigação de lhes prestar contas, mas no direito de lhes exigir o respeito e a execução de suas decisões. Com o burocratismo, a questão da origem social dos funcionários passa para o segundo plano, já que ela não determina o conteúdo da administração, nem a sua organização interna, nem o modo de aplicação de suas decisões. Como fenômeno social, o “fato de ser independentes da massa engendra entre os membros do aparelho um sistema de proteção mútua”, de “apoio mútuo”, de “segurança recíproca” (1979:93) envolvendo, em primeiro lugar, a defesa do cargo que é a fonte dos meios de subsistência dos funcionários e a garantia de melhores condições de vida, além da possibilidade de

ascensão profissional e social, e inviabilizando qualquer tentativa de redução de seu número com o esvaziamento ou a transferência de suas funções.

É essa nova definição de burocratismo que ajuda a entender a sua afirmação de 1923, que já assinalava pioneiramente que era “pas douteux que les présidents des comités régionaux ou les commissaires de divisions, quelle que soit leur origine, représentent un type social déterminé, indépendamment de l’origine de chacun d’eux. Durant ces six années, il s’est formé, dans le regime soviétique, des groupements sociaux assez stables.” (s/dta:38) A presença no aparelho econômico ou estatal significava a passagem da condição operária ou camponesa para uma nova camada social que possuía interesses próprios, diferentes dos anteriores. A estabilidade que a nova camada social de funcionários gozava era mais um recurso político que poderia ser utilizado na defesa de seus interesses políticos e sociais, especialmente nas condições de uma economia que ainda sofria as consequências da Guerra Civil e apenas iniciava um novo processo de crescimento.

Para Trotsky, uma das causas do burocratismo é a “heterogeneidade da sociedade” soviética, que nas condições da primeira metade da década de vinte se expressava na existência de um proletariado industrial ainda pouco numeroso, de um enorme campesinato dividido em pequenas propriedades, da pequena-burguesia, além dos kulaks, dos intermediários, dos varejistas e dos concessionários, que recebiam do Estado o direito de dirigir as unidades de produção. Heterogeneidade social em parte suscitada pela Nova Política Econômica, a NEP, adotada logo após o fim da Guerra Civil, que permitiu um desenvolvimento do capitalismo como condição para o crescimento econômico e o restabelecimento das relações de troca entre a indústria e a agricultura, mas que iria, ao mesmo tempo, agravar a tendência dos burocratas se afastarem das massas e se ligarem aos kulaks e aos chamados “homens da NEP”, camadas sociais econômica e socialmente privilegiadas que dispunham de recursos suficientes para exercer uma pressão mais influente e eficaz sobre os funcionários do que os trabalhadores.⁷³ Trotsky, a exemplo de Lenin ao analisar a pequena produção mercantil com a fragmentação do campesinato, procura apontar as raízes econômico-sociais da burocracia soviética para possibilitar a identificação dos seus efeitos sobre o Estado soviético. Embora repita a tendência de Lenin de indicar uma solução fundamentalmente

⁷³ E.H.Carr, ao estudar esse período, chama a atenção para a “emergencia de otro grupo, denominado algunas veces “el personal de mando” o “el cuerpo de oficiales”, y en el que figuraban especialistas, técnicos, administradores y profesionales que trabajaban directa o indirectamente para el gobierno soviético e para los organismos económicos del Estado.” E acrescenta, afirmando que sob a NEP “la burocracia, los gerentes, los técnicos y la *intelligentsia* – los “cuerpos de funcionarios” de la nueva sociedad – eran casi exclusivamente elementos extraños al régimen.”(1974c:100 e 126) O problema da composição social e das tendências políticas da burocracia soviética, que já fora levantado por Lenin como uma das causas da “deformação burocrática” do Estado, agrava-se nas condições da NEP sem que tivesse sido resolvida a questão da presença no seu interior de antigos burocratas burgueses e czaristas, exatamente quando diminui a participação dos trabalhadores nas atividades dos Soviotes.

econômica para se combater o burocratismo: o imediato desencadeamento de um processo de industrialização acelerada possibilitaria, com a criação de novas unidades de produção, o rápido aumento do proletariado fabril, levando, principalmente através de seu ingresso nas fileiras bolcheviques, ao crescimento de sua influência sobre o Estado e a formação-social soviéticos, na luta contra a tendência da burocracia de escapar de seu domínio.

É como decorrência de sua análise sobre a burocratização do Partido bolchevique, do significado do burocratismo e da influência da NEP sobre a burocracia soviética que Trotsky extrai uma conclusão fundamental: os jovens militantes deveriam ser educados “para que, em lugar de apenas servir ao aparelho de Estado, sustentem as maneiras de transformá-lo completamente.” (1981:144) O Estado soviético teria que passar por uma efetiva e substancial modificação para preservar e desenvolver o seu caráter proletário, que estava longe de ter sido assegurado de uma vez por todas pela Revolução de Outubro. Teóricamente, essa conclusão remete para a necessidade do Estado proletário ser submetido à um processo de permanente transformação durante toda a transição socialista, cujo objetivo é a apropriação pelos trabalhadores enquanto tais, e não como funcionários, de suas atividades. Entretanto essa afirmação decisiva, e que transferiria a luta contra a burocracia da economia para a política solicitando não só a intervenção da juventude mas sobretudo a do conjunto dos trabalhadores, permanece isolada em toda a sua análise e não é acompanhada da indicação das formas concretas dessa transformação e de seu objetivo preciso.

Seguindo a análise de Trotsky, os funcionários do Estado, dos sindicatos e das cooperativas, os profissionais liberais e os intermediários, dedicados principalmente à atividade comercial na cidade e no campo, representam, após 1924, “outras camadas sociais, frações de outras classes que ocuparam uma boa parte, senão do Poder, pelos menos da influência sobre este”, relegando o proletariado para o segundo plano com a diminuição de sua influência política sobre o Estado soviético. Processo que se expressou na conquista direta de muitos Soviotes locais pela pequena-burguesia e no aumento de sua pressão sobre a atividade dos outros Soviotes. Essas camadas e frações sociais “por suas condições de existência, por seus costumes e forma de pensar, ... estão distantes do proletariado e afastam-se cada vez mais” (1979:X). Apesar dos importantes resultados econômicos que garantiu e que foram indispensáveis para a sobrevivência do Estado soviético, a NEP possibilitou, por outro lado, o surgimento e o aprofundamento de uma maior desigualdade social, que não havia sido eliminada mas apenas reduzida nos anos pós-revolucionários.

Com isso, “uma parte, não apenas do aparelho do Estado, mas também do aparelho do Partido, transforma-se senão no agente consciente, pelo menos no agente benévolo das concepções e esperanças burguesas” (Idem), que passaria a defender não apenas a continuação da NEP, que fora inicialmente concebida como uma política econômica transitória, como também a intensificação e a extensão de suas medidas como o caminho mais rápido para a restauração do capitalismo. O que coloca uma questão vital para a transição socialista na URSS, que é a de “saber *até que ponto* as classes burguesas enraizaram-se no aparelho de Estado soviético” (Idem:XIII), ou seja qual é a sua influência na definição da política estatal e a dimensão de sua presença direta ou indireta no interior do aparelho. É evidente que caso essa situação perdurasse e se desenvolvesse estaria em jogo a própria continuidade do novo regime, o que ajuda a entender mais uma das razões que levaram ao abandono da NEP. O seu fim e o início da industrialização e da coletivização agrícola iriam obrigar sem dúvida a alteração dessa análise – sobretudo pela rápida eliminação dos kulaks e o desaparecimento dos “homens da NEP” -, mas ela além de revelar novas dificuldades para o Estado soviético, que no limite questionam o seu caráter operário, levanta a hipótese da “sobrevivência” da influência da “nova burguesia” da NEP na estrutura e no funcionamento do aparelho estatal, e consequentemente nas práticas dos funcionários, ao longo dos anos trinta e mesmo depois. Uma nova “sobrevivência” no interior do Estado soviético, que se somava à anterior “sobrevivência” burguesa e czarista não eliminada.

No período de intensa polêmica contra Stalin, embora ainda não totalmente explícita e travada no interior dos principais organismos partidários, e que culminaria com o seu afastamento do Partido bolchevique, Trotsky afirma que o Estado soviético “só pode tornar-se verdadeira e completamente um Estado operário por um trabalho gigantesco de crítica, de correção, de melhoramento”(Idem:79), deixando novamente em aberto a direção e o conteúdo dessa tarefa. Sem isso, adverte que “o Estado soviético se pode converter num aparelho por meio do qual o poder será deslocado de sua base proletária para passar às mãos da burguesia que em seguida repelirá o envoltório soviético” (Idem:80); antecipando historicamente a possibilidade, depois concretizada, da conquista do poder estatal por uma nova burguesia, que manteve, porém, as formas soviéticas durante todo o seu domínio para ocultar a sua natureza de classe. A simples existência dessa possibilidade imporia a intensificação da luta de classes tanto no interior como fora dos aparelhos soviéticos, para subordiná-los novamente aos trabalhadores, mas Trotsky se vê inteiramente envolvido pelas lutas internas ao partido, acreditando que a sua vitória sobre Stalin possibilitaria a correção de uma política errada, vista isoladamente

como a principal responsável pela provável transferência do poder de uma classe para outra. Evidentemente um Estado operário não se define apenas pela política que implementa, mas também por sua estrutura e suas funções, ainda que haja uma relação entre esses elementos, cuja natureza merece ser estudada. No caso soviético, a simples mudança da política estatal teria sido insuficiente para garantir o domínio político do proletariado.

Mas, sem que a sua própria premissa tenha se realizado, Trotsky mantém a caracterização do Estado soviético como um Estado operário; pois a “nacionalização do solo, dos meios de produção, dos transportes e de troca e também o monopólio do comércio exterior, formam as bases da sociedade soviética. E esta aquisição da revolução proletária define aos nossos olhos a U.R.S.S. como um Estado operário.” (s/dtb:247) É, portanto, a forma jurídica de propriedade – a estatal – que forma a base da sociedade e define o caráter de classe do Estado. Trotsky se exime assim da tarefa de analisar as relações de produção existentes na formação social soviética, as dominantes e as dominadas, e seus efeitos sobre o Estado, abandonando a problemática inaugurada por Marx da relação de correspondência entre o tipo de relações de produção e o tipo histórico de Estado. Além disso, sem maiores especificações acrescenta que o “caráter da economia depende, pois, inteiramente do caráter do poder”(Idem:249). Ora, se a ditadura do proletariado possibilita, pela ação dos trabalhadores, a transformação das relações de produção capitalistas na transição, isto não quer dizer que a sua simples existência implique automaticamente a instauração de relações de produção socialistas. Na perspectiva de Trotsky, as formas jurídicas de propriedade definem o caráter de classe do Estado, se há propriedade estatal o Estado é operário e se o Estado é operário a economia é socialista, apoiada na propriedade estatal: forma-se um processo circular que tem início e fim na esfera do direito e do Estado, ou seja, na superestrutura.

O Estado soviético continuaria sendo operário mesmo com a expropriação política do proletariado realizada pela burocracia, e sem ter se realizado o processo de transformação das antigas relações de produção, que permaneciam capitalistas. Pode-se admitir que, no limite e abstraindo-se a análise sobre as relações de produção, para Trotsky, o Estado soviético ao manter a propriedade estatal, como a forma de propriedade mais adequada, como vimos no primeiro capítulo, para que adquirisse um verdadeiro e futuro conteúdo socialista, fosse apenas *econômicamente* proletário e não *politicamente* proletário; o que levaria porém à uma impossível separação absoluta entre dominação econômica e dominação política, mesmo na transição de um modo de produção para outro. A análise de Trotsky sugere ainda a existência de um poder político-burocrático próprio sem a determinação precisa de seu conteúdo de classe, pois a burocracia soviética estaria acima do proletariado e

“sem ter ao seu lado uma burguesia nacional” (s/dtb:247). Mas na análise de Marx e de Lenin, o poder da burocracia é derivado da sua capacidade de realizar as funções do Estado, através de uma política estatal que beneficia os interesses da classe dominante. Por isso, como lembrou Poulantzas (1972:440), a idéia de um “poder burocrático” próprio transforma o Estado em fundamento do poder político, deslocando-o da sua determinação de classe e de suas relações através das quais uma classe específica consegue impor os seus interesses políticos e econômicos sobre as demais. A “dominação burocrática” contribue assim para ocultar as relações entre o poder político, particularmente o poder de Estado, e as classes sociais.

É portanto a propriedade estatal que se apresenta como um limite insuperável na análise de Trotsky sobre o papel e a composição da burocracia soviética e o estatuto de classe social. É ela que vai impedir a definição da burocracia soviética como uma nova “classe dirigente” ou dominante. De um lado, a burocracia exerceria apenas uma “função de reguladora e intermediária” (s/dtb:247), organizando a distribuição dos produtos através de “alavancas tais como o salário, o orçamento, o crédito, os preços, os impostos” (Idem:160), segundo o que chama de “normas burguesas de repartição”. Ainda que o processo social de produção esteja relacionado com o processo social de distribuição e receba a sua influência, é a produção que determina a distribuição e não o contrário; assim a burocracia soviética interviria diretamente apenas no processo de distribuição e não no de produção. A grande barreira que impediria sua intervenção na produção é a propriedade estatal, mas ela seria “obrigada a defender a propriedade de Estado, fonte de seu poder e das suas receitas.” Impedindo a restauração da propriedade privada, a burocracia, mesmo depois da expropriação política do proletariado e sem a vigência de relações socialistas de produção, se manteria porém como “o instrumento da ditadura do proletariado”(Idem:248). Pode-se perguntar de que instrumento e de qual ditadura do proletariado se trata, já que o proletariado foi politicamente expropriado.

Segundo a sua análise, ainda que a burocracia soviética seja como conjunto incontrolável, há “a instabilidade dos direitos do burocrata e o problema da sua descendência” (Idem:251). Mas trata-se da insegurança individual do burocrata que pode se tornar um alvo de campanhas políticas de depuração, como as que ocorreram ao longo dos anos trinta e mesmo depois, e que não ameaça o seu domínio coletivo, pois fatalmente um novo burocrata substituirá o antigo que caiu em desgraça, como reconhece o próprio Trotsky. Em relação à sua descendência, mesmo em uma situação em que o “funcionário não pode transmitir aos seus herdeiros o seu direito à exploração do Estado” (Idem:248), é novamente Trotsky, porém, quem admite que os

“jovens burocratas, eram formados e seleccionados pelos velhos e frequentemente saíam de sua prole” (Idem:130). Assim, acrescentamos, pouco importa um direito formal à herança do cargo, se a disposição efetiva de um conjunto de condições políticas e econômicas privilegiadas já garante a formação cultural e educacional necessárias à postulação de ingresso nos aparelhos estatal e econômico e, sobretudo, a sua efetivação nos postos mais importantes. Como mostra a composição social da alta burocracia em qualquer Estado burguês, que também não reconhece o direito formal à herança do cargo para os descendentes de seu titular.

Sem “condições particulares de propriedade” – Trotsky ignora aqui que a propriedade estatal pode ser exatamente essa forma especial -, a burocracia soviética não teria criado, até meados da década de trinta, “uma base social para sua dominação” (Idem:248). Sem relação de interesses comuns com nenhuma classe social e sem dispor de uma base social própria, o domínio da burocracia estaria suspenso no ar. No entanto, Trotsky esquece-se que, ao estudar a *Fisionomia social dos meios dirigentes*, isto é da burocracia, na mesma *A Revolução Traída*, afirmara que a sua “base social autêntica” correspondia a “12%, talvez 15% da população” total (Idem:164), um percentual nada desprezível para garantir a preservação de seu domínio político, especialmente pelo papel que desempenhavam tanto o partido como o Estado na formação social soviética e pela possibilidade da contínua ampliação de suas fileiras, alargando-as. Além da influência política e ideologia que exerciam sobre os trabalhadores.

Por outro lado, Trotsky define as classes “pelo seu lugar na economia social e, antes de mais, pela sua relação com os meios de produção.” (Idem:247) E reconhece que os “meios de produção pertencem ao Estado” e que o “Estado “pertence” de algum modo à burocracia.” (Idem:248) Com isso, é evidente que o papel da burocracia não se limita mais a organizar a distribuição, mas penetra diretamente no processo de produção social influenciando sobre sua direção. Como sustenta Jean Robelin (1985:136), Trotsky admite então que a burocracia se coloca entre os trabalhadores e os meios de produção e que, graças a isso, pode dirigir o processo de trabalho e se apropriar dos resultados da produção. Portanto, a propriedade estatal longe de impedir que a burocracia assuma a direção do processo social de produção, a garante. O acesso às fileiras da burocracia passa a ser a condição necessária para que os agentes sociais possam determinar a utilização efetiva dos meios de produção, caracterizando uma relação econômica de propriedade dispensando o direito à sua titularidade jurídica, que permanece estatal.

O efeito da análise de Trotsky é impedir que se veja, sob a propriedade de Estado na URSS, o surgimento no interior da burocracia de uma nova burguesia estatal que, de fato senão de direito, dispõe dos meios de produção e realiza o seu uso com base nas relações de produção capitalistas, já que a transição soviética não chegou até a instauração das relações de produção socialistas. Para ele, uma nova burguesia só poderia surgir no interior da burocracia com a mudança da forma de propriedade de estatal para privada; o que remete a sua constituição como classe à mera forma jurídica de propriedade. Não sendo a “burguesia soviética” o objeto em análise ⁷⁴, cabe porém uma observação: se a presença no aparelho de Estado e no aparelho econômico soviéticos é a condição indispensável para o ingresso nas suas fileiras, não sendo possível sem ela, essa presença por si só não é suficiente. Em outras palavras, se toda a nova burguesia se apresenta sob a condição de funcionários dos aparelhos partidário, econômico ou estatal, nem toda a burocracia soviética integra a nova burguesia, apenas uma parte sua, conforme assinalou Charles Bettelheim (s/dt:215). O próprio Trotsky mostrara a heterogeneidade social da burocracia, sublinhando que ela “é ainda menos homogênea que o proletariado ou o campesinato”, e que há “um abismo entre o presidente do soviete de aldeia e o grande personagem do Krenlim.” (s/dtb:164) Podendo-se destacar os altos funcionários do Estado, os principais dirigentes do partido e os diretores, os administradores e os especialistas das indústrias, em cujo interior se formará a nova burguesia. O restante da burocracia, ou seja, os funcionários das instâncias inferiores e sobretudo das instâncias locais, que exercem apenas atividades subordinadas sem a capacidade de influir sobre a política estatal, principalmente a econômica, permanece como uma camada social constituída a partir de sua presença no aparelho soviético, possuindo interesses próprios ainda que não homogêneos. ⁷⁵

A grande causa para o crescimento da burocracia soviética é para Trotsky o reduzido desenvolvimento das forças produtivas. Deslocando assim a sua análise da burocratização do Partido bolchevique e da heterogeneidade social da formação soviética para a sua base econômica, em sentido estrito. Essa é a sua tese central, subordinando as teses anteriores que aparecem agora como uma determinação sua. Reconhecendo explicitamente apenas o papel da burocracia no processo de distribuição, ele acentua que a “autoridade

⁷⁴ Historicamente, a década de trinta parece apenas assistir à formação da nova burguesia de Estado na URSS. A política de Stalin não apenas não combateu esse processo, como o favoreceu ao ocultá-lo sob o discurso do socialismo já realizado e a passagem para o comunismo. Com o desenvolvimento dessa nova classe social, em meados da década de cinquenta, com a chegada de Kruschchev à liderança principal do partido e do Estado, concretiza-se a consolidação do seu poder no aparelho estatal e partidário. Permitindo mudanças na política estatal que contribuirão para um maior desenvolvimento do capitalismo de Estado.

⁷⁵ Moshe Lewin, referindo-se ao período posterior à NEP, também aponta a distinção entre a alta burocracia – os “chefes”, os altos quadros-, e a baixa burocracia recrutada entre os trabalhadores, acrescentando que sua composição social havia sido até então pouco estudada (1976:44). Observação, que de resto, pode ser estendida para o estudo sociológico da nova burguesia soviética.

burocrática baseia-se na pobreza em artigos de consumo e na luta contra todos que daí resulta.” O que envolve o conjunto da economia, embora “na agricultura mais que na indústria, o baixo nível da produção entra continuamente em conflito com as formas socialistas [sic] e mesmo cooperativas, kolkhosianas, da propriedade. A burocracia, nascida em última análise desta contradição, agrava-o por sua vez, fortemente.” E ainda, “é precisamente por ser pobre que a URSS se curva sob o fardo de uma custosa burocracia.” (Idem:143,161 e 223) Novamente a causa explicativa fundamental para as manifestações burocráticas do Estado soviético se encontra fora de sua estrutura interna, de seu modo de funcionamento e de sua composição social e política, é uma causa fundamentalmente externa.

Nessa perspectiva, Trotsky chega a justificar o desenvolvimento da burocracia soviética já que “a indigência material, a falta de cultura geral, a dominação do “direito burguês” na esfera do consumo, “impedem o Estado soviético de deperecer e mesmo de se libertar da burocracia parasitária” (Idem:96-97). Aceitando como inevitável, face ao pouco desenvolvimento das forças produtivas, o abandono da tese leniniana da ditadura do proletariado como um semi-Estado, cuja concretização depende essencialmente, no entanto, da existência de determinadas condições políticas para o êxito da luta dos trabalhadores controlarem a burocracia e irem assumindo as suas funções, e à qual Trotsky chegou a atribuir o estatuto de critério principal para se avaliar o avanço da transição socialista. Por isso, ele critica tanto o Lenin de *O Estado e a Revolução*, como o programa do Partido bolchevique por defenderem na luta contra a burocracia apenas as medidas políticas da Comuna de Paris – eleição e revogabilidade dos funcionários, salário operário e mandato imperativo -, como sendo uma manifestação da subestimação do atraso econômico russo. Pode ser que apenas a aplicação das medidas da Comuna se mostrassem insuficientes para combater as manifestações burocráticas soviéticas, mas é preciso acentuar que a sua não aplicação integral teve um efeito decisivo sobre o seu surgimento e o seu crescimento. É essa perspectiva principalmente econômica que explica a ausência na análise de Trotsky do papel que estaria reservado aos Soviotes nesse processo.

Na verdade, como vimos, a tendência de Trotsky em privilegiar a análise econômica já está presente em *Cours Nouveau*, onde a segunda fonte do burocratismo, além do “envolvimento” do partido pelo Estado, é o desenvolvimento industrial lento da URSS. E a solução da luta contra a burocracia estaria, portanto, na aceleração desse desenvolvimento, para a qual contribuiria a revolução na Europa. Trata-se de uma solução puramente econômica, que é repetida em *A Revolução Traída*. Se, de um lado, as reduzidas forças produtivas são

a origem da burocracia; por outro lado, haveria uma “contradição cada vez mais confessada entre o seu poder absoluto e o desenvolvimento das forças produtivas do país” (Idem:270), que reservaria para os trabalhadores a tarefa de trabalharem ainda mais para contribuir com esse desenvolvimento, cujo resultado lhe seria favorável. É por isso que a revolução política contra a burocracia, defendida por Trotsky, não é outra coisa que a simples expressão desse conflito, estando por ele determinada como uma decorrência lógica.

Trotsky, diante dos resultados obtidos pelos planos quinquenais na URSS, se vê obrigado, porém, a perguntar “porquê os enormes êxitos econômicos dos últimos tempos, em vez de conduzirem a uma diminuição da desigualdade, a agravaram, aumentando ainda a burocracia que, de “deformação”, se tornou sistema de governo?” (Idem:99) E sua resposta é bastante significativa: o desenvolvimento das forças produtivas “permite já fornecer importantes vantagens à minoria”, isto é à burocracia, que “atribui a si própria, naturalmente, a melhor parte: aquele que distribui os bens nunca sai lesado” (Idem:143-144). Em outras palavras, o resultado do desenvolvimento das forças produtivas é apropriado pela burocracia na sua função de organizar a distribuição dos produtos. Portanto, esse desenvolvimento longe de ameaçar as suas posições, as consolida. O que torna a burocracia cada vez mais interessada no aumento da produção e da produtividade, com a utilização de técnicas cada vez mais avançadas; apontando para os limites de uma estratégia de luta contra a burocracia apoiada fundamentalmente em tarefas econômicas, que minimize a sua dimensão político-estatal, que é a principal. De qualquer forma, Trotsky ainda poderia argumentar que mesmo assim o desenvolvimento das forças produtivas na URSS permaneceria, subsistindo a “excrecência” burocrática.

Mas Trotsky não se limita a apontar a relação entre o pouco desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da burocracia e de suas práticas na formação social soviética, indo além com a formulação de uma “lei” válida para todas as formações sociais: “As tendências burocráticas que asfixiam o movimento operário deverão também manifestar-se por todo o lado após a revolução proletária. Mas é perfeitamente evidente que quanto mais pobre for a sociedade nascida da revolução, mais esta “lei” se deve manifestar severamente, sem rodeios; mais o burocratismo revestirá formas brutais; mais se pode tornar perigoso para o desenvolvimento do socialismo.” (Idem:96) Com isso, mesmo as formações sociais capitalistas economicamente mais desenvolvidas estariam impossibilitadas, no processo revolucionário de destruição do Estado burguês e de instauração do Estado proletário, de eliminar essas tendências, que teriam um caráter supostamente objetivo e inevitável; embora sem a qualificação de seu conteúdo e sem a quantificação de sua extensão. A revolução socialista poderia no máximo

substituir a antiga burocracia por uma nova, igualmente impregnada de práticas que comprometeriam a construção do socialismo, já que o próprio movimento operário é o portador de uma forte tendência burocrática. Aceitando-se a hipótese de que haja uma relação, que ainda está por ser teoricamente analisada, entre as forças produtivas e o tamanho e o funcionamento interno da burocracia; Trotsky desconsidera a tese leniniana de *O Estado e a Revolução*, segundo a qual o capitalismo já criou as bases materiais necessárias para a instauração da ditadura do proletariado, com o desenvolvimento da tecnologia, dos meios de comunicação e dos transportes. As forças produtivas já se encontram desenvolvidas, unicamente como a possibilidade material, e a ser transformada, para servirem de apoio ao novo Estado proletário. O controle da burocracia pelos trabalhadores depende, sobretudo de condições políticas e ideológicas criadas pela luta de classes.

Trotsky referindo-se aos Estados Unidos da América, vai afirmar que mesmo “sobre as bases do capitalismo mais avançado, o Estado socialista não poderia dar a cada um tudo o que lhe é necessário” (Idem:95), retomando a diferença estabelecida por Marx entre a distribuição na primeira e na segunda fase da sociedade comunista. Entretanto, como é a burocracia que deve realizar a distribuição dos produtos, aplicando o “direito burguês” e reservando para si a melhor e a maior parte dos produtos de consumo, seguindo a sua análise, seria naturalmente inevitável que também nos Estados Unidos viessem a se manifestar os mesmos fenômenos burocráticos existentes na URSS, inviabilizando preliminarmente a tentativa dos trabalhadores de eliminá-los. A necessidade de se controlar a burocracia no socialismo acaba se transformando em um desafio dificilmente realizável, ou mesmo impossível ao longo de toda a transição. O que leva Trotsky a sintetizar uma concepção nada animadora sobre o socialismo, já que “o polícia dominará o homem enquanto o homem não tiver dominado suficientemente a natureza” (Idem:94), permitindo a cada um receber os produtos e os serviços segundo as suas necessidades, o que só é possível no comunismo. Desconsiderando completamente a possibilidade, mesmo em uma situação de escassez de bens, dos próprios trabalhadores organizarem a sua distribuição prescindindo de uma burocracia usurpadora, ou a de que eles venham a controlar a atividade de distribuição de uma burocracia ainda necessária. Trotsky, ao resvalar para o economicismo, passa de crítico da burocracia para o papel de mais um de seus justificadores.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Política e Competência no Socialismo

A seleção e a promoção de funcionários baseados no critério da competência é um dos critérios definidores do Estado burguês, como já se viu. Esse critério funciona no capitalismo baseado no pressuposto de que o desempenho da função pública se dá apoiado no saber, traduzido principalmente no conhecimento da realidade econômica e social e da atividade administrativa do Estado. Portadores do saber - cuja verificação se daria inicialmente, sobretudo, pela realização de concursos públicos abertos sem nenhuma interdição de acesso em função da origem social do candidato e, depois, por métodos de auferição exclusivamente interiores, que garantiriam a promoção dos mais capazes no desempenho de sua função -, os funcionários estariam mais preparados que os não-funcionários para intervirem tanto no processo de elaboração da política estatal, como na aplicação de todas as medidas necessárias à sua realização.

O domínio do saber subentende ainda a necessidade de uma contínua especialização no exercício da atividade administrativa estatal. A especialização é uma decorrência natural da natureza cada vez mais complexa das diferentes funções do Estado, complexidade determinada não apenas pelo fato do Estado atingir o conjunto da população residente no âmbito de sua jurisdição, podendo ela ser mais ou menos numerosa, mas pelo conjunto de conhecimento cada vez maior, necessário ao seu bom desempenho. O domínio do saber especializado é a garantia da eficiência técnica, que é o grande objetivo da burocracia racional weberiana. Para Weber, a razão decisiva para o triunfo da organização burocrática é a sua “superioridade puramente técnica”, ou seja, o fato de que ela assegura “Precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discrição, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal” no desempenho de suas funções (s/dt:249). Note-se, em particular, que a estrita disciplina do funcionário subordinado no cumprimento das decisões e das ordens do superior hierárquico é uma das condições indispensáveis ao seu funcionamento.

Um primeiro problema que se apresenta é a idéia de que a técnica e a eficiência sejam no seu conjunto neutras, sem conteúdos políticos precisos e sem relação definida com os interesses das diferentes classes sociais.

A neutralidade torna o conjunto de medidas e de ações dos funcionários indiscutíveis política e socialmente, já que esvazia suas determinações supostamente exteriores e expressa as necessidades intrínsecas da técnica, que pela sua superioridade beneficiaria todos os agentes sociais indistintamente. Sendo a técnica neutra não se coloca a pergunta *de quem* se beneficia com a sua aplicação, *a quem* a sua defesa interessa, *que grupos ou agentes sociais* são prejudicados por ela. A discussão sobre os seus efeitos políticos e até mesmo sociais se vê desautorizada com a alegação da primazia de interesses exclusivamente técnicos, definidos pelos funcionários. É por isso que, muito freqüentemente, as razões técnicas são invocadas na prática da burocracia estatal como justificativa pelo não atendimento de demandas populares, que caso prevalecessem prejudicariam a almejada eficiência, atingindo o conjunto da sociedade e, portanto, os próprios trabalhadores; principalmente quando se trata de medidas que envolvam as finanças do Estado, a sua distribuição e a sua aplicação.

O segundo problema é que o critério da competência é socialmente inverificável, pois a sua avaliação é sempre uma prerrogativa exclusiva da própria burocracia, que realiza tanto a seleção dos funcionários como o processo de sua promoção ao longo da carreira. É uma avaliação interna à burocracia, que controla de muitas formas, inclusive através dos concursos públicos, todos os procedimentos necessários à auferição dos conhecimentos para o desempenho do cargo; o conjunto da sociedade embora esteja diretamente interessada na atividade dos funcionários, pois é atingida pelas medidas tomadas e também pelo modo de sua implementação, está excluída da participação nessa avaliação. É por isso que pode-se falar de um pressuposto de competência por parte da burocracia, já que é ela quem a estabelece, define o seu conteúdo e controla a sua avaliação. Essa tese encontra-se implícita e embrionariamente formulada na própria análise de Weber, quando ele reconhece que toda a “burocracia busca aumentar a superioridade dos que são profissionalmente informados, mantendo secretos seu conhecimento e intenções. A administração burocrática tende sempre a ser uma administração de “sessões secretas”: na medida em que pode, oculta seu conhecimento e ação da crítica.”(s/dt:269) O que o levou à definição do “segredo oficial” como a invenção específica da burocracia, indispensável ao seu funcionamento. Também Robert Merton admite que a burocracia “é um tipo de administração que evita por completo a discussão pública dos seus procedimentos” (1966:99). Caso a burocracia se abrisse à uma avaliação do conjunto da sociedade sobre o conteúdo de suas medidas e de sua prática, haveria necessariamente uma redefinição do critério da competência. É por isso que a burocracia funciona inteiramente sob a proteção de seu segredo, que

não se limita à existência dos chamados “segredos de Estado” nas relações políticas, econômicas e militares com outros Estados, mas envolve toda a sua atividade.

Por último, e novamente de forma sintética, é preciso mencionar a relação entre a burocracia política e a burocracia técnica no processo de realização das funções de Estado; diferenciadas tanto pelo modo de acesso ao aparelho estatal, através do qual a primeira pode receber um mandato popular ou outra forma de legitimação política para a chefia do Estado, com o direito de nomear os ocupantes dos principais postos da administração, os ministros, como por possuírem qualificações distintas para o exercício de sua atividade, destacando-se principalmente a influência política no primeiro caso, que subordina quando não anula o critério da competência. Weber, de um lado, afirma que normalmente o perito, ou seja o funcionário especializado, predomina sobre o diletante, ou seja, tradicionalmente, os políticos. Mesmo que houvesse o direito à revogabilidade dos funcionários, esse predomínio estaria garantido, pois os peritos são os portadores da competência técnica, que garante a superioridade da organização burocrática. Por outro lado, Weber reconhece que o “governante” é, de forma cada vez mais frequente, um diletante, ainda que possa estar em conflito com os peritos, que procuram preservar o seu conhecimento como a fonte de seu poder. Além disso, os próprios ministros, detentores dos “cargos políticos mais elevados” – na verdade, não só políticos, mas sobretudo administrativos pois constituem o topo da pirâmide burocrática -, prescindem inteiramente de qualquer “certidão educacional” (s/dt:238), que pudesse pelo menos atestar o domínio de um mínimo de conhecimento necessário à sua atividade. Ou seja, Weber admite assim que a burocracia política comande a burocracia técnica dando a última palavra sobre a política estatal, já que como superior hierárquico detem o poder da decisão final. O que coloca em causa a superioridade técnica de todo o mecanismo burocrático, que passa a estar submetido à direção política, obedecendo preferencialmente aos seus interesses.

Ao contrário do que acontece no capitalismo, a burocracia do Estado socialista não se apresenta como a representante geral de todos os indivíduos que formariam o povo-nação, supostamente voltada para a concretização de interesses definidos como gerais e comuns ao conjunto da formação social. A representação burocrática, como se sabe, produz um efeito ideológico definido e preciso: a dissolução da noção de pertencimento de classe para dar lugar à atomização política, através da qual cada indivíduo isoladamente se relaciona com seu representante geral, a burocracia, apresentando suas reivindicações específicas e esperando solução. Caso, ao longo da transição socialista, se mantenha e se reproduza esse efeito de representação são

criadas maiores dificuldades para a luta e a organização dos trabalhadores, necessárias tanto para a realização da democracia socialista como para a efetivação do caráter semi-estatal da ditadura do proletariado, além dele contribuir para ocultar o caráter de classe do novo Estado. É por isso que a burocracia no socialismo é formada pelo critério da representação política de classe dos proletários, que substitue o acesso aberto ao aparelho de Estado independente da tendência política e ideológica e da origem social do candidato.

Os candidatos à funcionários e os funcionários passam a ser avaliados abertamente pela política que contribuem para viabilizar, o que faz com que a atividade administrativa perca sua aparente neutralidade. Nos termos de Lenin, eles devem comprovar através da prática sua “fidelidade ao socialismo”, isto é, devem ter um efetivo compromisso com o objetivo mais geral que orienta o conjunto da política estatal e que define o funcionamento interno do aparelho de Estado e a sua estrutura. Ou, segundo o artigo 18 da Constituição da China de 1954, um raro exemplo de instituição constitucional do critério político, os funcionários são julgados pela demonstração prática de sua “devoção” à democracia popular.

A vigência do critério político no processo de recrutamento e de promoção da burocracia significa uma filtragem que limita o acesso às tarefas administrativas, pois exclue preliminarmente os agentes sociais que não estão empenhados no imenso esforço que representa a transição socialista e, sobretudo, aqueles agentes política e ideologicamente envolvidos nas tentativas de derrubada do Estado socialista e de restauração do capitalismo. É uma necessidade que se justifica pelas tarefas reservadas à ditadura do proletariado ao longo de toda a transição, especialmente no desenvolvimento da luta de classes. Mas ele não implica a adesão integral ao programa dos partidos da frente socialista, nem a necessidade de filiação à eles, e menos ainda a lealdade política para com a sua direção; embora pressuponha o compromisso com a defesa do novo Estado e com a construção do socialismo rumo à sociedade sem classes. Por outro lado, a origem de classe dos funcionários é importante para o Estado proletário, mas ela não é nem decisiva e nem exclusiva: não é a “obreirização” dos aparelhos econômico e estatal que garante automaticamente o seu caráter de classe; nem significa que representantes escolhidos pelos trabalhadores e oriundos de outras classes, como o campesinato e a pequena-burguesia, não possam participar da administração.

O objetivo do novo critério não é a racionalidade burocrática no sentido weberiano, que reserva a primazia na definição e execução das medidas administrativas para os peritos tecnicamente preparados, mas a criação de condições que favoreçam a mobilização dos trabalhadores na construção do socialismo, que é a

garantia essencial para o seu êxito. A explicitação do critério político permite a intervenção direta dos trabalhadores no processo de seleção e de avaliação dos funcionários, que são vistos abertamente como seus representantes nos aparelhos econômico e estatal podendo, a qualquer momento, serem eleitos e revogáveis. Como mostra Martin King Whyte, ao analisar a experiência chinesa até o início da década de setenta em "Bureaucracy and Modernization in China: the Maoist Critique", a ênfase deixa de ser a competência técnica para não inibir a participação das massas tanto no julgamento dos funcionários como no seu ingresso direto nos diferentes órgãos do Estado. Pois, a manutenção do critério exclusivo da competência gera a passividade dos trabalhadores, que se julgam incapazes de fiscalizar a burocracia e de discutir o conteúdo de suas medidas, além de poder representar uma barreira à sua ocupação dos postos administrativos. A própria eficiência na organização e no funcionamento do Estado passa a ser vista como um subproduto da participação dos trabalhadores nas atividades administrativas, ou seja, quanto mais mobilizados estiverem os trabalhadores tanto melhor serão realizadas as funções estatais. Além disso, como decorrência da prática de colocar "a política no comando" também dos organismos administrativos, a auferição dos efeitos de sua ação sobre as metas sociais e revolucionárias da construção do socialismo passa a prevalecer sobre uma estrita eficiência técnica. Os trabalhadores são chamados a se manifestarem imediatamente sobre os impactos da aplicação da política estatal, além de terem intervindo durante a sua elaboração, podendo influir sobre a sua eventual retificação ou substituição.

O exercício do critério político na formação da burocracia do Estado socialista implica a realização de processos coletivos de recrutamento e de avaliação, isto é, a avaliação é feita pelos trabalhadores a partir dos locais de trabalho e de moradia envolvendo sucessivamente as diferentes instâncias da administração estatal, e não pela própria burocracia ou por um partido. Se a burocracia monopolizar esse processo haverá a tendência da política ser preterida em favor da competência técnica, genericamente definida e comprovada unicamente no interior das fileiras burocráticas. A experiência das tentativas de transição para o socialismo revelaram a emergência de práticas como a conhecida pela fórmula "tornar-se comunista para virar funcionário", que designava o comportamento dos que aderiam ao partido que estava à frente do Estado com o objetivo de ingressarem na carreira burocrática e gozarem de seus benefícios. Por isso, a auferição das qualidades do funcionário ou do candidato a funcionário, além de estar entregue aos trabalhadores, leva em conta a sua prática política e eventualmente administrativa permanente, e não apenas a sua participação em campanhas esporádicas.

Embora um regime político fundado no pluralismo partidário socialista minimize a possibilidade do surgimento dessa prática, ao evitar a fusão do partido com o Estado, ele não a elimina completamente pois os pretendentes aos postos administrativos poderiam procurar a filiação nos partidos que ocupam o aparelho estatal, principalmente naquele que detiver a sua hegemonia. Daí a necessidade de eleição para a escolha dos funcionários, da prestação periódica de contas e do exercício do direito de revogação.

Mas só a aplicação do critério político não basta para assegurar o funcionamento do Estado socialista na realização de suas funções durante todo o período que envolve a transição. Não se pode negar a existência de complexas tarefas estatais que exigem uma formação específica, desenvolvida junto ao acúmulo de experiência conquistado no seu exercício, mesmo diante de um processo voltado para a sua simplificação. Já Lenin, como vimos, recomendava a aplicação do critério da comprovação de “fidelidade ao socialismo” junto com o da “prática da administração”, como condição necessária para o desempenho da atividade administrativa. Em seguida, Stalin lançou o desafio para que trabalhadores e bolcheviques possuíssem as qualidades dos militantes revolucionários junto com o conhecimento e a experiência dos especialistas. Depois, em 1952, na China é retomada a fórmula “tornar-se vermelho e especialista”. Mas a articulação da política com a competência esteve longe de ser harmônica e de estar resolvida apenas com a afirmação de intenções. De um lado, manifestou-se a tendência de uma politização geral de todas as questões técnicas, administrativas e econômicas impedindo, no limite, o próprio funcionamento dos aparelhos econômico e estatal e a consequente realização de suas funções, a exemplo de certas práticas surgidas durante a Revolução Cultural Chinesa. De outro lado, surgiu uma concepção tecnicista apoiada no economicismo, que privilegiava a eficiência e a produtividade sobre os objetivos sociais e políticos, levando à separação dos especialistas das massas, que se viam impedidas de participarem da administração econômica e estatal, como ocorreu na URSS.

Para o Estado socialista se apresenta então o enorme desafio de como combinar a política com a competência no trabalho de seus funcionários? Como estabelecer uma justa relação entre ambos os critérios na presença de uma organização ainda hierarquizada e com delegação de poderes? Essa questão ainda permanece em aberto, exigindo tanto o aprofundamento da análise sobre as experiências na URSS, na China e em outros países, como a realização de novos experimentos concretos dando origem à novas práticas, além do necessário desenvolvimento teórico sobre a ditadura do proletariado e a democracia socialista. As considerações seguintes não passam de afirmações preliminares e sumárias na tentativa de contribuir para o debate.

A primazia recai sobre o critério político que orienta a atividade dos funcionários na aplicação da política estatal e, sobretudo, na concretização do caráter semi-estatal do Estado proletário, para permitir a participação dos trabalhadores nas atividades administrativas com a sua simplificação. Ele ajuda na própria auferição da competência permitindo a seleção de funcionários que tenham, além da capacidade administrativa e técnica, a experiência política necessária para avaliar as consequências gerais das medidas a serem tomadas. Por outro lado, no socialismo, o critério da competência pode ser avaliado pelo conjunto dos trabalhadores e deixar de ser interno à burocracia. São eles que vão julgar o trabalho dos funcionários e decidir sobre o seu conteúdo. Mas qual é a competência necessária ao Estado socialista? Essa pergunta só pode ser respondida nesse momento pela negativa: primeiro, não é a competência que surge com o domínio de um saber adquirido separado da prática. A formação dos funcionários se dá através de estudos teóricos estreitamente ligados com a prática administrativa e estatal imediata, além de incluir sempre a participação no trabalho produtivo direto para se conhecer a real situação dos trabalhadores. O que implica uma profunda e radical transformação de todos os centros de ensino, na sua estrutura, no conteúdo das disciplinas, nos métodos de avaliação e de seleção dos estudantes, como tentaram inicialmente fazer as formações sociais que começaram a transição para o socialismo. Segundo, não é a competência que apresenta a eficiência e a técnica como neutras, separadas de suas determinações e de suas implicações sociais e políticas, embora reconheça a sua especificidade própria. Pode-se falar de uma nova competência que pressupõe o conhecimento da antiga competência, não para reproduzi-la mas para transformá-la, buscando a sua simplificação e a sua democratização, eliminando o seu caráter de segredo. Sem o estudo da competência anterior não pode haver a sua transformação, pois todo novo conhecimento surge sempre apoiado nas conquistas que o precederam.

A combinação ideal entre os dois critérios exige funcionários portadores da ideologia socialista e da nova competência, o que só pode acontecer em larga escala no curso da transição, e não imediatamente; isto é, quando os trabalhadores puderem desenvolver suas múltiplas aptidões, além da consciência política e ideológica, especialmente o trabalho de planejamento econômico e administrativo-estatal, aliado ao estudo. Enquanto houver a separação entre os agentes portadores da competência e os portadores da ideologia socialista, não só os conflitos na definição e na implementação da política estatal serão inevitáveis, como inclusive intensos. Enquanto o funcionário e o especialista agirem para ocultar o seu saber preservando-o secreto, como a fonte de seu poder, os trabalhadores terão grandes dificuldades para aprender e desempenhar determinadas

atividades. Por isso, a ideologia socialista passa a ter um grande papel sobre a atividade de funcionários e técnicos, buscando engajá-los nas múltiplas tarefas decorrentes desse processo.

Uma condição importante que contribue para uma justa combinação dos critérios é a subordinação do plano geral de desenvolvimento da sociedade, que prevê metas econômicas, culturais e sociais, ao objetivo principal da transição socialista que é o de atingir o comunismo, a sociedade sem classes. Assim, o plano conteria prioritariamente metas políticas relativas à transformação das relações de produção e à transferência das atividades estatais para os trabalhadores, que orientariam a atividade de todos os funcionários, impedindo o privilegiamento ou a absolutização dos resultados econômicos. Por exemplo, os serviços de saúde e de educação no bairro poderiam ser assumidos pelas organizações de moradores; o comitê operário na fábrica elaboraria sozinho o seu plano de produção, de investimentos e de distribuição, combinado com o plano geral, sem a interferência dos organismos superiores e voltado para a revolucionarização das relações de produção. Além disso, seriam estabelecidas metas de participação política dos trabalhadores, que não se resumiriam aos índices de participação eleitoral ou em atividades sociais, como as ações de trabalho voluntário, mas refletiriam a sua incorporação direta na realização de tarefas de representação política e de atividades administrativas.

A nova competência implica a especialização de funções e a divisão de trabalho no aparelho de Estado, que não é naturalmente a tradicional divisão entre executivo, legislativo e judiciário do Estado burguês. Mas tanto uma como outra estão submetidas à política e à um processo de fusão das diferentes funções com a rotatividade entre os agentes, o que vai permitir tanto a redução das inúmeras subdivisões funcionais no interior da burocracia como a simplificação das atividades. A especialização corresponderia à natureza da atividade em questão, assim, como exemplo, a participação nos principais postos da administração, como os ministérios, exigiria o domínio de conhecimentos especializados na saúde, na educação, na cultura, na economia, nas finanças, etc. É difícil imaginar que um trabalhador analfabeto mesmo tendo consciência política pudesse realizar o trabalho de um Ministro da Educação, que teria na transformação de todo o sistema educacional uma de suas principais tarefas, exigindo conhecimentos específicos e aprofundados. Mas a especialização é horizontal e não vertical, não implicando o restabelecimento de uma estrutura hierárquica verticalizada de competências. Tudo isso contribuiria para a ampliação da aceção de postos especializados, democratizando o seu acesso, embora muitos cargos pudessem permanecer como estritamente técnicos.

CAPÍTULO 4

FORTALECIMENTO DO ESTADO OU DESESTATIZAÇÃO SOCIALISTA?

É conhecida a célebre passagem de Engels no *Anti-Dühring*: “Desde que deixe de haver classe social a oprimir; desde que, juntamente com o domínio de classe e com a luta pela existência individual motivada pela anterior anarquia da produção, sejam igualmente eliminados os choques e os excessos daí resultantes, não haverá mais nada a reprimir que torne necessário um poder repressivo, um Estado. O primeiro acto em que o Estado apareça realmente como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – será simultaneamente o seu último acto próprio como Estado. A intervenção de um poder do Estado nas relações sociais tornar-se-á supérflua numa esfera após outra e acabará naturalmente por se extinguir. O governo das pessoas cederá o lugar à administração das coisas e à direcção das operações de produção. O Estado não será “abolido”, extinguir-se-á.” (1975:242-243)⁷⁶

A tese do fim do Estado, assim formulada, é uma das teses centrais do marxismo, ao lado de sua defesa do comunismo. Ela revela todo o seu carácter revolucionário e emancipador, pois nega a perpetuação da dominação de classe do próprio proletariado, através de sua ditadura, que é substituída pelo auto-governo dos produtores diretos no comunismo. Se o Estado é a organização do domínio de uma classe sobre outra, não havendo mais classes sociais, não haverá portanto nem domínio de classe e nem Estado. O Estado enquanto organização especializada na realização de determinadas funções, separada dos produtores diretos, é suprimido por um auto-governo onde todos definem a política a ser seguida e lutam pela sua aplicação. Só o fim do Estado acaba com a burocracia, já que serão os próprios trabalhadores que realizarão as atividades administrativas, e com a separação entre governantes e governados, representantes e representados, que é a fonte de muitos conflitos e a possibilidade sempre presente de autonomização do poder de sua origem, dando lugar a novas

⁷⁶ Uma breve observação é necessária: a fórmula do “governo das pessoas” substituído pela “administração das coisas” significa o “fim da política”, cuja existência estaria ligada apenas ao Estado: não havendo Estado no comunismo, não haveria portanto política. Mas a política, nem no capitalismo, ao menos para a burguesia, não se limita à atividade estatal e penetra na economia orientando muitas decisões; no socialismo, os trabalhadores desenvolvem uma nova prática política também fora do Estado, na condição de produtores diretos e como classe dominante; e no comunismo, longe de desaparecer, ela se intensifica e envolve todo o livre debate dos produtores diretos sobre o desenvolvimento económico, o progresso cultural, a questão ambiental, a ação educacional e de saúde, etc, já que além das diferentes opções que estarão colocadas para decisão coletiva, surgirão novos conflitos decorrentes tanto da luta pela auto-realização individual, como pela concretização dos interesses dos grupos sociais remanescentes, como foi apontado no Capítulo 1. Lembrando-se que Lenin indicava como um método para a tomada de decisões no comunismo a subordinação da minoria à maioria. Além disso, conforme observou Balibar, “esta formulación descansa por completo sobre la *antinomia jurídica* burguesa de las “personas” y las “cosas” y, por tanto, sobre la ideología misma que implican la circulación mercantil y el funcionamiento del Estado.” (1976:104) Substituindo a análise de classe do Estado na sua primeira parte, que apresenta a ditadura do proletariado como um “governo das pessoas”, e sugerindo uma produção comunista fora de qualquer relação de produção, implicando somente a ação sobre a natureza de indivíduos livremente associados, na sua segunda parte. Embora, esta tenha “un contenido positivo bien conocido, en cuanto designa el *dominio*, la *apropiación de la producción* por los propios productores, en oposición a la desposesión de los productores y a “la anarquía de la producción” “(Idem) do modo capitalista de produção.

formas de dominação. O fim da burocracia só se torna possível com o fim das classes, cuja existência implica a atividade de agentes voltados para a atividade de impedir que os antagonismos sociais conduzam à dissolução da própria formação social.

Essa tese ilumina a tese leniniana da ditadura do proletariado como um semi-Estado, preparando sua desapareição, com a qual forma um todo orgânico e indissolúvel, através do qual uma só pode ser completamente entendida junto com a outra, inviabilizando a sua separação. Pois o fim do Estado não é só “*un resultado final del proceso revolucionario. Es, por el contrario, un aspecto inicial, inmediatamente presente, sin el cual no hay proceso revolucionario alguno.*” (BALIBAR, 1976:90) Ou seja, a ditadura do proletariado prepara desde o seu início as condições para que o fim do Estado se torne uma realidade, não havendo o desencadeamento de dois processos distintos e separados, mas de um único movimento. que começa já com a conquista do poder político pelo proletariado, percorre toda a transição socialista e culmina no auto-governo dos produtores diretos. A concretização do aspecto não-estatal da ditadura do proletariado é uma das condições indispensáveis que prepara o fim do Estado.

Stalin, que já abandonara a tese da ditadura do proletariado como um semi-Estado, conseqüentemente vai abandonar também a tese engelsiana do fim do Estado, mostrando assim a íntima relação de interioridade entre ambas e a impossibilidade de sua separação. Quem compreende o caráter semi-estatal do Estado proletário, reconhece como objetivo final o seu completo desaparecimento. Ao contrário, quem o abdica está impedido de conceber o processo que eliminará a organização do domínio de classe. Até 1928, em carta endereçada à Kushtisev, Stalin afirmava que “quando o socialismo se realizar o estado se extinguirá” (1953d:308).⁷⁷ Ou seja, a desapareição do Estado é condição indispensável para a realização do socialismo, entendida como o término da transição e o advento do comunismo. Mas, dois anos depois no XVIo. Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Stalin apresenta uma nova tese que na aparência não contradizia a anterior: “Nós somos partidários do reforçamento da ditadura do proletariado, que constitui o Estado mais poderoso e mais forte que já existiu até hoje. Desenvolvimento máximo do poder do Estado a fim de preparar as condições de deperecimento do Estado, eis a fórmula marxista.” (1980^a:123) É inegável que Stalin pretende dar à ela um estatuto geral, não se referindo

Não se entenda ainda porque ao estatizar os meios de produção, o Estado possa surgir como “representante de toda a sociedade”, e nem porque esse ato jurídico seria a sua última ação enquanto Estado.

⁷⁷ Nessa carta, Stalin cita o Lenin de 1918, que afirmava que os bolcheviques podiam classificar a República Soviética como sendo socialista apenas por sua “decisão” e “prontidão” políticas de lutar pela construção do socialismo. Rápidamente, porém, essa “decisão” e essa “prontidão” subjetivas foram suficientes para transformar a realidade e, em poucos anos, segundo o discurso de Stalin, a URSS se tornaria socialista, como resultado de um ato de vontade política.

especificamente às condições soviéticas. Assim, todas as transições socialistas nas diferentes formações sociais teriam que, primeiro, reforçar ao máximo a ditadura do proletariado, sem a especificação teórica do conteúdo desse reforço, para só depois preparar sua desapareição. Apesar da sua importância, ela aparece isolada em um único parágrafo em um Informe de 92 páginas, e no interior de considerações sobre o desenvolvimento das culturas nacionais para a criação de uma futura cultura comum a todos os povos da URSS. Certamente prevendo objeções imediatas, Stalin procura se antecipar: “É uma fórmula “contraditória”? Sim, é “contraditória”. Mas esta é uma contradição viva e reflete integralmente a dialética marxista.” (Idem) Logo porém se revelou qual aspecto dos dois pólos da contradição é que prevaleceu.

Stalin, em seguida, mantém o estatuto de tese geral para o fortalecimento do Estado socialista, mas desta vez aplica-a às condições específicas da formação social soviética. Uma ditadura do proletariado “vigorosa” e “potente”, novamente sem especificar em que isso se traduziria, é defendida como uma necessidade para eliminar os “últimos restos de las clases agonizantes y desbaratar sus maquinaciones de pillaje.” (1941c:471-472). Os “restos” das antigas classes exploradoras são na verdade apenas alguns renitentes “senhores”, além disso “demasiado débiles e impotentes para oponer resistencia a las medidas del Poder Soviético”, pois eles “están agonizando y viven sus últimos días” (Idem:472).⁷⁸ Por isso, a pergunta comum de muitos comentadores: se um Estado mais fraco conseguiu eliminar os kulaks, os capitalistas e demais exploradores como classes, por que seria necessário um Estado mais forte para eliminar os seus últimos vestígios agonizantes ?

Stalin apresenta ainda outra novidade que também teria um caráter geral e mais do que complementar à tese anterior: a eliminação das classes não se daria com a diminuição ou mesmo com a extinção da luta de classes, mas através da sua intensificação. Para que o proletariado possa enfrentar o agravamento dos antagonismos de classe nas suas diferentes dimensões, ele precisa de um Estado fortalecido e não enfraquecido, como o principal meio de enfrentá-lo. Uma necessidade decorrente da agudização das contradições: mais luta de classes significa mais Estado. Entretanto, se a luta de classes permanece durante toda a transição até o comunismo, principalmente pela possibilidade de surgimento de uma nova burguesia, especialmente se as relações de produção capitalistas não forem transformadas, mas também a partir de relações políticas e

⁷⁸ Bernard Fabrégues, no já citado “Staline, la lutte des classes, l’Etat”, mostra como a tese fundamental da negação das contradições de classe se relaciona com a tese secundária e conjuntural do agravamento da luta de classes sem contradizê-la, além de apontar as consequências de ambas para o Estado e a sociedade soviéticos.

ideológicas existentes nos aparelhos estatal e econômico não submetido ao controle dos trabalhadores; caso haja essa transformação e esse controle não haveria a intensificação da luta de classes. Entendida como a ocorrência de agudos conflitos políticos envolvendo grandes grupos sociais antagônicos na luta pela preservação do poder, e recorrendo inclusive à ação armada, como uma *lei geral, necessária e inevitável*. A conquista de vitórias nacionais e internacionais pelo proletariado na política e na economia contribue para a consolidação de seu domínio de classe, ampliando a sua influência sobre o conjunto dos trabalhadores e permitindo o aumento de sua base de apoio, senão eliminando pelo menos inibindo a ação dos agentes empenhados na restauração do capitalismo. Além disso, a generalização da condição operária, com a luta pelo fim da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, trabalho de direção e trabalho de execução, ao lado obrigação de que todos trabalhem sem explorar ninguém para garantir sua subsistência, leva à diminuição real das diferenças e dos antagonismos entre operários, camponeses e outras camadas e estratos sociais; criando as condições materiais para que todos os trabalhadores tenham acesso às iguais oportunidades de trabalho e de salário. Assim o recrudescimento da luta de classes depende principalmente de condições particulares específicas à cada formação social que inicia a transição, em especial da correlação interna de forças entre a burguesia e o proletariado, e não pode ser formulada como lei geral inevitável para todas as formações. Além do que, é mesmo uma contradição afirmar que classes em vias de desaparecimento possam, enquanto classe e não como indivíduos isolados, intensificar a sua luta pela satisfação de seus interesses coletivos; já que ela deixa de existir enquanto grupo social capaz de desenvolver uma ação coletiva, e se dissolve em indivíduos. A tese de Stalin ainda deixa em aberto a importante questão de como desenvolver a luta de classes no socialismo: apoiando-se prioritariamente na crescente ação política das massas ou em um aparelho de Estado afastado delas e voltado contra elas.

O fortalecimento do Estado soviético seria necessário também por outra razão, e que passaria a ter uma importância decisiva nas formulações posteriores de Stalin; isto é, a necessidade de organização da defesa contra o cerco capitalista que se voltava para a URSS, que não só não estava eliminado como não havia nenhum indício de que o seria em breve. O cerco capitalista se traduzia na permanente e crescente ação do conjunto de países capitalistas que cercavam a URSS, sobretudo os economicamente mais avançados, através de medidas políticas, econômicas e depois militares visando derrubar o Estado soviético e restaurar o capitalismo;

preocupados com a grande simpatia e influência que o Estado soviético alcançava entre os trabalhadores de todo o mundo.

Abandonando completamente o leninismo, sem nenhuma explicitação, Stalin passa a considerar a defesa da “debilitación del Poder estatal” como uma “teoria contrarrevolucionaria” (Idem:472). E depois, esse abandono é novamente ocultado com a afirmação de que a sua tese era uma “clara y elemental tesis del leninismo” (1941d:557), descartando ainda qualquer possibilidade de se iniciar o processo que conduziria ao fim do Estado, como se Lenin jamais tivesse concebido a ditadura do proletariado como um semi-Estado.⁷⁹ No mencionado discurso sobre o Projeto de Constituição de 1936, Stalin anuncia a vitória completa do socialismo na URSS mas continua a postular o reforço da chamada “ditadura da classe operária”, rompendo inteiramente com a sua própria posição apresentada na citada carta de 1928, e com a concepção marxista de que a realização final do socialismo só pode significar o início do comunismo, e portanto o fim do Estado. Nessa perspectiva, socialismo realizado e permanência da ditadura do proletariado é uma contradição de termos.

Há porém, nesse discurso, uma idéia interessante que poderia ser teóricamente desenvolvida, a de que “l’allargamento della base della dittatura della classe operaia, e la trasformazione della dittatura in un sistema più agile, e quindi, più potente direzione politica della società” (1979^a:447), podem representar um desenvolvimento para o Estado socialista, fortalecendo sua ligação com os trabalhadores. Em outras palavras, o exercício do poder proletário é de natureza expansiva, implicando a contínua ampliação da sua base social de apoio, sobretudo tendo em vista a tendência à generalização da condição operária no socialismo. Essa ampliação exigiria e, ao mesmo tempo, possibilitaria uma correta direção política na transição socialista, que se daria também através de uma ação política independente dos trabalhadores, que se desenvolveria para além e fora dos limites da atividade dos partidos revolucionários, preparando a sua desapareição no comunismo, e se traduzindo no controle dos trabalhadores sobre o Estado. A ação partidária não recobriria todo o conjunto de iniciativas dos trabalhadores para construir o socialismo e preparar o fim do Estado, embora estivesse disputando a sua direção política. Mesmo na vigência de um pluralismo partidário socialista, a participação política dos trabalhadores não está condicionada à sua filiação partidária, pois os partidos não detêm o monopólio absoluto da política.⁸⁰

⁷⁹ Vichinsky tem o mérito de ser um pouco mais explícito, pois reconhece que Lenin “a partagé l’idée du déperissement de l’État, mais Staline a introduit une correction et prouvé que sous le socialisme l’État doit être renforcé.” (Apud BETTELHEIM, s/dt:26) Evidentemente não se tratava de uma simples correção da tese defendida por Lenin.

⁸⁰ Bernard Fabrégues ignorando essa possibilidade, assinala que Stalin opera “un glissement de sens, en identifiant dictature à direction politique, c’est-à-dire en vidant le terme “dictature” du contenu théorique qu’il avait toujours eu chez Marx, Engels et Lénine.” (1976:40)

No entanto, para Stalin, o fortalecimento da “ditadura da classe operária” é o reforço contínuo de um aparelho estatal cada vez mais separado dos trabalhadores, e não o de seu poder, que se daria pela progressiva apropriação das atividades estatais. Não é a componente não-estatal que se desenvolve, ao contrário ela é esvaziada levando à hipertrofia da componente estatal, com o aumento de seu aparelho e do número de funcionários. E o reforço de um aparelho separado das massas é apresentado como o fortalecimento do próprio socialismo, isto é, quanto mais forte for o aparelho mais forte e desenvolvido será o socialismo; quando, ao contrário, a autonomização do aparelho é um dos principais indicadores de que a transição não está se realizando. Aqui revela-se toda a contradição entre as posições de Stalin de 1928 com as posteriores, já que na primeira o fim do Estado é condição para se realizar o socialismo, e depois, aparentemente, o seu fortalecimento prepararia este fim para se atingir o objetivo desejado, o comunismo. Na verdade, Stalin remete a “extinção” do Estado para as calendas gregas.

Mas é só em 1939, no XVIII. Congresso do partido, que Stalin abandona abertamente a tese engelsiana, citando a passagem do *Anti-Dühring* acima reproduzida. Ele chama a atenção, em primeiro lugar, para as condições históricas em que foram elaboradas “ciertas tesis” da teoria de Marx e de Engels sobre o Estado (1941e:710), e particularmente para “la elaboración inacabada e insuficiente de algunas tesis generales” dessa teoria (Idem:711). Referindo-se à intenção de Lenin de escrever uma segunda parte de *O Estado e a Revolução*, dedicada às revoluções russas de 1905 e 1917, garante que “lo que no consiguió realizar Lenin, lo deben realizar sus discípulos.” (Idem:713) Dessa forma, não era a primeira vez, e nem seria a última, que a negação do marxismo era apresentada como o seu desenvolvimento.

Perguntando-se sobre a justeza da tese de Engels, Stalin responde que ela é justa na presença de uma das duas condições: 1) “si estudiamos el Estado socialista únicamente desde el punto de vista del desarrollo interior del país, haciendo de antemano abstracción del factor internacional, aislando, para mayor comodidad de la investigación, al país y al Estado de la situación internacional”, e 2) “si suponemos que el socialismo ya ha vencido en todos los países, o en la mayoría de los países, y, en lugar del cerco capitalista, existe un cerco socialista; no existe ya la amenaza de ataque del exterior, no hay necesidad de fortalecer el Ejército y el Estado.” (Idem:712) Como Engels não previra o socialismo em um só país, supondo sua vitória senão em todos pelo menos na maioria dos países, não poderia responder à situação concreta da URSS naquele período histórico.

Mas, se trata do contrário, pois a ampliação da base social de apoio e a correta direção política criam melhores condições para o exercício da

Reconheça-se, inicialmente, o inegável mérito que coube à Stalin e à outros líderes soviéticos ao apontar pioneiramente para a possibilidade de desencadeamento da IIa. Guerra Mundial, e de ter tomado as medidas necessárias de defesa militar e de produção de armamentos, que seriam decisivas para o posterior desfecho da Guerra. Mas o centro de seu argumento para justificar o fortalecimento do Estado e a não realização de um processo de esvaziamento de suas funções é o cerco capitalista, isto é o fator externo.⁸¹ Entretanto, o início do processo de superação do Estado socialista não depende do cerco capitalista. Mesmo na sua presença, a transferência das tarefas estatais da burocracia para os trabalhadores, longe de diminuir a capacidade defensiva do país em questão, a fortalece, pois os próprios trabalhadores se vêm diretamente envolvidos na luta pela sua existência e imediatamente dispostos a defendê-lo. Se o Estado é efetivamente uma ditadura do proletariado, os trabalhadores são os principais interessados em preservá-lo das tentativas, militares ou não, de derrubá-lo, quer venham de fora ou não, criando uma unidade política que será levada em conta pelos seus inimigos. Especificamente no caso do Exército, Marx, analisando a Comuna de Paris, já destacara que a melhor defesa à um eventual ataque do inimigo era o povo em armas, e não um corpo de oficiais separado da população. A mesma consideração vale para todos os demais aparelhos e órgãos do Estado, pois um Estado será sempre mais forte quanto mais estiver apoiado diretamente na maioria de sua população, e quanto menos precisar de uma burocracia civil ou militar.

Stalin destaca o “carácter general y abstracto” da tese de Engels, visando desautorizar qualquer tentativa de se aplicar a “fórmula general” sobre o “Estado socialista, en general” para o “caso particular y concreto del triunfo en un sólo país” (Idem:712). Esquece-se, porém, que o próprio marxismo enquanto teoria tem um caráter geral e abstrato na produção de conceitos com elevado nível de abstração, seja no materialismo histórico seja no materialismo dialético; e o grande exemplo disso é a principal obra de Marx, *O Capital*, que não é o estudo de uma formação social capitalista em particular, mas a formulação da teoria do modo de produção capitalista, com seus conceitos gerais válidos para a análise dos diferentes casos capitalistas concretos. No objeto em questão, como sublinhou Valentino Gerratana ao comentar o discurso de Stalin, o que se propõe “en definitiva, no es una aplicación particular, distinta para cada situación concreta, de las “tesis directrices generales”, sino el abandono de dichas tesis en nombre de las situaciones particulares concretas.” (1975³:10)

ditadura proletária, mesmo entendida como o emprego da violência sem nenhuma limitação jurídica.

⁸¹ Ainda em 1952, Stalin reafirma que a “extinção” do Estado só deveria ter início com “a ampliação da esfera de ação do socialismo na maioria dos países do mundo”(1985:85), não sendo portanto suficiente a existência de regimes de democracia popular em transição para o socialismo no Leste Europeu e da China Popular, que fizera a sua revolução em 1949.

Stalin não está nem corrigindo, nem completando ou desenvolvendo uma das principais teses da teoria marxista, mas negando-a. Em relação à situação interna da URSS, Stalin admite abertamente que já “no hay a quién aplastar” (1941c:715), ou seja, tinha-se obtido completo êxito no enfrentamento com os inimigos internos e não havia mais sentido em se falar de uma intensificação da luta de classes, como premissa para o fortalecimento do Estado. Assim sem essa premissa, com a eliminação dos kulaks e dos capitalistas e a liquidação dos seus últimos vestígios e não havendo mais ninguém a reprimir ressurgiu a pergunta: por que o Estado deve ser ainda mais fortalecido? Apenas a atividade de eventuais espiões enviados do exterior seria facilmente combatida com a vigilância do próprio povo soviético interessado na defesa de suas conquistas, não implicando a organização de um enorme aparelho repressivo com tribunais profissionais, prisões e campos de reclusão.

Mas Stalin não se detém na defesa de um Estado forte no socialismo, e vai ainda mais longe passando a admitir a existência de um Estado no comunismo. “Se mantendrá en nuestro país el Estado también durante el período del comunismo? Sí, se mantendrá, si no se liquida el cerco capitalista, si no se suprime el peligro de un ataque armado del exterior.” (Idem:716) Do socialismo em um só país, Stalin passa a defender o comunismo em um só país e com a existência do Estado, o “Estado comunista”, que é uma nova contradição de termos⁸² e que nunca foi uma hipótese admitida por Marx, Engels ou Lenin.

Essas teorizações de Stalin tiveram uma consequência política e jurídica imediata na URSS, além de contribuírem para o agravamento da passividade política dos trabalhadores, dificultando a sua luta pela transformação dos aparelhos econômico e estatal e aumentando o poder da burocracia. A cláusula 58 do Código Penal da República Socialista Federativa Soviética da Rússia, que definia a sabotagem contrarrevolucionária e o “desviacionismo”, passou a ser usada contra os defensores do “deperecimento” do Estado. Ou seja, a tese de Engels e de Lenin tomara-se sinônimo de sabotagem e de crime contra o Estado soviético.

Stalin, como se viu, prefere unicamente apresentar *O Estado e a Revolução* como uma obra inacabada, sem analisar as inúmeras passagens onde Lenin ora comenta a tese de Engels, ora concebe a ditadura do

⁸² É novamente é Vichinsky que esclarece qual é o papel do “Estado comunista”: garantir, em lugar das massas, “la stabilité et l’inviolabilité de la nouvelle société communiste”. (Apud FABREGUES,1976:45) Também Mao Tse-tung admitiu um Estado no comunismo, reproduzindo o argumento de Stalin: “Per sua natura, lo Stato è una macchina destinata ad opprimere le forze ostili. Anche se, all’interno, non esistono più forze da opprimere, la natura oppressiva dello Stato non cambia di fronte alle forze ostili esterne. Quando si parla della forma dello Stato, ciò non significa altro che un esercito, prigionieri, arresti, esecuzioni capitali, ecc. Finché esisterà l’imperialismo, in che cosa la forma dello Stato può essere diversa con l’avvento del comunismo?” (1975:112) Mais recentemente, Riccardo Guastini defendeu a tese “forse paradossale, che il comunismo o è una forma di Stato o non è nulla, che proprietà collettiva e forma di Stato sono tutt’uno.” (1978b:82), na qual o problema central do comunismo é o do Estado. Rigorosamente, porém, não há propriedade no comunismo mas a apropriação social dos meios de produção e dos produtos realizada pelos produtores diretos, que exercem o seu auto-governo. Não há portanto esse suporte mais jurídico do que econômico para a preservação do Estado.

proletariado como um Estado em vias de “extinção”.⁸³ Em uma destas passagens, Lenin considera que a “expressão “o Estado *definha*” é muito feliz porque exprime ao mesmo tempo a lentidão do processo e sua espontaneidade.” (1983:110-111) Esse comentário é feito depois de Lenin já ter citado longamente a carta de Engels à Bebel de 18-28 de Março de 1875, na qual o teórico alemão destaca que Marx “no *Manifesto Comunista*, tenha dito expressamente que, com o advento do regime socialista, o Estado se dissolverá por si próprio (*sich auflöst*) e desaparecerá.”(Idem:80) Mas a idéia da “extinção”, e mais ainda a da auto-dissolução do Estado socialista, remete à possibilidade de um processo automático, espontâneo de desestatização. Ela oculta a necessidade do desencadeamento de uma luta dos trabalhadores para se apropriarem das funções políticas e estatais, em detrimento dos seus próprios representantes e da burocracia. Essa luta não tem nada de espontânea, nem de automática. E nem de natural, pois, como o próprio Lenin pode constatar na experiência soviética, um hábito político arraigado que a transição socialista enfrenta é o antigo costume herdado da democracia e do Estado burgueses, pelo qual os trabalhadores vêm nos deputados e na burocracia os seus representantes e os seus superiores. Longe de uma “extinção” automática, de uma auto-dissolução, trata-se de um agudo conflito político que pode ser a manifestação da luta de classes, pois, conforme assinalou Riccardo Guastini, “le sovrastrutture non cambiano da sé, devono essere cambiate per via di lotte specifiche, con specifici obiettivi, che si avvalgano di specifici mezzi”(1978^a:106)⁸⁴, já que são decisivas no processo de reprodução das classes sociais, inclusive a reprodução do proletariado.

É importante sublinhar que nos materiais preparatórios de Lenin para a redação de *O Estado e a Revolução*, encontra-se a seguinte anotação:

“La democracia es también Estado. *Absterben...* “Extinción” del Estado.

Por qué no *Abschaffung** y no *Sprengung*** ?

“*Allmähliches Einschlafen*” *** de una función tras otra.” (1978b:116)⁸⁵

⁸³ É notável a ausência de qualquer menção à esta obra de Lenin na *História do Partido Comunista (bolchevique) da U.R.S.S.*, de 1938, escrita sob a influência direta de Stalin e no momento em que desenvolvia suas idéias sobre o Estado no socialismo. Sabe-se que *O Estado e a Revolução* teve uma influência fundamental não apenas sobre o Partido bolchevique como sobre a própria Revolução de Outubro. Pode-se afirmar que foi graças aos estudos de Lenin para preparar o seu livro, realizados principalmente entre janeiro e fevereiro de 1917, que se conseguiu elaborar uma correta orientação política para os bolcheviques em relação aos Soviotes, já a partir da Revolução de Fevereiro. Produzindo-se o que Oskar Anweiler classificou como uma “conjugaison remarquable de la théorie et de la réalité historique”(1972:190). E mais ainda, confirmando a famosa fórmula do próprio Lenin segundo a qual “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”.

⁸⁴ Curiosamente Guastini porém, nesse mesmo texto, talvez implicitamente antecipando sua posição futura de negação da ditadura do proletariado, considera o aprofundamento do debate sobre o fim do Estado como “politicamente inoportuno e ininteressante”(Idem:104), pois o desafio que estava colocado era o da instauração do Estado proletário e não o da sua “extinção”. Estabelecendo uma separação inexistente e plena de consequências entre a componente estatal e a não-estatal da ditadura do proletariado.

⁸⁵ * Destruição, ** explosão, *** “adormecimento gradual”.

Ela revela as dúvidas iniciais do líder bolchevique sobre a natureza do processo que levará à supressão do Estado, mas que foram abandonadas já na redação de seu livro com a opção pela idéia da “extinção”. Embora de pertinência discutível, as expressões “destruição” e “explosão” sugerem, de qualquer forma, a ocorrência de um processo politicamente conflituoso com a perda de poder de determinados agentes sociais para outros, em oposição à um processo espontâneo e natural. É essa opção de Lenin que explica a ausência no seu trabalho da pergunta sobre qual é a camada ou classe social chamada a dirigir esse processo. Já que, como destaca Décio Saes, “não se deve depositar uma confiança irrestrita na burocracia do Estado socialista, nem aguardar a sua iniciativa na promoção de um processo de desestatização da formação social onde se constrói o socialismo. Tal processo é, em última instância um processo de desvanecimento da burocracia como grupo social particular; não é lógico esperar, numa ótica materialista, que ela promova a sua própria desapareição.” (1994b:194) A burocracia, conscientemente ou não, tem a tendência, ligada à um instinto de sobrevivência, de agir para preservar as suas posições e os benefícios dela decorrentes. Sem dúvida, pode-se formular essa hipótese histórica, a noção de “extinção” automática do Estado, e a conseqüente lacuna na análise leniniana, contribuíram para a formação de um comportamento político de “expectativa passiva”, para usar a expressão de Riccardo Guastini, nas massas trabalhadoras da URSS, que esperavam da própria burocracia as medidas voltadas para a realização do caráter semi-estatal do Estado socialista, impedindo que lutassem pela apropriação das tarefas estatais.

Assim como a expressão “extinção” do Estado, as correlatas como “definhamento”, “deperecimento”, “enfraquecimento” ou “adormecimento” sugerem um processo automático e espontâneo, ocultando o conflito entre a burocracia e os trabalhadores. Em seu lugar, se insere a função original do Estado proletário: a da sua completa desestatização de natureza socialista. Essa função não é apenas uma decorrência do caráter semi-estatal da ditadura do proletariado, já que só com a sua realização integral se assegura o fim do Estado no comunismo. Ela se relaciona diretamente com a luta pelo comunismo, e não apenas pelo socialismo.

A ditadura do proletariado, como todo tipo histórico de Estado – o escravista, o feudal, o burguês, tem como função geral a preservação da coesão de uma formação social dividida em classes e interesses antagônicos. É a realização dessa função geral que impede que a própria formação social desapareça sob os choques dos conflitos políticos, econômicos e sociais -, função que se mantém durante todo o socialismo pois aí subsistem as classes e a luta de classes. Mas essa função geral não significa que o Estado deixe de ser, em cada modo de produção historicamente determinado, a organização do domínio de classe, cuja reprodução depende

naturalmente da sobrevivência de outras classes e frações dominadas, não podendo exercer o seu domínio na ausência delas. A ditadura do proletariado tem ainda, como se viu no capítulo 2, a exemplo de outros Estados, funções políticas, econômicas, sociais e ideológicas de caráter unicamente reprodutivo, embora de conteúdo diverso, conforme mude sua estrutura e sua natureza de classe. Ou seja, são funções que visam assegurar a dominação de classe do proletariado e impedir a restauração burguesa. Mas essas funções, rigorosamente, não colocam em questão a existência do Estado socialista, pois é dessa que depende a sua concretização. Por importantes que sejam, tomadas isoladamente, implicam a manutenção do Estado enquanto tal, isto é o seu funcionamento enquanto organização especial de funcionários, materializada em um aparelho específico que pode apresentar uma tendência à autonomização, escapando do controle dos trabalhadores. Se o objetivo final da transição socialista é o comunismo, com o fim de todas as classes e de toda dominação de classe – ainda que seja teoricamente necessário uma maior fundamentação científica sobre o fim do Estado –, esse resultado só pode ser atingido com a implementação pela ditadura do proletariado de uma função original, ausente nos Estados anteriores que buscavam somente conservar o domínio de classe, que é a de desencadear um processo que culmine com a sua desestatização total. Esse processo, iniciado tão logo a ditadura do proletariado se instaure, desenvolve-se durante toda a transição; e é, ao lado da transformação das relações de produção, uma das principais condições para o seu êxito. Ou, ao contrário, na sua ausência, de sua estagnação e consequente regressão.

A ditadura do proletariado, assim, não se resume à existência e ao funcionamento de um Estado. Ela é a criação e o desenvolvimento de condições em primeiro lugar políticas, mas também econômicas, sociais e culturais, que permitam a crescente absorção das tarefas estatais pelos trabalhadores, não apenas enquanto funcionários mas sobretudo enquanto produtores diretos. É nesse sentido que as medidas da Comuna de Paris, e outras indicadas por Lenin, são necessárias e imprescindíveis mas, limitadas que estão à organização do aparelho estatal, ainda insuficientes.

A desestatização socialista é o processo de transferência das atividades dos funcionários para os trabalhadores enquanto tais, sem que se afastem da produção; qualitativamente diferente da participação dos trabalhadores nos aparelhos econômico e estatal na condição de funcionários, onde se tem o fortalecimento do aparelho e um processo de estatização da ação dos agentes sociais. A medida inicial da desestatização é a criação de condições que permitam ao trabalhador, além de desenvolver o trabalho produtivo normal, participar do

trabalho estatal, como já sugeriu Lenin em “As Tarefas Imediatas do Poder Soviético”. Essa participação teria um caráter voluntário e livre, determinada exclusivamente pela consciência política da cada trabalhador empenhado na luta pelo fim do Estado, além de não ser remunerada, pois todos continuariam a receber a sua anterior fonte de sustento. Paulatinamente, haveria um movimento simultâneo envolvendo dois aspectos complementares: 1) o esforço pela redução do tempo de trabalho produtivo e pelo aumento do tempo de trabalho estatal, durante a jornada normal de trabalho, e 2) a fusão das tarefas econômicas da produção com as tarefas estatais do plano geral na unidade de produção – isto é, a política “penetra” na economia –, e a fusão das tarefas do plano geral com a organização e a prestação de serviços (educação, saúde, etc) nos locais de moradia, fazendo com que cada trabalhador tenha uma visão de conjunto sobre todas as atividades que vão deixando de ser estatais. Mas o trabalhador não fica preso ao seu local de trabalho e de moradia, ele é enviado para aprender a desenvolver as mais diferentes tarefas nos diversos níveis da administração, e em distintos locais, capacitando-se progressivamente para o exercício de atividades complexas e especializadas, junto com a intensificação de sua formação educacional e cultural. No decorrer do processo, os funcionários começam a realizar trabalho produtivo ao lado do desempenho do trabalho administrativo tornando-se, ao mesmo tempo, funcionários e trabalhadores. O objetivo final é fazer com que, como indicou Lenin, todo trabalhador seja também um funcionário e todo funcionário seja também um trabalhador, acabando com a burocracia como camada social distinta.

A efetivação da função de desestatização socialista pressupõe uma via não-estatal de exercício do poder político dos trabalhadores, realizada por organizações políticas de novo tipo atuando ao lado do aparelho estatal, conforme a fundamental indicação de Etienne Balibar em “La Rectificación del “Manifiesto Comunista”” (1976:99). Essas organizações são compostas pelos próprios trabalhadores, enquanto produtores diretos ou moradores, e formadas com o objetivo único e exclusivo de promover a transferência das atividades administrativas em prejuízo da burocracia. Diferentemente dos sindicatos e de outras organizações, como as de mulheres e de jovens, que se dedicam à defesa de interesses sócio-políticos específicos e/ou setoriais, e dos próprios partidos políticos que reúnem apenas os trabalhadores que concordem com o seu programa. A criação dessas organizações pode também se dar pela ação dos partidos comunistas comprometidos com a desestatização, mas isso não impede a sua formação independente pelos próprios trabalhadores. E em qualquer um dos casos, os partidos atuam no seu interior formulando as medidas práticas de desestatização, e

submetendo-se inteiramente à sua estrutura e ao seu modo de funcionamento internos. O seu movimento de constituição será provavelmente desigual, pois depende tanto da consciência política dos trabalhadores na luta pelo fim do Estado como de sua competência na execução das tarefas assumidas, o que não pode ser resolvido por nenhum decreto. De início, podem desenvolver a sua atividade a partir das instâncias inferiores do aparelho estatal, para posteriormente irem envolvendo as demais instâncias.⁸⁶

A relação entre as organizações políticas de trabalhadores e o aparelho de Estado socialista é uma relação dialética e conflituosa entre polos distintos, representando o não-Estado e o Estado. É uma relação de luta que traduz a disputa pela execução das tarefas administrativas e estatais entre os trabalhadores e a burocracia remanescente: o que um perde o outro ganha, configurando-se uma relação de soma-zero. Inicialmente, as novas organizações contribuem para controlar a burocracia e tornam-se, na prática, escolas onde os trabalhadores desenvolvem sua capacidade administrativa na aplicação direta da política estatal. Durante um certo período, elas podem trabalhar conjuntamente com a burocracia, criando formas provisórias de transição do processo de desestatização; o que pressupõe a colaboração de funcionários com uma consciência política e ideológica comprometida com a transição socialista. Na ausência dessa consciência, a incidência de conflitos pela apropriação da experiência e do conhecimento dos funcionários será ainda maior.

A decisão sobre a transferência das tarefas estatais não pode ficar com a burocracia que tenderia a adiá-la continuamente, mesmo correndo o risco de ser destituída de seu posto, e nem recair unilateralmente sobre as organizações de desestatização dos trabalhadores. Para evitar que os conflitos entre ambos culminem na interrupção de atividades administrativas e de serviços essenciais à construção do socialismo, essa decisão fundamental é tomada pelos órgãos de representação coletiva dos trabalhadores na diversas instâncias, a partir de proposta de seus membros, das organizações de desestatização, dos partidos revolucionários ou dos próprios trabalhadores e moradores. Assim por exemplo, a transferência dos serviços de saúde e de educação em um bairro é decidida pelo assembléia de moradores, após o debate sobre as condições para a sua efetivação.

As condições para se evitar o surgimento de um novo aparelho estatal formado pelas organizações de desestatização, ou o ressurgimento do antigo aparelho, são o êxito no desempenho de suas funções pelos trabalhadores enquanto tais, e a proibição tanto de abandonarem o trabalho produtivo para dedicarem-se

⁸⁶ Um primeiro embrião histórico de organizações políticas de trabalhadores de novo tipo, apontado por Etienne Balibar, são os "clubes" de trabalhadores e de soldados que funcionaram durante a Comuna de Paris. A experiência soviética não ofereceu nenhum exemplo de semelhante organização, já que os Soviéticos transformaram-se em órgãos estatais fazendo parte do aparelho, e os Conselhos de Fábricas estavam voltados quase exclusivamente para o interior das fábricas e logo foram esvaziados.

exclusivamente às atividades administrativas, como de indicarem funcionários que as realizem sob seu controle. Nessas organizações todo trabalhador é um funcionário e todo funcionário é um trabalhador. Elas são não apenas o embrião do auto-governo dos produtores diretos, sua forma prática e imediata de realização sob o Estado socialista, como o único modo de organizar o poder político direto do proletariado, concretizando a sua dimensão semi-estatal e preparando o seu fim. Enquanto existir um único órgão do aparelho estatal, as novas organizações lutarão para absorver todas as suas tarefas, e quando este não mais existir, elas realizarão total e completamente as atividades administrativas e o Estado chegará ao fim pois não são organismos estatais.

Entendendo-se o poder político como a capacidade geral de uma classe de realizar os seus interesses em detrimento dos interesses de outras classes sociais, e o aparelho de Estado como a organização que realiza suas funções através da ação da burocracia, pode-se entender porque, pela primeira vez na história, “el fortalecimiento del poder de Estado tiene por condición el debilitamiento del aparato de Estado, o, más exactamente, la lucha contra la existencia del aparato de Estado.” (BALIBAR, 1976:98) Ou seja, o poder estatal proletário, e o seu poder político em geral, só se fortalecem na medida em que o seu aparelho é esvaziado, reduzido, suprimido. Ao contrário, o fortalecimento do aparelho leva à diminuição e, com a sua autonomização, à perda do poder proletário. E a implementação da função de desestatização socialista pela via não-estatal é a garantia de fortalecimento do poder do proletariado, cuja expansão coincide dialéticamente com o seu próprio desaparecimento, formando um movimento orgânico único com a generalização da condição operária rumo à sociedade sem classes. A luta pelo fim do Estado e a luta pelo fim das classes sociais estão intimamente relacionadas formando um mesmo processo, e cada avanço conquistado por uma representa o reforço da outra.

Ainda que teóricamente pouco desenvolvida, exigindo outras análises sobre os problemas na construção do Estado socialista, além do caso soviético, e principalmente experiências concretas de desestatização socialista, essa função absolutamente original do Estado proletário aponta para o limite insuperável de se buscar o seu fim no âmbito de seu aparelho. O que acaba conduzindo à preservação e ao aumento da burocracia, que escapando do controle dos trabalhadores e dirigindo os meios de produção engendra a formação de uma nova burguesia, restauradora da exploração capitalista do trabalho.

CONCLUSÃO

O socialismo, sendo apenas um período de transição ou um modo de produção, é a transformação, até a dissolução, das relações de produção capitalistas, com base no desenvolvimento das forças produtivas, e a desestatização socialista, promovidas pelos trabalhadores.⁸⁷ Na ausência de um tal processo, a formação social em questão não está realizando a transição socialista, independentemente do discurso desenvolvido por seus líderes estatais e/ou partidários. Em uma situação excepcional, na qual grande parte da população de uma formação social se encontre diretamente atingida pela fome e pela miséria, causadas pela paralisação de parte da produção econômica, e que ameace a própria sobrevivência do Estado proletário, a necessidade imediata de retomada da produção pode implicar na interrupção temporária do processo de mudança revolucionária das relações de produção, interrompendo-se a própria transição. Caso a situação de fome e de miséria seja superada, mas as antigas relações capitalistas permaneçam como dominantes, elas produzirão efeitos econômicos, políticos e ideológicos que levarão à regressão da transição, ou com a restauração pura e simples do capitalismo privado ou com a emergência e a reprodução de um capitalismo de Estado; que de forma econômica provisória que pode, em uma formação social concreta, contribuir, na presença de determinadas condições políticas como a direção do Estado pelos trabalhadores, para a transição para o socialismo, se transforma em forma permanente de exploração da força de trabalho por uma nova burguesia.

A transição se inicia com a vitória da revolução proletária, que afasta a burguesia e demais classes exploradoras do poder estatal, e instaura o novo Estado socialista, defasado por “antecipação” às relações de produção vigentes, ainda capitalistas. Por isso, a luta política revolucionária de classe tem papel dominante sobre as demais práticas sociais, inclusive a econômica; é graças à ela que os trabalhadores podem instaurar e consolidar o novo Estado, sem o qual as próprias relações de produção não podem ser transformadas e nem pode ser desenvolvida a política de desestatização. É a ditadura do proletariado, que além de adotar uma política estatal de revolucionarização do processo de trabalho e de produção, cria todas as condições políticas, econômicas, sociais e culturais para que os trabalhadores modifiquem as unidades de produção assumindo não só

⁸⁷ Essa concepção do socialismo não é original. Ela aparece, para dar um exemplo recente, no trabalho de Márcio Bilharinho Naves *Marxismo e Direito. Um Estudo sobre Pachukanis*, especialmente nas páginas 121-123. Com a ressalva de que para esse autor, o socialismo é apenas um período de transição não se constituindo em modo de produção por não possuir relações de produção específicas, e no qual mesmo na presença de um processo de eliminação da divisão capitalista do trabalho e de apropriação direta do poder político pelos trabalhadores se constitui, necessariamente, uma burguesia de Estado, ainda que dominada, conforme a página 168. Assim, o que é apenas

a propriedade econômica dos meios de produção e dos produtos, com a sua posse. É a luta política dos trabalhadores que transforma tanto as relações de produção como o seu Estado. É necessário ainda se ter presente, como destacou Charles Bettelheim em *Cálculo económico y formas de propiedad*, que a existência da propriedade estatal expressa a separação remanescente do modo de produção capitalista entre o produtor direto e o meio de produção, que a transição tem que eliminar para se atingir a apropriação social da produção. Se os trabalhadores controlam os aparelhos estatal e econômico, a propriedade estatal é a forma jurídica da sua propriedade social, pois são eles que dirigem a utilização dos meios de produção, caso contrário os funcionários e os administradores são efetivamente os que dirigem a produção, ainda que sem a titularidade jurídica dos meios de produção.

A eliminação da defasagem entre o novo Estado e a base econômica, ainda não transformada, se dá com a revolucionarização das relações de trabalho e de produção, possibilitando o surgimento de novas forças produtivas concebidas pelos trabalhadores e a instauração da dominância de relações socialistas de produção. Caso se mantenha a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, trabalho de execução e trabalho de direção, o proletariado não poderá dirigir o processo produtivo e, portanto, não poderá se constituir como classe economicamente dominante, e nem se consolidar como classe politicamente dominante. Os técnicos, engenheiros, especialistas e administradores, mesmo de origem operária, procurarão preservar para si o conhecimento e a experiência como fonte de sua posição especial e privilegiada na produção e na distribuição, garantindo a sua direção e a sua consequente conservação como grupo social distinto dos trabalhadores manuais. Detendo poder na economia, necessariamente vão usá-lo como recurso na política, influenciando tanto na definição da política estatal, como no funcionamento e na organização do Estado. As relações de produção capitalistas não transformadas é a base para o surgimento de uma nova burguesia.

As forças produtivas desenvolvidas pelo modo de produção capitalista criam a possibilidade material, com a concentração do proletariado e a socialização do processo de trabalho, para a emergência da revolução social; elas são a condição inicial necessária para a sua realização. Durante toda a transição, as forças produtivas têm o papel em última instância determinante, porque impõem limites ao desenvolvimento das relações socialistas de produção, que só podem ser instauradas quando os trabalhadores transformarem os antigos meios de produção e criarem novos meios de produção, que entrem em funcionamento apoiados em uma nova divisão

uma possibilidade da luta de classes, dada pela ausência da revolucionarização das relações de produção e do controle sobre a burocracia, se

do trabalho social. As novas relações proletárias pressupõem a dominação do produtor direto sobre os meios de produção e sobre os produtos de seu trabalho. Mas o desenvolvimento das forças produtivas não determina diretamente a revolucionarização das relações de produção, que exige a intervenção da luta de classes na produção, através da prática revolucionária do proletariado. Mais ainda, só a transformação das antigas relações capitalistas, com a instauração inicial de relações formalmente socialistas, que assegurem a direção dos meios de produção para os trabalhadores, pode levar à transformação das próprias forças produtivas, dando origem às forças produtivas socialistas; ela possibilita um imenso desenvolvimento quantitativo e qualitativo das forças produtivas. Daí o primado das relações de produção sobre as forças produtivas na transição socialista, pois as forças socialistas de produção não podem surgir no interior das relações de produção capitalistas. A determinação originária e primeira recai sobre as relações de produção modificadas, embora se estabeleça entre ambas uma relação de interioridade, e a instauração das relações substancialmente socialistas dependa do surgimento de novas forças produtivas.

Como já se viu, a transformação das relações de produção é uma necessidade política para a sobrevivência e a consolidação da dominação de classe do proletariado, mas é uma condição ainda insuficiente. A restauração do antigo domínio da burguesia privada, ou a instauração de um novo domínio de uma nova burguesia estatal pode se dar a partir da superestrutura, isto é, a partir de posições ocupadas no aparelho estatal, sobretudo quando o Estado é o proprietário jurídico dos meios de produção. A burocracia, na vigência da propriedade estatal, vai sempre lutar para influir decisivamente tanto sobre a elaboração da política estatal e sua aplicação, como sobre a direção geral do processo de produção e de distribuição, minando o esforço dos trabalhadores para realizá-las. Ela sabe que se os trabalhadores consolidarem a sua direção nas unidades de produção, estarão mais fortalecidos para controlar e dirigir o Estado. Daí a importância da concretização do caráter semi-estatal da ditadura do proletariado e, sobretudo, do processo de desestatização socialista, ou seja a contínua transformação do novo Estado para que os trabalhadores desenvolvam o seu domínio político. Por isso, novamente, o papel dominante, no conjunto da formação social em transição, de uma prática política revolucionária de classe para impedir a autonomização do aparelho estatal e o surgimento de uma nova burguesia, no interior da burocracia.

A transformação das relações de produção, até a instauração da dominância das relações socialistas, e a transformação do Estado com a sua desestatização, na verdade são dois lados de um mesmo processo: a apropriação pelos trabalhadores, tendo à frente o proletariado, da direção econômica e político-estatal na formação social em transição, da qual depende o seu poder e a luta pelo comunismo. É um processo organicamente integrado, onde cada passo dado na execução de um fortalece a realização do outro, pois eleva a capacidade geral de direção dos trabalhadores, reforçando a posição do mesmo agente social na base e na superestrutura simultaneamente. Caso o proletariado seja incapaz de dirigir a economia e o Estado, o poder proletário é impensável. Ao contrário, assumindo a direção da produção e a capacidade de criar e fazer funcionar os meios de produção, ele desenvolve o seu poder de classe, que é ampliado com a política de desestatização; a absorção das tarefas estatais, incluindo a sua formulação e a sua execução, potencializa a sua luta para revolucionarizar as relações de produção. Pode-se falar, assim, de um processo de desestatização político-administrativa e também econômica, que passa da titularidade jurídica estatal dos meios de produção para a propriedade econômica até chegar à posse pelos trabalhadores rumo à apropriação social; com a transferência das atividades da burocracia, de especialistas, de administradores e de técnicos para o produtor direto enquanto tal. O Estado só pode desaparecer quando o produtor direto controlar inteiramente a produção e a distribuição e, ao mesmo tempo, dirigir e realizar todas as atividades político-administrativas, prescindindo da burocracia. A realização desse processo pode ter um ritmo diferente na base e na superestrutura, mas sem a sua separação. O papel dominante é o da desestatização político-administrativa, mas a transformação das relações de produção desempenha o papel de determinação em última instância.

A transição socialista não é apenas a continuação da luta de classes, isto é, a luta do proletariado contra as antigas classes dominantes – burguesia e latifundiários – para impedir a restauração capitalista e para dirigir o campesinato e a pequena-burguesia. Mas é também o desenvolvimento de um conflito político, ideológico e social, que pode manifestar-se como luta de classes, envolvendo nas unidades de produção os produtores diretos e os especialistas em disputa pela direção do processo de trabalho e de produção, e no aparelho de Estado entre os trabalhadores e os burocratas em disputa pela direção da política estatal e pela sua implementação. A articulação desse conflito com a luta de classes, ou sob a própria forma da luta de classes com a emergência de uma nova burguesia no interior da burocracia, depende do processo de transição em cada formação social concreta, em outras palavras, depende da correlação de forças. Em qualquer uma das situações, tanto os

burocratas como os especialistas tenderão a agir para dificultar e impedir a apropriação da direção econômica e estatal pelos trabalhadores. A ocultação desse conflito, que envolve também a permanência da distinção entre definidores e executores no processo de produção e na política estatal, só contribue para desorganizar política e ideologicamente o proletariado e o conjunto dos trabalhadores, e obstaculizar a sua luta pelo socialismo e pelo comunismo.

BIBLIOGRAFIA

- ANWEILER, Oskar. (1972). *Les Soviets en Russie 1905-1921*. France, Éditions Gallimard.
- BALIBAR, Étienne. (1970). *Acerca de los Conceptos Fundamentales del Materialismo Histórico*. In: L. ALTHUSSER & E. BALIBAR. *Para leer El Capital*. 4a. ed. México, Siglo Veintiuno Editores.
- _____. (1976). *Cinco Ensayos de Materialismo Histórico*. Barcelona, Editorial Laia.
- _____. (1985). "Dictature du Proletariat". In: LABICA, Georges e BENSUNSSAN, Gérard (orgs.). *Dictionnaire Critique du Marxisme*. 2a. ed. Paris, Presses Universitaires de France.
- _____. (1987). *Sobre la Dictadura del Proletariado*. 4a. ed. México, Siglo Veintiuno Editores.
- BAMBIRRA, Vania. (1993). *A Teoria Marxista da Transição e a Prática Socialista*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- BETTELHEIM, Charles e SWEEZY, Paul. (1971). *Sociedades de Transição: Luta de Classes e Ideologia Proletária*. Porto, Portucalense Editora.
- BETTELHEIM, Charles. (1972). *Cálculo Económico y Formas de Propiedad*. Argentina, Siglo Veintiuno Editores.
- _____. (1979^a). *Revolução Cultural e Organização Industrial na China*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- _____. (1979^b). *A Luta de Classes na União Soviética -Primeiro Período (1917-1923)*. 2a. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- _____. (1983). *A Luta de Classes na União Soviética - Segundo Período (1923-1930)*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- _____. (s/dt). *Les Luites de Classes en URSS - Troisième Période (1930-1941) Les Dominants*. Paris, Maspero/Seuil.
- BONGIOVANNI, Bruno. (1989). "Democrazia, Dittatura, Lotta di Classe. Appunti su Marx e la Rivoluzione Francese". *Studi Storici*, 4:775-802.
- BUJARIN, Nicolai. (1974). *Teoría del Período de Transición*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores.
- BUKHARIN, N. (1970). *Tratado de Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro, Laemmert.
- CALLINICOS, Alex. (1992). *A Vingança da História. O Marxismo e as Revoluções do Leste Europeu*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- CARR, Edward Hallet. (1973). *Historia de la Rusia Soviética. La Revolución Bolchevique (1917-1923) 1. La Conquista y Organización del Poder*. Madrid, Alianza Editorial.
- _____. (1974^a). *Op. cit. Idem. 2. El Orden Económico. Idem.*
- _____. (1974^b). *Op. cit. El Interregno (1923-1924). Idem.*

- _____. (1974c). *Op. cit. El Socialismo en un Solo País (1924-1926) I. Idem.*
- _____. (1975). *Op. cit. Idem II. La Lucha en el Partido. El Orden Soviético. Idem.*
- _____. (1983). *Op. cit. Bases de una Economía Planificada (1926-1929), Volume II.. Idem.*
- CARRILLO, Santiago. (1978). *"Eurocomunismo" e Estado.* Rio de Janeiro, Editora Difel.
- CERRONI, Umberto. (1976). *Teoria Política e Socialismo.* Portugal, Publicações Europa-América.
- CHAULIEU, Pierre. (s/dt). *As Relações de Produção na U.R.S.S.* Lisboa, Editorial Presença.
- COLLETTI, Lucio. (1992). *"O Estado e a Revolução de Lenin".* Textos Didáticos, IFCH/Unicamp.
- D'ENCAUSSE, Hélène Carrère. (1981). "Permanences et Changements du Pouvoir Politique dans les Années de l'industrialisation 1928-1941". In: C.BETTELHEIM (org). *L'industrialisation de l'URSS dans les Années Trente.* Paris, Editions de l'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales.
- DEUTSCHER, Isaac. (1978). *Las Raíces de la Burocracia.* Barcelona, Editorial Anagrama.
- ELSTER, Jon. (1989). *Marx, Hoje.* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- ENGELS, Friedrich. (s/dt). "Introducción de 1891" a *La Guerra Civil en Francia.* In: C.MARX & F.ENGELS. *Obras Escogidas.* Moscú, Editorial Progreso.
- _____. (1975). *Anti-Dühring.* Lisboa, Editorial Minerva
- _____. (1981). *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.* 7a. ed.. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- FABRÈGUES, Bernard. (1975^a). "Organisation Capitaliste et Organisation Socialiste du Travail". *Communisme*, 16-17:58-73.
- _____. (1975b). "Organisation Capitaliste et Organisation Socialiste du Travail (II) Le Développement du Machinisme par le Capitalisme". *Communisme*, 18:43-52.
- _____. (1975c). "Organisation Capitaliste et Organization Socialiste du Travail (III) Chine: Machinisme, Science et Technique". *Communisme*, 19:61-75.
- _____. (1976). "Staline, la Lutte des Classes, l'Etat". *Communisme*, 24:15-49.
- _____. (1977). "Questions sur la Théorie du Socialisme". *Communisme*, 31-32:40-53.
- GERRATANA, Valentino. (1975^a). *Investigaciones sobre la Historia del Marxismo II.* Barcelona, Grijalbo.
- GUASTINI, Riccardo. (1978^a). *I Due Poteri. Stato Borghese e Stato Operaio nell'analisi Marxista.* Il Mulino.
- _____. (1978b). "Comunismo e Stato. Un Invito a Discutere Fuori dell'Ortodossia". *Problemi del Socialismo*, 9:79-97.
- HARNECKER, Marta. (1977). *Cuba: Dictadura o Democracia?.* 5a. ed.. México, Siglo XXI Editores.
- IOUDINE, P. (1950). *La Source Principale du Développement de la Société Soviétique.* Moscou, Éditions en Langues Étrangères.

- JOBIC, Bernard. (1973). "La Revolución Cultural y la Crítica del Economicismo". In: P.M.SWEEZY *et alli. Teoría del Proceso de Transición*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores.
- KAUTSKY, Karl. (1979). *A Ditadura do Proletariado*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- LENIN, Vladimir Iliç. (s/dta). *Acerca del Infantilismo "Izquierdista" y del Espíritu Pequeñoburgués*. Moscú, Editorial Progreso.
- _____. (s/dtb). *Acerca del Estado*. Idem.
- _____. (s/dtc). *La Economía y la Política en la Época de la Dictadura del Proletariado*. Idem.
- _____. (s/dtd). *Carta al Congreso*. Idem.
- _____. (s/dte). *Cómo Debe Organizarse la Emulación?*. Idem.
- _____. (1964). "De la Dictature du Proletariat". In: V.LÉNINE. *Ouvres*. Tomo 30. Paris-Moscou, Éditions Sociales-Éditions du Progres.
- _____. (1977^a). *X Congreso del Partido Comunista (bolchevique) de Rusia*. In: LENIN. *Obras Escogidas*. Tomo XII. Moscú, Editorial Progreso.
- _____. (1977b). "Sobre el Impuesto en Especie". Idem. *Ibidem*.
- _____. (1978^a). *Acerca de la Incorporación de las Masas a la Administración del Estado*. Idem.
- _____. (1978b). *El Marxismo y el Estado*. Madrid, Ediciones Júcar.
- _____. (1979^a). *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. Lisboa, Edições Avante.
- _____. (1979b). *Como Iludir o Povo*. 2a. ed.. São Paulo, Global Editora.
- _____. (1980). "As Tarefas Imediatas do Poder Soviético". In: V.I.LENINE. *Obras Escolhidas 2*. São Paulo, Editora Alfa-Omega.
- _____. (1981). *A Formação de Quadros*. Moscovo, Edições Progresso.
- _____. (1983). *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Editora Hucitec.
- _____. (1986). "A Crise do Partido". In: V.I.LENINE. *Obras Escolhidas 5*. Moscovo-Lisboa, Edições Progresso-Edições Avante.
- _____. (1987). "Historia del Problema de la Dictadura". In: É.BALIBAR. *Op.cit. Idem*.
- LEWIN, Moshe. (1976). "Le Basi Sociali dello Stalinismo". *Studi Storici*, 4:35-64.
- LUXEMBURGO, Rosa. (1973). *La Revolución Rusa*. Bogotá, Editorial Controversia.
- MACCIÒ, Marco. (1971). "Partido, Técnicos e Classe Operária na Revolução Chinesa". Textos de Apoio 1. Porto, Portucalense Editora.
- MAGALINE, A.D.. (1975). *Lutte de classes et Dévalorisation du Capital. Contribution à la Critique du Révisionnisme*. Paris, François Maspero.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio. (1990). "Lenin e o Problema da Burocracia na URSS". In: L.M. RODRIGUES. *Partidos e Sindicatos. Escritos de Sociologia Política*.

São Paulo, Editora Ática.

MARX, Karl. (s/dta). *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*. In: K.MARX-F.ENGELS. *Obras Esco-
lhidas*. Volume 1. São Paulo, Editora Alfa-Omega.

_____. (s/dtb). *La Guerra Civil en Francia*. In: C.MARX-F.ENGELS. *Op. cit. Idem*.

_____. (s/dtc). *Crítica del Programa de Gotha*. *Idem. Ibidem*.

_____. (s/dtd). "Carta de Marx a Joseph Weydemeyer". *Idem. Ibidem*.

_____. (s/dte). "Carta de Marx a Luis Kugelmann". *Idem. Ibidem*.

_____. (s/dtf). *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. In: K.MARX-F.ENGELS. *Op.
cit. Idem*.

_____. (s/dtg). *Manifesto del Partido Comunista*. In: C.MARX-F.ENGELS. *Op. cit. Idem*.

_____. (1978). "Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política". In: K.MARX. *Os Pen-
sadores*. 2a. ed. São Paulo, Abril Cultural.

MCNEAL, Robert. (1986). "As Instituições da Rússia de Stalin". In: E.HOBSBAWM (org.). *História
do Marxismo*. Volume VIII. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

MERTON, Robert King. (1966). *Estrutura Burocrática e Personalidade*. In: E.CAMPOS (org.). *So-
ciologia da Burocracia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

MIAILLE, Michel et alli. (1979). *La Justice en Chine. Des Cent Fleurs aux Cent Codes*. Paris, Fran-
çois Maspero.

NAVES, Márcio Bilharinho. (1996). *Marxismo e Direito. Um Estudo sobre Pachukanis*. Tese de Dou-
torado. Campinas, IFCH, datilo. (Editora Boitempo, 2000)

PANKRATOVA, Ana M. (1976). *Los Consejos de Fábrica en la Rusia de 1917*. Barcelona, Edito-
rial Anagrama.

PONS, Silvio. (1984). "L'apparato del PCUS alla Vigilia della Guerra (1939-1941)". *Studi Storici*, 2:
511-546.

_____. (1985). "Il Partito nel Sistema di Governo dell'URSS Staliniana". *Studi Storici*, 3:687-
710.

POULANTZAS, Nicos. (1972). *Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista*. 4a. ed..
México, Siglo XXI Editores.

RITTERSPORN, Gábor Tamás. (1979). "Société et Appareil d'État Soviétiques (1936-1938): Con-
tradictions et Interférences". *Annales – Économies Sociétés Civilisa-
tions*, 4:843-867.

ROBELIN, Jean. (1985). "Bureaucratie". In: LABICA, Georges e BENSUSSAN, Gérard (orgs.).
Op. cit. Idem.

RUFFIA, Paolo Biscaretti di e REGHIZZI, Gabriele Crespi. (1979). *La Costituzione Sovietica del
1977*. Milano, Dott. A. Giuffrè Editore.

SAES, Décio. (1994^a). "Marxismo e História". *Crítica Marxista*, 2a. ed.. São Paulo, 1:39-59.

- _____. (1994b). *Estado e Democracia: Ensaios Teóricos*. Campinas, IFCH/Unicamp.
- _____. (1998). "O Lugar do Pluralismo Político na Democracia Socialista". *Crítica Marxista*, São Paulo, 6:23-34.
- SALVADORI, Massimo. (1975). "Origens e Crise do Sovietismo". In: A.PANNEKOEK *et alli*. *Conselhos Operários*. Coimbra, Centelha.
- STALIN, Josif. (1941^a). *En Torno a los Problemas del Leninismo*. In: J.STALIN. *Cuestiones del Leninismo*. Moscú, Ediciones en Lenguas Extranjeras.
- _____. (1941b). "Las Tareas de los Dirigentes de la Industria". *Idem. Ibidem*.
- _____. (1941c). *Balance del Primer Plan Quinquenal*. *Idem. Ibidem*.
- _____. (1941d). *Informe Presentado al XVII Congreso del P.C.(b) de la U.R.S.S. sobre la Labor del Comité Central*. *Idem. Ibidem*.
- _____. (1941e). *Informe sobre la Actuación del Comité Central del Partido ante el XVIII Congreso del P.C.(b) de la U.R.S.S.* *Idem. Ibidem*.
- _____. (1952^a). *Konferenca e XII-të e P.K.R.(b)*. In: J.V.STALIN. *Veprat*. Vëllimi 6. Tiranë, Tipografinë Ushtarake.
- _____. (1952b). *Kongresi i XIII-të i P.K.R.(b)*. *Idem. Ibidem*.
- _____. (1952c). "Mbi Konkluzionet e Kongresit të XIII-të të P.K.R.(b)". *Idem. Ibidem*.
- _____. (1953a). *Kongresi i XV i P.K.(b) të Bashkimit Sovjetik*. In: *Veprat*. Vëllimi 10. *Idem*.
- _____. (1953b). "Fjalim i Mbajtur në Kongresin e VIII të B.R.K.L. të Bashkimit Sovjetik". In: J.V.STALIN. *Veprat* Vëllimi 11. Tiranë, Mihal Duri.
- _____. (1953c). "Kundër Shtreëmbërimit të Parullës së Autokritikës". *Idem. Ibidem*.
- _____. (1953d). "Përgjegje Kushtisevit". *Idem. Ibidem*.
- _____. (1954^a). *Kongresi i XII i P.K.(b) të Rusisë*. In: J.V.STALIN. *Veprat*. Vëllimi 5. *Idem*.
- _____. (1954b). "Letra Shokut Ç-E". In: J.V.STALIN. *Veprat*. Vëllimi 13. *Idem*.
- _____. (1979^a). *Sul Progetto di Costituzione dell'URSS*. In: P.B.RUFFIA & G.C. REGHIZZI. *Op. cit. Idem*.
- _____. (1979b). *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*. 2a. ed. São Paulo, Global Editora.
- _____. (1980^a). *Em Marcha para o Socialismo*. São Paulo, Editora Quilombo.
- _____. (1985). *Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*. São Paulo, Editora Anita Garibaldi.
- TROTSKY, Leon. (s/dta). *Cours Nouveau*. In: L.TROTSKY. *De la Révolution*. France, Les Éditions de Minuit.
- _____. (s/dtb). *A Revolução Traída*. Lisboa, Edições Antídoto.

- _____. (1979). *A Revolução Desfigurada*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- _____. (1981). *Trotsky*. In: O.MIRANDA (org.). São Paulo, Editora Ática.
- TSE-TUNG, Mao. (s/dt). *Sobre a Justa Solução das Contradições no Seio do Povo*. Textos M-L no.1.
- _____. (1975). *La Costruzione del Socialismo*. Roma, New Compton Editori.
- VINCENT-VIDAL, Serge. (1980). "A Crítica das Concepções Econômicas de Stálin por Mao Tsé-tung". *Teoria & Política*, São Paulo, 1:96-116.
- WEBER, Max. (s/dt). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- WHYTE, Martin King. (1973). "Bureaucracy and Modernization in China: the Maoist Critique" *American Sociological Review*, 2:149-163.